



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
ÁREA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Martina Spohr Gonçalves

**PÁGINAS GOLPISTAS:**

**democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES**

**(1961-1964)**

**Niterói**

**2010**

**PÁGINAS GOLPISTAS:  
democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES  
(1961-1964)**

Martina Spohr Gonçalves

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Orientação: Professora Doutora Adriana Facina Gurgel do Amaral

Niterói

Maio de 2010

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

G635 Gonçalves, Martina Spohr.

Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964) / Martina Spohr Gonçalves. – 2010.

xii, 225 f.

Orientador: Adriana Facina Gurgel do Amaral.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

Bibliografia: f. 165-173.

1. Golpe de 1964. 2. Literatura. 3. Ideologia. 4. Difusão. 5. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. I. Amaral, Adriana Facina Gurgel do. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.062

**PÁGINAS GOLPISTAS: democracia e anticomunismo**  
**através do projeto editorial do IPES (1961-1964)**

*Martina Spohr Gonçalves*

*Orientação: Professora Doutora Adriana Facina*

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

---

Professora Doutora Adriana Facina (orientadora) – Universidade Federal Fluminense

---

Professor Doutor Renato Luís do Couto Neto e Lemos - Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Professora Doutora Virgínia Fontes – Universidade Federal Fluminense

---

Professor Doutor Marcelo Badaró Mattos (suplente) – Universidade Federal Fluminense

---

Professora Doutora Maria Conceição Francisca Pires (suplente) – Universidade Federal de Viçosa

## Dedicatória

*A Carlos Spohr, meu avô querido, e Conrado Spohr Gonçalves, meu irmão e anjinho da  
guarda, in memoriam.*

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer muitas pessoas nominalmente sem injustiças. Em primeiro lugar, agradeço ao professor da UFRJ Renato Lemos, orientador e parceiro desde os tempos da graduação, grande responsável pelo meu desenvolvimento acadêmico e pela sugestão do tema deste trabalho. Agradeço à professora Adriana Facina por aceitar orientar este trabalho e por recebê-lo de maneira tão aberta, contribuindo imensamente para a ampliação de novos horizontes intelectuais. Importante nesta jornada foi também a professora Virgínia Fontes a quem eu agradeço pelas preciosas e minuciosas sugestões na qualificação, além das belas aulas teóricas na disciplina por ela oferecida.

Aos colegas de graduação e pós graduação pelos debates teóricos e pelas sugestões e troca de idéias e experiências. São eles: Marisa Schincariol, Mirna Aragão, Demian Bezerra de Melo, Fernanda da Costa Monteiro Araújo, Rachel Motta Cardoso, Cláudio Bezerra, Pâmella Passos Deusdará, Andrea Galucio, Flamarion Maués, Luciana Lombardo, Ângela Domingues e muitos outros que de alguma forma puderam contribuir.

Aos amigos de sempre, em especial à Vanessa Hacon, com quem discuti bastante o desenvolvimento deste trabalho. Aos amigos do Mandala e do Nova Ipanema que, mesmo sem entender muito do que eu faço, sempre me apoiaram. Às minhas queridas amigas de sempre Adelly Constantini e Catarina Peixoto por tudo. À minha grande amiga, parceira e colega de sala Daniele Amado pelo apoio e força no dia-a-dia deste trabalho.

A todos do CPDOC, em especial aos amigos Marco Dreer, Vanessa Cavalcanti e Renan Marinho, juntos no mesmo barco. Agradeço também à Suely Braga, minha coordenadora ao longo do mestrado, que compreendeu minhas ausências e possibilitou a realização desta pesquisa, à Verena Alberti, minha coordenadora nesta reta final, pelo apoio nesta fase crucial de finalização do trabalho, a Celso Castro, diretor do CPDOC e incentivador deste trabalho, obrigada pelo imenso apoio. À Mônica Kornis, pela parceria e pelos bate-papos de sempre.

Agradeço mais do que especialmente ao meu pai Gustavo, grande pessoa, pela força e perseverança nesses últimos meses e à minha mãe Patrícia, grande guerreira, que me ajudou a ficar de pé nesses momentos. Não teria chegado até aqui sem o seu apoio. Muito obrigada, eu amo vocês.

Às minhas irmãs, Verena e Barbara, tão importantes nesta mesma caminhada. Obrigada pela paciência. À minha avó Célia Spohr, pela presença e companheirismo em todas as horas. A todos da família que me apoiaram e sempre me incentivaram a chegar até aqui, em especial aos meus primos Eduardo Spohr, pelas conversas e parcerias que estabelecemos, e Juliana Spohr, minha prima historiadora, uma das grandes responsáveis pela minha escolha profissional. À Nild das Graças, pela compreensão e ajuda no dia-a-dia ao longo de tantos anos.

Ao meu namorado e companheiro Felipe, pessoa mais do que importante no processo de execução deste trabalho. Sua compreensão ao longo destes anos foi, e continua sendo, uma das coisas mais importantes para a minha evolução acadêmica. Mesmo não sendo da área e sem entender os meandros de todo esse processo, sempre respeitou e apoiou todas as minhas necessidades e ausências.

Por fim, agradeço aos funcionários dos arquivos pesquisados, Arquivo Nacional e Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), entre outros. Estendo o mesmo agradecimento aos funcionários do Programa de Pós Graduação da UFF, sempre prestativos e atenciosos, principalmente a Silvana. Agradeço a Maurício Limeira pela revisão dos originais.

## RESUMO

### **Páginas Golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)**

*Martina Spohr Gonçalves*

*Orientador: Professora Doutora Adriana Facina*

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense – UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

A dissertação tem como objetivo analisar a atividade de disseminação dos valores ideológicos do grupo multinacional e associado realizada no Brasil na primeira metade da década de 1960, através de empreendimentos culturais, mais especificamente a edição de livros. Compreendendo o golpe civil-militar de 1964 como uma conquista de uma fração de classe, decorrente do desenvolvimento de uma campanha de convencimento pautada por um determinado projeto hegemônico de sociedade, que acontece para resolver uma crise de hegemonia com objetivo de preservar a ordem ameaçada por esta, e não pelo estabelecimento de uma nova hegemonia, buscamos demonstrar que a conquista do poder não significou o estabelecimento de uma hegemonia plena – nos termos de Gramsci –, na medida em que não foi possível a obtenção do consenso intra e entre classes, refletido no recorrente uso do aparato repressivo ao longo de todo o regime (1964-1985). Nesta dissertação analisamos alguns livros publicados sob os auspícios do projeto editorial ipesiano. Os principais valores difundidos pelo projeto editorial do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foram o anticomunismo e um modelo de democracia isento de características consideradas “negativas” - a agitação sindical, o nacionalismo extremado etc. As características do mercado editorial e sua influência nos projetos desenvolvidos por editoras do período junto à divulgação de valores do grupo do capital multinacional e associado contribuíram para a construção do projeto hegemônico de sociedade difundido por este setor que expressou a aspiração por uma nova ordem, do ponto de vista de atores econômicos, políticos e militares críticos do sistema político praticado no Brasil desde 1946. Mais do que pregar a oposição ao governo João Goulart (1961-1964), procuram influenciar, pela propaganda de valores, a geração da qual sairiam os futuros dirigentes do país.

**Palavras-chave:** Golpe civil-militar de 1964; Literatura; Mercado editorial; Difusão ideológica; Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)

Niterói  
Maio de 2010

## ABSTRACT

### **Coup Pages: democracy and anticommunism through the publishing project of IPES (1961-1964)**

*Martina Spohr Gonçalves*

*Orientador: Professora Doutora Adriana Facina*

This dissertation aims to analyze the activity of dissemination of ideological values associated with the multinational group and held in Brazil in the first half of the 1960s, through cultural enterprises, more specifically the issue of books. Understanding the civil-military coup of 1964 as a victory for a fraction of class, after developing a convincing campaign marked by a certain hegemonic project of society, in order to resolve a crisis of hegemony with the aim of preserving the order threatened by this, and not by establishing a new hegemony, we demonstrate that the seizure of power did not mean the establishment of a full hegemony – in the terms of Gramsci - as it was not possible to obtain consensus within and between classes, reflected in the continuous use of the repressive apparatus throughout the regime (1964-1985). In this thesis we analyze a number of books published under the auspices of the publishing project of IPES. The main values broadcasted by the publishing project of the Institute for Research and Social Studies (IPES) were anti-communism and a model of democracy free from characteristics considered "negative" - the trade union agitation, extreme nationalism etc. The characteristics of the publishing market and its influence on projects developed by publishers during this period together with the disclosure of values of the group of multinational capital and associated contributed to the construction of the hegemonic project of society diffused by this sector which expressed the yearning for a new order from the point of view of economic, political and military critics of the political system as practiced in Brazil since 1946. Rather than preach against the president João Goulart (1961-1964), they tried to use the advertisement of values to influence the generation of future leaders.

**Keywords:** Coup d'état of 1964; Literature; Publishing market, Ideological diffusion; Institute for Research and Social Studies (IPES)

Niterói

Maio de 2010

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 1 – Representação da democracia desde seus primórdios .....	75
FIGURA 2 – Mapa do avanço comunista .....	107
FIGURA 3 – Karl Marx considerado o “pai da guerra revolucionária comunista” .....	146

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	1
Considerações sobre o estado da arte .....	1
Discussão conceitual .....	3
Objetivos .....	5
Hipóteses .....	5
Metodologia e fontes .....	6
Estrutura da dissertação .....	8
<b>Capítulo 1 - Difusão ideológica e busca de hegemonia no Brasil (1961-1964)</b> .....	11
1.1 – A crise dos anos sessenta: formação do novo bloco histórico .....	11
1.2 – A última via institucional: as eleições presidenciais de 1960 .....	14
1.3 – Renúncia e parlamentarismo: o aprofundamento da crise do regime populista ....	15
1.4 – As eleições legislativas de 1962 .....	18
1.5 – Quebra de hierarquia: o elemento militar .....	20
1.6 – Desenvolvimento da crise orgânica .....	21
1.7 – IPES: liderança e desenvolvimento da estrutura de difusão ideológica .....	26
1.8 – Considerações finais .....	44
<b>Capítulo 2 – Cultura e hegemonia: o mercado editorial brasileiro e a difusão ideológica do grupo do capital multinacional e associado</b> .....	46
2.1 – O mercado editorial brasileiro na década de 1960 .....	53
2.2 – O embate ideológico através da edição de livros: considerações sobre as editoras progressistas .....	60
2.3 - A difusão ideológica através dos livros: anticomunismo e democracia sob a ótica do grupo do capital multinacional e associado .....	63
2.4 - Considerações finais .....	73
<b>Capítulo 3 – Democracia e anticomunismo: historicidade de conceitos dialéticos</b> .....	74

3.1 - Anticomunismo: considerações gerais .....	78
3.2 - Democracia: considerações gerais .....	83
3.3 - O anticomunismo no Brasil .....	89
3.4 - O sistema político brasileiro: democracia e anticomunismo .....	93
3.5 - Considerações finais .....	105
<b>Capítulo 4 – Os projéteis são as palavras: democracia e anticomunismo através dos livros difundidos pelo IPES .....</b>	<b>106</b>
4.1 - A Guerra Fria e as mudanças no plano político internacional .....	107
4.2 - A coexistência pacífica e a Política Externa Independente (PEI) brasileira .....	115
4.3 - Brasil, Cuba e Estados Unidos: a Aliança para o progresso e as relações hemisféricas .....	129
4.4 - Movimento sindical: sindicalismo “democrático” <i>versus</i> sindicalismo “soviético” .....	136
4.5 - A PEI, a Crise dos Mísseis e o impasse interno: contornos de uma crise .....	143
4.6 - A doutrina de Guerra Revolucionária .....	145
4.7 - Volta ao presidencialismo: rumo ao golpe de 1964 .....	159
4.8 – Considerações finais.....	161
<b>Conclusão .....</b>	<b>162</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>167</b>
<b>APÊNDICE A – Informações sobre as obras analisadas .....</b>	<b>176</b>
<b>ANEXO A – Imagens das capas dos livros analisados (Edições GRD) .....</b>	<b>187</b>
<b>ANEXO B – Imagens das capas dos livros analisados (Editora Record – Coleção Livros para a Juventude) .....</b>	<b>196</b>
<b>ANEXO C – Documentos do Arquivo IPES .....</b>	<b>203</b>

## **Introdução**

A idéia de nossa pesquisa derivou de um estudo anterior, feito na minha monografia de final de curso da graduação em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intitulada *A relação civil-militar no golpe de 1964: o caso de Aliomar Baleeiro*, orientada pelo professor Renato Luís do Couto Neto e Lemos. Ao longo da monografia, trabalhei com a divulgação das idéias de que estaria em curso no Brasil uma guerra revolucionária comunista. O deputado Bilac Pinto, correligionário e amigo pessoal de Baleeiro e porta-voz da oposição udenista no Congresso Nacional nos anos imediatamente precedentes ao golpe, foi responsável pela divulgação das teses de que estava em curso no país uma guerra revolucionária comunista através de textos publicados em diferentes jornais no ano de 1963.

O levantamento feito em cima da temática sobre a Doutrina de Guerra Revolucionária nos levou à aquisição do livro que originou a presente pesquisa de mestrado. O livro de Francisco Ruas Santos, *A guerra revolucionária comunista*, faz parte da coleção *Livros para a juventude*, da Distribuidora Record, e constitui nossas principais fontes de análise, conforme indicaremos mais à frente. O professor Renato Lemos adquiriu o livro e me mostrou. Estávamos realizando um levantamento sobre a Doutrina de Guerra Revolucionária e, diante da escassez de literatura sobre o assunto, ficamos entusiasmados ao encontrar este exemplar. Ao analisar, percebemos que o discurso era direcionado para o público jovem, e que este exemplar fazia parte de uma coleção com uma organicidade, com temáticas bastante interessantes para desenvolver uma nova pesquisa. A partir daí, adquirimos mais alguns títulos e começamos a levantar a idéia da presente pesquisa. Unimos a isso as informações fornecidas por René Dreifuss sobre a ligação entre o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a edição de livros, começando assim a montar o projeto de pesquisa do mestrado, com o qual ingressei no ano de 2008 no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF).

## **Considerações sobre o estado da arte**

Diante da produção historiográfica sobre o período em questão e, mais especificamente, sobre a análise de empreendimentos culturais patrocinados pelo IPES – tema de nossa pesquisa – observamos uma maior atenção voltada para as consequências políticas imediatas da influência ideológica do capital multinacional e associado em detrimento de

interpretações mais pontuais. Alguns trabalhos, como o de Maria Heloísa Starling<sup>1</sup> e Maria Inêz Salgado de Souza,<sup>2</sup> caminham em direções mais pontuais. Porém, a justificativa que trazemos é a de que na historiografia brasileira atual a perspectiva destas autoras e de René Dreifuss vem recebendo críticas conceituais. A relevância de um trabalho na direção que estamos propondo, além de sua originalidade – por se tratar do estudo específico dos empreendimentos culturais patrocinados pelo IPES traduzido mais pontualmente na edição de livros – está em contribuir para o debate historiográfico acerca da temática do golpe de 1964, assunto tem sido revisto a partir de uma abordagem cujo enquadramento é realizado em um tempo bastante curto (1961-1964), deixando de trabalhar as continuidades e descontinuidades do processo histórico, como observamos nos trabalhos de Argelina Cheibub Figueiredo, Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira.

Além disso, os estudos encontrados sobre o mercado editorial na década de 1960 são bastante escassos. Destacamos o trabalho de Sandra Reimão<sup>3</sup> sobre o mercado editorial brasileiro. A autora trabalha com alguns títulos baseada em números de listas de mais vendidos por ela pesquisada indo desde os anos 1960 até os anos 1990, traçando um panorama do mercado editorial brasileiro. A autora chega a importantes conclusões acerca do momento da indústria do livro no Brasil na década de 1960, indicando haver um crescimento do mercado editorial no mesmo período. Além do crescimento quantitativo observa o aumento da qualidade da literatura publicada no Brasil dos anos sessenta.

Outro importante autor na discussão sobre o mercado editorial brasileiro e suas conseqüências políticas e ideológicas é Gilberto Salgado<sup>4</sup>, que em seu estudo traça um interessante panorama das políticas públicas do livro no Brasil ao longo da década de 1960. Analisa algumas pesquisas e documentos da época e indica os mesmos caminhos iniciados por Reimão.

Importante também para essa discussão é o livro de Laurence Hallewel<sup>5</sup>. Seu esforço em construir um panorama da história do livro contribuiu muito para a presente análise. Este trabalho seminal de Hallewel nos fornece um panorama completo sobre a história do livro no

---

<sup>1</sup> STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

<sup>2</sup> SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>3</sup> REIMÃO, Sandra. *O Mercado editorial brasileiro*. São Paulo: ComArte, 1996.

<sup>4</sup> SALGADO, Gilberto Barbosa. *O imaginário em movimento: crescimento e expansão da indústria editorial no Brasil (1960-1994)*. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

<sup>5</sup> HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005.

país. Porém, para a década de 1960, as informações são bastante pontuais e pouco aprofundadas.

Por último destacamos a tese de doutorado de Andrea Galucio<sup>6</sup>. A autora trabalha com as editoras Civilização Brasileira (Rio de Janeiro) e Brasiliense (São Paulo) e seus editores, Ênio Silveira e Caio Prado Júnior, respectivamente. Longe de ser um trabalho biográfico, conduz a análise sobre o mercado editorial partindo da visão destes editores, construindo um excelente trajeto do mercado editorial brasileiro a partir da década de 1920. Além disso, discute o posicionamento político dos editores e a influência dos mesmos na política nacional e diante das políticas públicas do livro.

Apesar da bibliografia levantada, não encontramos temáticas que envolvessem essencialmente a questão da literatura como fonte de difusão ideológica. O estado atual da questão que relaciona o mercado editorial e a vida política nacional encontra-se em estágio bastante inicial.

### **Discussão conceitual**

Trabalharemos basicamente com as percepções de Antonio Gramsci para as análises político-ideológicas da sociedade brasileira da década de 1960, compreendendo que o nosso trabalho está inserido nos debates de conquista da hegemonia. Visando a aplicação do conceito dentro da temática proposta no projeto trabalharemos com a visão de René Dreifuss,<sup>7</sup> onde encontramos uma mesma linha teórica de pensamento. Gramsci trabalha a questão da hegemonia através de uma interpretação do Estado com características ampliadas que causaram novas determinações, proporcionando a socialização da política – incluindo-se aí o nascimento dos sindicatos, partidos de massas, sufrágio universal etc. Isso teria ocorrido após a década de 70 do século XIX. O Estado deixa de agir somente pela coerção e passa a buscar o consenso, a legitimação e a direção intelectual e moral do processo ocorrido na sociedade civil. Isso decorre da adoção dos valores de uma classe por outra classe. São esses os elementos básicos da concepção gramsciana de hegemonia, que está intimamente ligada com a idéia de sociedade civil<sup>8</sup> por ele trabalhada.

---

<sup>6</sup> GALUCIO, Andrea Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. 2009. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

<sup>7</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

<sup>8</sup> Recorremos a compreensão do conceito de sociedade civil de Gramsci a partir da seguinte definição de Virgínia Fontes: “Em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da *produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado*. O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete

A hegemonia definida por Gramsci possui dois significados principais. O primeiro é a idéia de que esta é um processo ocorrido na sociedade civil onde uma parcela da classe dominante exerce o controle a partir de sua autoridade intelectual e moral, sobre outras frações da classe dominante. O segundo está na relação entre a classe dominante e os dominados, onde a primeira busca moldar os interesses e as necessidades dos segundos<sup>9</sup>.

Esta disputa em busca da imposição de um projeto hegemônico específico se aproxima bastante do tema que procuramos desenvolver nesta dissertação de mestrado. Podemos compreender o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) como um aparelho privado de hegemonia - e o grupo do capital multinacional e associado como o sujeito social de tal aparelho - com um projeto específico que, através da divulgação de idéias como o anticomunismo e a defesa de uma democracia restrita, privada de características como a agitação sindical ou a organização da classe trabalhadora, buscou na sociedade civil o consenso e a legitimidade, para dirigir o processo intelectual e moralmente. Na liderança do processo encontramos a elite orgânica do capital multinacional e associado originário de uma função essencial da produção econômica, tal como proposto por Gramsci<sup>10</sup>.

Trazendo esta consideração para a temática da pesquisa e relacionando esta perspectiva com a compreensão de Dreifuss compomos o quadro interpretativo do objeto de pesquisa. Dreifuss<sup>11</sup> destaca, ao longo de sua análise acerca do grupo do capital multinacional e associado, o desenvolvimento de um projeto hegemônico de sociedade proposto por este grupo. Mostra as tentativas ocorridas, através do Congresso Nacional e das eleições para os cargos do Executivo e do Legislativo, de obter tais “direitos” através da via institucional ou “legítima”. Diante do fracasso destas tentativas este grupo se organiza e busca na sociedade civil o consentimento para os seus projetos, legitimando o golpe classista civil-militar de 1964.

---

para a organização (produção coletiva) de visões de mundo, da consciência social, de *formas de ser* adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (‘regulada’) na qual a eticidade prevaleceria (o momento ético-político da contra-hegemonia). Não há oposição entre sociedade civil e Estado, em Gramsci.” FONTES, Virgínia. “A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980”. In: NEVES, Lúcia M. W.; LIMA, Julio C. F. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006, pp. 201-240. Retiramos as citações de texto fornecido pela autora que reproduz o capítulo mencionado. Neste texto o trecho citado se encontra na p. 7. As seguintes citações desta referência seguirão a numeração mencionada nesta nota. Grifos da autora.

<sup>9</sup> CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

<sup>10</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.

## **Objetivos**

O objetivo geral desta dissertação é identificar as atividades de disseminação de valores ideológicos através de empreendimentos culturais, mais especificamente a edição de livros, que objetivavam, mais do que uma mudança de governo, transformações importantes no regime político vigente no país. Tentamos, também, caracterizar a difusão de valores ideológicos realizado pelo grupo do capital multinacional e associado no Brasil e suas conseqüências no processo de instauração de uma ditadura militar no país baseada em um projeto hegemônico de sociedade. Por fim, buscamos demonstrar, através da análise de livros editados ao longo da década de 1960, a existência de uma perspectiva estratégica de formação ideológica das gerações futuras de acordo com concepções anticomunistas e com um modelo de democracia isento de características consideradas “negativas”.

## **Hipóteses**

A hipótese central que norteou a dissertação supôs que os empreendimentos culturais em questão, principalmente a edição de livros, visavam a disseminação de valores ideológicos congruentes com a visão do grupo do capital multinacional e associado que, em consonância com as concepções militares da Doutrina de Segurança Nacional, contribuíram para a tomada do poder em 1964, terminando por modificar o regime impondo elementos constituintes no projeto hegemônico de sociedade desenvolvido ao longo da década de 1960. Ao lado desta proposta principal consideramos como sub-hipóteses: o grupo do capital multinacional e associado em ascensão na década de 1960 promoveu e patrocinou a edição de livros objetivando a construção de seu projeto hegemônico no âmbito da sociedade civil; os livros patrocinados pelo grupo do capital multinacional e associado em ascensão divulgavam concepções anticomunistas e defendiam um modelo de democracia isento de características consideradas “negativas” – tais como a agitação sindical, o nacionalismo extremado e a indisciplina militar.

---

<sup>11</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit.

## Metodologia e fontes

Ao desenvolver o projeto de pesquisa, ainda no ano de 2007, fizemos um levantamento inicial no Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) no Arquivo Nacional, que nos permitiu considerar este como o principal arquivo a ser pesquisado para demonstração de nossas hipóteses e viabilidade de nossa proposta. Sendo assim, ingressamos no curso de mestrado com uma pesquisa previamente iniciada. Diante disso pudemos nos dedicar à reformulação do projeto de pesquisa a partir da leitura das obras gerais. Outro fator que justifica o início efetivo da pesquisa em arquivo no final do ano de 2008 está no fato de que as nossas fontes primárias de análise – os livros cujo conteúdo nos serviriam de fonte para investigar nossas hipóteses – foram adquiridas em sebos e livrarias, formando uma biblioteca particular cujo acesso é irrestrito e facilitado. A aquisição de alguns destes livros foi possível devido ao levantamento prévio feito no Arquivo do IPES. A documentação bibliográfica compõe, junto ao fundo IPES, nosso corpus documental básico.

Em dezembro de 2008 iniciamos a pesquisa mais aprofundada nos arquivos do IPES, de Paulo de Assis Ribeiro (ambos depositados no Arquivo Nacional), de periódicos especializados na Biblioteca Nacional e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). A pesquisa nos documentos depositados no arquivo IPES serviram de base para embasar a demonstração de nossas hipóteses. A documentação encontrada possibilitou o detalhamento do processo histórico do período e, mais especificamente, da ligação do grupo do capital multinacional e associado (liderado pelo IPES) e de seu projeto hegemônico de sociedade com parcelas da sociedade civil ligadas à indústria do livro no Brasil. O arquivo de Paulo de Assis Ribeiro, pesquisado em seguida, nos forneceu poucas informações inéditas relevantes.<sup>12</sup>

No mesmo período em que a pesquisa era realizada no Arquivo Nacional buscamos algumas novas fontes, definidas a partir do livro *A História do Livro no Brasil*, de Laurence Hallewell.<sup>13</sup> A pesquisa foi iniciada na Biblioteca Nacional nos periódicos especializados, onde são tratadas questões relacionadas ao mercado editorial. Consultamos assim o *Boletim Bibliográfico Brasileiro* e o *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional*. O primeiro nos forneceu informações sobre o mercado editorial e, em menor grau, sobre a posição política de alguns editores. O segundo é constituído pelas listas de livros que entraram na Biblioteca

---

<sup>12</sup> René Armand Dreifuss utilizou o arquivo de Paulo de Assis Ribeiro. As informações interessantes ao nosso trabalho encontram-se analisadas no livro do referido autor. DREIFUSS, René Armand. Op. cit.

Nacional através do depósito legal. Ambas as fontes são bastante interessantes na tentativa de reconstruir de maneira mais aprofundada o mercado editorial do período, na medida em que nos fornecem importantes informações sobre as temáticas publicadas, as editoras e os editores. Porém, para a nossa pesquisa, consideramos que este esforço seria impossibilitado pelo curto espaço de tempo no qual é desenvolvido o mestrado.

Após o término da pesquisa nos arquivos citados, iniciamos a consulta ao arquivo do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Em visita ao SNEL no final de 2008, soubemos que a documentação disponível para o período procurado (1961-1965) se reduzia às atas das reuniões de diretoria. O arquivo que guarda informações sobre as editoras sindicalizadas não está disponível para consulta devido a questões legais. De qualquer maneira, consultamos as atas das reuniões de diretoria. As atas são, em grande parte, bastante pontuais e não fornecem muitas informações sobre os debates ocorridos. Ainda assim, esta documentação nos serviu para concluir que o SNEL se definia como representante dos interesses corporativos da indústria do livro. A indicação da atuação política deste grupo, ponto inicial a ser buscado, não foi encontrada.

Nesta primeira fase da pesquisa, acreditamos ter cumprido os dois primeiros objetivos definidos em nosso projeto inicial, quais sejam: identificar as atividades de disseminação de valores ideológicos através de empreendimentos culturais, mais especificamente a edição de livros, que objetivavam, mais do que uma mudança de governo, transformações importantes no regime político vigente no país; caracterizar a difusão de valores ideológicos realizada pelo grupo do capital multinacional e associado no Brasil e suas conseqüências no processo de instauração de uma ditadura militar no país baseada em um projeto hegemônico de sociedade. Demonstramos, no material apresentado, nossa hipótese central. Esta pode ser resumida da seguinte forma: compreendemos que os empreendimentos culturais em questão visavam a disseminação de valores ideológicos congruentes com a visão do grupo do capital multinacional e associado que, em consonância com as concepções militares da Doutrina de Segurança Nacional, contribuíram para a tomada do poder em 1964 terminando por modificar o regime impondo elementos constituintes do projeto hegemônico de sociedade desenvolvido ao longo da década de 1960. No material estudado ao longo da primeira fase da pesquisa temos a demonstração de nossa primeira sub hipótese: a de que o referido grupo, em ascensão na década de 1960, promoveu e patrocinou a edição de livros objetivando a construção de seu projeto.

---

<sup>13</sup> HALLEWELL, Laurence. Op. cit.

Acreditamos ter cumprido na segunda fase de pesquisa o nosso último objetivo, qual seja: demonstrar, através da análise de livros editados ao longo da década de 1960, a existência de uma perspectiva estratégica de formação ideológica das gerações futuras de acordo com concepções anticomunistas e com um modelo de democracia isento de características consideradas “negativas”; e demonstrar a segunda sub-hipótese: que os livros patrocinados pelo grupo do capital multinacional e associado em ascensão divulgavam concepções anticomunistas e defendiam um modelo de democracia isento de características consideradas “negativas” – tais como a agitação sindical, o nacionalismo extremado e a indisciplina militar.

Na segunda fase da pesquisa, nos detivemos na análise do grupo de livros definidos como escopo de nossa investigação. A partir da pesquisa já realizada, pudemos adotar alguns critérios para determinar este grupo. O levantamento nos forneceu cerca de 70 títulos. Nosso objetivo, como dito anteriormente, era analisar o conteúdo destes livros. A análise de todos os títulos levantados seria impossível devido ao tempo curto que tínhamos. O grupo de livros analisados deve ter sido publicado por empresas cujos editores ou donos fizessem parte do IPES como associados. Dentro deste critério mais geral, definimos quais editoras possuíam maior expressividade quantitativa e qualitativamente. A partir desta escolha, dividimos a análise por público-alvo a fim de demonstrar as diferentes formas que os mesmos temas podem encontrar. Ficamos assim com dois grupos de livros, um voltado para os jovens e o outro de literatura adulta, mais rebuscada. O primeiro grupo, da Distribuidora Record, representada no IPES por Décio de Abreu, e o segundo, da Editora GRD, representado por Gumercindo Rocha Dórea.

### **Estrutura da dissertação**

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro buscamos contextualizar nossa pesquisa historicamente, inserindo nossa discussão no contexto de crise orgânica da década de 1960 no Brasil. Para isso, analisamos os principais acontecimentos que contribuíram para a caracterização do ambiente de crise orgânica do regime populista. Incluímos nesta conjuntura uma caracterização do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), demonstrando sua forma de ação e sua ligação mais geral com as editoras/editores. Junto à contextualização histórica apresentaremos o escopo teórico que será utilizado ao longo da dissertação. Para isso destacaremos as análises de Antonio Gramsci e Raymond Williams acerca do conceito de hegemonia. Tal conceito será utilizado no desenvolvimento

das hipóteses apresentadas na introdução – e retomadas neste capítulo de forma mais desenvolvida. O período delimitado vai da eleição de Jânio Quadros em 1960, considerada como a última tentativa de domínio da sociedade política pelo grupo do capital multinacional e associado através das vias legais e institucionais, ao golpe de 1964.

No segundo capítulo procuramos compreender como a questão da cultura é inserida teoricamente nos debates acerca da questão da hegemonia, utilizando a conceituação de Antonio Gramsci<sup>14</sup> e de Jesus Martin-Barbero<sup>15</sup>. Junto a este debate, desenvolvemos uma contextualização do mercado editorial brasileiro na década de 1960, pensando nos contrapontos ideológicos presentes na edição e divulgação de livros. Em seguida, apresentamos o debate em torno da ligação do IPES e o mercado editorial da época indicando possibilidades de ligação entre o patrocínio e divulgação de livros como instrumento de difusão ideológica do grupo multinacional e associado que conduzia o processo de tomada de poder. Além disso, analisamos as listas de publicações encontradas no arquivo do IPES selecionando os livros que serão estudados nos capítulos seguintes.

No capítulo três tratamos dos conceitos de democracia e anticomunismo mais especificamente. Porém, não se trata de um capítulo eminentemente teórico. Nosso objetivo é trabalhar com os conceitos apontando suas diferentes abordagens e, em seguida, aplicando esta tipologia teórica à realidade brasileira dos oitocentos até fins da década de 1950. Junto a isto, procuramos retirar exemplos dos livros selecionados. Nossa escolha é justificada pelo fato de que, mesmo tendo sido escritos na década de 1960, os livros nos trazem interpretações de diferentes períodos e conjunturas, além de reflexões e definições teóricas sobre a democracia e anticomunismo. Consideramos que estes dois conceitos interagem de forma dialética. Devido a esta visão, compreendemos ser mais indicado mesclar os assuntos em nossa análise, já que é justamente desta forma que aparecem nos títulos escolhidos.

No capítulo 4 daremos continuidade às análises iniciadas no capítulo 3, centrando nossa interpretação entre os anos de 1961 e 1964. Para isso, realizamos a análise dos livros escolhidos comentando e retirando trechos que justificam nossas hipóteses de pesquisa. Junto a isto, procuramos contextualizar historicamente temas encontrados nos textos, tais como a Revolução Cubana e sua influência na América Latina, a “política externa independente” de Jânio Quadros, o avanço dos partidos comunistas internacionais e a questão da Guerra

---

<sup>14</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2; *Idem.*, *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3; *Idem.*, *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 6.

<sup>15</sup> MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

Revolucionária. Seguimos como eixo central das interpretações a oposição entre anticomunismo e democracia, tal como proposto no capítulo anterior.

Na Conclusão observaremos se os nossos objetivos e hipóteses iniciais foram alcançados buscando demonstrar até onde conseguimos tratá-las da forma proposta, indicando eventuais dificuldades e desdobramentos da pesquisa desenvolvida.

Incluimos ainda um Apêndice com as informações reunidas de todos os livros analisados e três anexos. O Anexo A é constituído pelas imagens das capas dos livros analisados editados pelas Edições GRD. O Anexo B é composto pelas imagens das capas dos livros analisados editados pela Editora Record. E o Anexo C traz reproduções de documentos encontrados no Arquivo IPES.

## Capítulo 1 - Difusão ideológica e busca de hegemonia no Brasil (1961-1964)

### 1.1 - A crise dos anos sessenta: formação do novo bloco histórico<sup>16</sup>

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa podemos observar alguns pontos de extrema relevância para a caracterização do momento de crise orgânica do capitalismo brasileiro da década de 1960, onde diversos atores políticos atuaram de forma direta e contribuíram para a execução e consolidação da tomada de poder em 1964.<sup>17</sup> Parcelas da sociedade civil e, mais especificamente, representantes do capitalismo monopolista ascendente na conjuntura econômica brasileira tiveram importante papel no desenvolvimento de um projeto hegemônico de sociedade que se pretendia vitorioso. As vias institucionais legais não bastaram para a conclusão de suas pretensões. A solução golpista os fez pôr em curso uma bem articulada rede de influências liderada pela parcela representante do capital internacionalista, baseado em divisas multinacionais e em operações de associação de capital. A ascensão deste grupo ao domínio do poder econômico no período inaugurado por Juscelino Kubitschek (1956-1961) e pela abertura do mercado brasileiro à entrada massiva de capital estrangeiro gerou uma demanda evidente de domínio político desta fração da classe dominante brasileira.

O objetivo dos representantes do grupo do capital multinacional e associado, em um primeiro momento, era o de compartilhar o poder com a convergência de classe populista<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Para Gramsci o conceito de bloco histórico é “... a unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos.” GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3. p. 26.

<sup>17</sup> Algumas considerações sobre a nossa interpretação acerca do golpe civil-militar de 1964 servirão de diretriz para conduzir o desenvolvimento de nossas idéias ao longo da pesquisa. Compreendemos o golpe civil-militar de 1964 como uma conquista de uma fração de classe, decorrente do desenvolvimento de uma campanha de convencimento pautada por um determinado projeto hegemônico de sociedade, que acontece para resolver uma crise de hegemonia com objetivo de preservar a ordem ameaçada por esta, e não pelo estabelecimento de uma nova hegemonia. A conquista do poder não significou o estabelecimento de uma hegemonia plena – nos termos de Gramsci –, na medida em que não foi possível a obtenção do consenso intra e entre classes, refletido no recorrente uso do aparato repressivo ao longo de todo o regime (1964-1985). Pelo contrário, causou o aprofundamento da crise de hegemonia brasileira inaugurada nos anos 1930. Desta maneira, entendemos que 1964 garante o silenciamento de uma parcela da classe dominante e o estabelecimento da violência entre classes, elevando a coerção sobre o consenso e permitindo a manutenção da ordem previamente ameaçada. Desenvolveremos melhor este debate ao longo do presente capítulo. GRAMSCI, Antonio. Op. cit.. v. 3.; FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil”. In: *Reflexões Im-pertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005; MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica da década de 1960*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009; DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.

<sup>18</sup> A convergência de classe populista pode ser explicada pela definição de populismo encontrada em Dreifuss que entende “[...] o populismo como o bloco histórico construído pelas classes dominantes dentro das condições particulares do Brasil, isto é, a integração e articulação de diferentes classes sociais sob a liderança de um bloco

que controlava o Estado.<sup>19</sup> Porém, o domínio político da burguesia tradicional e dos setores oligárquicos entrava em conflito com os interesses do capital monopolístico transnacional. Ao longo da década de 1960 observamos o crescimento do embate político-ideológico destes grupos. Trataremos deste momento a fim de caracterizar a correlação de forças existentes no país ao longo da década de 1960, desde o início da crise do regime populista até a derrocada do regime político referido com a derrubada de João Goulart. Esta conjuntura deve ser entendida como o resultado de um momento de crise orgânica<sup>20</sup> estrutural do regime populista vigente desde 1946, cujo resultado foi uma articulada ação coletiva da fração da classe dominante representante dos interesses do capital monopolístico transnacional, que resultou em um golpe de classe, executado por forças militares sob a sua liderança, com apoio e participação de importantes parcelas da sociedade civil brasileira.

Voltando às origens da problemática desenvolvida acima, destacamos algumas considerações relevantes. Como podemos observar, o crescimento do poder econômico do grupo acima apresentado ia de encontro às ações e políticas empreendidas pelo governo populista. A produção acadêmica acerca do período põe em xeque a noção do conceito de populismo e considera o interregno entre os anos de 1946 e 1964 como um momento de experiência democrática. Devemos elucidar que discordamos em grande parte de ambas as questões destacadas. Entendemos que o termo populismo trata de um tipo específico de regime político, baseado em um compromisso entre classes onde a incapacidade das frações de classe em exercer a dominação direta deu origem ao “Estado de compromisso”, que entrou em crise na década de 1960.<sup>21</sup>

---

de poder oligárquico-industrial. Mesmo sendo a forma que tentou encobrir a supremacia de classe desse bloco de poder, o populismo permitiu a existência de um espaço político no qual as classes trabalhadoras foram capazes de expressar algumas de suas reivindicações e de desenvolver formas organizacionais que tentaram quebrar a camisa-de-força ideológica e política populista.” DREIFUSS, René Armand. Op.cit., p.36, nota 55. Para uma excelente discussão acerca do uso do conceito de populismo, ver MELO, Demian Bezerra de. Op.cit., p. 26-27.

<sup>19</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 136.

<sup>20</sup> O conceito de crise orgânica é assim definido por Álvaro Bianchi: “Colocando de tal maneira o problema, temos que a crise de hegemonia não é definida automaticamente pela crise econômica. A crise econômica, tomada em seu sentido amplo como crise de acumulação resultante da queda tendencial da taxa de lucro, pode ser pressuposta da crise de Estado. Mas ela não a põe, por si própria, a crise de hegemonia. Quando a crise econômica e a crise de hegemonia coincidem no tempo, temos o que Gramsci chama de crise orgânica, uma crise que afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social. Para a eclosão da crise orgânica é preciso a coincidência dos tempos dessa crise de acumulação com o acirramento do choque entre as classes, e no interior delas próprias entre suas frações.” BIANCHI, Álvaro. “Crise, política e economia no pensamento gramsciano”. In: *Novos Rumos*, nº 36, 2002, p.28-37. *apud* MELO, Demian Bezerra de. Op. cit., p. 56.

<sup>21</sup> Não entraremos no debate acerca da caracterização mais aprofundada da problemática acadêmica em torno do conceito de populismo. Visamos determinar resumidamente nossa concordância com as correntes que analisam o período baseadas na validade e atualidade de tal conceito. Para discussão sobre o estado atual desta questão, ver MELO, Demian Bezerra de. Op. cit., p. 28 -29.

No início da década de 1960, surgem duas forças sociais que desafiam o populismo.<sup>22</sup> A primeira diz respeito aos interesses do capital multinacional e associado – que seria a força sócio-econômica dominante ao longo da década de 1960 – e a segunda o crescimento e a politização da classe trabalhadora industrial, provocando o acirramento da luta de classes.

A proeminência dos grupos representantes dos interesses do capital multinacional e associado teve como consequência a formação de um novo conjunto de agentes sócio-políticos e de um aparelho civil e militar modernizante. Tais agentes – os tecno-empresários, caracterizados por Dreifuss como os intelectuais orgânicos do novo bloco de poder em formação, serão os principais atores políticos da crise do regime populista.

Estes agentes, nos governos que antecederam o golpe de 1964, participavam dos aparelhos políticos e burocráticos do Estado. Os interesses multinacionais e associados formaram uma estrutura tecno-burocrática através da rede de influências dentro do aparelho de Estado. Esta estrutura Dreifuss irá chamar de anéis de poder burocrático-empresariais.<sup>23</sup> Esta rede era formada pelas camadas mais altas da administração pública e pelos técnicos pertencentes a agências e empresas estatais. Tais anéis de poder favoreciam, quase exclusivamente, os interesses empresariais específicos, em detrimento de outros setores da sociedade civil. Além dos tecno-empresários, Dreifuss destaca a participação de militares, principalmente membros do quadro da Escola Superior de Guerra (ESG). Estes elementos representavam, na sociedade política,<sup>24</sup> os interesses dos grupos organizados na sociedade civil. A representação de interesses de grupos da sociedade civil na sociedade política é definida pelo autor como administração paralela e uso do lobbying sobre o Executivo.<sup>25</sup>

No âmbito da sociedade civil, Dreifuss aponta para o desenvolvimento de uma estrutura de solidariedade de interesses do bloco multinacional e associado, em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, que inclui escritórios de consultoria empresarial, associações de

<sup>22</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 136-159.

<sup>23</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. *apud* DREIFUSS, Op. cit., p. 80.

<sup>24</sup> Para Gramsci, o Estado é visto como uma relação social e não como um sujeito ou um objeto – forma muitas vezes considerada por outros autores. Propõe uma visão triádica desta relação. Para ele, existem três níveis de percepção da sociedade e do Estado. O primeiro se refere à infra-estrutura – estrutura econômica, que envolve as relações de produção e trabalho. Em seguida a sociedade civil, um dos planos superestruturais, que organiza os indivíduos em aparelhos privados de hegemonia, e por último a sociedade política ou Estado no seu sentido estrito, segundo plano superestrutural. A “fórmula” proposta por Gramsci, resumidamente, é: **Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção**. A sociedade política e a sociedade civil são vistas como uma relação dialética, como momentos distintos, porém em constante interação. A compreensão gramsciana resulta na criação do conceito de Estado ampliado, justamente por reinterpretar o Estado a partir da uma visão triádica. Devemos ter em mente, no âmbito da análise metodológica, que esta noção gramsciana de Estado apresenta uma distinção entendida pelo próprio autor como metodológica, e não orgânica. GRAMSCI, Antonio. Op. cit., v. 3, p. 244. Grifos meus.

<sup>25</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 110.

classe patronais, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e a American Chambers of Commerce, e grupos de ação, sendo o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) o mais importante deles.

Acompanhamos Dreifuss na idéia de que esta estrutura de solidariedade representava o partido<sup>26</sup> político do grupo dos interesses multinacionais e associados. Voltaremos a esta questão quando tratarmos especificamente da caracterização do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

A representação na sociedade política através da administração paralela e do uso do lobbying do Executivo eram alguns dos elementos considerados importantes pelos interesses multinacionais e associados. Além disso, “eles desejavam compartilhar do governo político e moldar a opinião pública, assim o fazendo através da criação de grupos de ação política e ideológica”.<sup>27</sup> A atuação destes aparelhos privados de hegemonia no início da década de 1960 incluiu a influência direta deste grupo no apoio à candidatura de Jânio Quadros à presidência. Para Dreifuss, esta foi a última tentativa eleitoral para conseguir compartilhar o poder de Estado com o bloco populista vigente.

## **1.2 - A última via institucional: as eleições presidenciais de 1960**

As eleições de 1960 refletiam o quadro político-partidário nacional. O apoio da União Democrática Nacional (UDN) à coligação (composta, além da UDN, pelos seguintes partidos: Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Trabalhista Nacional (PTN) ) pela candidatura Jânio Quadros reflete tal quadro. Jânio possuía uma postura peculiar, afastando-se de ligações partidárias mais íntimas, o que viria refletir em seu governo. Compondo a chapa temos o nome de Milton Campos como candidato a vice. A chapa da situação (Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)-Partido Social Democrático (PSD) ), apoiada pelo presidente Juscelino Kubitschek, era composta pelo Marechal Henrique Teixeira Lott para presidência e por João Goulart para a vice-presidência. A legislação eleitoral permitia a eleição de candidatos de

---

<sup>26</sup> Utilizaremos o conceito de partido na acepção gramsciana, onde um partido é qualquer aparelho privado de hegemonia que organize um grupo, constituindo uma vontade coletiva organizada concretizada na ação, incluindo a imprensa, as agremiações, associações e afins. Para a conceituação completa ver GRAMSCI, Antonio. Op. cit., caderno 13, v.3.

<sup>27</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 111.

chapas diferentes para a presidência e a vice-presidência, o que acarretou no resultado do pleito de 1960.

A UDN vencera sua primeira eleição presidencial com a subida de Jânio Quadros ao cargo máximo do Executivo. A força do candidato a vice pela chapa PTB-PSD fez com que seu êxito fosse incompleto. A ascensão de João Goulart como vice-presidente incomodou diversos setores das forças udenistas e das parcelas da sociedade civil que os apoiavam. A UDN era o partido mais próximo às idéias do capital multinacional e associado que vinha angariando espaço político no cenário nacional.<sup>28</sup> A administração paralela se tornara governo com Jânio. Porém, ao longo do seu período presidencial,<sup>29</sup> os interesses multinacionais e associados viram a impossibilidade de obter o reajuste extensivo da economia e da administração dentro de um sistema político eleitoral, na medida em que a economia que vinha enfraquecida do governo Juscelino Kubitschek e uma burocracia com vícios administrativos populistas eram cada vez mais inadequados aos seus objetivos. Estas questões resultaram em uma incapacidade, frente à crescente participação popular, de tornar um governo empresarial estável. O sistema político eleitoral aberto a interesses e pressões conflitantes também pode ser apontado como um dos fatores desta impossibilidade.

O entusiasmo udenista perde força ao longo do curto mandato presidencial de Jânio. A condução do processo político, com a adoção de uma política externa independente que se afastava do alinhamento aos Estados Unidos dentro do quadro internacional, resultou num descontentamento de setores que o apoiaram anteriormente. Apesar da condução da política econômica estar de acordo com os interesses representados, pois as diretrizes econômicas eram desenvolvidas por representantes do capital multinacional e associado, das associações de classes empresariais, membros da ESG entre outros que compunham os principais ministérios de Quadros, a aproximação com países e líderes comunistas e socialistas incitou ainda mais o medo do “perigo vermelho”, latente nos meios políticos conservadores.

### **1.3 - Renúncia e parlamentarismo: o aprofundamento da crise do regime populista**

A inesperada renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 causou um imenso alvoroço na política nacional. Os correligionários da UDN viam sua vitória esvaindo-se pelas

---

<sup>28</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., 136-159.

<sup>29</sup> Não nos deteremos aqui na análise dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, para não fugir dos objetivos do trabalho. Nossa intenção neste capítulo é contextualizar a crise do regime populista para compreender a derrocada final do mesmo com o golpe civil-militar de 1964.

mãos de um presidente que não havia honrado os compromissos firmados com o partido durante a campanha de 1960. A possibilidade de ascensão de João Goulart, “herdeiro político” de Getúlio Vargas, soou incômoda aos udenistas e aos grupos que o apoiavam naquele momento. Com a renúncia, os ministros militares marechal Odílio Denis, almirante Sílvio Heck e brigadeiro Grun Moss formaram uma junta, com apoio de parte das Forças Armadas, e vetaram a posse do vice alegando que Goulart significaria uma ameaça à ordem e às instituições do país. Pretendiam impedir seu retorno – este estava em missão oficial à República Popular da China – ameaçando prendê-lo, podendo assim decretar a vacância do cargo, possibilitando a manutenção de Ranieri Mazzilli na presidência até a convocação de eleições extraordinárias em sessenta dias. Após a garantia do retorno de João Goulart sem possibilidade de prisão iniciam-se as discussões a fim de encontrar uma solução para a crise, acabando por surgir a defesa da adoção de um regime parlamentarista no país, restringindo assim o poder presidencial. As correntes legalistas, tanto militar quanto civil, discutiram amplamente a medida, o que terminou polarizando-as entre os que apoiavam a solução parlamentarista e os que defendiam a imediata posse de Goulart, mantendo em comum a rejeição do veto à posse do presidente. Este movimento causou resistência principalmente no Rio Grande do Sul, onde a “Campanha da Legalidade” ganhou força nacional a partir da incitação de Leonel Brizola, que junto a outros elementos defendiam a imediata posse de João Goulart na presidência, rejeitando amplamente a solução parlamentarista proposta.

No dia 2 de setembro de 1961, um dia após o retorno de Goulart ao Brasil, foi aprovada no Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 4, que instalou o parlamentarismo no país, limitando os poderes presidenciais. A solução foi um “golpe branco”,<sup>30</sup> realizada através de um mecanismo inconstitucional de mudança dos dispositivos da Constituição Federal – que não permitiam qualquer tipo de reforma constitucional em clima insurrecional. O parlamentarismo brasileiro foi definido por Otávio Dulci da seguinte forma:

o Parlamentarismo adotado em 1961, híbrido em sua formulação institucional e falseado pela prática quotidiana, prescindia de intencionalidade governamental para mostrar-se inadequado no contexto de divisão de forças e no ambiente de crise estrutural em que surgiu.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> TOLEDO, C. N. de . *O governo Goulart e o Golpe de 1964*. 18ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

<sup>31</sup> DULCI, Otávio. *UDN e o anti-populismo no Brasil*, A. Belo Horizonte: UFMG, 1986. p.176. Esta definição considera a crise dos anos 60 e a adoção do parlamentarismo como uma crise estrutural. Preferimos caracterizar este momento como uma crise de regime, como consideramos anteriormente, na medida em que as estruturas do Estado brasileiro foram mantidas, porém o regime “democrático” institucionalizado no país a partir de 1946 sofreu forte abalo e veio a ser substituído por um regime ditatorial. Essa distinção é essencial para compreender a

A solução parlamentarista criou posições híbridas, onde se mesclavam, a favor ou contra, diferentes frações de classe. Segundo Demian Melo, “o parlamentarismo foi o ‘golpe possível’ articulado pelas forças mais conservadoras, mas feito de forma tão improvisada que desagradou não só as esquerdas e Goulart mas um amplo espectro político”.<sup>32</sup>

Durante o curto regime parlamentarista<sup>33</sup> brasileiro houve três Conselhos de Ministros. O Gabinete Tancredo Neves, de disposição moderada, e que havia sido um dos articuladores da emenda parlamentarista, renunciou em junho de 1962, levando Goulart a indicar San Thiago Dantas para formar o novo gabinete, tendo o seu nome rejeitado pela aliança UDN-PSD. O presidente indicou o nome de Auro de Moura Andrade, que foi homologado pelo Congresso. No mesmo dia renunciou, devido à recusa de Goulart a aprovar seu gabinete ministerial. Após o impasse para a indicação do primeiro-ministro, Brochado da Rocha foi indicado e teve seu nome aprovado pelo Congresso. Seu ministério era presidido por personalidades de prestígio social, porém não muito atuantes na política partidária.

Goulart tinha como objetivo principal antecipar o plebiscito<sup>34</sup> sobre a volta ou não do presidencialismo para 1963 (o plebiscito estava originalmente marcado para 1965). Uma maioria parlamentar, representada pela UDN, pelo PSP e por uma parte do PSD, pretendia evitar a liquidação prematura do parlamentarismo. Dentro da UDN havia uma divisão quanto aos favoráveis ou não à volta do presidencialismo. A maioria dos parlamentares defendia a manutenção do parlamentarismo, enquanto governadores de alguns estados se opunham. Brochado da Rocha enviou ao Congresso por duas vezes um pedido de fixação da data do plebiscito, juntamente com uma solicitação de delegação de poderes ao governo.

A segunda negativa dos parlamentares potencializou as divergências entre o Legislativo e o Executivo e propiciou a renúncia de todo o gabinete. No dia seguinte o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) deflagrou uma greve geral,<sup>35</sup> previamente

---

forma do Estado brasileiro após 1964, onde estruturas como o Legislativo e o Judiciário foram mantidas, porém a forma de regime – com o fortalecimento do Executivo – foi modificada. É importante esclarecer a distinção entre crise estrutural, crise de regime e crise de governo (que é a crise da forma de governo) para compreender qualquer processo político.

<sup>32</sup> MELO, Demian Bezerra de. Op. cit. p. 101. Não pretendemos destrinchar esta questão. Para uma análise historiográfica atual desta discussão e dos desdobramentos do sistema parlamentarista e do plebiscito, ver a obra citada nesta nota.

<sup>33</sup> O parlamentarismo, como forma de governo, nos sugere pensar que nos anos 60 havia uma crise de governo. Porém, a adoção deste foi decorrência de um golpe “branco” desferido contra Goulart, caracterizando assim uma crise do regime “democrático” (regulado pela Constituição Federal) devido ao caráter inconstitucional de sua adoção.

<sup>34</sup> Para análise sobre a questão ver MELO, Demian Bezerra de. Op. cit.

<sup>35</sup> O movimento sindical brasileiro passava por um momento de mudanças estruturais importantes para a compreensão da luta política do período. Destacamos a criação de entidades paralelas, como o Pacto de Unidade

agendada. No mesmo dia, diante da perspectiva de uma crise ampla em torno da negativa à fixação da data do plebiscito, o Congresso aprova um projeto de lei complementar autorizando a realização deste no dia 6 de janeiro de 1963. A UDN acaba cedendo às pressões e vota a favor do projeto. Após a renúncia do Gabinete Brochado da Rocha, Hermes Lima é indicado para substituí-lo. Este Gabinete governou somente até o plebiscito em janeiro do ano seguinte, porém teve importância considerável por liderar o governo durante as eleições parlamentares de 1962 e a campanha do plebiscito.

#### 1.4 - As eleições legislativas de 1962

Ainda sob o regime parlamentarista foram realizadas as eleições legislativas de 1962. O conturbado quadro político brasileiro foi refletido em seus resultados. As eleições foram marcadas pela forte presença de organismos extra-partidários ao longo da campanha. A perspectiva de Dreifuss demonstra como houve uma efetiva ação ideológica dos intelectuais orgânicos de interesses multinacionais e associados em minar o campo de atuação do presidente e do bloco de poder nacional-reformista. Sua ação política no Congresso era dada através da Ação Democrática Parlamentar – ADP. Esta era formada por um

[...] bloco multipartidário, de senadores e deputados federais conservadores e reacionários, na maior parte da UDN e do PSD, e organizados através de uma rede, em todo o país, de grupos de Ação Democrática Popular – ADEP e que tinha até mesmo congêneres em muitos legislativos estaduais e municipais.<sup>36</sup>

Este grupo permitia a ação parlamentar da elite do bloco multinacional e associado na política nacional. Dreifuss considera a influência do complexo nas eleições de 1962

[...] como a mais abrangente operação jamais empreendida pela elite orgânica no campo de ação eleitoral, operação esta que envolvia todos os recursos do complexo IPES/IBAD e organizações paralelas, foi a intervenção simultaneamente encoberta e pública nas eleições de outubro de

---

e Ação (PUA) em 1960 e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962. As sucessivas greves e paralisações do período demonstram o desenvolvimento de uma maior autonomia do movimento sindical brasileiro, sendo um dos fatores que contribuíram para a configuração do momento de crise orgânica do regime populista.

<sup>36</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 339. Para mais informações, ver LAMARÃO, Sérgio. Ação Democrática Parlamentar. IN: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 5v. Vol. I. p. 24-25.

1962. Nessas eleições, a elite orgânica alcançou algumas de suas mais significativas vitórias, bem como algumas fragorosas derrotas.<sup>37</sup>

A representação no Congresso era vista como o canal legal essencial para a oposição a João Goulart, pois decidiria se este teria apoio político-institucional em seu governo. Além disso, assegurava à elite orgânica a possibilidade de reter as pretensões do bloco nacional-reformista no Executivo “durante o tempo necessário para possibilitar-lhe desenvolver sua campanha até que as Forças Armadas e a atmosfera política conduzissem a medidas mais drásticas”.<sup>38</sup> O complexo IPES/IBAD patrocinou candidatos, formulando seus programas eleitorais em troca de financiamento de campanha. Este patrocínio não foi feito através de vínculos partidários, mas sim pela orientação ideológica dos candidatos. Estes tinham de assinar um compromisso ideológico prometendo lealdade ao IBAD acima da lealdade a seu partido.<sup>39</sup> Além da influência nacional, houve uma campanha de financiamento proporcionada pela Divisão Ocidental da CIA (Central Intelligence Agency), com distribuição de recursos a candidatos anticomunistas.<sup>40</sup>

Os dados acima demonstram a importância do pleito de 1962 na conjuntura política nacional. Os resultados não se restringem aos números obtidos como resultado final da eleição. A análise de Dreifuss dá conta de aspectos políticos, econômicos e sociais do processo eleitoral de 1962, enquanto os outros livros estudados utilizam somente os resultados finais como fonte determinante para compreensão da composição do “novo” Legislativo.<sup>41</sup> Tais interpretações reduzem o resultado do pleito de 1962 à estabilidade da UDN, por ter praticamente mantido o número de cadeiras nas casas legislativas e nos governos de estado, compreendendo que tais resultados indicaram que o sistema político-partidário estava se consolidando. A problemática destas análises está justamente neste ponto, pois destacam também a superioridade do PTB em números de cadeiras, ressaltando, porém, a união PSD-UDN formando maioria no Congresso.

Para a nossa análise, a interpretação das eleições de 1962 possui um interessante conteúdo conjuntural, pois demonstra a consolidação do aparato civil-militar anti-Goulart que vinha se formando.

<sup>37</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 343.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 343.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 344.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 345.

<sup>41</sup> Para estas análises ver ARÊAS, João Braga. *Conservadores em ação: a UDN entre 1961-1965*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2005; BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *UDN e udenismo*, A. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; DULCI, Otávio. Op. cit.

Dentre os resultados negativos para a elite orgânica – que uniu a centro-direita do país – podemos destacar a derrota em São Paulo, com a eleição de Ademar de Barros pelo Partido Social Progressista (PSP), com apoio do Partido Republicano Progressista (PRP) e do Partido Social Democrático (PSD); a eleição de Leonel Brizola pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para deputado federal pela Guanabara; Eloy Dutra<sup>42</sup>, da coligação PTB e Partido Socialista Brasileiro (PSB) para vice do mesmo estado, podendo controlar de perto a atuação de Lacerda. O equilíbrio político ainda oscilava a favor das forças nacional-reformistas.

### 1.5 - Quebra de hierarquia: o elemento militar

Além do quadro de eleições legislativas, devemos levar em consideração os elementos da crise dentro das Forças Armadas, caracterizados por momentos de tensão na hierarquia militar devido às diferentes correntes políticas.<sup>43</sup> Encontramos discussões políticas nas Forças Armadas em relação a diferentes temas de interesse nacional, tais como o papel do capital estrangeiro na indústria brasileira. Durante a década de 1960, merece destaque a atuação da Escola Superior de Guerra (ESG), como formuladora de estudos e opiniões. A participação de civis em seus cursos aproximou o pensamento militar às percepções políticas do grupo do capital multinacional e associado, que contou com muitos de seus membros no apoio ao golpe de estado de 1964. A ESG foi uma das principais difusoras da concepção de guerra revolucionária no Brasil, visando o combate à “caminhada comunizante” que o país se encontrava. Voltaremos a este ponto em outro capítulo desta dissertação.<sup>44</sup> Além da ESG destacamos o fórum de discussão política das Forças Armadas, o Clube Militar. Esta associação congrega oficiais das três forças. No ano de 1962, a eleição para a sua diretoria contou com o apoio e financiamento do IPES, o que demonstra sua participação direta na ação coletiva empreendida. A eleição da Cruzada Democrática, apelidada de a “UDN militar”, nas referidas eleições, após quase dez anos de predomínio de militares nacionalistas em sua direção, aponta para os rumos que a instituição vinha tomando politicamente.<sup>45</sup>

<sup>42</sup> Eloy Dutra presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o IBAD. A investigação resultou no livro DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

<sup>43</sup> Para análise sobre as correntes militares ver ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

<sup>44</sup> Ao analisar os livros trataremos especificamente da questão da guerra revolucionária.

<sup>45</sup> Para maiores informações sobre as eleições do Clube Militar, ver CARDOSO, Rachel Motta. *Depois, o golpe: as eleições de 1962 no Clube Militar*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

A conjuntura de crise militar se deu a partir de alguns episódios como a mobilização dos sargentos por sua elegibilidade em 1963 e do episódio dos marinheiros em março de 1964. Estes momentos foram considerados quebra de hierarquia militar, pois os subalternos das Forças Armadas passaram a questionar e a desafiar politicamente as regras pré-estabelecidas. As discussões políticas no interior da corporação eram proibidas, exceto no âmbito do Clube Militar, fórum onde eram discutidas questões políticas restritas ao oficialato.

Em 1963 os subalternos foram considerados inelegíveis pelo Tribunal Superior Eleitoral e se insurgiram em Brasília sob a liderança de Antônio de Prestes Paula, da Aeronáutica. Um dia após a revolta vários manifestantes foram presos. Outro episódio interessante na análise da crise militar foi o caso dos marinheiros que em março de 1964 se amotinaram a fim de obterem o reconhecimento de sua Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Liderado pelo cabo José Anselmo dos Santos – que ficou conhecido pela sua suposta ligação com a CIA durante a ditadura – o movimento de 25 de março foi protegido por João Goulart que enviou um Batalhão do Exército para proteger o sindicato. O posicionamento de Goulart foi visto nas Forças Armadas como um intromissão nos assuntos corporativos, incitando a quebra de hierarquia. Este episódio é considerado por muitos como uma das causas imediatas para a consecução do golpe de 1964. Segundo Melo, “na compreensão da crise dos anos sessenta, a quebra na hierarquia das Forças Armadas, seja qual for o ponto de vista adotado, aponta um dos elementos da crise orgânica do regime: uma crise na principal instituição encarregada das funções de coerção do Estado capitalista.”<sup>46</sup>

## 1.6 - Desenvolvimento da crise orgânica

A ascensão de João Goulart e todas as questões inerentes ao seu governo geraram uma crise do regime populista ocorrida em dois momentos:

O primeiro momento consistia na incapacidade do bloco do poder governante de manter a correlação existente entre as classes dominantes e subordinadas dentro de condições de relativa estabilidade. [...] O segundo momento consistia na incapacidade do bloco populista governante de perpetuar sua posição hegemônica dentro do conjunto das classes dominantes.<sup>47</sup>

<sup>46</sup> MELO, Demian Bezerra de. Op. cit., p. 84.

<sup>47</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 156.

A assimetria entre o poder econômico do bloco multinacional e associado e sua falta de liderança política se tornava evidente na medida em que

O problema do Estado para os grupos econômicos multinacionais e associados dominantes era visto em termos de se conseguir igualdade político-jurídica com os grupos populistas no poder. Quando os canais político-partidários e administrativos não obtiveram êxito em atingir as reformas necessárias prenunciadas pelo bloco modernizante-conservador, e quando os interesses multinacionais e associados notaram as dificuldades crescentes em se conseguir conter a massa popular dentro do sistema político populista, o bloco de poder emergente teve de recorrer a outros meios. **As várias organizações da sociedade civil e política foram reconciliadas como expressão da consciência coletiva de classe pelo núcleo organizado do bloco multinacional e associado em seu estágio militante, desenvolvendo conjuntamente formações ideológicas e políticas capazes de alcançar seus objetivos estratégicos, traduzindo-os em ação política e estabelecendo a si próprias firmemente no poder.**<sup>48</sup>

Ao analisar a estrutura política de poder do capital multinacional e associado, Dreifuss utiliza<sup>49</sup> a interpretação de Gramsci acerca das relações de força. Gramsci discorre sobre o que seriam os três momentos das relações de força. O primeiro deles se dá no âmbito da estrutura, onde as relações de forças sociais estão a ela ligadas, independente da vontade dos homens. Neste ponto temos elementos metodológicos para analisar se uma dada sociedade possui as condições necessárias e suficientes à transformação, permitindo medir o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que nasceram em seu próprio terreno.<sup>50</sup> O segundo momento é o da relação das forças políticas, ou seja, “a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais.”<sup>51</sup> Dentro deste momento das relações das forças políticas, Gramsci diferencia três graus. O primeiro deles diz respeito ao grau econômico-corporativo. Neste grau a homogeneidade se dá, basicamente, no grupo profissional, representando interesses essencialmente corporativos e econômicos, sem nenhuma consciência de grupo social. O segundo grau definido pelo autor é o momento onde a consciência da solidariedade de interesses entre os diversos elementos do grupo social é atingida, porém somente no âmbito econômico. Aqui os interesses em comum são buscados inclusive no âmbito do Estado, porém reivindica-se apenas uma igualdade político-jurídica aos grupos dominantes. O terceiro e último grau é onde se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos superam o círculo corporativo. Este é o momento mais

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 117. Grifo meu.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 173.

<sup>50</sup> GRAMSCI, Antonio. Op. cit., v. 3. p. 40.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 40-41.

político, assinalando a passagem da esfera da estrutura para a esfera das superestruturas complexas.

[...] é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, **criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.**<sup>52</sup>

Desta maneira, Dreifuss entende a formação do bloco de poder multinacional e associado a partir da compreensão de que estes se encontram na esfera das superestruturas complexas, na medida em que se organizam em torno da construção de um projeto hegemônico de sociedade. É a partir desta idéia que desenvolveremos o ponto seguinte do presente trabalho, com o objetivo de demonstrar a ação político-ideológica do grupo do capital multinacional e associado, indicando a formação desta através dos aparelhos privados de hegemonia presentes na sociedade civil da época.

Além dos aspectos mais especificamente pontuados, devemos ressaltar ainda as conjunturas de crise no meio sindical, econômico e agrário.<sup>53</sup> A crise dos anos sessenta, para Demian Melo, se resume da seguinte forma:

[...] a crise dos anos sessenta é a combinação de uma série de crises: agrária, econômica, sindical, política e militar, que acabou resultando na crise de dominação política, do regime, orgânica, tendo no pré-64 se configurado uma situação pré-revolucionária no Brasil, já que a iniciativa independente das massas apenas começava a se esboçar, e mesmo assim sob a direção política de uma esquerda que fazia uma leitura errada do caráter da revolução brasileira e, caso não acertasse o rumo – o que parecia improvável – levaria, se tivesse tido tempo, o movimento das classes subalternas para um impasse. Antes que tal alternativa se esboçasse no horizonte histórico, veio o golpe empresarial-militar de 1964, que por isto mesmo foi uma ação contra-revolucionária preventiva das classes dominantes em conluio com o imperialismo.<sup>54</sup>

A crise dos anos sessenta, entendida de maneira mais aprofundada, nos mostra alguns desdobramentos importantes presentes na formação da burguesia nacional. Destacamos aqui duas abrangentes tradições brasileiras: “a da conciliação como forma de preservação dos

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 41. Grifos meus.

<sup>53</sup> Não discorreremos sobre estes aspectos, apesar de entender que a compreensão do período deva considerar todos os elementos constituintes da crise.

<sup>54</sup> MELO, Demian Bezerra de. Op. cit. p. 89-90.

interesses fundamentais das classes dominantes e a da contra-revolução preventiva como estratégia anticrises.”<sup>55</sup>

Para nossa análise, o caráter contra-revolucionário<sup>56</sup> preventivo do golpe é extremamente relevante. Esta proposição deriva, inclusive, da interpretação acerca da formação social brasileira na qual a burguesia nacional possui uma tradição de contra-revolução permanente<sup>57</sup> e onde as classes dominantes buscam conter as revoluções sociais ao mesmo tempo em que entram na ordem competitiva. A conciliação é desenvolvida pelos grupos dominantes com o objetivo de aplinar as divergências, ainda que tais posições se travestissem em benefícios ao povo.<sup>58</sup> No momento em que a utilização do aparato conciliatório da burguesia deixa de ser efetivo – e este é eficiente em “tempos normais”<sup>59</sup> – o conservadorismo partirá, muitas vezes, em busca de outras soluções. Uma delas é a contra-revolução. Esta aparece no momento onde a crise se aprofunda.

A possibilidade real ou o espectro de uma revolução de caráter comunista contribuíram para configurar no Brasil da primeira metade da década de 1960 uma situação pré-revolucionária. O anticomunismo empreendido e o desenvolvimento de uma campanha em tais termos fazia com que muitos acreditassem plenamente na existência de um movimento revolucionário comunista no país. Tais afirmações foram defendidas no Congresso Nacional por Bilac Pinto, deputado federal pela UDN. Através de discursos proferidos na Câmara dos Deputados e as entrevistas dadas a jornais<sup>60</sup>.

O primeiro discurso foi proferido no dia 25 de junho de 1963 na Câmara dos Deputados. A entrevista seguinte foi publicada nos jornais *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Correio Brasiliense* no dia 22 de janeiro de 1964. No dia seguinte discursou novamente na Câmara. No dia 9 de fevereiro de 1964 foi publicada uma entrevista sua no jornal *O Estado de São Paulo*. Em 16 de fevereiro de 1964 responde à defesa feita por Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil de João Goulart, contra suas denúncias. No dia 26 de fevereiro de 1964 volta à Câmara para mais um discurso. Pronuncia

<sup>55</sup> LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, nº. 5, p. 287-313, set. 2002. p. 289.

<sup>56</sup> O conceito de contra-revolução é desenvolvido no período da Revolução Francesa, opondo a burguesia revolucionária aos interesses feudais e clericais. Ao longo do tempo é adaptada pelas camadas das classes dominantes. MAYER, Arno. *Dinâmica da contra-revolução na Europa. (1870-1956)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>57</sup> FERNANDES, Florestan. *Revolução ou contra-revolução*. In: *Brasil em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.

<sup>58</sup> RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 110.

<sup>59</sup> LEMOS, Renato. Op.cit., p. 290.

<sup>60</sup> Todos foram publicados em PINTO, Bilac. *Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Forense, 1964.

palestra em Recife no dia 21 de março, publicada pelo *Jornal do Brasil* após o golpe, no dia 12 de abril, onde denuncia a guerra revolucionária na América Latina.<sup>61</sup>

Bilac Pinto, através de discursos na Câmara dos Deputados e entrevistas em jornais de grande circulação, denunciava a existência de uma guerra revolucionária comunista no país. A forma como as “denúncias” eram feitas e a amplitude destas no âmbito da sociedade civil proporcionaram a conjuntura onde o “inimigo comunista” era o ponto a ser combatido.

Além da mobilização da classe operária com a greve geral de 1961 e da proliferação de um movimento sindical paralelo devemos levar em conta o quadro internacional. A proximidade territorial e temporal com a Revolução Cubana (1959), seu alinhamento com o bloco socialista (1961) e a crise dos mísseis (1962), a Revolução Chinesa (1949) e a divulgação das idéias de Mao Tsé Tung, a construção do muro de Berlim dividindo o território alemão em 1961, a Guerra da Coréia (1950-1953) estão entre as principais conjunturas que justificam esta afirmação.

Mesmo os líderes deste processo que sabiam da efetiva inexistência de um movimento organizado estavam inseridos em uma dinâmica nacional e internacional conjuntural, que nos permite caracterizar o Brasil como um país em situação pré-revolucionária. Para Trotsky,

Considerando-se que a política do proletariado é o principal fator de desenvolvimento de uma situação revolucionária, o caráter não-revolucionário da direção proletária impede a transformação da situação pré-revolucionária em revolucionária declarada e, desse modo, contribui para transformá-la em situação contra-revolucionária.<sup>62</sup>

Esta citação de Trotsky nos leva ao resumo de crise orgânica proposto por Melo, onde a direção política de esquerda teria feito uma leitura errada da revolução brasileira, contribuindo para a transformação da situação pré-revolucionária em contra-revolucionária. A ação de classe burguesa se antecipou a uma provável releitura da revolução brasileira pelo movimento das classes subalternas ao conquistar o poder, demonstrando o caráter contra-revolucionário preventivo do golpe de 1964.

Este caráter preventivo é traduzido pelo grau de consciência política que a liderança do IPES possuía. Suas concepções tinham objetivos a longo prazo e eram essencialmente

---

<sup>61</sup> Cada discurso e entrevista compõem um capítulo do livro, sendo o último um elogio à “Revolução Democrática de 1964”. O livro possui ainda um apêndice com a condensação do quarto capítulo da obra de Theodor Arnold sobre o assunto e transcrição de documentos como a nota reservada de Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, sobre o comício de 13 de março e artigo de Pedro Dantas (pseudônimo de Prudente de Moraes Neto), sobre sua denúncia a respeito da guerra revolucionária, publicado em *O Estado de São Paulo*. Para maiores informações ver BILAC, Pinto. Op.cit.

<sup>62</sup> TROTSKY, Leon. *Aonde vai a França?*. São Paulo: Desafio, 1994, p. 87.

estratégicas. É esse movimento que buscaremos demonstrar a seguir, ao entrar mais especificamente na compreensão do dispositivo político-militar criado sob a liderança do IPES. Desta forma, pretendemos desenvolver os elementos necessários para o entendimento da ação coletiva de classe do grupo do capital multinacional e associado, focando nossa compreensão na rede construída para a difusão ideológica do mesmo grupo.

### **1.7 - IPES: liderança e desenvolvimento da estrutura de difusão ideológica**

De maneira geral, pretendemos dar conta da análise da atividade de disseminação dos valores ideológicos do grupo capital multinacional e associado realizada no Brasil na primeira metade da década de 1960, através de empreendimentos culturais, mais especificamente a edição de livros. O anticomunismo e um modelo de democracia isento de características consideradas “negativas” – a agitação sindical, o nacionalismo extremado e a indisciplina militar etc. – estão entre os principais valores constitutivos dos livros, produzidos internamente ou importados, principalmente, dos EUA. Tais livros expressam a aspiração por uma nova ordem, do ponto de vista de setores econômicos, políticos e militares críticos do sistema político praticado no Brasil desde 1946. Desenvolveremos nossa análise pontuando diferentes elementos conjunturais constitutivos deste processo. Nossa proposta consiste em relacionar a edição de livros (incluindo a posição de editores, editoras e entidades representativas) com a estratégia de ação coletiva empreendida pelo grupo do capital monopolístico internacional e associado em busca do convencimento de parcelas da sociedade civil. Neste capítulo, pretendemos desenvolver o ambiente conjuntural necessário para a posterior análise de alguns títulos editados entre os anos de 1961 e 1964.

Desta maneira, destacamos algumas considerações acerca da formação do complexo IPES/IBAD.<sup>63</sup> Nosso objetivo é demonstrar a conjuntura de formação do IPES, que teve atuação direta na execução do plano de ação da elite orgânica em busca do poder. Dreifuss compreende que este grupo se encontrava em um momento de homogeneidade: “Esse momento de homogeneidade, consciência e organização do processo traduziu-se pela formação de uma elite orgânica centrada na frente de ação do complexo IPES/IBAD”.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 173-200.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 173.

O IPES foi fundado em agosto de 1961,<sup>65</sup> logo após a renúncia de Jânio Quadros. O IPES, segundo seus fundadores, era uma agremiação apartidária com objetivos educacionais e cívicos. Diziam que sua ação era pautada pelo ponto de vista de um tecno-empresário liberal. A defesa da fortificação do regime democrático<sup>66</sup> era uma das principais justificativas para a ação ideológica empreendida pelo IPES. O Instituto reunia elementos de diversas formações ideológicas. “O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e sua ambição de readequar e reformular o Estado.”<sup>67</sup>

Ao contrário do que os membros do Instituto professavam, o IPES desenvolveu uma sofisticada ação política, ideológica e militar. A atuação se dava em diversas frentes, atingindo diferentes esferas da sociedade civil e chegando, inclusive, a esferas da sociedade política – nos termos de Gramsci – através da participação de membros do Congresso Nacional. O conceito de sociedade civil de Gramsci nos interessa particularmente neste trabalho, por isso destacamos a definição proposta por Virgínia Fontes que, de forma resumida, une os principais elementos do conceito gramsciano:

Em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da *produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado*. O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete para a organização (produção coletiva) de visões de mundo, da consciência social, de *formas de ser* adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (‘regulada’) na qual a eticidade prevaleceria (o momento ético-político da contra-hegemonia). Não há oposição entre sociedade civil e Estado, em Gramsci.<sup>68</sup>

Ainda segundo Fontes, “a sociedade civil, em Gramsci, é inseparável da noção de totalidade, isto é, da luta entre as classes sociais.”<sup>69</sup> A sociedade civil é vista como um duplo espaço da luta de classes na medida em que reflete as lutas internas e externas às mesmas.

<sup>65</sup> O IPES passou a existir oficialmente em 29 de novembro de 1961.

<sup>66</sup> Ao longo da dissertação aprofundaremos as concepções de democracia para os membros do grupo liderado pelo IPES, bem como sua posição anticomunista.

<sup>67</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 175.

<sup>68</sup> FONTES, Virgínia. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: NEVES, Lúcia M. W.; LIMA, Julio C. F. (org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, pp. 201-240. Retiramos as citações de texto fornecido pela autora que reproduz o capítulo mencionado. Neste texto o trecho citado se encontra na p. 7. As seguintes citações desta referência seguirão a numeração mencionada nesta nota. Grifos da autora.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 7.

Junto a esta noção destacamos a questão do consenso – ou convencimento –, que se liga diretamente ao conceito de hegemonia. Novamente citamos Fontes:

Este convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias no Estado e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, fortalecendo a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. [...] A sociedade civil é o momento organizativo a mediar as relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento.<sup>70</sup>

Podemos dizer, resumidamente, que Gramsci trabalha a questão da hegemonia através de uma interpretação do Estado com características ampliadas que causaram novas determinações, resultando da luta pela socialização da política – incluindo-se aí o nascimento dos sindicatos, partidos de massas, sufrágio universal etc. Isso teria ocorrido após a década de 70 do século XIX. O Estado deixa de agir somente pela coerção e passa a buscar o consenso, a legitimação e a direção intelectual e moral do processo ocorrido na sociedade civil. Isso decorre da adoção dos valores de uma classe por outra classe. A construção de um projeto hegemônico de sociedade, tal como propomos neste trabalho, ocorre na sociedade civil através dos aparelhos privados de hegemonia, que irá buscar – como veremos mais à frente – o consenso. É nesse corpo teórico que inserimos nossa pesquisa, que vem sendo pautada pela questão da disputa de hegemonia, empreendida pelo grupo do capital multinacional e associado e liderada pelo IPES.

A hegemonia definida por Gramsci possui dois significados principais. O primeiro é a idéia de que ela é um processo ocorrido na sociedade civil, onde uma parcela da classe dominante exerce o controle a partir de sua autoridade intelectual e moral sobre outras frações da classe dominante. O segundo está na relação entre a classe dominante e os dominados, onde a primeira busca moldar os interesses e as necessidades dos segundos.<sup>71</sup>

Sobre o conceito de hegemonia e sua aplicação no Brasil na primeira metade da década de 1960 devemos observar suas nuances e desdobramentos. Adotamos a perspectiva de que o grupo do capital multinacional e associado estava à frente de um projeto hegemônico de sociedade. Tal projeto é desenvolvido com o objetivo de resolver uma crise de

---

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>71</sup> CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 1994.

hegemonia,<sup>72</sup> a fim de preservar a ordem ameaçada por esta, inaugurada em 1930, e que persistirá ao longo de toda a ditadura militar (1964-1985). Segundo Fontes,

A latência, pois, dessa crise de hegemonia seria reavivada pelo golpe de Estado de 1964, perpetrado pela associação entre militares e empresários nacionais e multinacionais. Coerção acima do consenso; impossibilidade de democracia. A hegemonia parecia impossível e, no elenco de razões, figurariam atributos específicos da burguesia (ou do conjunto das classes dominantes), frutos de uma industrialização tardia, derivados de sua dependência externa, ou ainda ligados à precariedade de um incipiente processo de socialização da política, com a subsequente dificuldade na formação de sucessores. O resultado seria o papel central atribuído ao Estado e ao aparelho coercitivo.<sup>73</sup>

Podemos tratar a hegemonia em dois sentidos na conjuntura da crise dos anos sessenta no Brasil. Um deles é a questão da hegemonia no sentido pleno, que coloca uma relação de direção e atravessa a relação intra classe dominante e entre as classes dominantes. Esta hegemonia, no sentido pleno, não é obtida pelo golpe civil-militar de 1964.

Um deles trata a questão da hegemonia em sentido pleno, ou seja, aquele momento onde está colocada uma relação de direção que atravessa tanto a relação **intraclasse** dominante como a relação **entre as classes dominantes**. Essa hegemonia é o horizonte a ser alcançado pelos formuladores do projeto de classe. Porém, como estamos analisando, esta hegemonia no sentido pleno não é obtida pelo golpe civil-militar de 1964. Após o golpe persistirá a crise de hegemonia inaugurada na década de 1930. Desta maneira, a existência de uma conjuntura de crise nos anos sessenta justifica a tentativa de conquista da hegemonia plena através do desenvolvimento da ação coletiva de classe liderada pelo IPES. É a tentativa de solapar bases, e não de neutralizar seus inimigos diretos. A conquista da hegemonia plena se tornaria viável caso a busca pelo convencimento fosse efetivada após a tomada do poder, fato que não ocorreu em 1964. O que ocorre é um silenciamento de uma parcela **intraclasse** e a violência **entre as classes**. Em suma, vence a coerção, ficando esta acima do consenso.

O segundo trata da questão da hegemonia em um sentido estrito. Este sentido é traduzido pelo momento de fechamento de uma classe dentro da dinâmica de disputa pela

---

<sup>72</sup> Para Gramsci, “O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassa em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequeno-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto.” GRAMSCI, Antonio. Op. cit, v. 3, p. 60.

<sup>73</sup> FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil”. In: *Reflexões Im-pertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005, p. 210.

conquista do poder através da proposição de um projeto hegemônico de classe. Este momento é mais no sentido que o Dreifuss está colocando, é o momento em que o IPES de fato vai disciplinar, inclusive violentamente, pela ameaça e etc. os próprios setores da classe dominante, **intraclasse dominante**.

A busca pelo consentimento empreendido pelo grupo destacado se aproxima bastante do tema que vem sendo desenvolvido. Podemos compreender o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) como um aparelho privado de hegemonia – e o grupo do capital multinacional e associado como o sujeito social de tal aparelho – com um projeto específico, que buscava a hegemonia intraclasse dominante através de um trabalho de convencimento. Na liderança do processo encontramos a elite orgânica do capital multinacional e associado originário de uma função essencial da produção econômica, tal como proposto por Gramsci.

Diante disso, o IPES se tornou o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação político-ideológica e militar.<sup>74</sup>

Todavia, não era suficiente transpor a fase que Gramsci chamava de corporativo-profissional, uma vez que a consciência de seus interesses comuns de classe tivessem sido alcançados. **Seria necessário agir como uma classe e ser capaz de liderar politicamente uma reação burguesa contra o Executivo, restituindo-o a seu controle.**<sup>75</sup>

O IPES desenvolveu, a partir da consciência da necessidade de ação e da união de grupos em torno de um mesmo projeto hegemônico de sociedade, uma ação político-ideológica refinada em busca do convencimento que buscava o fechamento de uma classe. O Instituto recebia contribuição periódica de seus membros. Dentre eles estavam empresas de diferentes setores, desde bancos e empresas do setor financeiro, passando por companhias de seguros, indústrias petroquímicas, farmacêuticas e de minérios, de alimentos, agrícola e comércio, engenharia, construção, consultoria, serviços de utilidade geral e pública, publicidade, imprensa, gráficas, jornais, fundações e editoras até pessoas físicas representantes ou não de tais empresas, cujas contribuições se davam também de maneira separada. Dentre conhecidas empresas destacamos o Banco Itaú, o Grupo Sul-América Seguros, a Esso Brasileira de Petróleo, a Cia. Merck do Brasil, as Lojas Americanas, a Cia. Suzano de Papel e Celulose, a Cia. Cervejaria Brahma, a Coca-Cola Indústria e Comércio Ltda., a Kibon S/A, a Cia. de Cigarros Souza Cruz, a Cia. Melhoramentos de São Paulo

<sup>74</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 177.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 181. Grifo meu.

Indústrias de Papel, dentre inúmeras outras de diferentes ramos.<sup>76</sup> Camuflado de centro de estudos, desenvolveu uma refinada estrutura de ação muito bem estudada e definida por Dreifuss.

O IPES tinha como objetivo, através de seu Plano de Ação do ano de 1962, dez pontos principais: publicação e divulgação, educação, trabalho sindical, assistência social, atividades econômicas, levantamento da conjuntura, estudos, editorial, escritório de Brasília e integração. Dreifuss discorre sobre cada um deles. Destacaremos somente os pontos publicação e divulgação e editorial:

1. Publicação e divulgação. Tentativa de caracterizar o IPES como uma instituição que reunia a moderna elite empresarial do Brasil e expressava sua nova mentalidade. O IPES disseminava através da mídia discursos e entrevistas defendendo a empresa privada, a livre iniciativa e a “democracia como a melhor forma de governo e demonstrando sérios riscos de soluções extremas, tanto da direita como da esquerda.” [...] 8. Editorial. Ele tentava a publicação e promoção de livros, bem como estimular a realização de peças teatrais e filmes.<sup>77</sup>

Nos demais pontos, de forma geral, observamos um esforço na divulgação dos princípios “democráticos”,<sup>78</sup> a defesa da empresa privada, a promoção de um sindicalismo “democrático e dinâmico”, a promoção do neocapitalismo liberal nas empresas e em todo o sistema.<sup>79</sup> Buscavam ainda, através do levantamento de conjuntura, acompanhar de perto os acontecimentos nacionais e internacionais em amplos setores, além de pesquisas sistemáticas e avaliações minuciosas, propondo, através de seus estudos, soluções para o desenvolvimento econômico e social do país dentro de um regime “democrático”. O escritório de Brasília procurava estabelecer ligações com órgãos de governo e entidades políticas e o de integração angariar novos membros e obter recursos para as atividades do IPES.

O objetivo do Instituto estava em desenvolver uma extensa rede de influências, manipulando a opinião pública e integrando diferentes facções numa ampla frente de ação. Esses grupos operavam em dez principais áreas de ação política: “nas Forças Armadas, Congresso, Executivo, classe empresarial, sindicatos, classe camponesa, Igreja, partidos

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 719-727.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 200-201.

<sup>78</sup> O IPES defendia uma democracia restrita onde os sindicatos deveriam ser controlados, as movimentações nacionalistas extremas abafadas, com respeito à hierarquia militar, dentre outras características. Nos próximos capítulos desta dissertação entraremos mais a fundo na definição de democracia proposta pelo IPES, visto que este é um dos principais elementos presentes nos livros que serão analisados. Por esse motivo, utilizaremos a palavra democracia e seus derivados entre aspas.

<sup>79</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 201.

políticos, mídia e nas camadas intermediárias.”<sup>80</sup> O IPES era “um grupo de ação sofisticado, bem equipado e preparado; era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força-tarefa estrategicamente informada, agindo como vanguarda das classes dominantes.”<sup>81</sup>

Dentre os diversos braços de atuação do IPES na difusão político-ideológica estavam os Grupos de Estudo e Ação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, divididos em: Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC); Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP); Grupo de Opinião Pública (GOP); Grupo de Publicações/Editorial (GPE); e o Grupo de Estudo e Doutrina (GED).

O GLC<sup>82</sup> tinha como objetivo acompanhar todos os acontecimentos políticos em todas as áreas e setores, propondo soluções e opções a fim de influenciar o processo. Tinha como líder nacional o general Golbery do Couto e Silva, militar extremamente importante na montagem do aparato repressivo do pós-1964. Em seu corpo estavam militares e civis com formação ideológica aproximada, provenientes, em grande parte, da Escola Superior de Guerra. Dentre os civis que compunham este grupo – de natureza um tanto quanto secreta, sua ação não era sequer registrada em ata de reunião – destacamos a presença de Cândido Guinle de Paula Machado, dono da editora Agir. Eram gastos entre 200 e 300 mil dólares por ano nessa operação.<sup>83</sup> Produziam cerca de 500 artigos mensais, disseminados na imprensa nacional ou divulgados em forma de panfletos e palestras. Este grupo tinha um braço paulista, o Grupo Especial de Conjuntura (GEC).<sup>84</sup>

O Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP)<sup>85</sup> passou a ser chamado de “Escritório de Brasília” ao final de 1962, a fim de disfarçar seu caráter de influência e financiamento a grupos parlamentares, bem como a coordenação política da campanha anti-Goulart. Sua ligação direta com o Congresso se dava pela Ação Democrática Parlamentar (ADP).

O Grupo de Estudo e Doutrina (GED)<sup>86</sup> era constituído por unidades de pesquisa e diretrizes e fornecia material para o Grupo de Levantamento da Conjuntura e o Grupo de Publicação – que destacaremos em seguida. Formulavam bases e diretrizes para longo prazo e

---

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 201.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 201.

<sup>82</sup> Para descrição completa do Grupo de Levantamento da Conjuntura ver DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 202-207.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 205.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 205-207.

<sup>85</sup> Para descrição completa do Grupo de Assessoria Parlamentar ver DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 207-208.

<sup>86</sup> Para descrição completa do Grupo de Estudo e Doutrina ver DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 213-216.

outras com objetivos definidos a curto prazo. Este grupo era “a “estufa ideológica” do IPES”.<sup>87</sup>

O Grupo de Opinião Pública (GOP)<sup>88</sup> buscava a disseminação dos objetivos e atividades do IPES na imprensa, a fim de levar à opinião pública os resultados dos estudos e pesquisas dos demais grupos, manipulando-a por todos os meios. O escritor José Rubem Fonseca<sup>89</sup> fazia parte deste grupo. Era responsável pelos editoriais de jornal e filmes. As intenções do GOP eram, basicamente:

Desenvolver a penetração ideológica, neutralizar a oposição, protelar a organização política das classes trabalhadoras industriais e impedir a consolidação da posição nacional-reformista dentro das Forças Armadas, assim como a formação de favoráveis clivagens políticas e apoio ativo dentre o amplo público das classes médias eram parte da campanha do GOP.<sup>90</sup>

O GOP era responsável pela execução da guerra psicológica e ideológica<sup>91</sup> desenvolvida pelos membros do Instituto. Visava também estabelecer sua hegemonia entre a burguesia, tornando-se “evidente, a partir de uma tese ventilada por sua liderança em meados de 1963, que uma hegemonia de classe entre os empresários era um projeto para o IPES.”<sup>92</sup>

O Grupo de Publicações/Editorial (GPE),<sup>93</sup> segundo Dreifuss:

Operacionalmente relacionado com o Grupo de Opinião Pública estava o Grupo de Publicações/Editorial – GPE. Embora já existisse há quase um ano como uma unidade de trabalho ao lado de outros grupos, o GPE foi formalizado em agosto de 1962. Ele organizou uma cadeia de canais de

---

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 213.

<sup>88</sup> Para descrição completa do Grupo de Opinião Pública ver DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 208-211.

<sup>89</sup> José Rubem Fonseca atualmente é avesso a entrevistas, vive recluso escrevendo seus livros e nega sua participação no IPES após 1964 – o escritor publicou um artigo na Folha de São Paulo em 1994 reduzindo seu tempo de participação no Instituto –, fato comprovadamente contestado pelo trabalho de PEREIRA, Aline Andrade. *O verdadeiro Mandrake: Rubem Fonseca e sua onipresença invisível (1962-1989)*. Universidade Federal Fluminense. Tese de doutorado (2009).

<sup>90</sup> DREIFUSS, René Armand, Op. cit., p. 210.

<sup>91</sup> A expressão guerra psicológica está associada à Doutrina de Guerra Revolucionária que, para membros anti-Goulart estava em curso no país. Esta será analisada no capítulo 4 desta dissertação.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 210. Para justificar tal afirmativa Dreifuss cita o documento “Diretrizes básicas para um Programa de Ação a Longo Prazo”, escrito pelo líder ipesiano Hélio Gomide. Este documento “recomendava a expansão das bases do IPES na frente doméstica, juntamente com um plano de formação de opinião pública que a elite orgânica seguiria. Depois, o IPES deveria tentar alcançar outros objetivos. Dentre tais objetivos estava a expansão de seus quadros, a fim de colocar pelo menos um membro em cada e toda associação de classe empresarial, fosse ela sindical, recreativa, cultural ou política. [...]Depois de um período de dois a quatro anos, esclarecia ainda a tese, provavelmente haveria um número substancial de membros do IPES no partidos de centro que formariam uma massa de manobra suficiente para construir o esqueleto de um novo partido e, assim, dar força suficiente ao IPES para influenciar o pensamento e a ação política do novo partido.” *Id., ibid.*, p.210-211.

<sup>93</sup> Para descrição completa do Grupo de Publicações/Editorial ver DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 211-213.

expressão para o seu material que se chamava “cadeia de veículos de divulgação”. [...] Disseminava material impresso e visual com a mensagem ideológica “apropriada” pelos quatro cantos do país. Juntamente com o Grupo de Levantamento da Conjuntura e o Grupo de Opinião Pública, o **GPE conduzia de fato uma campanha de guerra psicológica organizada pelo IPES.**<sup>94</sup>

José Rubem Fonseca supervisionava as atividades do GPE e se encarregava da Unidade de Editorial. O responsável pelas publicações era o general Liberato da Cunha Friedrich, que atuava em conjunto com uma comissão de escolha e publicação dos livros composta por José Garrido Torres, general Heitor A. Herrera e o general Golbery do Couto e Silva. O grupo era formado por profissionais da mídia, do mundo literário e de agências de publicidade. Nomes como o de José Francisco Coelho (ex-jornalista do *Jornal do Comercio*), Wilson Figueiredo<sup>95</sup> (editor do *Jornal do Brasil*), Augusto Frederico Schmidt, Odylo Costa Filho e Rachel de Queiroz compunham o referido grupo.

O GPE escrevia, traduzia e distribuía material impresso anticomunista, antitrabalhista e antipopulista, bem como publicava, traduzia e reimprimia livros, artigos e panfletos escolhidos. Através da Unidade Editorial, inseria comentários, debates e opiniões na imprensa e elaborava editoriais, divulgava notícias e artigos feitos de antemão por agências especializadas.<sup>96</sup>

Em documento do ano de 1963 - que faz menção às atividades do IPES resumidamente, pontuando questões de estudo e de divulgação de idéias – imprensa e cinema, além da questão editorial – encontrado no arquivo do Instituto, temos um breve resumo das atividades de publicação, incluindo o número de exemplares que contaram com eventuais participações do IPES. Destacamos o ponto acerca da questão editorial:

c) Editorial

O Setor Editorial

a) edita livros;

b) financia a edição de livros por parte de outras organizações e;

c) adquire e distribui livros e publicações que não editou ou financiou, mas que considera importante para o esclarecimento de determinado tema de interesse nacional.

Edita também um Boletim Mensal que é distribuído aos seus associados.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 211. Grifo meu.

<sup>95</sup> Wilson Figueiredo é jornalista. Atualmente é colunista do *Jornal do Brasil*, empresa na qual atua há mais de 45 anos.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 211.

Em resumo: desde fevereiro de 1962 até hoje o IPES distribuiu para todo o Brasil um total de 2.246.000 livros e folhetos, abrangendo um público representativo de todos os setores da vida nacional.<sup>97</sup>

A partir desta caracterização geral dos dois grupos buscamos algumas informações a fim de compreender a relevância dos mesmos dentro da estrutura decisória do IPES. Para isso, buscamos nos arquivos do Instituto documentos que pudessem nos fornecer tais elementos. Esta documentação pode ser dividida em dois blocos. O primeiro deles constitui uma posição mais ideológica, onde encontramos as justificativas de membros da diretoria para a atuação na frente editorial, além das listas de membros e de livros. O segundo diz respeito a alguns documentos financeiros e informações sobre a tiragem de alguns livros. Com este último bloco, tentaremos demonstrar a expressividade do GOP e do GPE frente ao orçamento de outros importantes grupos como o GAP e o GED, que traduziam relevância mais visível e direta frente à sociedade civil.

Para identificar como se deu a participação de editoras/editores<sup>98</sup> neste processo, construímos dois grupos através dos quais dividiremos sua caracterização. O primeiro grupo é constituído por editoras/editores associados efetivamente ao IPES. Neste caso, seus nomes aparecem na documentação do Instituto como associados. O segundo grupo engloba editoras/editores que contribuíram de alguma forma com o IPES, sem que esta relação se caracterizasse como uma efetiva associação, seja através de apoio financeiro ou pela eventual publicação de títulos solicitados pelo Instituto.

Em um primeiro momento, buscamos os nomes dos associados a fim de obter informações mais específicas sobre o seu perfil e tentar encontrar eventuais contribuições de editoras/editores ou de algum órgão representativo de classe. Encontramos em listas dos anos que compreendem o intervalo entre 1962 e 1965<sup>99</sup> algumas editoras e editores. Somente três editoras/editores eram vinculados diretamente ao IPES, sendo elas a Distribuidora Record, a Agir Editora e Livraria e a Edições GRD.

Destacamos a importância da vinculação pessoal de um dos donos da Distribuidora Record ao Instituto. Décio de Abreu, cuja editora fundou junto com Alfredo Machado em 1942, era membro do conselho consultivo do IPES, sendo caracterizado, inclusive, como a pessoa jurídica representante da distribuidora. Inicialmente a Record era uma distribuidora de

<sup>97</sup> Arquivo IPES. Arquivo Nacional (RJ). (AN BR QL CODES IPES CX. 53 PAC 2).

<sup>98</sup> Definimos que a utilização somente do termo editora para esta caracterização seria incompleto, na medida em que algumas editoras se fizeram presentes através de seus donos e/ou editores. Por isso definimos o uso da expressão editoras/editores.

<sup>99</sup> Além da documentação original utilizaremos lista produzida por René Dreifuss a partir da mesma documentação onde ele unifica suas informações. DREIFUSS, René Armand. Op. cit. p. 700-716.

histórias em quadrinhos e serviços de Imprensa. Vinte anos depois, em 1962, editou sua primeira publicação: o livro *O Poder das Idéias*, de Carlos Lacerda<sup>100</sup>. Podemos indicar que, a partir da entrada efetiva no mercado editorial, da sua filiação como membro do IPES e da natureza das publicações sucessivas realizadas na primeira metade da década de 1960,<sup>101</sup> a difusão dos valores ideológicos do grupo do capital multinacional e associado tornou-se parte integrante da atuação da Distribuidora Record.

A Agir Editora e Livraria (Artes Gráficas Indústrias Reunidas S/A – Agir) se encontrava representada por Alceu Amoroso Lima e Cândido Guinle de Paula Machado, fundadores da editora, além de estar presente na lista de associados pessoa jurídica. Alceu Amoroso Lima, intelectual católico proeminente, foi palestrante do IPES no Curso de Atualidades Brasileiras de 1963 com a comunicação *A realidade brasileira*.<sup>102</sup> Paula Machado atuou no Conselho Diretor do IPES durante longo período e era membro atuante do GLC, como destacado. Era voz importante nas decisões do Instituto. O primeiro título publicado pela editora Agir foi *A Descoberta do Outro*, “autobiografia espiritual” de Gustavo Corção, intelectual católico de direita, em 1944. Corção também foi palestrante do Curso de Atualidades Brasileiras do IPES, com a comunicação *A democracia e a Igreja*.<sup>103</sup> A área de publicação da Agir atingia principalmente as temáticas como religião, arte, literatura brasileira, pedagogia e livros didáticos. Além de publicar alguns livros existentes na lista do IPES a editora assegurava ajuda técnica para a gráfica que o IPES operava, dando apoio financeiro e editorial.

Outra editora cujo nome consta na lista do IPES é a GRD, que corresponde às iniciais de Gumercindo Rocha Dórea, seu dono, e sócio efetivo do IPES. Dórea era presidente da Confederação Centros Culturais da Juventude, núcleo central dos diversos órgãos de doutrinação integralistas<sup>104</sup>. Foi o primeiro editor de Rubem Fonseca. Sua relação próxima a

<sup>100</sup> Carlos Lacerda era governador do estado da Guanabara (1960-1965) na época da publicação do referido livro.

<sup>101</sup> A Distribuidora Record publicou uma série de livros de intelectuais estrangeiros que se dedicavam à divulgação de idéias anticomunistas.

<sup>102</sup> Arquivo IPES. Arquivo Nacional (RJ). (AN BR QL CODES IPES CX. 29 PAC. 2).

<sup>103</sup> *Ibidem*. (AN BR QL CODES IPES CX. 10 PAC 3).

<sup>104</sup> O movimento integralista foi fundado em 1932 por Plínio Salgado. Com o lema “Deus, pátria e família” participou ativamente das atividades políticas durante a década de 1930 com a sua Ação Integralista Brasileira (AIB), que funcionou até o ano de 1938. Era um movimento de extrema-direita, baseado em preceitos fascistas. Durante a década de 1960 e, mais especificamente, durante o golpe civil-militar de 1964, muitos elementos integralistas ainda atuavam. Apesar de não se encontrarem em um movimento organizado estavam atuando dentro e fora das Forças Armadas pelo golpe. Dentre eles encontramos Olímpio Mourão Filho, o almirante Hasselman, o almirante Augusto Rademaker Grünewald, Alfredo Buzaid e o próprio Plínio Salgado, antigo líder do movimento. Estes, dentre outros nomes, permaneceram em postos de importância como ministérios e cargos do Legislativo ao longo do período da ditadura (1964-1985). A divulgação das idéias integralistas rende movimentos até os dias de hoje, com a existência da Frente Integralista Brasileira, que em seu site ([www.integralismo.org.br](http://www.integralismo.org.br)) defende o antigo lema do movimento e divulga suas concepções doutrinárias. Para

Golbery do Couto e Silva o fez ter acesso aos originais de *Os Prisioneiros*, de sua autoria, publicado no ano de 1963.<sup>105</sup> A relação entre escritores, editores e membros do IPES é evidenciada por este exemplo. Além disso, a grande maioria dos livros encontrados nas listas de publicações do Instituto foi editada pela GRD.

No segundo grupo encontramos editoras/editores que contribuíram – seja através de apoio financeiro ou através da edição de livros encomendados – com o projeto hegemônico de classe do IPES de alguma forma que não fosse a clara associação ao Instituto. Dentre elas estão as editoras Globo, Francisco Alves, Companhia Editora Nacional, José Olympio Editora, Editora Vecchi Ltda., Kosmos Editora e Editora Monterrey Ltda, Edições “O Cruzeiro”, Editora Saraiva e LTB. Grande parte destas editoras compõe as listas de publicações ipesianas.

Destacamos ainda a presença, na lista de associados, de empresas ligadas aos interesses da indústria editorial, como a Cia. Melhoramentos de São Paulo Indústrias de Papel, responsável pela produção de papel e celulose no país e fornecedora de matéria-prima para a edição de livros, e a Linotype do Brasil S/A, fornecedora de máquinas de linotipo utilizadas para a confecção de livros na década de 1960.

A partir da reduzida representação associativa de editoras, editores e órgãos representativos de classe nas listas de membros do IPES iniciamos uma busca na documentação, a fim de obter maiores informações da forma de atuação dos grupos acima referidos para conseguir veicular suas idéias através da edição de livros. Em carta enviada por José Garrido Torres, um dos principais membros da diretoria do IPES, aos demais diretores, encontramos com clareza os objetivos deste grupo na divulgação de literatura. Destacaremos a mesma na íntegra devido à sua importância.

Carta enviada por Garrido Torres ao Comitê Diretor  
Rio, 29 de maio de 1962  
Divulgação de **literatura democrática**

A qualquer observador atento é **manifesta a abundância de literatura marxista em nossas livrarias sem que se note empenho de contrabalançar seus efeitos com a correspondente divulgação de livros, folhetos e artigos que “promovam” o regime democrático e alertem os**

---

maiores informações sobre a participação de elementos integralistas no golpe civil-militar de 1964, ver TRINDADE, Hélijo. “O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista”. In: D’ARAÚJO, Maria Celina (org.). *21 anos de regime militar*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

<sup>105</sup> PACHECO, Alexandre. *O poder da imprensa na construção da imagem do escritor no Brasil contemporâneo: jornalistas e críticos na transformação de um ex-líder ipesiano em autor símbolo das liberdades democráticas*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, São Paulo, 2006.

**leitores de todas as camadas contra os males e os mitos da doutrina socializante.** Neste sentido, caberia dar andamento, na medida do possível, a um **programa já acordado no nível da infra-estrutura do IPES**, que deverá ter sido redigido pelo responsável pelo Setor de Levantamentos.

Em síntese, esse programa se resume a um esforço dividido em três tipos de veículos de divulgação. Em primeiro lugar (o mais fácil e menos dispendioso) tratar-se-ia de “plantar” nos jornais e revistas do país artigos que tratassem de temas da atualidade em linguagem acessível ao grande público. Vários desses artigos seriam traduções de trabalhos de grandes autores estrangeiros que aparecem em revistas tais como *Harper's*, *Atlantic Monthly*, *Foreign Affairs* e *New York Magazine*. Através do Setor de Opinião Pública acredito que seja possível atingir esse objetivo.

O segundo consistiria na publicação de folhetos (tipo digesto ou ABC) para divulgação farta junto a estudantes, militares, operários e empregados de escritório em geral. Recentemente, a revista *Life*, edição espanhola, publicou três excelentes colaborações do prof. Jessup que dariam um **eficaz folheto de propaganda anti-comunista**. Há necessidade de evitar as delongas da obtenção do direito de divulgar esses trabalhos, de preferência sem ônus para os jornais e revistas. Isto poderia ser feito utilizando-se os bons ofícios das embaixadas, que poderiam assegurar a boa vontade das firmas editoras que fossem de antemão selecionadas e que seriam aquelas onde habitualmente surgem as colaborações que nos interessam.

**O último ponto diz respeito à conveniência de se promover a publicação de bons livros dentro de uma linha democrática moderna, que conceba a democracia também sob os aspectos econômico e social. No que toca a livros estrangeiros há muito o que aproveitar. Cumpriria, inicialmente, escolher um certo número de títulos, em cuja publicação o IPES procuraria interessar alguns editores. Quando fosse o caso destes últimos terem dúvidas quanto ao êxito comercial das edições, o IPES poderia assumir o compromisso de adquirir o número mínimo de exemplares que levasse o editor a decisão que se deseja.** Um exemplo concreto, além daqueles em poder do Setor de Levantamentos, é a sátira *Animal Farm*, de George Orwell, até hoje não publicado no Brasil. Estou informado que já dispomos da respectiva tradução, a qual, se correspondesse, poderia ser desde logo objeto de entendimento com alguma casa editora. Outras obras há que já foram publicadas em português, algumas das quais estão esgotadas e outras até infelizmente encalharam e são vendidas a preços populares, talvez pela falta de necessária publicidade quando de seu lançamento. Os livros esgotados, que ainda tivessem atualidade, poderiam ser objeto de nova edição, revendo-se naturalmente os textos para obter-lhes boa aceitação, **além de atentar-se para os preços a que seriam vendidas, os quais deverão ser acessíveis ao grande público.** Tal programa é viável – e mais do que isso indispensável – urgindo que se lhe dê começo. Já o levei a atenção da Comissão Diretora que, em princípio, o aprovou, exigindo apenas que se encontrasse a pessoa, capaz de se incumbir de tal programa. **Essa pessoa foi encontrada e é o Cel. Octávio Alves Velho<sup>106</sup>, com grande tirocínio de traduções e excelente conhecimento do meio editorial. O Cel. Velho está interessado e disponível.<sup>107</sup>**

<sup>106</sup> Octávio Alves Velho foi militar e atuou em diferentes frentes durante a década de 1960. Durante o regime militar participou, junto com Golbery do Couto e Silva, de serviços ligados à censura. Velho é pai de dois eminentes antropólogos, Gilberto e Octávio Velho.

<sup>107</sup> Arquivo IPES. Arquivo Nacional (RJ). (AN BR QL CODES IPES CX. 29 PAC. 2). Grifos meus.

A carta de José Garrido Torres nos fornece a dimensão e a forma de negociação desenvolvida para que o IPES conseguisse a publicação de livros promovendo o “regime democrático”. Este documento atesta o grau de consciência política que a liderança do IPES tinha em relação ao trabalho setorial realizado. Representava uma idéia de longo prazo, uma idéia de estratégia.

Alguns pontos merecem destaque, pois servirão como justificativa para a demonstração de nossas hipóteses. Logo no início da carta observamos o caráter combativo característico da edição de livros. Como veremos mais à frente, o mercado editorial brasileiro na década de 1960 foi caracterizado pela grande quantidade de publicações de “esquerda”.<sup>108</sup> A edição de livros anticomunistas – caracterizados pelos próprios ipesianos como tais – e defensores de uma democracia diferente daquela que combatiam, identificada com João Goulart, deveriam ser financiados a fim de combater o “perigo vermelho”, aqui evidenciado também pela edição de livros. Além disso, vemos uma preocupação com a amplitude da difusão destas edições – bem como de artigos e revistas – buscando sempre o grande público. A “publicação de bons livros dentro de uma linha democrática moderna” deveria ser feita através da importação de livros estrangeiros – fato que observamos nas listagens encontradas no arquivo do Instituto e de que falaremos em seguida – que, segundo Garrido Torres, teria muito a aproveitar e através de contatos realizados com embaixadas que, segundo a carta, “poderiam assegurar a boa vontade das firmas editoras que fossem de antemão selecionadas e que seriam aquelas onde habitualmente surgem as colaborações que nos interessam”.

A relevância de todos estes pontos é evidente, mas, no que diz respeito à relação que buscávamos entre o IPES e as editoras, merece atenção o formato definido para angariar o comprometimento com a publicação dos títulos “encomendados”. A contrapartida oferecida para uma eventual recusa do editor em publicar alguma das obras solicitadas era a de um comprometimento financeiro com a casa editora, assumindo a compra de um número determinado de exemplares pelo IPES. Outra importante preocupação está no preço de mercado destas publicações que deveriam ser estipuladas de maneira que pudesse se tornar acessível para o grande público, demonstrando o objetivo de difundir amplamente as idéias discutidas e apoiadas pelo Instituto e pelas parcelas da sociedade civil que o apoiavam. Essas idéias serão traduzidas na literatura promovida pelo GPE e pelo GOP e são o foco principal de nossa análise.

---

<sup>108</sup> Analisaremos o mercado editorial no capítulo 2 desta dissertação.

Ainda neste primeiro bloco documental, destacamos o que compreendemos como o principal documento de partida do nosso trabalho. As listas de publicações<sup>109</sup> evidenciam a área temática, a origem dos livros e dos autores, e as editoras envolvidas. São diferentes listas. Algumas incluem informações sobre tiragens. Os números são esparsos e muitas das listas não possuem datas. O período de edição dos livros é centralizado entre os anos de 1962 e 1965. A determinação deste período foi possível através da pesquisa dos títulos nelas presentes. Em quase todos os casos tivemos que fazer uma pesquisa complementar a fim de buscar o nome de autores, a editora e o ano de publicação, pois muitos títulos apareciam com informações incompletas. Nas diferentes listas encontramos a repetição de alguns títulos. Como as listas aparecem em diferentes momentos no arquivo e muitas não possuem uma data determinada, não conseguimos saber se os mesmos foram encomendados mais de uma vez ou se constituíam documentos complementares onde a solicitação de uma nova remessa poderia ser possível.

A partir das listagens analisadas observamos que, em muitos casos, o nome do Instituto não aparece explicitamente. Isso pode ser entendido como uma estratégia da ação coletiva empreendida, na medida em que veiculavam seus valores ideológicos sem adquirir nenhum tipo de rótulo que os “condenasse”. Sendo assim, encontramos algumas diferentes frentes de atuação do IPES no mercado editorial: os livros poderiam ser patrocinados, financiados, editados ou meramente distribuídos pelo Instituto. A partir das listas de publicações encontradas identificamos as referências completas de alguns títulos, com editora e ano de publicação. As editoras GRD, O Cruzeiro, José Olympio e Globo aparecem como principais, juntando-se a elas as editoras Distribuidora Record e Agir.

No segundo bloco de documentos procuramos informações que nos dessem a percepção da importância deste empreendimento dentro do IPES. Para isso, levantamos alguns relatórios financeiros dos quais retiramos alguns números importantes. Destacaremos as informações presentes nos códices onde estão registradas as informações dos gastos mensais e anuais do IPES, os seus livros-caixa. As categorias de gastos não são padronizadas, as despesas com publicações aparecem de diferentes formas. O nosso objetivo com a utilização destes dados é o de demonstrar a importância dada às publicações frente ao montante total de crédito obtido pelo IPES ao longo de um ano. A documentação não possui informações dos anos de 1961 – o Instituto foi fundado em novembro deste ano, talvez esse seja o motivo da ausência destes números, podemos supor que tenha havido um período de organização prática em que nenhum projeto tenha sido implementado, daí a ausência de dados

---

<sup>109</sup> Analisaremos as listas de publicações em detalhes no capítulo 3 desta dissertação.

sobre o ano – e do ano de 1964. De qualquer maneira, isso não reduz a importância desta fonte. Analisamos somente os livros-caixa do período entre 1961 e 1965 e trabalhamos com as informações resumidas ao final de cada ano onde as despesas eram totalizadas.

No ano de 1962 o montante total de crédito recebido pelo IPES foi de US\$ 472.592,00.<sup>110</sup> Dentro das categorias onde a publicação de livros se encaixa, encontramos as seguintes: “Livros de divulgação”, com gasto de US\$ 4.108,00; “Folhetos”, com gasto de US\$ 38.379,00; “Publicações”, com gasto de US\$ 5.564,00 e “Publicações contratadas”, com gasto de US\$ 78.000,00. A categoria mais custosa para o IPES foi a “Doações e contribuições”, com total de custo de US\$ 85.650,00. O total de gastos com publicações – sejam elas via folhetos ou livros – foi de US\$ 126.051,00, cerca de 26,66% das despesas totais, representando o maior gasto anual do Instituto. O livro caixa foi assinado por Heitor A. Herrera e José Rubem Fonseca.<sup>111</sup> Podemos considerar que este ano representou a construção da rede de influências e a consolidação das diretrizes de difusão ideológica do grupo do capital multinacional e associado, produzindo uma enorme demanda na edição de livros com suas concepções, fossem eles nacionais ou estrangeiros. O ano de 1962 foi o primeiro ano de efetivo funcionamento do IPES. É neste ano que a estrutura de ação montada passa a funcionar efetivamente. A atuação do Instituto nas eleições de 1962 bem como a entrada massiva de investimentos em outras áreas de atuação justifica a importância de sua ação no referido ano.

No ano de 1963 os gastos foram um pouco reduzidos. O total de crédito foi de US\$ 479.031,00. As categorias foram modificadas. Sendo assim, temos: “Livros de divulgação”, com gasto de US\$ 5.600,00; “Livros de estudo e consulta”, com gasto de US\$ 2.308,00; “Jornais e Revistas”, com o gasto de US\$ 1.585,00 e “Publicações”, com gasto de US\$ 36.334,00. O total gasto foi de US\$ 45.827,00, cerca de 9,55 %, menos da metade dos custos do ano anterior. Apesar desta redução, compreendemos que o comprometimento de quase 10% de seus fundos exclusivamente com publicações é ainda bastante considerável. Além

---

<sup>110</sup> Os valores originais foram obtidos em cruzeiros. Estabelecemos a conversão para dólar para facilitar a compreensão dos valores de maneira atualizada. Para isso, utilizamos a taxa de câmbio estabelecida no ano de 1961, onde 1 dólar equivale a 200 cruzeiros. Fixamos nossa conversão nesta taxa para todos os anos analisados, na medida em que a atualização dos valores a partir da flutuação do câmbio e das taxas de inflação no período acarretaria em diferentes cálculos fugindo de nosso objetivo. Vale lembrar que em 1961 foi instituída a instrução nº 204 da SUMOC, que estabeleceu uma nova política cambial no Brasil. Neste ano, a taxa de câmbio dólar/cruzeiro passou de 1 dólar/100 cruzeiros para 1 dólar/200 cruzeiros. Desta maneira, os valores em dólar citados nesta dissertação representam valores aproximados. Para fins de cálculo, arredondamos alguns números. Para maiores informações, ver “Instrução 204”. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Op. cit.* 5v. Vol. III, p. 2.806.; BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002. p.77-78. As informações aqui citadas estão condensadas no quadro 1.

<sup>111</sup> Arquivo IPES. Arquivo Nacional (RJ). (AN BR QL CODES IPES Códice 77).

disso, podemos pensar que o ano de 1962 representou o primeiro esforço na linha de frente das edições de livros e que muitos títulos financiados neste ano continuaram no mercado com a edição patrocinada. Em documento de outubro deste ano, a prioridade para as publicações era “A”, enquanto a prioridade da ação empresarial era “D”.<sup>112</sup> Mais adiante falaremos da relação entre as publicações patrocinadas por ano e o mercado editorial, onde poderemos retomar algumas das questões aqui apresentadas.<sup>113</sup>

Com a ausência de informações do ano de 1964, apresentamos os números de 1965.<sup>114</sup> Apesar de este ano representar o primeiro momento logo após o golpe, ou seja, após a subida no poder dos grupos que vem sendo analisados, podemos pensar que a consolidação do ideário divulgado ao longo dos anos anteriores ainda tinha extrema importância, apesar da drástica redução orçamentária no que diz respeito às publicações. O trabalho de difusão ideológica não se encerra com a subida ao poder, inclusive porque o IPES tinha, como já observado, metas de longo prazo para a sociedade brasileira. Em 1965 o gasto do IPES ficou em US\$ 533.122,00. Encontramos as seguintes categorias: “Livros de Estudos e consulta”, com gasto de US\$ 231,00; “Jornais e revistas”, com gasto de US\$ 5.887,00 e “Livros e folhetos”, com gasto de US\$ 105,00. O total gasto foi de US\$ 6.223,00, cerca de 1,15% do gasto total do IPES. Retomamos a mesma idéia apresentada para o ano de 1963, considerando que as “principais” publicações já teriam sido editadas e permaneciam disponíveis no mercado.

---

<sup>112</sup> *Ibidem.* (AN BR QL CODES IPES CX. 53 PAC 2). Documento de outubro de 1962.

<sup>113</sup> *Ibidem.* (AN BR QL CODES IPES Códice 77).

<sup>114</sup> *Ibidem.* (AN BR QL CODES IPES Códices 76 e 77). As informações deste ano se encontravam um pouco esparsas. Os números indicados unem informações do mesmo ano presentes em dois códigos diferentes. No escopo desta dissertação não caberá uma análise mais aprofundada do governo do general Humberto Castelo Branco (1964-1967). Porém, destacaremos alguns pontos que representam a consequência do processo anterior ao golpe civil-militar de 1964, principal foco de nossa análise.

Quadro 1:

Categorias	Ano					
	1962		1963		1965	
	Valor bruto	Porcentagem	Valor bruto	Porcentagem	Valor bruto	Porcentagem
Livros de divulgação	4.108,00	0,87%	5.600,00	1,16%		
Folhetos	38.379,00	8,12%				
Publicações	5.564,00	1,17%	36.334,00	7,58%		
Publicações contratadas	78.000,00	16,50%				
Livros de estudo e consulta			2.308,00	0,48%	231,00	0,04%
Jornais e revistas			1.585,00	0,33%	5.887,00	1,10%
Livros e folhetos					105,00	0,01%
<b>Total gasto com publicações e outros</b>	<b>126.051,00</b>	<b>26,66%</b>	<b>45.827,00</b>	<b>9,55%</b>	<b>6223,00</b>	<b>1,15%</b>
<b>Crédito total do IPES</b>	<b>472.592,00</b>	<b>100%</b>	<b>479.031,00</b>	<b>100%</b>	<b>533.122,00</b>	<b>100%</b>

Fonte: Arquivo IPES. Arquivo Nacional (RJ). (AN BR QL CODES IPES Códices 76 e 77). Valores em dólar. As categorias não eram padronizadas, os campos em branco significam a ausência da categoria no ano analisado. Não foram encontradas informações sobre os anos de 1961 e 1964. Grifos meus.

O ano de 1965 deve ser considerado como representativo na frente de atuação do IPES no que diz respeito à edição de livros. Neste ano, foi criado o Centro de Bibliotecnia no IPES do antigo estado da Guanabara (IPES-GB), que viria oficializar o financiamento de publicações no Instituto. O Centro, que pode ser entendido como a consolidação sistemática do projeto editorial ipesiano, tinha

o objetivo específico de promover e estimular a publicação e difusão do livro como elemento primordial para o desenvolvimento educacional e cultural do país. Para o cumprimento de seus objetivos, o Centro executará **programas de assistência técnica e financeira às instituições e empresas vinculadas à indústria editorial do livro**, realizará *tarefas de estudo, investigações e adestramento, fomentará a execução de programas bibliotecários*, organizará serviços de informação bibliográfica e documentária e, em geral, porá em prática qualquer outra iniciativa julgada conveniente aos fins indicados.<sup>115</sup>

<sup>115</sup> *Ibidem.* (AN BR QL CODES IPES CX. 38, PAC 2). Regulamento do Centro de Bibliotecnia. Grifos meus em negrito.

Sua direção era composta por um membro do Conselho Orientador do IPES, um representante da Franklin Book Programs,<sup>116</sup> um representante da indústria editorial do Rio de Janeiro, a ser indicado pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e dois elementos ligados ao comércio, à indústria e aos meios culturais a serem indicados pelos três primeiros.<sup>117</sup> Além dos membros da diretoria, o Centro de Bibliotecnia passou a receber contribuições financeiras das principais editoras do país e antigas colaboradoras, quais sejam: Ao Livro Técnico, José Olímpio Editora, AGIR, Editora Distribuidora Record, Artes Gráficas Gomes de Souza, Editora Delta S.A., Editora Monterrey, Editora Globo entre outras de menor relevância.<sup>118</sup>

A lista de publicações adquiridas pela biblioteca do IPES-GB constitui outra interessante fonte de análise. Na lista encontramos cerca de 300 títulos. Dentre eles, muitos dos livros encontrados nas listas de publicações com apoio do Instituto. Essa informação é interessante, na medida em que demonstra a preocupação com a disponibilização desta literatura a seu público de associados – que abrangia parcelas significativas da classe empresarial. Em seu acervo, além do grupo de livros com financiamento do IPES, encontramos títulos sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, sindicalismo, regimes socialistas (encontramos muitos títulos sobre a China, a União Soviética e, principalmente, sobre Cuba), além de muita literatura marxista (isso demonstra a busca de informações sobre os regimes e ideologias contra os quais pretendiam “lutar”).

## 1.8 - Considerações finais

Ao longo deste capítulo pretendemos demonstrar como, dentro da conjuntura de crise orgânica dos anos sessenta, o grupo do capital multinacional e associado, através do IPES, liderou uma campanha bem articulada, onde os meios de comunicação e os empreendimentos culturais foram utilizados em larga escala na difusão de suas concepções ideológicas e na busca pelo convencimento. A edição de livros e a participação de membros representantes do mercado editorial em seus quadros demonstram a colaboração direta desta fração de classe no

<sup>116</sup> Em 1952 é criada a Franklin Books com o objetivo de traduzir para línguas nativas publicações e livros norte-americanos com patrocínio da United Station Information Agency (USIA), órgão do governo dos Estados Unidos. Atuou primeiramente em países de língua árabe. Em 1964 muda de nome, passando a se chamar Franklin Books Programs, e aumenta sua área de atuação para a África e América do Sul, diversificando suas atividades passando a trabalhar com o desenvolvimento de bibliotecas (como no Centro de Bibliotecnia do IPES), por exemplo. Porém manteve-se publicando e traduzindo títulos. Disponível em: <<http://diglib.princeton.edu/ead/getEad?eadid=MC057&kw>>. Acesso em 16 de março de 2010.

<sup>117</sup> Arquivo IPES. Arquivo Nacional (RJ). (AN BR QL CODES IPES CX. 38, PAC 2). Regulamento do Centro de Bibliotecnia.

projeto de derrubada de João Goulart e na conseqüente substituição do regime populista por um regime ditatorial centrado no Executivo Federal.

A contra-revolução preventiva brasileira desenvolvida por estes grupos buscou o convencimento da sociedade civil, através da divulgação de idéias anticomunistas e da pregação de uma democracia restrita, isenta de características consideradas negativas como o sindicalismo, o nacionalismo extremado etc. No próximo capítulo, daremos conta da relação entre os usos da cultura e de seus meios de comunicação – centrado na questão da literatura – com a construção do projeto hegemônico de classe liderado pelo IPES. Pretendemos realizar uma análise conjuntural do mercado editorial brasileiro, a fim de demonstrar como a edição de livros pode ter contribuído com a campanha empreendida por estes grupos a partir do início da década de 1960 no Brasil.

---

<sup>118</sup> *Ibidem.* (AN BR QL CODES IPES CX. 62, PAC. 2).

## **Capítulo 2 – Cultura e hegemonia: o mercado editorial brasileiro e a difusão ideológica do grupo do capital multinacional e associado**

A estrutura de ação desenvolvida pelo grupo do capital multinacional e associado demonstrada no capítulo anterior nos permite pensar a relação da difusão ideológica através da edição de livros e o mercado editorial da década de 1960. Com isso, pretendemos analisar a dinâmica do processo cultural da época, demonstrando a forma como esta literatura chegava à sociedade civil. As disputas ideológicas entre os setores conservadores e parcelas diferentes da esquerda brasileira compõem um quadro político-ideológico refletido na impressão de livros durante o período estudado, caracterizando o processo social constitutivo desta dinâmica cultural. Nosso objetivo será demonstrar, através de alguns exemplos, como o processo social influenciou a composição da dinâmica cultural do período e, vice-versa, como a dinâmica cultural pode ter influenciado, de alguma forma, o processo social em questão.

A compreensão sobre os usos da cultura e dos empreendimentos culturais para debater as concepções ideológicas de frações de diferentes classes permeia toda nossa discussão, na medida em que nos fornece o suporte metodológico da análise empreendida. A década de 1960 – no âmbito da cultura, principalmente – representou um período de interessante produção cultural em diferentes meios de comunicação. Pretendemos buscar os elementos que puderam fornecer a base ideológica para a construção do projeto hegemônico do grupo do capital multinacional e associado. Para compreender esta dinâmica discutiremos os temas envolvidos nos debates acerca da questão da cultura e do conceito de hegemonia, para dar suporte ao desenvolvimento das nossas hipóteses de trabalho.

Compreendemos o conceito de cultura através das considerações de autores marxistas. Podemos considerar que esta é vista como um espaço de construção de significados e da veiculação de valores. Os autores que escolhemos se inserem no campo do materialismo histórico, entendendo, portanto, o enraizamento da cultura na vida material e desta como uma atuação concreta na vida dos homens, organizados em classes sociais. Dentro de nossa análise, compreendemos a cultura em sua relação com a questão da hegemonia.

As questões ligadas à literatura, apesar de não serem o ponto principal de nossa análise, caracterizam o nosso principal objeto de pesquisa, quais sejam os livros que trazem a difusão ideológica do grupo do capital multinacional e associado. Através da cultura – e neste ponto indicamos a existência dos outros meios de comunicação, como o rádio, a televisão e o cinema –, o grupo em questão impulsionou sua campanha pela busca do convencimento de parcelas da sociedade civil.

Partindo para entender a relação entre o conceito de hegemonia e as notas acerca da questão da cultura em Gramsci, destacamos alguns pontos para a discussão. Nos cadernos<sup>119</sup> em que Gramsci discute as questões ligadas à literatura, ao folclore e à gramática, observamos algumas preocupações interessantes no que diz respeito à questão da cultura. Gramsci, preocupado em analisar a literatura italiana e sua inserção nas questões relacionadas à representação das classes na cultura, destaca a importância da compreensão do espaço no qual esta dinâmica se insere. Observa como, na Itália do início do século XX, a presença da literatura estrangeira influenciava a cultura nacional. Segundo ele, o povo italiano sofria uma hegemonia cultural e moral dos intelectuais estrangeiros. Desta forma, os intelectuais não saíam do povo, não existindo um bloco intelectual e moral nacional.

Um determinado momento histórico-social jamais é homogêneo; ao contrário, é rico de contradições. Ele adquire “personalidade”, é um “momento” do desenvolvimento, graças ao fato de que, nele, uma certa atividade fundamental da vida predomina sobre as outras, representa uma “linha de frente” histórica. Mas isso pressupõe uma hierarquia, um contraste, uma luta.<sup>120</sup>

A necessidade de uma associação cultural que fixe objetivos de classe não está ligada somente a um saber erudito. Desta forma, Gramsci considera que todo o homem é um intelectual, quando este conquista uma consciência superior, onde compreenda seu valor histórico, seus direitos e deveres.

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo.<sup>121</sup>

Esta busca pelo “consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população” proveniente do prestígio social do grupo dominante é característica das relações de força da década de 1960 no Brasil. A busca por este consenso, tratada aqui como a disputa pela hegemonia e a busca pelo convencimento de parcelas da sociedade civil liderada pelo grupo

<sup>119</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 6.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 65.

do capital multinacional e associado, foi legitimada pelo prestígio obtido devido à posição de dominação econômica do empresariado representante do capital estrangeiro, multinacional e associado no Brasil. A sua função de destaque no mundo da produção, ou seja, sua posição hegemônica no mundo da produção permitiu o desenvolvimento da divulgação de suas idéias, principalmente intra classe dominante. A estrutura de ação só foi possível devido à legitimidade econômica e à associação cultural com objetivos de classe dos líderes deste processo, que com o respaldo de suas empresas buscavam convencer boa parte da classe dominante midiática – seja através da televisão, do rádio, da imprensa e da edição de livros. Isto fica evidente quando, em troca da edição dos livros considerados importantes para a execução de seu plano de ação, o IPES oferece a compra de exemplares como uma garantia de que os negócios da editora não seriam prejudicados por esta operação.<sup>122</sup> O uso de sua posição e função no mundo da produção facilitou o processo de convencimento de parcela da sociedade civil. Seus intelectuais orgânicos estavam munidos das categorias propostas por Gramsci. O “consenso espontâneo”, como vimos no capítulo anterior, não foi conseguido com a conquista do Estado em 1964. A subida ao poder possibilitou e assegurou “legalmente” a disciplinarização dos grupos que não “consentem, nem ativa nem passivamente”. A continuidade da crise de hegemonia após o golpe civil-militar de 1964 corrobora a idéia da inexistência do “consenso espontâneo” tal como Gramsci propõe.

Para caracterizar este momento retomamos a discussão acerca da dinâmica do processo cultural. Para Jesus Martin-Barbero, o pensamento de Gramsci proporciona o desbloqueamento da questão cultural e da dimensão de classe na cultura popular.<sup>123</sup> A aplicação do conceito de hegemonia gramsciano na perspectiva cultural parece-nos interessante na compreensão da década de 1960 no Brasil.

[...] um processo no qual uma classe hegemônica, na medida em que representa interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas. E “na medida” significa aqui que não há hegemonia, mas sim que ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente num “processo vivido”, feito não só de força mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução, de cumplicidade.<sup>124</sup>

<sup>121</sup> *Idem*, v. 2, p. 21.

<sup>122</sup> Nos referimos à carta de José Garrido Torres encontrada no arquivo do IPES e citada no capítulo 1, onde este declara que, caso as editoras se recusem a publicar algum título indicado, o IPES se comprometeria a comprar uma parte da tiragem. Desta forma, garantem o lucro da editora e a publicação do título indicado.

<sup>123</sup> MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. p. 112.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 112.

O cultural é visto por Gramsci como espaço estratégico na luta para ser espaço articulador de conflitos. Barbero fecha sua análise sobre as percepções de Gramsci com o seguinte trecho:

Se algo [Gramsci] nos ensinou é a prestar atenção à *trama*: que nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não o é de resistência, e que nem tudo que vem “de cima” são valores da classe dominante, pois há coisas que, vindo de lá, respondem a outras lógicas que não são as da dominação.<sup>125</sup>

A assimilação das idéias que se pretendiam hegemônicas - àquelas divulgadas pelos empreendimentos culturais patrocinados pelo IPES - é essencial para o sucesso do processo de convencimento da sociedade civil. A ação ipesiana buscou, num primeiro momento, atingir a classe dominante (angariando membros e apoio de suas parcelas). O segundo momento de sua ação chega às frações da classe dominada através da atuação do IPES em suas esferas, como o movimento sindical e estudantil, por exemplo.<sup>126</sup> Consideramos que a assimilação do hegemônico pelo subalterno, no caso analisado, não se constrói única e exclusivamente por um movimento de dominação.

Podemos considerar que tal assimilação responde à lógica específica da primeira metade da década de 1960 no Brasil. Elementos como o anticomunismo e a defesa de uma democracia específica se encontravam, até certo ponto, internalizados através das práticas atuantes na sociedade civil, correspondendo a uma lógica bastante ampla no que diz respeito à questão da dominação. A conjuntura política internacional, com o quadro desenhado pela Guerra Fria, pela recente Revolução Cubana e pelo espectro do comunismo desenhado pelos países alinhados aos Estados Unidos, promove um senso de realidade na sociedade civil, onde a difusão ideológica se apresenta para o processo vivido principalmente pela classe média brasileira, não como representante da dominação, da submissão, mas sim como representação de suas condições materiais de existência. A defesa de idéias anticomunistas e de uma democracia restrita apareciam como essenciais para a manutenção do *modus vivendi* da sociedade civil, e mais especificamente da classe média brasileira do período. A consecução do projeto hegemônico de classe garantiria as condições materiais de existência destes grupos. A inclusão de elementos pertencentes a esta classe no processo de busca pelo convencimento

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 114. Grifo do autor.

<sup>126</sup> Para uma excelente explanação da atuação do IPES dentro dos movimentos da classe dominada ver DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.

os faz participar diretamente do processo, não eram meramente dominados ou submetidos às vontades de uma classe superior.

Isso ocorre na medida em que diversas parcelas da sociedade civil de origens variadas compunham o quadro de atuação do IPES. Desta forma, a busca pelo consenso encontrou lugar no movimento estudantil, através do Movimento Estudantil Democrático (MED), fundado e patrocinado pelo complexo IPES/IBAD para atuar em ações contra a União Nacional dos Estudantes (UNE), da Frente da Juventude Democrática (FDJ), nas classes médias e no apoio feminino, refletido na Associação dos Amigos das Nações Cativas e o Rearmamento Moral e na CAMDE (Campanha da Mulher Pela Democracia), respectivamente. Atuaram ainda em setores vinculados à religião, exemplificados pela atuação na Associação Cristã de Moços (ACM) e na Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE). Atuou ainda em parcelas da sociedade civil representadas por sindicatos de trabalhadores e patronais, camponeses bem como sua entrada no Congresso Nacional e nos partidos políticos. A conquista do poder pelo grupo do capital multinacional e associado não seria possível se estes grupos estivessem apenas “submetidos”. Mais do que dominação e submissão, era necessária a atuação orgânica da sociedade civil para que seu projeto de classe moldasse o movimento que figurou no golpe classista civil-militar de 1964.

Dentro da percepção do materialismo histórico, a história e a dinâmica social são vistas a partir da noção de processo, visto que as interpretações estão pautadas na questão da racionalidade, e são entendidas como algo que define e se transforma permanentemente, portanto ao longo do tempo. Destacamos o seguinte trecho de Williams, onde fala do conceito de cultura:

[...] as possibilidades totais do conceito de cultura como processo social constitutivo, que cria “modos de vida” específicos e diferentes, que poderiam ter sido aprofundados de forma notável pela ênfase no processo social material, foram por longo tempo irrealizadas, e com frequência substituídas na prática por um universalismo abstrato unilinear.<sup>127</sup>

Williams defende a idéia da construção de uma história cultural material, baseado na idéia de um “processo humano constitutivo”<sup>128</sup> e critica as apropriações das percepções de Marx acerca da questão da cultura, que teria resultado numa história cultural material dependente, secundária, superestrutural, “um campo de ‘simples’ idéias, crenças, artes,

<sup>127</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 25.

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 26.

costume, determinado pela história material básica”.<sup>129</sup> Junto à questão da cultura, destacamos a noção de literatura que, apesar de não ser central no nosso debate, permeia obviamente nossas hipóteses de trabalho.

A literatura deve ser entendida como processo e resultado de composição formal dentro das propriedades sociais e formais de uma língua, sendo uma experiência imediata da vida onde é produzido um efeito ideológico.<sup>130</sup> Este efeito ideológico se liga diretamente à nossa pesquisa, na medida em que relacionamos a literatura produzida na década de 1960, mais especificamente os livros com os quais estamos lidando diretamente – e esta é uma de nossas hipóteses de trabalho – com a difusão ideológica do grupo do capital multinacional e associado. O tratamento do conceito de literatura por Williams passa pela compreensão de seu papel e de sua influência dentro das classes sociais. A ligação entre estes conceitos e o processo social é resumida de maneira bastante interessante no seguinte trecho:

Assim, essas formas dos conceitos de *literatura* e *crítica* são, na perspectiva do desenvolvimento histórico social, formas de especialização de classe e controle de uma prática social geral, e de uma limitação de classe das questões que poderia levantar.<sup>131</sup>

A novidade colocada por Williams acerca da interpretação do conceito de literatura está na sua compreensão como categoria social e histórica especializada. Considera que os valores constitutivos desta literatura devem ser vistos como prática continuada e em transformação.

A construção por Williams de um modelo para pensar a dinâmica cultural contemporânea tem duas frentes. A teórica, que desenvolve as implicações da introdução do conceito gramsciano de hegemonia na teoria cultural, deslocando a idéia de cultura do âmbito da ideologia como único âmbito próprio, isto é, da reprodução, até o campo dos processos *constitutivos*, e portanto transformadores do social. E a metodológica, mediante a proposta de uma tipologia das formações culturais que apresenta três “estratos”: arcaico, residual e emergente.<sup>132</sup>

Entendemos que esta discussão deve ser analisada a partir do materialismo histórico, visando compreender a dinâmica cultural a partir da idéia de processo constitutivo da realidade social. Outro ponto intimamente ligado a esta questão mais geral está na análise da dinâmica do processo cultural a partir da existência de classes sociais. Em relação à questão da hegemonia devemos observar que todos estes elementos destacados anteriormente nela se

---

<sup>129</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>130</sup> *Ibidem*.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 55. Grifo do autor.

<sup>132</sup> MARTIN-BARBERO, Jesus. Op. cit., p. 117. Grifo do autor.

encontram presentes. A construção de um projeto hegemônico de sociedade, tal como proposto por Gramsci e Williams, é perpassada pelas relações entre classes dominantes e dominadas – e também na relação intraclasses –, ponto de suma importância para a compreensão da dinâmica cultural a partir da produção material.

Dentro da discussão acerca da dinâmica cultural, buscamos a aplicação do conceito de hegemonia de Gramsci para o âmbito cultural, encontrando esta reflexão na seguinte definição:

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como “manipulação” ou “doutrinação”. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida. Em outras palavras, é no sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes [...] Se as pressões e limites de uma determinada forma de domínio são experimentadas em tais proporções, e **na prática internalizadas**, toda a questão do domínio de classe, e da oposição a ele, se transforma.<sup>133</sup>

Para Williams, o conceito de hegemonia<sup>134</sup> ultrapassa os conceitos de cultura (compreendida como “todo um processo social” no qual os homens definem e modelam suas vidas) e de ideologia (em qualquer um de seus sentidos marxistas, no qual um sistema de significado de valores é a expressão ou projeção de um determinado interesse de classe),<sup>135</sup> indo além destes. Vê as relações de domínio e subordinação como consciência prática. É nesta interpretação da consciência prática que a definição de Williams contribui com o conceito de hegemonia de Gramsci, sua matriz de pensamento.

A compreensão da dinâmica do processo cultural da década de 1960 no Brasil será feita através da análise de sua produção material, mais especificamente, através da contextualização do mercado editorial brasileiro e de suas nuances. Em seguida, analisaremos

<sup>133</sup> WILLIAMS, Raymond. Op. cit., p. 113-114. Grifo do autor.

<sup>134</sup> Neste ponto, devemos ressaltar que o conceito de hegemonia desenvolvido por Williams discorre sobre o momento de conquista do consenso acima da coerção, e que esta percepção não atende ao momento da crise orgânica dos anos sessenta e do golpe civil-militar de 1964. Porém, suas ponderações nos levam a pensar que estes eram os objetivos desenvolvidos pelo grupo do capital multinacional e associado através de seu projeto editorial. Desta maneira, o uso do conceito de hegemonia desenvolvido por Williams nos servirá de ferramenta teórica para compreender tais objetivos.

<sup>135</sup> WILLIAMS, Raymond. Op. Cit., p. 111.

mais a fundo as listas de publicações do IPES e dos livros das editoras cujos donos possuíam algum vínculo mais direto com o Instituto. A partir desta interpretação, destacaremos os principais elementos ideológicos divulgados pelos livros a partir de uma breve análise de alguns títulos.

Desta forma, temos como objetivo indicar as fontes que serão utilizadas e o critério de escolha dos títulos, bem como a sua relação direta ou indireta com as listas produzidas pelo IPES. Esta análise aprofundada será feita nos próximos dois capítulos desta dissertação.

## **2.1 - O mercado editorial brasileiro na década de 1960**

Para compreendermos a publicação de livros pelo IPES se faz necessária uma breve análise sobre as nuances do mercado editorial brasileiro na década de 1960. Andrea Galucio propõe uma interessante periodização para caracterizar o que ela chama de “campo editorial”.<sup>136</sup> A autora define duas fases da produção editorial no Brasil no século XX. A primeira vai da década de 1930 até a primeira metade da década de 1960, e corresponde ao processo de consolidação de um sistema empresarial do livro no Brasil. A segunda fase é inaugurada na segunda metade da década de 1960 e corresponde ao processo de monopolização desse setor. Desta forma, nossa análise é fixada na primeira fase da produção editorial no Brasil, onde o sistema empresarial do livro estava se constituindo.

Podemos ampliar a definição de Galucio, considerando que as casas editoras do período definido como primeira fase se constituem, basicamente, de capital nacional, sendo muitas delas eminentemente familiares. As casas editoras, neste período, não constituem o grupo de empresas líderes do processo de construção do projeto hegemônico de sociedade. O capital destas empresas líderes provém de divisas estrangeiras, através de associações de capital ou do capital multinacional. Nossa proposta é a de analisar como os títulos publicados por algumas destas editoras foram utilizados como veículo de propaganda do complexo IPES/IBAD e de seus líderes, representados pelo grupo do capital multinacional e associado, na primeira metade da década de 1960.

---

<sup>136</sup> GALUCIO, Andrea Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. 2009. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. A autora trabalha com o conceito de campo editorial calcado por Bourdieu. Para a autora, o campo editorial é formado, bem resumidamente, pelo *mercado editorial* e pelas *políticas públicas do livro*. Nosso objetivo no presente capítulo está em contextualizar o *mercado editorial* brasileiro na primeira metade da década de 1960, a fim de demonstrar o crescimento do mesmo em termos econômicos, políticos e sociais, bem como demonstrar o embate político existente nos títulos editados no período. Portanto, passaremos rapidamente por algumas políticas públicas do livro. Preferimos utilizar somente o termo mercado editorial, visto que o conceito proposto pela autora é muito amplo para o debate por nós apresentado.

Apesar das dificuldades encontradas e do caminho árduo na tentativa de montar um panorama mínimo do mercado dos livros nos anos 1960, podemos pontuar duas percepções. A primeira delas é a de que, de fato, o mercado editorial brasileiro estava iniciando o seu período de expansão, que culminará com o “milagre brasileiro” da década de 1970. A partir dos quadros 1 e 2 podemos pensar em tais termos. A segunda, que veremos mais à frente, é a existência de um embate ideológico presente na edição de livros do período, decorrente do processo histórico em questão.

Salgado utiliza categorias interessantes para definir a análise do crescimento do mercado editorial, com as quais trabalharemos ao longo do nosso trabalho.

Entende-se como crescimento o aumento no número de publicações, tanto de títulos quanto de exemplares, mesmo que a média das tiragens permaneça sempre inalterada. Como expansão compreende-se o aumento do número de casas editoriais atuando no mercado, em diferentes centros urbanos.<sup>137</sup>

Com isso, pretendemos compreender a dinâmica do mercado editorial da época diante desta contextualização mais ampla de difusão ideológica. Segundo Salgado: “Os anos 60 foram marcados, no tocante ao mercado e à formação das indústrias editoriais, pelo crescimento na edição de exemplares e títulos e pela expansão no número de casas editoriais, nos principais centros urbanos”.<sup>138</sup>

Segundo o quadro apresentado por Hallewell<sup>139</sup> – mais completo, pois indica a produção de folhetos, definidos como publicações de até 48 páginas –, observamos um aumento na quantidade de exemplares distribuídos ao longo da década de 1960. No ano de 1962 foram editados 3.538 livros e 66.559.000 exemplares, além de 19.601.700 folhetos. No ano de 1963 encontramos 4.010 livros editados com 54.222.606 exemplares de livros e 26.158 347. No ano de 1964 3.882 livros, 51.912.564 exemplares de livros e 17.174.542 folhetos. Diante do contexto histórico no qual se insere a produção editorial do período, podemos observar um aumento – ainda que pequeno em termos percentuais – da divulgação de livros e folhetos. Estes últimos, segundo Reimão, não são considerados pelos números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e não estão inclusos em sua análise (vide quadro 2). Porém, Reimão destaca a relação livros por habitante, o que nos mostra também um aumento no acesso aos livros através do aumento do número de livros por habitante.

<sup>137</sup> SALGADO, Gilberto Barbosa. *O imaginário em movimento: crescimento e expansão da indústria editorial no Brasil (1960-1994)*. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994. p. 30.

<sup>138</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>139</sup> Refiro-me ao Quadro 1. HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 514.

Quadro 1: O comércio do livro (1950-1964)

Ano	Produção				Importação	Exportação
	Títulos Livros	Exemplares			Livros (em kg)	Obras impressas (em kg)
		Livros	Folhetos	800 (%)		
1950	3.075	19.583.000	8.433.000	17,98	929.719	110
1951	2.867				1.430.801	11
1952	2.473				1.341.573	615
1953	2.985	22.647.000	17.333.000	19,75	1.649.303	3
1954	2.614				1.341.573	615
1955	2.713	21.393.861	9.704.468	13,07	1.649.303	3
1956	3.480	27.623.000	13.894.000	13,4	2.114.000	1.264
1957	3.592	33.952.000	13.331.800	11,7	1.862.000	5.106
1958	3.786	39.340.000	16.940.000	12,53	1.650.000	13.584
1959	4.015	41.294.961	14.940.040	11,08	2.065.000	47.000
1960	3.953	36.322.827	14.886.182	8,43	1.630.000	38.000
1961	3.168	29.169.952	10.955.652	8,51	1.831.000	394.870
1962	3.538	66.559.000	19.601.700	13,6	1.263.000	98.444
1963	4.010	54.222.606	26.158.347	8,56	1.443.000	93.486
1964	3.882	51.912.564	17.174.542	22,4	1.458.563	285.465

FONTE: HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 514.

Quadro 2: Relação de livros habitante/ano em alguns anos da década de 1960

Ano	População do Brasil	Tiragem total de livros publicados	Livros hab./ano
1960	65.743.000	36.322.827	0,5
1961	71.868.000	36.322.827	0,4
1962	74.096.000	66.559.000	0,9
1963	78.409.000	54.222.606	0,7
1964	78.809.000	51.914.564	0,6

(Retiramos as menções aos anos de 1967 e 1969. Sobre os anos de 65, 66, 68 e 70 o IBGE não dispõe dos dados.) FONTE: REIMÃO, Sandra. *O Mercado editorial brasileiro*. São Paulo: ComArte, 1996, p. 40-41.

Partindo destes números – necessários para demonstração quantitativa do crescimento do mercado editorial brasileiro –, pretendemos contextualizar historicamente esta produção. Nossa idéia é demonstrar o peso político da produção editorial brasileira no período, buscando fornecer as bases para a compreensão da construção do projeto hegemônico de sociedade do grupo do capital multinacional e associado.

Podemos considerar que a década de 1960 no Brasil se caracteriza por um momento de efervescência política, tanto de setores da esquerda quanto da direita. Consideramos que o mercado editorial reflete este momento. Reimão destaca que

Apesar de ser pequena a produção editorial do período, vários memorialistas dos anos 60 partilham essa sensação de “explosão”, a qual

deve ser creditada muito mais à qualidade dos títulos impressos, do que à quantidade da produção editorial, que foi pequena, como vimos.<sup>140</sup>

Ao atribuir à qualidade dos títulos impressos a importância da produção editorial do período, estamos considerando o peso político que a mesma incide sobre a sociedade civil. Partindo disso, entendemos que o grupo do capital multinacional e associado, identificado com os setores mais conservadores da direita liberal, utilizou a edição de livros de maneira ideologicamente instrumental, divulgando valores como o anticomunismo e uma democracia específica, como veremos à frente.

Observamos, inclusive, que os gastos do IPES com publicações acompanham os números do mercado editorial apontados. No ano de 1962 observamos uma maior quantidade de exemplares editados no Brasil e um maior gasto do IPES com o patrocínio de publicações.<sup>141</sup>

Ao longo da década de 1950 e no início da década de 1960 observamos o aprofundamento da inserção da produção de livros na lógica capitalista de mercado. As resoluções apresentadas no III Congresso de Editores e Livreiros no Brasil,<sup>142</sup> em 1956, demonstram a preocupação com o mercado, com a solicitação de reduções tarifárias para o transporte, a concessão de quotas para a importação de papel e de equipamento gráfico para livros, bem como de estratégias de propaganda do livro e qualificação de vendedores de livros e de bibliotecários. As reivindicações da indústria do livro dominam os principais fóruns de discussão sobre a indústria nacional do livro. Entre estes fóruns destacamos os sindicatos patronais da classe, tais como o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), a Câmara Brasileira do Livro (CBL), e os órgãos ligados ao governo, como o Instituto Nacional do Livro (INL).

A exigência de criação e ampliação de direitos no âmbito do Estado – ou da sociedade política – pode ser percebida, no caso da indústria do livro, através do INL e da presença constante de editores ou donos de editoras em grupos de estudos onde proposições em defesa dos interesses de classe tiveram presença constante.

O SNEL tinha, em seu quadro de sócios, representantes das principais editoras nacionais. Constam nomes como Gabriel Athos Pereira, da Editora José Olympio, Ênio Silveira, da Editora Civilização Brasileira, Cândido Guinle de Paula Machado, da Editora Agir, Décio de Abreu, da Distribuidora Record, Jorge Zahar, da Livraria Editora Reunidas –

<sup>140</sup> REIMÃO, Sandra. *O Mercado editorial brasileiro*. São Paulo: ComArte, 1996, 107, p. 41.

<sup>141</sup> Trabalhamos com estes números do IPES de maneira mais aprofundada no capítulo 1 desta dissertação.

<sup>142</sup> SALGADO, Gilberto Barbosa. Op. cit., p. 25-26.

LER entre diversas outras personalidades. Lembramos que Décio de Abreu e Cândido Guinle de Paula Machado eram associados do IPES. Devido a esta ligação, tentamos buscar alguma relação entre o SNEL e seus membros e as opiniões publicadas nos livros que iremos analisar. Porém, como indicaremos a seguir, as posições políticas do SNEL não são explicitadas pela documentação analisada. Consideramos, desta maneira, que este sindicato patronal tinha como principal objetivo debater questões ligadas ao comércio livreiro, à evolução e crescimento do mercado editorial. Isso se deu muitas vezes através de canais diretos com o governo. É o que consta nas atas das reuniões de diretoria do SNEL, fonte que pode e deve ser relativizada devido ao seu caráter resumido e pontual, visto que não transcreve na íntegra o debate ocorrido.

Em pesquisa às atas das reuniões de diretoria do SNEL,<sup>143</sup> podemos observar algumas destas reivindicações. As principais temáticas encontradas nos debates lavrados em ata discorrem sobre questões comerciais da indústria do livro. A documentação demonstra que o SNEL tinha espaço efetivo na esfera da sociedade política. Em meados de 1960 foi criado o Grupo de Estudos da Indústria do Livro e dos Problemas do Escritor (GEILPE). Este grupo, composto de membros do SNEL e da CBL (as duas entidades possuíam uma relação próxima, visto que encontramos nas atas, em diversos momentos, a participação de membros da CBL nas reuniões de diretoria do SNEL, principalmente quando se trata da instituição de políticas públicas voltadas para o mercado editorial), desenvolveu amplo relatório apontando os principais problemas e reivindicações. Este grupo se reuniu durante quase todo o ano de 1960, chegando a algumas proposições importantes e que irão permear a atuação do SNEL e da CBL ao longo de toda a década. Podemos considerar, inclusive, que o documento final produzido por este grupo influenciou em grande parte os programas adotados nos primeiros anos da ditadura – Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático (COLTED), Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL) e o Grupo Executivo da Indústria do Papel e das Artes Gráficas (GEIPAG).<sup>144</sup> O relatório foi aprovado por Jânio Quadros, porém, até junho de 1961 não havia sido posto em prática.

A busca por um contato direto com os mais altos postos da sociedade política aparece a todo o momento através de menções a envios de telegramas oficiais ao presidente da República sempre que alguma medida – em grande parte medidas econômicas – desagradava

---

<sup>143</sup> As atas pesquisadas compõem dois volumes. O primeiro volume compreende o período entre 05 de novembro de 1959 e 14 de agosto de 1962. O segundo volume compreende o período entre 16 de agosto de 1962 e 06 de março de 1964.

<sup>144</sup> Não entraremos na análise destes grupos. Para maiores informações ver SALGADO, Gilberto Barbosa. Op. cit.

os interesses de seu grupo, como por ocasião da instrução nº 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC),<sup>145</sup> que provocou o encarecimento do preço do papel e da mão de obra com o aumento do salário mínimo.<sup>146</sup>

Andrea Galucio, ao comentar sobre a atuação do SNEL conclui:

Podemos afirmar que o conjunto da atividade editorial brasileira se desenvolveu mais por acordos políticos que envolvessem os setores empresariais, identificados, principalmente, no papel do SNEL, neste período, com a sociedade política do que por embates que caracterizassem oposição entre seus projetos para o desenvolvimento da produção do livro no Brasil. Era mais uma questão de conciliar os interesses do que combatê-los, mas adequá-los aos objetivos de ampliar o papel da burguesia nacional nesse processo.<sup>147</sup>

A ausência de opiniões políticas representativas deste grupo na documentação do SNEL nos levou a buscar em outra fonte algo que pudesse expressar este elemento. Trabalhamos assim com o Boletim Bibliográfico Brasileiro (BBB). Este era uma publicação conjunta do SNEL, CBL, INL e Academia Brasileira de Letras (ABL) e órgão oficial da União Brasileira dos Escritores (UBE). Iniciado em 1952 com 11 publicações anuais, teve seu apogeu entre 1958 e 1966. Publicavam o registro bibliográfico de livros – o que hoje corresponde ao ISBN (International Standart Book Number) –, artigos, propagandas de livros e editoras, entrevistas, entre outros informativos relacionados à indústria do livro. Seu conteúdo era, em grande parte, o registro bibliográfico completo de obras recém-lançadas de diversas editoras. Ao longo do ano de 1960 encontramos nas atas do SNEL a intenção de assumir a edição e os custos do BBB, medida descartada no ano de 1961.

As temáticas repetem bastante os assuntos encontrados nas atas do SNEL. Porém, encontramos dois pequenos mas significativos editoriais onde a posição política do BBB pode ser percebida. A primeira delas ocorre no ano de 1961, logo após a eleição de Jânio Quadros: “São, logicamente, das mais animadoras as perspectivas para 1961. De modo especial porque assume a direção dos destinos nacionais um Governo que, tudo faz crer, dará ao Brasil a

---

<sup>145</sup> “A instrução nº 204 implicou uma considerável modificação do regime cambial na direção do chamado “realismo cambial”. O “câmbio de custo”, mantido fixo por mais de dois anos, foi desvalorizado em 100%, enquanto a categoria geral foi extinta, devendo as importações correspondentes ser realizadas no mercado “livre”. Também no mercado “livre” passaram a ser vendidas as cambiais de exportação, exceto café, enquanto os depósitos compulsórios incidentes sobre as importações foram substituídos pela aquisição compulsória de Letras de Importação.[...] A notável impopularidade da Instrução nº 204 é explicada pelo impacto do aumento de preços de alguns importantes insumos importados sobre bens e serviços de consumo popular tais como pão, produtos agrícolas, tarifas de serviços públicos e jornais.” Instrução 204. IN: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 5v. Vol. III, p. 2.806.

<sup>146</sup> Arquivo do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Atas de reunião do SNEL, dia 16 mar. 1961.

<sup>147</sup> GALUCIO, Andrea Lemos Xavier. Op. cit., p. 92.

orientação que **todos ardentemente desejamos... há muitos e muitos anos!**<sup>148</sup> O editorial não possui assinatura, mas o formato festivo do pequeno trecho destacado sugere um alinhamento com o pensamento conservador liberal da direita brasileira, que via na eleição de Jânio Quadros sua última opção de consecução de seus projetos pela via legal.<sup>149</sup>

No mesmo ano, na edição de março, encontramos outro editorial intitulado “Jânio vem aí, para o livro”<sup>150</sup> e na edição de agosto, o editorial “O futuro do livro”,<sup>151</sup> que trata da saída de Jânio Quadros<sup>152</sup> do governo e das possíveis dificuldades que o novo governo poderia imprimir na questão do mercado editorial. Apesar dos dois últimos tratarem basicamente de questões relacionadas ao mercado de livros, observamos uma preocupação com a saída de Jânio e entrada de João Goulart no governo.

Observamos que o BBB, durante os anos de 1961 e 1962, se colocava politicamente através de seus editoriais e artigos ao longo da revista. A partir de 1963 a revista fica mais espaçada e seus editoriais perdem o caráter político, passando a trazer informações essencialmente econômicas e corporativas, deixando de opinar acerca de questões eminentemente políticas. A partir da concordância com o governo de Jânio, podemos pensar que a ausência de posicionamento político pós 1964 – já que, em 1963, a revista quase não foi editada – pode ser um indicativo de que havia participação dos mesmos na divulgação dos ideários do golpe de 1964. Porém, essa participação não teria sido realizada por toda a fração de classe representativa da indústria do livro. Seriam ações pontuais de elementos identificados com o processo desenvolvido e que culminará com a derrubada de João Goulart.

Se não encontramos, explicitamente, nas entidades de classe a representação e a atuação política das editoras/editores, em seus projetos editoriais isso fica bem mais evidente. Os títulos publicados nos dizem bastante sobre o embate ideológico existente na primeira metade da década de 1960 no Brasil.

---

<sup>148</sup> BOLETIM BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, v. 9, n.1, jan-fev. 1961. p. 1. Grifo meu.

<sup>149</sup> Para maiores informações sobre o assunto ver o capítulo 1 desta dissertação.

<sup>150</sup> BOLETIM BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, v. 9., n. 2, mar. 1961. p. 29.

<sup>151</sup> *Ibidem*, n. 7, ago. 1961. p. 201.

<sup>152</sup> Para maiores informações sobre o assunto ver o capítulo 1 desta dissertação.

## 2.2 - O embate ideológico através da edição de livros: considerações sobre as editoras progressistas<sup>153</sup>

A dinâmica do mercado editorial da época nos mostra que, da mesma maneira que os setores conservadores liberais mantinham seu aparato ideológico editorial, os movimentos de esquerda também possuíam vasta literatura sendo editada no período. Vale recordar que a década de 1960 no Brasil é caracterizada pela forte mobilização sindical, refletida na fundação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962, e na ampliação da atuação política dos sindicatos evidenciados a partir do governo de João Goulart. No bojo dos movimentos de esquerda em crescimento na década de 1960 estão o movimento estudantil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outros movimentos políticos, que forneceram potenciais leitores dos “clássicos” marxistas.

As editoras progressistas citadas por Hallewell foram responsáveis pela edição de livros com posições de esquerda. Dentre as pequenas editoras, o autor destaca a Tempo Brasileiro, que editou basicamente a filosofia da Escola de Frankfurt e uma revista nacionalista homônima a partir de 1962; a firma de José Álvaro, que publicou o livro de Antônio Callado, *Tempo de Arraes*, em 1964, e a revista *Anhembi*, editada entre os anos de 1950-1962. Destacamos também a editora Vitória, que seguia rigorosamente a linha ideológica do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esta última tem, entre seus títulos editados na primeira metade da década de 1960, autores como Friederich Engels, com *Origem da Família, da propriedade privada e do Estado*, do *Manual de Economia Política* da Academia de Ciências da URSS, da coletânea *Obras escolhidas*, de Karl Marx e Friedrich Engels, além do *A concepção materialista da História*, de Georgi Plekhânov. Editou diversos títulos de Lênin, Luiz Carlos Prestes e Nikita Krushev. A editora Vitória colocou no mercado editorial brasileiro, na primeira metade da década de 1960, uma série de clássicos marxistas, muitos deles editados pela primeira vez em português. Além destas editoras menores, destacamos três grandes editoras progressistas. São elas a Editora Brasiliense, a Editora Civilização Brasileira<sup>154</sup> e a Zahar Editores.

<sup>153</sup> Esta expressão foi cunhada por Laurence Hallewell em seu livro. Utilizaremos esta categoria por entender que a caracterização “editoras progressistas”, como categoria ampla, abarca editoras que publicaram uma literatura de conteúdo esquerdista, porém não o fizeram única e exclusivamente. HALLEWELL, Laurence. Op. cit., p. 539.

<sup>154</sup> Para estudo pormenorizado acerca das editoras Brasiliense e Civilização Brasileira e do papel de seus editores ver GALUCIO, Andrea Lemos Xavier . Op. cit.

A Editora Brasiliense foi fundada em 1943 por Caio Prado Júnior,<sup>155</sup> Monteiro Lobato<sup>156</sup> e Arthur Neves, ex-sócios de Octalles Marcondes Ferreira na Companhia Editora Nacional. Segundo Galucio:

O início da editora está ligado às tentativas da publicação da revista *Hoje - o mundo em letra de forma* marcando a fundação da editora *Brasiliense* em 1943. Ao divulgar temas sobre a realidade brasileira com críticas à ditadura do Estado Novo (1937-1945) a revista concretizava, naquele ano, o objetivo de Caio Prado Júnior, Monteiro Lobato e Artur Neves de distribuir clandestinamente um material produzido pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). A maioria dos textos era apresentada por autores brasileiros, em boa parte pelos fundadores da revista.<sup>157</sup>

A linha editorial da Brasiliense pareceu seguir sua concepção inicial. Editou títulos com interpretações esquerdistas dos problemas do Brasil, com autores como Josué de Castro, Manuel Correia Andrade e do próprio Caio Prado Júnior.<sup>158</sup>

A produção editorial de setores da esquerda é evidenciada pela edição de livros de autores marxistas tais como Antonio Gramsci, George Lukács, Herbert Marcuse e o próprio Marx, com a primeira tradução para o português de *O Capital*, editado no ano de 1960 pela Editora Civilização Brasileira. Segundo Salgado, Ênio Silveira editou “[...] as obras de Gramsci, além das de outros marxistas, com traduções de Leandro Konder e Carlos Nelson

<sup>155</sup> Caio Prado Júnior foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante muitos anos. Foi vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em São Paulo, tendo sido preso durante o regime do Estado Novo. Nos anos 40 intensificou sua militância política e intelectual. Caio Prado Júnior foi um grande historiador e publicou obras de referência sobre a História do Brasil como *Formação do Brasil Contemporâneo* e *A Revolução Brasileira*. Em 1943 fundou a editora Brasiliense junto com Monteiro Lobato e Arthur Neves. Foi eleito deputado estadual por São Paulo em 1946 pela legenda do PCB, tendo sido cassado no ano seguinte após a declaração de ilegalidade do partido, chegando a ficar preso por dois meses em 1948. Em 1955 cria a Revista Brasiliense, na qual publica uma série de relevantes estudos críticos sobre o Brasil. Em 1968 tenta concorrer à cátedra do professor Sérgio Buarque de Holanda na Universidade de São Paulo (USP), mas é impedido por conta da repressão ocorrida após o Ato Institucional nº 5. Morre em 1990. MONTALVÃO, Sérgio. Caio Prado Junior. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). Op. cit., Vol. IV, p. 4.764-4.766.

<sup>156</sup> Monteiro Lobato, além de ter escrito grandes histórias infantis como *O Minotauro*, *Reforma da Natureza*, *O Pica-Pau Amarelo*, *A chave do tamanho* entre outros, teve participação em diferentes momentos da vida política brasileira. No âmbito editorial, fundou em 1918 a Editora Monteiro Lobato, que publicou obras de autores iniciantes como Oswald de Andrade e Gilberto Amado. Com a falência de sua editora em 1924 participa da fundação da Companhia Editora Nacional. Impressionado com os investimentos norte-americanos resolve vender, em 1928, sua parte na sociedade da editora e investe todo seu capital na bolsa de valores de Nova York. Com a crise de 1929, perde seu dinheiro e começa a atuar na área de exploração de petróleo, fundando algumas empresas do ramo. Passa então a militar pelos direitos das empresas nacionais de exploração de petróleo. Em 1943 funda a editora Brasiliense, junto com Caio Prado Junior e Arthur Neves. Com o fim do Estado Novo passa a criticar o sistema capitalista e defender idéias socialistas. Após a eleição de Eurico Gaspar Dutra para presidência do Brasil, se desilude com a política e vai para Argentina, onde funda outra editora, chamada Editora Acteon. Após dois anos retorna para o Brasil e se aproxima do Partido Comunista Brasileiro (PCB), engajando-se nas campanhas contra a cassação de mandatos dos políticos do partido, declarado ilegal em 1947. Morre em julho de 1948. FERREIRA, Marieta de Moraes. Monteiro Lobato. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). Op. cit., Vol. III, p. 3.249-3.251.

<sup>157</sup> GALUCIO, Andrea Lemos Xavier . Op. cit., p. 173.

<sup>158</sup> HALLEWELL, Laurence . Op.cit., p. 369.

Coutinho; uma definitiva tradução de “O Capital”, de Marx, feita por Reginaldo Santana (a primeira no Brasil)”.<sup>159</sup>

A Editora Civilização Brasileira, principalmente através da figura de seu editor Ênio Silveira, editou, além dos nomes destacados acima, a Série Cadernos do Povo Brasileiro. Pelos títulos editados podemos perceber o enfoque esquerdista, segundo Hallewell:

Dois anos mais tarde, quando os acontecimentos iam construindo rapidamente o clímax que sobreveio com a “revolução” de 1964, Ênio Silveira lançou seus provocativos “Cadernos do Povo Brasileiro”, série de folhetos populares cujo texto de capa dizia: “Os grandes problemas do país são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo; seu objetivo principal é informar: somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se.”<sup>160</sup>

Dentre os títulos da coleção destacamos os livros de Francisco Julião, *Que são as Ligas Camponesas*; de Nelson Werneck Sodré, *Quem é o povo no Brasil?*; de Franklin de Oliveira com *Que é a revolução brasileira e Revolução e contra-revolução no Brasil*. São 24 títulos no total, editados entre os anos de 1962 e 1963.

A Zahar Editores teve entre seus títulos obras de Herbert Marcuse e Wright Mills, que constituíram a série Biblioteca de Ciências Sociais. Cumpriu, ainda, papel pioneiro na publicação de autores de psicanálise, como Sigmund Freud, e filosofia, como o marxista francês Louis Althusser. Apesar de uma menor influência no mercado editorial, a publicação de autores com concepções esquerdistas se encontrava presente em sua linha editorial.

As editoras progressistas tiveram um papel importante na dinâmica do processo social brasileiro, na medida em que alimentavam com os principais livros e teóricos de esquerda os movimentos políticos e sociais do momento político brasileiro na década de 1960. Nosso objetivo, com esta breve indicação do mercado editorial e da existência da literatura produzida por estas editoras, era o de demonstrar como o mercado editorial brasileiro estava configurado na primeira metade da década de 1960.

Em nossa pesquisa pretendemos apenas pontuar o mercado editorial brasileiro no período estudado. Nosso principal objetivo é compreender o ambiente editorial em que a difusão ideológica empreendida pelos grupos conservadores liberais, refletidos na campanha desenvolvida pelo IPES, foi realizada.

<sup>159</sup> SALGADO, Gilberto Barbosa. Op. cit., p. 55.

<sup>160</sup> HALLEWELL, Laurence. Op. cit., p. 542.

### **2.3 - A difusão ideológica através dos livros: anticomunismo e democracia sob a ótica do grupo do capital multinacional e associado**

Para trabalhar a difusão ideológica do grupo do capital multinacional e associado através da edição de livros, optamos por algumas caracterizações a fim de definir os grupos de livros e as temáticas a serem analisadas. Como indicamos no capítulo anterior, a documentação do IPES nos serviu de base para a escolha dos livros com os quais trabalharemos.

Em termos mais gerais, consideramos que o cenário cultural do período em questão era influenciado diretamente pela instabilidade do processo político brasileiro no momento. Dentro do projeto desenvolvido pelo IPES encontramos definições ideológicas claras. Heloísa Starling<sup>161</sup> discute a disseminação dos valores ideológicos do grupo do capital multinacional e associado em Minas Gerais e nos traz algumas considerações bastante interessantes. Para a autora, a linha de atuação ideológica do IPES buscou encontrar os pontos de acesso entre as diversas parcelas da sociedade civil, a fim de que se obtivesse uma união de interesses semelhantes de diferentes grupos, destacando a frequente oposição entre a ditadura comunista e a sociedade democrática. Essa oposição leva à difusão de um modelo de democracia onde questões como a defesa da livre empresa e da propriedade privada, a diluição do conflito entre capital e trabalho e o caráter contrário à comunização do país aparecem como elementos centrais. Complementando a idéia de Starling, destacamos que características como a agitação sindical, o nacionalismo extremado e a indisciplina militar, por exemplo, deveriam ser evitadas.

Em relação ao anticomunismo, Dreifuss destaca que, através da ação político-ideológica, “o IPES inundava o país com a propaganda anticomunista da elite orgânica, em forma de livros, folhetos ou panfletos”.<sup>162</sup> Conhecer o inimigo comunista era de suma importância no entendimento do IPES. Isto era a justificativa para tal propaganda, que estava intimamente ligada à produção da Escola Superior de Guerra. A idéia de que no Brasil a guerra revolucionária<sup>163</sup> se encontrava em curso reforçava ainda mais a propaganda anticomunista.

---

<sup>161</sup> STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

<sup>162</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 253.

<sup>163</sup> A concepção de guerra revolucionária comunista, na compreensão das Forças Armadas, pode ser encontrada em trabalhos da Escola Superior de Guerra. Não entraremos no mérito desta discussão neste trabalho.

A partir das listas do IPES levantamos 94 títulos de editoras diversas (vide quadro 3). As listas não nos informam a referência completa dos livros. Desta forma, buscamos as principais informações de cada um dos títulos, quais sejam: autor, título completo, ano, editora, e número de exemplares distribuídos pelo IPES. Ao longo desta busca, encontramos a informação de que alguns títulos constantes da lista do IPES constituíam folhetos. Como o número de títulos era bastante grande, passamos a desconsiderar, para fins da presente análise, os folhetos. Este critério foi definido devido ao fato de que estes eram os títulos onde conseguimos o menor número de informações da lista inicial.

Quadro 3:

<b>LIVROS PRESENTES NA LISTA DO IPES - LISTAGEM COMPLETA</b>				
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Editora</b>	<b>Número de exemplares distribuídos pelo IPES</b>
<b>KOLARZ, Walter</b>	<b>Anatomia do comunismo</b>	<b>1963</b>	<b>Editora GRD</b>	<b>5000</b>
<b>Vários</b>	<b>A rebelião da juventude na URSS</b>	<b>1963</b>	<b>Editora GRD</b>	<b>100</b>
<b>SEGANFREDO, Sônia</b>	<b>UNE - instrumento de subversão</b>	<b>1963</b>	<b>Editora GRD</b>	
<b>BARNETT, Doak</b>	<b>A China comunista em perspectiva</b>	<b>1963</b>	<b>Editora GRD</b>	<b>500</b>
<b>AUBRY, Michel</b>	<b>Cuba, nação independente ou satélite</b>	<b>1963</b>	<b>Editora GRD</b>	<b>5000</b>
<b>TANNEBAUM, Frank</b>	<b>O sindicato no mundo moderno</b>	<b>1963</b>	<b>Editora GRD</b>	
<b>BRZEZINSKI, Zbigniew</b>	<b>Ideologia e poder na política soviética</b>	<b>1962-1963</b>	<b>Editora GRD</b>	
<b>DIAZ, José Alvarez R.</b>	<b>As condições do trabalho em Cuba</b>	<b>1964</b>	<b>Editora GRD</b>	
<b>BENSON, George</b>	<b>A agricultura sob o comunismo</b>	<b>1963</b>	<b>Editora GRD</b>	
<b>Diversos</b>	<b>Kruschev e a cultura</b>	<b>1963</b>	<b>Editora GRD</b>	
<b>DRAPER, Theodore</b>	<b>A revolução de Fidel Castro</b>	<b>1962</b>	<b>Editora GRD</b>	
<b>BRANDT, Willy</b>	<b>A prova da coexistência</b>	<b>1964</b>	<b>Editora GRD</b>	
<b>LEE, Robert E. A.</b>	<b>A sétima questão</b>	<b>1963</b>	<b>Editora GRD</b>	
<b>DECTER, Moshe</b>	<b>Cartilha do comunismo: teoria e prática</b>	<b>1964</b>	<b>Editora GRD</b>	
<b>TERTZ, Abtam</b>	<b>Começa o julgamento</b>	<b>1963</b>	<b>Editora GRD</b>	
<b>Tradução de vários autores</b>	<b>Teorias do colonialismo</b>	<b>1964</b>	<b>Editora GRD</b>	
<b>LABIN, Suzanne</b>	<b>A Rússia de Stálin</b>	<b>1948</b>	<b>Editora Agir</b>	<b>44</b>
<b>GORDON, Dorothy</b>	<b>Você e a democracia</b>	<b>1963</b>	<b>Editora Record</b>	
	Comunismo (de Karl Marx ao Muro de Berlim)	1965	Editora Abril	1000
<b>KRUSHCHEV, Nikita</b>	<b>O discurso secreto de Krushchev</b>	<b>1956</b>	<b>Ipanema</b>	<b>2000</b>
<b>KOZAK, Jan</b>	<b>Assalto ao Parlamento</b>	<b>1962</b>	<b>IBAD</b>	<b>3000</b>
	Mater et magistra	1963	José Olympio	500
<b>SCHWARZ, Fred</b>	<b>Você pode confiar nos comunistas (...eles são comunistas mesmo)</b>	<b>1963</b>	<b>Dominus</b>	
<b>KOWALEUSKI, Alexander</b>	<b>Democratização do capital</b>	<b>1964</b>	<b>Fundação Lowndes</b>	
<b>BOWEN, Howard K.</b>	<b>Responsabilidades sociais do empresário</b>	<b>1957</b>	<b>Civilização Brasileira</b>	
<b>MEIER, Gerald;</b> <b>BALDWIN, Robert</b>	<b>Desenvolvimento econômico</b>	<b>1968</b>	<b>Mestre Jou</b>	
<b>RÖPKE, Wilhelm</b>	<b>Os países subdesenvolvidos</b>	<b>1963</b>	<b>Saraiva</b>	
<b>IVANOVIC, Drago</b>	<b>A Iugoslávia de Tito</b>	<b>1963</b>	<b>Saraiva</b>	
<b>LACERDA, Gabriel;</b> <b>FROES, Carlos Henrique</b>	<b>O presidencialismo que nos convém</b>	<b>1963</b>	<b>IPES</b>	
<b>EPEA</b>	<b>Programa de ação do governo</b>	<b>1964</b>	<b>EPEA</b>	
<b>STRACHEY, John</b>	<b>O grande despertar</b>	<b>1962</b>	<b>Itatiaia</b>	
<b>OVERSTREET, Harry;</b> <b>OVERSTREET, Bonaro</b>	<b>O que você deve saber sobre o comunismo</b>	<b>1963</b>	<b>Itatiaia</b>	<b>5000</b>

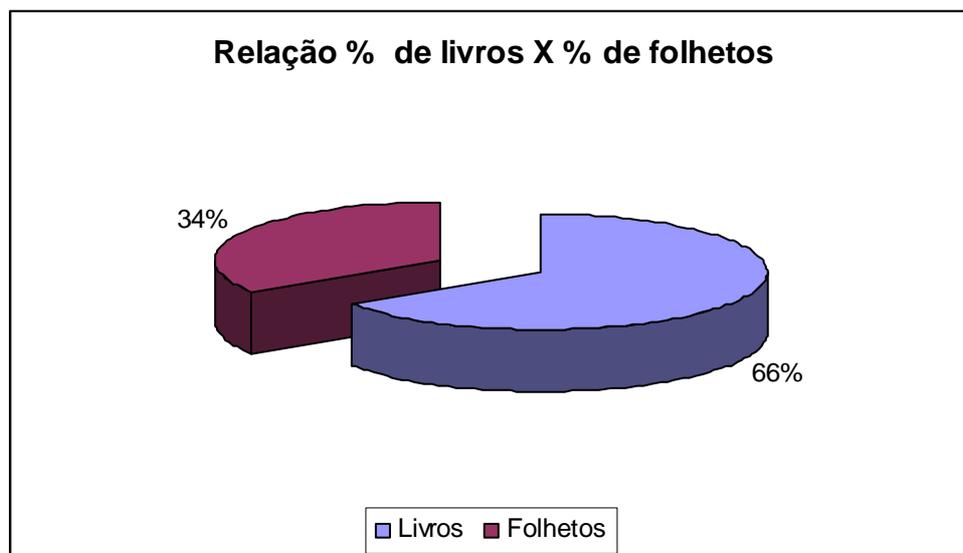
<b>YUTANG, Lin</b>	<b>O nome secreto</b>	<b>1961</b>	<b>Itatiaia</b>	
<b>GAMA, André</b>	<b>Nossos males e seus remédios</b>	<b>1963</b>	<b>Editora Vozes</b>	
<b>HYDE, Douglas</b>	<b>A realidade era outra</b>	<b>1962</b>	<b>Editora Vozes</b>	<b>120</b>
<b>CARVALHO, Afrânio de</b>	<b>Reforma agrária</b>	<b>1963</b>	<b>Edições O Cruzeiro</b>	<b>500</b>
<b>LEONARDOS, Thomas</b>	<b>Às vésperas da quinta república</b>	<b>1961</b>	<b>Edições O Cruzeiro</b>	
<b>ANDRADE, Teophilo de</b>	<b>Armas, democracia e algemas</b>	<b>1963</b>	<b>Edições O Cruzeiro</b>	
<b>PERALVA, Osvaldo</b>	<b>O retrato: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil</b>		<b>Editora Globo</b>	<b>1500</b>
<b>BRASIL, Pedro</b>	<b>O livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil</b>	<b>1964</b>	<b>Editora Globo</b>	
<b>ORWELL, George</b>	<b>A revolução dos bichos</b>	<b>1962</b>	<b>Editora Globo</b>	
<b>ORWELL, George</b>	<b>1984</b>		<b>Editora Globo</b>	<b>1000</b>
MELLO, José Luzi de Anhaia	Notas em função do referendun		IPES	500
COTRIM, John R.	Um engenheiro brasileiro na Rússia	1962	Folheto impresso pelo IBGE	5500
	Discurso do ministro Roberto Campos		Folheto	
	Guia do eleitor		Folheto	5000
	Política monetária		Folheto	
	Se você fosse um trabalhador soviético		Folheto	
	Revista Síntese		Folheto	1400
	O que é o IPES		Folheto	
	Declaração de Princípios		Folheto	
	Reformas de base		Folheto	
RIBEIRO, J. C. Assis	Reforma constitucional		Folheto	
	Boletim Mensal		Folheto	
SIMONSEN, Mário Henrique	Reforma tributária		Folheto	
CARNEIRO, Glauco	Inflação - suas causas e conseqüências		Folheto	
	Aliança para o progresso		Folheto	9000
COSTA, A. G.	A crise da previdência social		Folheto	
	Encarte sobre a Aliança para o progresso		Folheto	
	Estatutos do IPES		Folheto	
	Métodos de trabalho do IPES		Folheto	
	Centro de Bibliotecnia		Folheto	
LABIN, Suzanne	A guerra política		Folheto IPES	
	Democracia e comunismo, da Revista "Defesa Nacional"		Folheto	
	Você e a democracia, folheto da Editora Abril		Folheto	
	Governo, empreendedores e desenvolvimento		Provável folheto	
METHERIN, Eugene H.	Como os vermelhos preparam uma arruaça		Provável folheto	
	Monopólio e concorrência		Provável folheto	
	A propriedade: fator imprescindível do progresso		Provável folheto	
	Por que os salários compram cada vez menos?		Provável folheto	
	Educação popular, fator primordial do desenvolvimento e da paz social		Provável folheto	
CORÇÃO, Gustavo	As defesas da democracia		Provável folheto	
PACHECO E SILVA, A.C.	Reforma universitária		Provável folheto	
PAIVA, Glycon de	Continuismo e comunismo		Provável folheto	
	A mão de obra no Estado de São Paulo		Provável folheto	

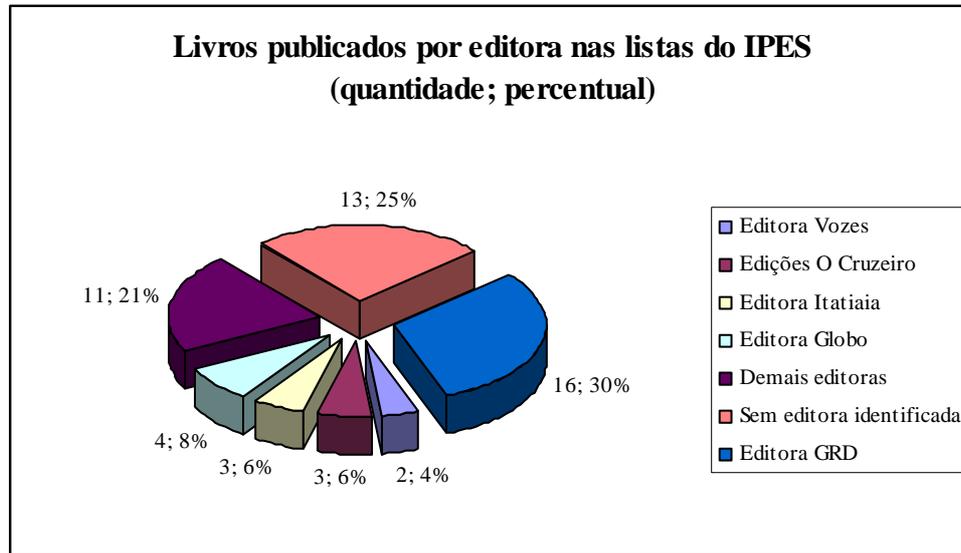
	A verdade sobre Capuava		Provável folheto	
SALVAT, Juan Manuel	Os festivais da juventude, VIII Congresso da União Internacional de Estudantes			
SETZER, José	O árduo caminho da reforma agrária			
SANCHEZ, Eurique	As forças econômicas e sociais que influem no clima de administração			
SOUZA, Roberto Pinto de; PINTO, José de Barros	A Burguesia			
BAPTISTA FILHO, Olavo	O problema da demografia nos países subdesenvolvidos			
MEAD, States M.	Teoria e prática da gerência nas nações em desenvolvimento			
RÖPKE, Wilhelm	Como lidar com os comunistas			
LICHTHEIN, George	Um estudo crítico e histórico			
RAVINES, Eudócio	Estratégia e tática comunistas para a América Latina			
LEÃO, Manoel Azevedo	Os mais graves focos da inflação			
RÖPKE, Wilhelm	A crise social do nosso tempo			
NUNES, Danilo	A ameaça vermelha			500
HAYEK, F.A.	Pleno emprego, intervencionismo e inflação			
	Unión Deportiva Cuba Libre			
	Desporte sem liberdade não é desporte			
	Anatomia do peleguismo			
	Assistência social e alegria de viver			
	Duas vidas			

FONTE: Arquivo IPES. Arquivo Nacional (RJ). (AN BR QL CODES IPES CX. 1 PAC 3); (AN BR QL CODES IPES CX. 21 PAC 3); (AN BR QL CODES IPES CX.22 PAC 3); (AN BR QL CODES IPES CX. 29 PAC 2); (AN BR QL CODES IPES CX. 63 PAC 3).

O total passou de 94 para 62 títulos, visto que 32 foram considerados folhetos. Para elucidar melhor a forma como as publicações foram distribuídas elaboramos dois gráficos:

**Gráfico 1 (Títulos de livros):**



**Gráfico 2 (Títulos de livros):**

No gráfico 1 observamos que 66% dos títulos encontrados nas listas de publicações do arquivo do IPES correspondem a livros e 34% a folhetos, muitas vezes impressos pelo próprio Instituto. Estes folhetos são bastante relevantes para a compreensão da estrutura de difusão ideológica que estamos analisando, porém ficaria muito extenso o seu uso no escopo desta dissertação.

No gráfico 2 podemos obter as melhores e mais relevantes informações. Neste, indicamos a quantidade de livros e o percentual aos quais os mesmos correspondem. Chamamos de “Demais editoras” aquelas que possuem apenas um título indicado nas listas, sendo elas: Editora Abril, Editora Agir, Distribuidora Record, EPEA, Fundação Lowndes, Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Editora Ipanema, Editora José Olympio, Editora Saraiva, Mestre Jou e Editora Dominus. Juntas somam 11 publicações, correspondendo a 21% do total. A categoria “Sem editora identificada” foi utilizada para aqueles títulos cujas informações de autor, título e ano foram identificados, porém não conseguimos obter a informação sobre as editoras. Correspondem a 13 títulos compondo 25% do total. As editoras com maior número de publicações, em ordem crescente, são as seguintes: Editora Vozes (2 títulos, 4%); Edições O Cruzeiro (3 títulos, 6%); Editora Itatiaia (3 títulos, 6%); Editora Globo (4 títulos, 8%); e Editora GRD (16 títulos, 30%).

Além da lista de publicações do IPES, encontramos outros títulos que possuem o conteúdo político-ideológico do projeto hegemônico de sociedade construído pelos grupos analisados. Para entrarem no nosso grupo de análise, os livros teriam que ser publicados pelas

editoras cujos donos ou editores fossem membros efetivos do IPES, quais sejam, a Distribuidora Record, representada por Décio de Abreu, a Editora Agir, representada por Cândido Guinle de Paula Machado, e a editora GRD, representada por Gumercindo Rocha Dórea.

A partir destas informações, conseguimos definir dois grupos de livros, que serão analisados mais profundamente nos dois capítulos seguintes desta dissertação. Esta divisão é meramente metodológica, na medida em que analisaremos os livros de maneira conjunta de acordo com a temática a ser tratada.

O primeiro grupo é composto por uma coleção da Distribuidora Record intitulada “Livros para a juventude”. Justificamos sua utilização devido à vinculação de Décio de Abreu ao IPES como membro efetivo e participante do Conselho Consultivo do Instituto, cuja contribuição mensal era uma das maiores. Dentre os associados do IPES que constituem o empresariado da indústria do livro, Décio de Abreu foi o membro mais ativo, participando de reuniões de diferentes grupos, opinando e construindo as bases para a consecução do projeto hegemônico de classe. Na lista de publicações do IPES encontramos um único livro da Distribuidora Record, cujo título corresponde a um dos livros editados por esta coleção. Com uma linguagem simples, quase infantil, com ilustrações e capas chamativas, seu público-alvo eram os jovens que viriam a construir, posteriormente, as classes dirigentes do país.

O segundo grupo é constituído pelos livros da editora GRD que compõem 30% dos livros presentes na lista de publicações do IPES. Além da expressividade em número de livros, o seu conteúdo atende bastante à nossa interpretação. Aliado a estas questões, está também o fato de que Gumercindo Rocha Dórea, dono e editor, era membro efetivo do IPES. Seus livros tinham como público alvo as parcelas da classe dominante adultas. Com uma linguagem um pouco mais rebuscada e aprofundada, buscavam a difusão ideológica do grupo do capital multinacional e associado.

Dentro do conjunto de livros escolhidos, encontramos algumas evidentes indicações de seu público-alvo. Tanto os livros editados pela GRD quanto a coleção Livros para a juventude (que por si só já demonstra o seu público-alvo), possuem trechos que nos levam objetivamente ao público a ser atingido. Neste ponto, buscaremos compreender para quem os autores e patrocinadores destes livros estavam falando. Em muitos casos, os objetivos aparecem nas orelhas, na contracapa, no prefácio ou nas páginas iniciais dos livros. Além da definição de um público específico, ainda indicam o tipo de literatura e o porquê do livro ter

sido escrito. No livro *Cartilha de Comunismo: teoria e prática*,<sup>164</sup> escrito por Moshe Decter, encontramos a seguinte definição: “Ele [o livro] não apresenta fórmulas, não interpreta teorias, não discute tópicos. Trata de fatos. **E é apresentado ao aprendiz (foi escrito para quem quiser aprender, não ler) em forma de diálogo.**”<sup>165</sup> Esta é a linha de quase todos os livros, buscar esclarecer o “aprendiz”, influenciando a formação dos futuros dirigentes do país.

Nos livros *A Revolução de Fidel Castro*, escrito por Theodore Draper, e *Teorias do Colonialismo*, de diversos autores, observamos em sua orelha a vinculação da editora GRD com a escolha do livro, traduzindo o objetivo das publicações:

E lançando-a, a GRD tem a satisfação de levar ao leitor brasileiro, inquestionavelmente, a mais objetiva análise até hoje feita da revolução de Fidel Castro, seus fundamentos e suas conseqüências, mediatas e imediatas, através da pena de um dos grandes jornalistas norte-americanos, Theodore Draper.<sup>166</sup>

Publicando este volume, [a] GRD pretende apresentar, através da análise de pensadores e pesquisadores, que tem plena liberdade de discordar de si (veja-se, por exemplo, o que diz respeito ao papel do COMECON), uma análise ampla do colonialismo, tal qual é definido na teoria soviética e praticado tanto no interior da URSS como além de suas fronteiras. **O editor acredita que este volume será de particular relevância, numa época em que a Rússia está envidando os seus mais decididos esforços no sentido de atrair para sua esfera de influência as nações afro-asiáticas e latino-americanas, e, particularmente, um país como o Brasil, indiscutivelmente em fase acelerada de desenvolvimento, e cujo ingresso, no rol dos satélites comunistas, modificaria totalmente a estrutura política do continente americano.**<sup>167</sup>

Podemos perceber através dos trechos destacados que a editora e seu editor estavam ligados diretamente à escolha dos livros editados, relatando seu posicionamento ideológico na orelha dos mesmos. Na coleção Livros para Juventude, da editora Record, vemos a ligação entre o autor e a editora ser evidenciada, além dos objetivos do livro:

Este livrinho foi escrito de uma assentada sob a motivação do famigerado comício do dia 13 de março na Central do Brasil. A poucos passos de uma transformação política que transformaria o Brasil num Estado semelhante aos que gravitam na órbita soviética, **sua publicação pareceu-me, então, mais do que urgente.** Hoje, vitoriosa em 31 de março a **Revolução Democrática Brasileira**, sinto ainda urgente e atual sua publicação. De

<sup>164</sup> Para maiores informações sobre os livros aqui citados ver os capítulos III e IV desta dissertação.

<sup>165</sup> DECTER, Moshe. *Cartilha de comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964. p. 10. Grifo meu.

<sup>166</sup> DRAPER, Theodore. *A revolução de Fidel Castro*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1962. Orelha do livro.

<sup>167</sup> FEDENKO, Panas. et al. *Teorias do colonialismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964. Orelha do livro. Grifos meus.

fato, a magnitude da infiltração comunista e comunizante na vida nacional, revelada a cada passo, está a exigir dos **democratas** um conhecimento também mais amplo da multiforme ação comunista. **Daí o propósito da Distribuidora Record de dar a este trabalho maior divulgação do que inicialmente planejara.**<sup>168</sup>

As orelhas de outros livros buscam fazer a ligação entre as temáticas abordadas e o momento político brasileiro. O público-alvo é indicado de acordo com a temática do livro.

A questão dos trabalhadores e do sindicalismo também é motivo de preocupação da difusão ideológica do grupo multinacional e associado. No livro *O sindicato no mundo moderno*, de Frank Tannebaum, encontramos a aproximação do sindicalismo com a doutrina cristã, e a indicação do livro como essencial para a construção de um movimento sindicalista nacional:

O sindicalismo é, indiscutivelmente, a semente de uma futura civilização, civilização mais cristã, mais humana, mais digna, em que todos os valores inerentes à dignidade da pessoa humana terão as possibilidades de afirmação que hoje não lhe são concedidas na estrutura social em que vivemos. [...] O SINDICATO NO MUNDO MODERNO poderá se constituir num grande impulsionador do movimento sindicalista nacional, afirmando-se, este, como a grande contribuição brasileira na edificação de uma nova sociedade, onde o Trabalho terá a preeminência que lhe é devida, e **que não é a de construtor de ditaduras, nem tampouco a de mola subserviente de uma ordem social injusta – que predomina ainda – e que o mundo ocidental, pelos seus líderes mais representativos, vem procurando modificar incessantemente, e de cuja tomada de consciência esse volume é uma demonstração positiva.**<sup>169</sup>

No livro intitulado *As condições de trabalho em Cuba*, de José R. Alvarez Diaz, vemos a busca por um público mais específico e que estava, no momento da publicação destes títulos, em plena ebulição no país. Na orelha do livro:

[...] o sistema trabalhista que domina em Cuba é um sistema escravagista, onde o homem é totalmente cerceado em sua liberdade e onde, progressivamente, vê reduzidos os direitos que adquiriu no passado – com todos os erros que este trazia para seu bojo. [...] **Destinado aos trabalhadores brasileiros, também o presente volume constitui um repositório plenamente aproveitável pelos professores de direito e pelos advogados trabalhistas. É, sobretudo, uma imensa documentação, e**

<sup>168</sup> SANTOS, Francisco Ruas. *A guerra revolucionária comunista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1964. p. 13. Grifos meus.

<sup>169</sup> TANNEBAUM, Frank. *O sindicato no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963. Orelha do livro. Grifos meus.

**como tal de pleno interesse também para os jovens que anseiam por um mundo melhor.**<sup>170</sup>

A busca pelo público jovem é bastante grande. A própria coleção que escolhemos para analisar prevê a formação ideológica dos jovens brasileiros. No livro *Terra de homens livres*, de Enid La Monte Meadowcroft, sobre a história dos Estados Unidos, encontramos as seguintes considerações na contracapa do livro:

É um relato vivo e brilhante dos acontecimentos que marcaram a história **do grande país vizinho** desde a época de seu descobrimento até os nossos dias: a Guerra de Independência, o momento em que foi escrito o Hino Nacional, a “corrida do ouro” em 1849, e as **guerras para manter a unidade do país ou salvaguardar a liberdade no mundo**. Estamos certos de que as crianças e jovens do Brasil irão apreciar muitíssimo esse livro de Enid La Monte Meadowcroft, que reúne o sabor de uma história de aventuras à exatidão de uma obra de história.<sup>171</sup>

A difusão ideológica por parte das editoras se apresenta nestes trechos. No último trecho citado encontramos claramente a defesa dos Estados Unidos como país alinhado, considerando inclusive as guerras por eles empreendidas como “guerras para manter a unidade do país ou salvaguardar a liberdade no mundo.”

Dois livros da coleção indicam o caráter anticomunista de suas publicações já na indicação do livro para seu público-alvo:

Os povos das Américas acham muito difícil compreender o Comunismo, muito embora seja de vital importância para eles compreendê-lo.[...] Neste livro, **que reputamos de grande interesse para a juventude**, o autor descreve com linguagem clara e objetiva as origens e evolução do Comunismo desde que Karl Marx escreveu o *Capital*. Assim os leitores poderão encontrar uma análise serena e objetiva da Revolução Russa e do **caos que se lhe seguiu**; um exame do caráter de Lenine, Trotsky, Stalin e Nikita Krushchev, etc.<sup>172</sup>

O comunismo aspira a instalar no mundo a sua ordem, à semelhança da Nova Ordem nazi-fascista. Para atingir seus objetivos imperialistas, incorporando à sua esfera o domínio dos povos indefesos, utiliza os mais variados meios. Desde o “imperialismo americano” até a “justiça social”. A paz é outro de seus meios de avanço preferidos. Essa luta pelo domínio mundial, através da Ásia, África e América Latina, constitui a guerra revolucionária comunista. Este livro aborda os diferentes aspectos dessa

<sup>170</sup> DIAZ, José R. Alvarez. *As condições de trabalho em Cuba*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964. Orelha do livro. Grifos meus.

<sup>171</sup> MEADOWCROFT, Enid La Monte. *Terra de homens livres*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1963. Contracapa. Grifos meus.

<sup>172</sup> JOHNSON, Gerald W. *O comunismo visto por um democrata*. Rio de Janeiro: Record, 1965. Contracapa. Grifos meus.

nova e atual forma de guerra, contra a qual têm que estar prevenidos os países e cidadãos que amam a paz verdadeira, a democracia e a liberdade.<sup>173</sup>

No livro *Anatomia do comunismo*, de diversos autores, observamos o desenvolvimento de diferentes questões que envolvem o comunismo, onde a justificativa e o público-alvo da publicação é evidenciada. Apesar de longa a citação é necessária, pois resume os objetivos por nós indicamos ao longo deste capítulo:

*Livro de atualidade espetacular para o momento brasileiro, ANATOMIA DO COMUNISMO* pretende levar, **principalmente aos homens públicos responsáveis pela manutenção do sistema democrático na vida política brasileira**, a lição que nos vem dos que tem sofrido, na própria pele, a ameaça diuturna das hostes bélicas que, a qualquer momento, poderão descer do leste europeu. *Os moços, os trabalhadores, os intelectuais, os políticos, os camponeses, o clero, todos, em suma, que constituem a sociedade* encontrarão, nas páginas deste pequeno volume, em capítulos curtos mas incisivos, uma lição do que significa o Comunismo e todas as implicações mediatas e imediatas de seu domínio. É este um livro, como os anteriormente lançados nesta coleção, *A REVOLUÇÃO DE FIDEL CASTRO*, de Theodore Draper, e *CUBA, NAÇÃO INDEPENDENTE OU SATÉLITE?*, de Michel Aubry, destinado a todos os que lutam por uma Pátria que querem conservar independente, por um Povo que pretendem manter livre, por uma Nação que desejam continue a traduzir tudo o que foi herdado de nossos antepassados, isto é, um anseio profundo de liberdade e desenvolvimento. Resumindo: *ANATOMIA DO COMUNISMO*, tal como *A REVOLUÇÃO DE FIDEL CASTRO* e *CUBA, NAÇÃO INDEPENDENTE OU SATÉLITE?*, é um livro para os que querem ver, ouvir, analisar e agir.<sup>174</sup>

Este trecho da orelha do livro *Anatomia do comunismo* resume quase todos os aspectos que encontramos no conteúdo dos livros selecionados. O combate ao comunismo se fazia através do estudo dos casos de países comunistas, bem como do estudo das nuances do comunismo. A defesa da liberdade e do desenvolvimento fazem parte das características encontradas na defesa da democracia com base no capital. Neste trecho observamos o público-alvo de maneira clara, indicando o livro principalmente para “os homens públicos responsáveis pela manutenção do sistema democrático na vida política brasileira”. Porém, mais à frente convoca diversos setores da sociedade, conclamando “Os moços, os trabalhadores, os intelectuais, os políticos, os camponeses, o clero, todos, em suma, que constituem a sociedade” para o combate ao regime comunista. Também é interessante notar que os livros publicados possuíam uma organicidade, como indica o final onde revelam seu objetivo maior dizendo que o livro “*ANATOMIA DO COMUNISMO*, tal como *A*

<sup>173</sup> SANTOS, Francisco Ruas. Op. cit. Contracapa.

REVOLUÇÃO DE FIDEL CASTRO e CUBA, NAÇÃO INDEPENDENTE OU SATÉLITE?, é um livro para os que querem ver, ouvir, analisar e agir.” A estratégia de ação também aparece na orelha do livro em destaque.

#### **2.4 - Considerações finais**

A partir da caracterização do mercado editorial brasileiro e da definição dos títulos relacionados para análise podemos iniciar o aprofundamento das questões. A indicação existente nas orelhas e contracapas destacadas no presente capítulo começa a tomar forma ao longo dos próximos capítulos. Desta maneira, temos uma indicação inicial do que encontramos em nossas fontes. Para desenvolver nossa interpretação definimos alguns critérios. Os livros serão todos analisados em conjunto. O que vai definir a utilização de cada um dos títulos é a relevância do que está sendo tratado no capítulo. O capítulo seguinte prezará pela definição dos conceitos de anticomunismo e democracia, iniciando a análise de alguns trechos de nossas fontes onde a temática aparece. No capítulo 4 faremos uma análise aprofundada das questões práticas conjunturais, ou seja, utilizaremos trechos dos títulos selecionados para demonstrar a visão do grupo do capital multinacional e associado frente aos acontecimentos em âmbito nacional e internacional.

---

<sup>174</sup> DEWAR, Margaret. et. al. *Anatomia do comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963. Orelha do livro. Grifos do autor em negrito. Grifos meus em itálico.

### Capítulo 3 – Democracia e anticomunismo: historicidade de conceitos dialéticos

Todas as obras analisadas, e os outros títulos que ficaram fora do grupo selecionado, possuem uma grande semelhança em sua concepção de texto e ideário. O projeto editorial patrocinado pelo IPES foi conduzido de maneira que seus leitores pudessem ter acesso à “realidade” representada pelos países comunistas e suas idéias e a possível influência destas experiências na vida política nacional.

De maneira geral, os livros buscavam trazer para os leitores informações históricas sobre o comunismo, vistas de uma perspectiva claramente propagandística. A oposição entre comunismo e democracia, entre “mundo livre” e mundo soviético, serviu de eixo central para sua escrita. Independente da nacionalidade de seus autores, os títulos escolhidos tomam por base esta contraposição, indicando assim uma perspectiva ideológica específica. A caracterização de mundo livre democrático versus mundo soviético totalitário constitui a dicotomia em torno da qual desenvolveremos nossa interpretação. Podemos observar isso em trecho de um dos títulos escolhidos, de autoria de Walter Kolarz: “Podem continuar amigos dos comunistas somente enquanto aceitam a falsa alternativa do 'imperialismo ocidental ou frente única nacional-comunista'. Assim que os nacionalistas compreendem que a **verdadeira alternativa é entre o Comunismo e a Liberdade**, a amizade se transforma em acerba inimizade.”<sup>175</sup> A origem do trecho é o artigo *De Marx a Kruchev*, que compõe a coletânea *Anatomia do Comunismo*, publicada em 1963 pela Edições GRD e traduzida do original inglês *The anatomy of communism*, publicado pela Índex Limited de Londres, com tradução para o português por Rocha Tôres. Kolarz, refugiado tcheco, escritor e jornalista da British Broadcasting Corporation (BBC),<sup>176</sup> escreveu pelo menos seis livros sobre o comunismo e a União Soviética entre os anos 1950 e 1960.

<sup>175</sup> KOLARZ, Walter. “De Marx a Kruchev”. In: DEWAR, Margaret. et. al. *Anatomia do comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963. p. 18. Grifo meu.

<sup>176</sup> JENKS, John. *British propaganda and news media in the cold war (International Communications)*. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd., 2006. p. 83.

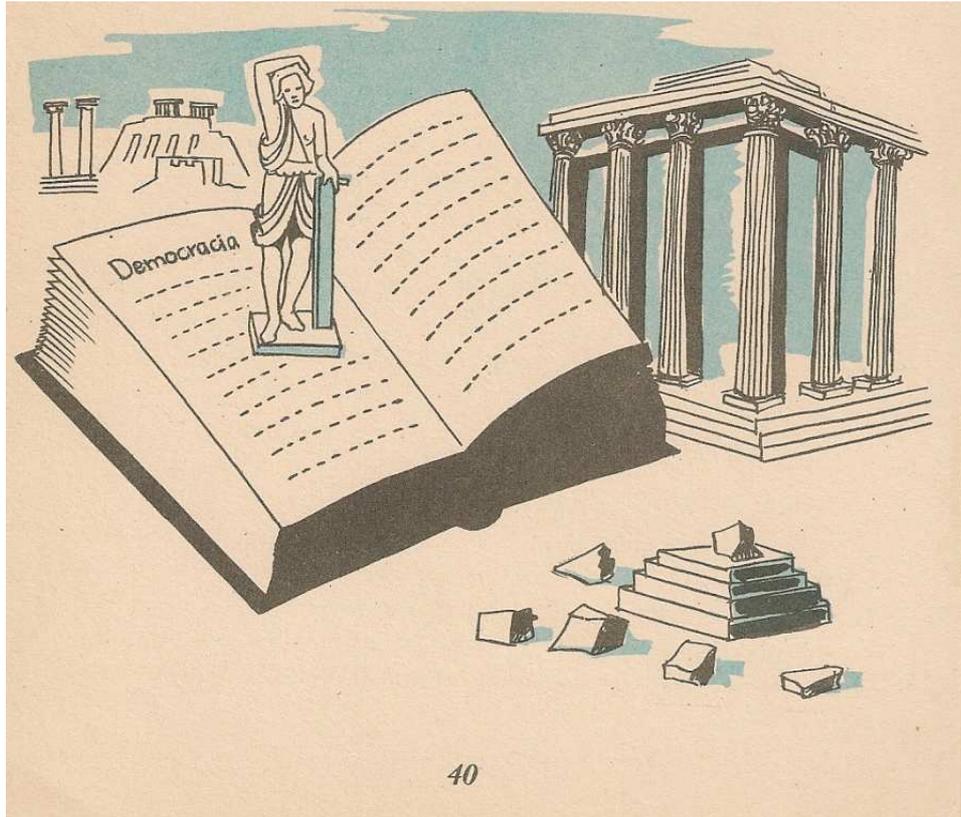


FIG. 1: Representação da democracia desde seus primórdios. FONTE: GORDON, Dorothy. Você e a democracia. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963. p. 40.

Desta maneira, discutiremos diferentes concepções de democracia, buscando compreender as especificidades da democracia como sinônimo de mundo livre característica dos países capitalistas ao longo da década de 1960. Dialeticamente, a contraposição exposta nos leva a analisar a definição de anticomunismo identificada com totalitarismo<sup>177</sup> e mundo soviético como sinônimos, apontando os problemas, equívocos e ameaças que poderiam ser

<sup>177</sup> O conceito de totalitarismo passa a ser utilizado como instrumento ideológico dos Estados Unidos e países aliados contra o comunismo. Caracterizar todos os sistemas comunistas como totalitários tinha como objetivo identificar os adversários com toda a depredação e hostilidade que o conceito traz em si. De maneira geral, o totalitarismo pode ser entendido a partir de características como a “penetração e mobilização do corpo social com a destruição de toda linha estável de distinção entre o aparelho político e a sociedade”. É um movimento de sociedade de massa. Os elementos que o constituem são a ideologia, o partido único, o ditador e o terror. As condições para possibilitar o totalitarismo “são a formação da sociedade industrial de massa, a persistência de uma arena mundial dividida e o desenvolvimento da tecnologia moderna”. Apesar de ter ocorrido no sistema comunista com Stalin e no domínio nazista na Alemanha de Hitler, não justifica a comparação entre comunismo e totalitarismo: “as profundas diferenças de ideologia, de base social, de orientação política e de dinâmica evolutiva que fazem do fascismo e do comunismo dois fenômenos políticos radicalmente diferentes e contrapostos, com o corolário de que a emergência da política totalitária em determinados períodos da história da Rússia soviética e da Alemanha nazista teve um fundo de condições econômico-sociais e uma finalização concomitante do impulso mobilizador da sociedade, que eram inteiramente diversos”. STOPPINO, Mario. “Totalitarismo”. In: BOBBIO, Norberto *et. al.* *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, vol. II, p. 1.258-1.259.

representadas pelo comunismo. Encontramos, em um dos títulos selecionados, a seguinte comparação:

**O comunismo soviético e o fascismo são formas de totalitarismo, a antítese da democracia.** Em muitos aspectos são idênticos; em outros, são antípodas. Os principais pontos de identidade são o poder absoluto do estado sobre todas as atividades econômicas, políticas, sociais e culturais; a completa subordinação do indivíduo ao estado; a abolição de direitos civis e liberdade individual; arregimentação e aterrorização da população; e trabalho forçado.<sup>178</sup>

Este trecho foi retirado do livro *Cartilha de comunismo: teoria e prática*, publicado no Brasil em 1964 com tradução de Donaldson Garschagen pela Edições GRD, originalmente publicado sob o título *The profile of communism: a fact-by-fact Primer* pela Collier Book Edition de Nova York no ano de 1961. Escrito por Moshe Decter sob os auspícios da The Anti-Defamation League of B'nai B'rith,<sup>179</sup> busca elucidar ponto a ponto, através de perguntas e respostas, questões relativas à doutrina, aos países e aos acontecimentos históricos relacionados a temáticas comunistas. O autor, especialista em publicações e temáticas judias, empreendeu uma campanha em prol dos judeus soviéticos, considerados perseguidos pelo regime da União Soviética. Foi editor político do Voice of America<sup>180</sup> no início dos anos 50. Entre 1958 e 1960, foi editor-chefe da *The New Leader*, publicação com tendências nacionalistas, porém anticomunista. Fundou a Jewish Minorities Research, tornando-se seu diretor, sendo ainda secretário-executivo da Conference of the Status of Soviet Jews e diretor da American Jewish Congress.<sup>181</sup>

É interessante observar como os livros editados, traduzidos de diferentes países capitalistas – tais como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental – e os escritos por autores nacionais, independente do público-alvo, possuem uma linha de força comum.

<sup>178</sup> DECTER, Moshe. *Cartilha de comunismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964. p. 150. Grifo meu.

<sup>179</sup> Movimento atualmente chamado de Anti Defamation League (ADL) tinha como objetivo lutar contra o anti-semitismo nos Estados Unidos e em outros países. Fundada em 1913, atuou em defesa dos direitos civis dos judeus de maneira mais enfática na década de 1960. Em seu site, reconhece o “perigo do comunismo” no período e diz ter lutado contra movimentos de extrema direita. Para maiores informações, ver <[www.adl.org](http://www.adl.org)>. Acesso em: 19 de março de 2010.

<sup>180</sup> A Voice of America (VOA) é uma rede de rádio e radiodifusão televisiva do governo norte-americano. Foi fundada em 1942 para cobrir a Segunda Guerra Mundial. Com o fim da guerra em 1945 o VOA passou para a esfera do Departamento de Estado e da United State Information Agency (USIA). Ao longo de toda a Guerra Fria foi utilizado como parte de sua política externa a fim de combater a propaganda comunista. Transmitiu ao vivo o desenrolar da crise dos mísseis cubanos em 1962 e o discurso de Martin Luther King intitulado “I have a dream”. Atualmente é subordinada ao Broadcasting Board of Governors (BBG), órgão do governo norte-americano que substituiu a USIA em 1999. Informações obtidas em <[www.voanews.com](http://www.voanews.com)>. Acesso em 29 de março de 2010.

<sup>181</sup> Informações biográficas obtidas em <[www.ajcongress.org](http://www.ajcongress.org)>. Acesso em 11 de abril de 2010.

Perpassando diferentes situações e conjunturas, observamos a contraposição exposta como eixo central de seus discursos. Em alguns deles, obviamente, percebemos uma intenção militante mais evidente posta através de frases indignadas e exemplos distorcidos, demonstrando mais claramente o caráter propagandístico anticomunista de suas percepções. Em outros casos percebemos a busca por alguma neutralidade, com discursos mais brandos, porém não menos propagandísticos e anticomunistas. Neste caso, as entrelinhas e os termos utilizados nos forneceram a base para a interpretação de suas idéias.

Ainda trabalhando com os aspectos mais gerais do conjunto de livros escolhidos, podemos destacar a incessante necessidade de explicar, demonstrar e exemplificar como o regime comunista é maléfico, trabalhando com o espectro do perigo eminente, o “perigo vermelho”. Em trecho retirado do artigo de Kolarz encontramos a seguinte definição: “O Comunismo permaneceu como um espectro não só que sobressalta, mas que, hoje em dia, alarma o mundo inteiro. **O Comunismo, na realidade, é a má consciência da humanidade.**”<sup>182</sup>

Longe de ser um conjunto de idéias panfletárias, embora propagandísticas, seus autores buscam na legislação, nos discursos, nas personalidades e nos acontecimentos históricos material de divulgação anticomunista. Procuram sempre mostrar o quão fundamentadas estão as suas considerações.

Optamos por mesclar nossas considerações acerca da conceituação de democracia e anticomunismo com exemplos retirados dos títulos escolhidos para análise, com o objetivo de evitar a redução de nosso trabalho a um mero amálgama de citações dispersas. Além disso, a contextualização histórica, tanto nacional quanto internacional, aparecerá quando for conveniente. Nossa idéia é que os livros nos mostrem, através de seus escritos, os melhores caminhos para esta análise.

Ao longo do período em questão (1961-1964) havia um projeto de sociedade que se pretendia hegemônico. Sua base era constituída pela defesa de uma “democracia” específica e pela adoção de um posicionamento anticomunista contumaz. Optamos, para fins de análise, dividir a abordagem da conjuntura histórica em questão em dois capítulos. A divisão, eminentemente metodológica, nos permitirá maior clareza na interpretação de trechos retirados dos livros escolhidos, assim como uma organização cronologicamente definida dos principais acontecimentos da conjuntura nacional e internacional. Neste capítulo, trabalharemos com os conceitos de democracia e anticomunismo de maneira mais aprofundada, mesclando considerações teóricas com formulações contextuais quando

necessário. Pretendemos trabalhar com os conceitos apontando suas diferentes abordagens aplicando, em seguida, esta acepção teórica à realidade brasileira dos oitocentos até fins da década de 1950. Justificamos nossa escolha devido aos diferentes períodos, conjunturas reflexões e definições teóricas sobre democracia e anticomunismo encontrados nos títulos escolhidos.

### 3.1 - Anticomunismo: considerações gerais

Junto à defesa de uma democracia restrita e específica, presente no projeto hegemônico proposto, encontramos um forte teor anticomunista em suas mensagens. As propostas de democracia restrita presentes nos livros analisados estavam intimamente ligadas a um discurso anticomunista embasado em uma série de elementos nacionais e internacionais. Para isso, tentaremos dar conta do conceito tanto de forma geral como de maneira mais específica, analisando os meandros do anticomunismo brasileiro.

Tratando do conceito de anticomunismo de maneira geral, consideramos a interpretação de Luciano Bonet<sup>183</sup>. A principal característica desta concepção está em evitar a compreensão do anticomunismo como simples oposição ao comunismo, sendo este “[...] um fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável, além disso, à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países, e das diversas origens ideais e políticas em que se inspira.”<sup>184</sup>

Esta perspectiva nos leva a pensar o anticomunismo como um conceito independente, deixando de ser uma simples oposição ao conceito de comunismo. É preciso observar a heterogeneidade do conceito no mundo contemporâneo excetuando-se as análises de anticomunismo como categoria estanque, algo passível de anacronismos e complicações. “Mas, em que pese a heterogeneidade, ou talvez por causa dela, o fato é que o anticomunismo tornou-se uma força decisiva nas lutas políticas do mundo contemporâneo, alimentado e estimulado pela dinâmica do inimigo que era sua razão de ser, o comunismo.”<sup>185</sup>

Temos então uma percepção do conceito de anticomunismo como algo mais amplo, retirando de sua definição a ligação direta com a perspectiva de direita, e com diferentes

<sup>182</sup> KOLARZ, Walter. Op. cit. p. 9.

<sup>183</sup> BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de política*. 12ª ed. Brasília: Editora UnB, 2004. 2 v. v.1.

<sup>184</sup> *Ibidem*, p.34.

<sup>185</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 4 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

inspirações como as de cunho clerical, reacionário ou fascista, dos princípios liberais e, no que diz respeito à esquerda, baseadas nos princípios da social-democracia.

Ao trabalharmos com o conceito no plano político, devemos considerar questões envolvendo os países e suas relações internacionais. No plano político internacional, os países politicamente anticomunistas são aqueles que possuem convicção de que não há nenhuma possibilidade de aliança estratégica, para além de possíveis momentos táticos, com Estados e partidos comunistas. Para eles, tanto a *estratégia do confronto* quanto a *coexistência pacífica* são incompatíveis, e seus valores e interesses inconciliáveis. O anticomunismo no âmbito interno dos países está diretamente relacionado com suas dimensões externas de relações entre os Estados.

No âmbito interno, temos o caso de países onde o anticomunismo de tipo fascista e reacionário é traduzido na sistemática repressão da oposição comunista e pela caracterização de qualquer tipo de oposição ao *status quo* como tal.

[...] o Anticomunismo constitui, o mais das vezes, componente fundamental da cultura política difundida, tendo, por isso, uma função importante na integração sócio-política e na legitimação do sistema (mediante, por exemplo, a incondicional aceitação do próprio *way of life*). Revela-se por isso, extraordinariamente eficaz na prevenção ou isolamento de possíveis movimentos de oposição que se refiram, mesmo que genericamente, ao marxismo e às tradições comunistas.<sup>186</sup>

Nos países onde o comunismo é uma alternativa evidente, as possibilidades do sucesso de aceitação da sociedade civil no desenvolvimento de uma política de choque é bastante reduzida. O conceito passa a se tornar um critério discriminante na formação de coalizões: “de um lado, as forças não dispostas à colaboração com os comunistas (a chamada *prejudicial anticomunista*), do outro, os comunistas e as eventuais oposições de esquerda.”<sup>187</sup>

No plano internacional o anticomunismo teria dois objetivos principais: conter o avanço dos Estados socialistas e interferir nos negócios internos de cada país para prevenir ou reprimir movimentos de inspiração comunista.

O conceito de anticomunismo deve, desta forma, ser analisado e desenvolvido a partir da conjuntura histórica no qual se manifesta. Seu aparecimento não deve ser entendido somente como decorrência do momento no qual se insere e muito menos como uma mera resposta a eventuais movimentos revolucionários.<sup>188</sup> Este constitui um fenômeno complexo,

<sup>186</sup> BONET, Luciano. Op. cit., p. 35.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 35. Grifos do autor.

<sup>188</sup> Referimos-nos a análises que naturalizam o surgimento do sentimento anticomunista tais como a interpretação de Motta: “Genericamente pode-se dizer que o sentimento anticomunista **nasceu**

com nuances políticas, ideológicas, econômicas e sociais que se manifestam de diferentes maneiras, de acordo com sua contextualização histórica.

Para fins de análise, apontamos duas dimensões distintas da abordagem sobre o anticomunismo: “[...] [por um lado] como um corpo doutrinário ou uma corrente de pensamento que possui discurso e representações próprias e, por outro, como um movimento político que engendra a ação e a militância de grupos organizados.”<sup>189</sup> Sendo assim, devemos pensar no anticomunismo a partir de duas perspectivas complementares.

Dentro desta perspectiva, Motta, seguindo mais ou menos a proposição de Bonet, nos indica uma divisão da fundamentação doutrinária do anticomunismo em três vertentes: catolicismo, nacionalismo e liberalismo.

O catolicismo via o comunismo como concorrente, pois compreendiam este como uma filosofia, um sistema de crenças, uma moral.

O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários.<sup>190</sup>

Nos livros estudados podemos retirar alguns exemplos da relação entre comunismo e religião desenhada pelo discurso anticomunista.

O comunismo é militantemente ateu em ideologia e prática e todos os grupos religiosos estão seriamente desprotegidos na União Soviética.<sup>191</sup>

Os líderes comunistas sempre atacaram violentamente a religião. Do nosso ponto de vista parece-nos uma coisa tão tola, que não podemos compreender que homens aparentemente inteligentes sejam capazes de tais ações. [...] **o comunismo odeia a religião.**<sup>192</sup>

---

**espontaneamente**, gerado pelo medo e pela insegurança. No entanto, transformou-se em movimento organizado a partir da necessidade percebida por algumas lideranças conservadoras de conter a escalada revolucionária.” MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p. 4. Grifo meu. Para estes autores o sentimento anticomunista é munido de uma espontaneidade o que permite um esvaziamento do conceito e dos movimentos caracterizados como anticomunistas.

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 39-40.

<sup>191</sup> DECTER, Moshe. Op. cit., p. 137. Grifo meu.

<sup>192</sup> JOHNSON, Gerald W. *O comunismo visto por um democrata*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1965. p. 31.

Ambas as citações mostram como a oposição entre comunismo e religião era evidenciada pelos autores. No primeiro exemplo, observamos uma acusação mais direta à União Soviética, caracterizando-os como ateus e considerando que todos os grupos religiosos, não só o catolicismo, estariam “seriamente desprotegidos”. Este livro, intitulado *Cartilha de Comunismo*, é todo feito em forma de perguntas e respostas. Serve efetivamente como uma cartilha, como o próprio prólogo destaca:

Esta é uma **cartilha de comunismo**. Como dezenas de livros, tratados e artigos nos quais a palavra escrita serve à causa da liberdade no atual conflito ideológico, este livreto **defende a causa da Democracia**. [...] A América, e o mundo livre que ela dirige, enfrenta hoje e pelo futuro previsível um desafio sem precedentes às suas instituições livres, segurança e crescimento. Esse desafio brota da ascensão ao poder de regimes comunistas na Rússia, na China e em seus satélites.<sup>193</sup>

O segundo exemplo amplia a acusação a todos “os líderes comunistas” e ridiculariza suas ações. Este livro possui o título *O comunismo visto por um democrata*, e faz parte da coleção *Livros para a juventude*, que destacamos no capítulo anterior. O autor, Gerald W. Johnson, escreveu mais de 40 livros e era opositor de Joseph McCarthy, fato que o levou a perder o programa que tinha na rede de televisão ABC<sup>194</sup>, onde era comentarista político. Na década de 1960 apoiou a eleição de John Kennedy. Foi biógrafo do ex-presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt,<sup>195</sup> político por ele admirado.<sup>196</sup> Sua linguagem é bastante objetiva e simplificada. No caso citado, a conclusão é simples e direta – “o comunismo odeia a religião”.

Desta maneira, podemos observar uma das bases da propaganda anticomunista que atacava, diretamente, a questão da religião como um dos perigos contidos nos países cujo regime era comunista.

Outra perspectiva do anticomunismo tinha como base o nacionalismo de viés conservador. Tal posição defendia a pátria e a ordem e via o comunismo como inimigo estrangeiro.

<sup>193</sup> DECTER, Moshe. Op. cit., p. 9. Grifos meus.

<sup>194</sup> American Broadcasting Company (ABC), grupo de mídia norte-americano proprietário da maior emissora de televisão do mundo. Na década de 1960 estava em franco crescimento. Atualmente pertence ao grupo Walt Disney.

<sup>195</sup> JOHNSON, Gerald W. *Franklin D. Roosevelt: portrait of a great man*. New York: W. Morrow, 1967.

<sup>196</sup> Informações biográficas obtidas em <<http://www.vqronline.org/articles/2002/summer/fitzpatrick-disturbing-peace/>> Acesso em: 19 de março de 2010.

Esse nacionalismo de viés conservador enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização contra as forças centrífugas da desordem. A nação, o conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado, seria intocável, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado. [...] E o comunista seria o agente dessa agressão; ele era o inimigo, o estrangeiro, o “outro” que ameaçava despedaçar a unidade do corpo nacional.<sup>197</sup>

A corrente liberal nos interessa particularmente por estar diretamente identificada com a corrente de pensamento do aparato civil-militar anti-Goulart que vinha se formando ao longo da década de 1960.

Os liberais recusavam (recusam) o comunismo por entender que ele atentava para os dois postulados referidos, por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade, na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava.<sup>198</sup>

Esta vertente do anticomunismo visava construir a imagem dos regimes comunistas defendendo o direito de propriedade e trabalhando com a questão da liberdade de maneira essencialmente capitalista. Além disso, divulgavam, através de suas propagandas, uma oposição entre comunismo e democracia.<sup>199</sup> Esta oposição é um dos principais elementos encontrados nos livros analisados.

Em outro livro da coleção *Livros para a Juventude* intitulado *Terra de Homens Livres*, de Enid La Monte Meadowcroft,<sup>200</sup> encontramos, através de uma linguagem simples como em todas as obras da coleção, a defesa da propriedade privada, da lógica e do modo de vida capitalistas, trabalhando em torno da temática do final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918):

Houve alegres comemorações por todo o país, porque a guerra tinha terminado. Depois, o povo voltou à vida cotidiana. **Por algum tempo, as pessoas tinham passado sem coisas de que precisavam, mas agora só pensavam em ganhar dinheiro e gastá-lo nessas coisas.** Compravam

<sup>197</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p. 51-52.

<sup>198</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>199</sup> Alguns autores consideram que a democracia proposta por este grupo não passa de uma mera contraposição ao comunismo, sendo esta esvaziada de sentido. “A democracia que tão sofregamente se pretendia proteger não tinha conteúdo, seu **sentido era vago**. [...] No fundo, democrata significava simplesmente o oposto de comunista, quer dizer, anticomunista, o que era uma **licensiosidade conceitual** muito conveniente, pois permitia usar o simpático adjetivo para designar grupos que nada tinham de democráticos.” *Ibid.*, p. 64; p. 310-311. Grifos meus. Nossa pesquisa pretende demonstrar justamente o oposto ao que o autor citado propõe. Consideramos que esta democracia que aparece em oposição ao comunismo possui elementos específicos e conteúdo desenvolvido. Para nosso trabalho, consideramos que democracia e anticomunismo, principalmente na década de 1960 no Brasil, devem ser compreendidos de maneira dialética e não como oposição vazia.

<sup>200</sup> Não conseguimos obter maiores informações sobre a biografia da autora.

automóveis, rádios, aspiradores, geladeiras, lanchas, jóias e bonitas casas. Iam aos teatros, aos cinemas, a lutas de boxe e jogos de beisebol. **Aplicavam o seu dinheiro em planos para ficarem ricos depressa. Os tempos nunca tinham sido tão bons.**<sup>201</sup>

### 3.2 - Democracia: considerações gerais

Nos capítulos anteriores indicamos que, no conteúdo apresentado pelos livros escolhidos, havia uma incessante preocupação em reafirmar a existência de uma democracia específica. Partindo desta questão nos perguntamos: que tipo de democracia era essa? De onde vinham as idéias defendidas pelo grupo do capital multinacional e associado refletidas nos livros publicados sob seus auspícios?

A fim de chegar à compreensão deste tipo de democracia voltamos um pouco à discussão que o termo nos fornece. O termo democracia possui origens remotas. Retomaremos algumas das principais utilizações e caracterizações do termo com o objetivo de contextualizar o conceito.

Na teoria contemporânea da democracia – foco de nossa interpretação – confluem três grandes tradições do pensamento político: a teoria clássica ou teoria aristotélica das três formas de governo; a teoria medieval, de origem romana, apoiada na idéia de soberania popular; e a teoria moderna, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno, onde a democracia nada mais é do que uma forma de república.

Devemos ter em mente as diferentes concepções acerca do conceito. Apontaremos duas perspectivas para sua análise, uma baseada em autores que partem de uma concepção liberal de Estado e outra baseada na perspectiva marxista de definição do Estado. Segundo Bobbio, um dos autores que se encaixam na primeira categoria:

[...] por Democracia se foi entendendo um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas [...] mais do que uma determinada ideologia [...] é compatível, de um lado, com doutrinas de diverso conteúdo ideológico, e por outro lado, com uma teoria [...].<sup>202</sup>

Décio Saes percebe as nuances da definição de democracia baseado na concepção de Estado marxista, considerando-a através de diferentes movimentos: democracia como forma

<sup>201</sup> MEADOWCROFT, Enid de La Monte. *Terra de Homens Livres*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963. p. 81-82. Grifos meus.

de Estado e democracia como regime político. Democracia como forma de Estado precisa, necessariamente, da existência de um órgão de representação direta da classe exploradora atuando efetivamente no desenvolvimento da política de Estado.

Isto é: não basta que o Estado abrigue uma Assembléia, onde se reúnam todos os membros da classe exploradora ou os seus delegados, para que haja democracia. Se tal Assembléia não for capaz de intervir efetivamente no seu processo decisório, e se estiver reduzida ao desempenho de um papel decorativo, a forma assumida pelo Estado não é democrática.<sup>203</sup>

Como regime político democrático consideramos a seguinte percepção:

[...] o eixo de nossa definição de regime político democrático não é a efetividade do “pluralismo partidário” ou da “competição entre forças civis”, mas o elenco de possibilidades objetivas abertas pelo Estado, na sua forma democrática, à ação organizada – divergente ou consensual – dos membros da classe exploradora, com vistas a intervir de fato no processo decisório estatal.<sup>204</sup>

A relação entre democracia e liberalismo é trabalhada por Bobbio, que pontua essencialmente a questão da liberdade e da representação popular. Destaca a idéia de Benjamim Constant acerca da liberdade dos modernos, sendo esta a liberdade individual na relação com o Estado – manifestações concretas das liberdades civis e da liberdade política.

[...] foi-se afirmando, através dos escritores liberais, de Constant e Tocqueville e John Stuart Mill, a idéia de que a única forma de Democracia compatível com o Estado liberal, isto é, com o Estado que reconhece e garante alguns direitos fundamentais, como são os direitos de liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião, etc., fosse a Democracia representativa, onde o dever de fazer leis diz respeito não a todo o povo reunido em assembléia, mas a um corpo de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos.<sup>205</sup>

A participação através do voto é vista como a expressão do resultado do direito a todas as outras liberdades. É interessante observar que, nas obras que estamos estudando, o direito ao voto aparece exatamente da mesma maneira e, muitas vezes, como um grande privilégio:

<sup>202</sup>BOBBIO, Norberto. “Democracia”. BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de política*. 12ª ed. Brasília: Editora UnB, 2004. 2 v. v.1, p. 326.

<sup>203</sup>SAES, Décio. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987. p. 23.

<sup>204</sup>*Ibidem*, p. 25.

<sup>205</sup>BOBBIO, Norberto. Op. cit., p. 323-324.

Na democracia é o povo que governa, através dos homens que, com o seu voto, cada pessoa elege, constituindo, portanto, um governo. É bastante, pois, votar acertadamente para que os problemas, em maior ou menor espaço de tempo, sejam resolvidos; para que as falhas e erros que porventura existam, sejam corrigidos. Não é, portanto, com impaciência ou por meio da força que se corrigem falhas, mas por meio de um trabalho de equipe entre o governo e o povo.<sup>206</sup>

[...] o pedaço de papel mais forte que todos os canhões do mundo.<sup>207</sup>

Aprenda que, pelo voto, você participa vivamente da direção do país.<sup>208</sup>

Os trechos citados compõem o livro *Você e a democracia*, de Dorothy Gordon.<sup>209</sup> A autora é mãe de Lincoln Gordon<sup>210</sup> e atuava politicamente nos Estados Unidos, onde tinha um programa de rádio chamado Fórum da Juventude. Foi um programa de grande importância e passou a ser transmitido pela televisão em 1952, ficando no ar por dezessete anos. Com linguagem destinada a crianças e adolescentes, recebeu convidados ilustres como Dwight D. Eisenhower e Golda Meir. O livro analisado teve grande repercussão no Brasil, sendo o único título estudado por nós que obteve uma resenha no jornal O Globo. De linguagem bastante simples, direta e repleta de metáforas, seu livro é um dos melhores exemplos da visão de democracia norte-americana que foi adotada pelo grupo do capital multinacional e associado em seu projeto hegemônico de sociedade.

Nesta concepção do Estado liberal só pode haver democracia onde os direitos fundamentais de liberdade são reconhecidos. Esta é vista como um complemento ao regime representativo.

[...] segundo a concepção liberal do Estado não pode existir Democracia senão onde forem reconhecidos alguns direitos fundamentais de liberdade que tornam possível uma participação política guiada por uma determinação da vontade autônoma de cada indivíduo.<sup>211</sup>

<sup>206</sup> GORDON, Dorothy. *Você e a democracia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963, p. 26.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>208</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>209</sup> Informações biográficas obtidas em <<http://jwa.org/encyclopedia/article/gordon-dorothy-lerner>>. Acesso em: 19 de março de 2010; <<http://www.nytimes.com/2009/12/21/us/21GORDON.html>>. Acesso em: 19 de março de 2010.

<sup>210</sup> Embaixador dos Estados Unidos no Brasil (1961-1966), presidente da Universidade Johns Hopkins (1967-1971), colaborador no desenvolvimento da Aliança para o Progresso, programa do governo do presidente John Kennedy para assistência à América Latina e defesa contra o avanço do socialismo na região. Exerceu papel de destaque no apoio norte-americano ao golpe que destituiu João Goulart em 1964, seja através da garantia de imediato reconhecimento do novo governo, seja através da solicitação de envio de armas e combustível ao Brasil, de forma clandestina. Faleceu em 2009, aos 96 anos. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Lincoln\\_Gordon](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lincoln_Gordon)>. Acesso em: 24 de março de 2010.

<sup>211</sup> BOBBIO, Norberto. Op. cit., p. 324.

A centralidade na autonomia individual e na idéia de liberdade são características bastante relevantes na interpretação acerca do conceito de democracia liberal.

Partindo de um ponto de vista diferente, temos a análise de democracia entendida como consequência do estabelecimento de um Estado burguês. Para Saes, a democracia burguesa é definida da seguinte maneira:

Para que a forma do Estado burguês possa ser considerada democrática, não é necessário que haja um *equilíbrio* entre as capacidades governativas reais da burocracia de Estado e do Parlamento. Um estado burguês é democrático quando um órgão de representação direta da classe exploradora (composto por homens indicados não apenas por esta, mas também pelo conjunto da coletividade) partilha, de modo equilibrado ou não, com a burocracia estatal automeada, a capacidade de implementar a política de Estado. A democracia burguesa, nessa perspectiva, só deixa de existir quando o Parlamento burguês perde toda sua capacidade governativa real e se transforma num órgão de “cobertura”, destinado a contribuir para a ocultação das verdadeiras características (ditatoriais) da forma de Estado.<sup>212</sup>

Um *regime político* burguês democrático deve possuir, em sua definição, algumas características como as liberdades políticas (expressão, reunião, organização partidária) estendidas a todas as classes sociais. Porém, na democracia burguesa tais liberdades podem ser limitadas a partir das necessidades impostas pela ordem social capitalista. “O que, portanto, limita a liberdade política geral nas democracias burguesas não é um eventual acordo quanto à conveniência de se eternizarem as “regras do jogo democrático”, mas os interesses do capital.”<sup>213</sup>

Ellen Wood nos fornece interessante análise sobre a relação entre democracia e capitalismo, que se aproxima bastante do pensamento ipesiano. Para ela, a igualdade política passa a coexistir com a desigualdade econômica. Aponta os limites da democracia capitalista:

Na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a oposição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista -, mas, como o poder capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo.<sup>214</sup>

<sup>212</sup> SAES, Décio. Op. cit., p. 58. Grifo do autor.

<sup>213</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>214</sup> WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003, p. 184.

Os limites desta democracia são pautados por concepções liberais. Características presentes no liberalismo como constitucionalismo, governo limitado, direitos individuais e liberdades civis passam a constituir e definir a democracia ao longo do século XX, principalmente, passando por uma domesticação liberal. A concepção de liberdade, muito utilizada pelo discurso “democrático” do IPES pode ser compreendido da seguinte maneira:

A essência da “democracia” moderna não é tanto o fato de ela ter *abolido* o privilégio ou *estendido* os privilégios tradicionais à multidão, mas, sim, o fato de ter tomado emprestada uma concepção de liberdade criada para um mundo no qual o privilégio era uma categoria relevante, para aplicar a um mundo em que privilégio não é problema. Num mundo em que a condição política ou jurídica não é o determinante principal das nossas oportunidades de vida em que nossas atividades e experiências estão em grande parte fora do alcance de nossas identidades políticas e legais, liberdade definida nesse termos deixa muita coisa sem explicação.<sup>215</sup>

Este tipo de liberdade esvaziada, atrelada a um modo capitalista de pensamento, é defendida e utilizada como adjetivo recorrentemente pelos livros analisados. Esta concepção de democracia liberal se torna possível a partir do capitalismo. A redução do conceito a liberalismo acaba acontecendo. A tendência passa a ser a identificação da democracia com o mercado livre, passando a ser definida cada vez menos pelo *demos* e cada vez mais em termos de liberdade civil e de expressão.

Em termos mais resumidos temos a democracia, anteriormente alvo de críticas das elites, se transformando em sua bandeira. Passa a ser uma democracia aliada ao capitalismo e ao liberalismo. É exatamente esta a definição de democracia que será utilizada pelo IPES, com a qual trabalharemos mais à frente.

A discussão da democracia ligada ao liberalismo e ao capitalismo se aproxima bastante da interpretação de Saes. A democracia burguesa, segundo o autor, se vale de dispositivos cerceadores de eventuais agitações de cunho popular que possam ameaçar os interesses do capital. Isso se reflete no jogo político-partidário, na medida em que a legislação partidária tende a limitar a possibilidade de atuação de agremiações contrárias à ordem, levando-as, muitas vezes, a omitir suas reais pretensões para se manter dentro do “jogo democrático”, limitando a competição e o pluralismo partidários.

Em contraposição às idéias de democracia liberal e democracia burguesa, encontramos considerações acerca da relação entre democracia e socialismo, através de dois pontos de

---

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 200. Grifos da autora.

vista, bem como tratamos anteriormente. De maneira breve podemos resumir as perspectivas desenvolvidas:

O que caracteriza a Democracia dos conselhos em relação à Democracia parlamentar é o reconhecimento de que na sociedade capitalista houve um deslocamento dos centros de poder dos órgãos tradicionais do Estado para a grande empresa, e que portanto o controle que o cidadão está em grau de exercer através de canais tradicionais da Democracia política não é suficiente para impedir os abusos de poder cuja abolição é o escopo final da Democracia. O novo tipo de controle não pode acontecer senão nos próprios lugares da produção e é exercido não pelo cidadão abstrato da Democracia formal mas pelo cidadão trabalhador através dos conselhos de fábrica.<sup>216</sup>

Esta visão de democracia baseada nos conceitos desenvolvidos pelo socialismo difere bastante da percepção desenvolvida pela teoria liberal. É uma forma de “autogoverno dos produtores”,<sup>217</sup> onde a representação acontece de maneira muito mais direta do que no sistema representativo.

Saes nos fornece outra compreensão de democracia socialista (proletária), sendo ela:

Estado em que a burocracia é diretamente controlada pela classe dos trabalhadores manuais. Regime político no qual só os partidos, tendências ou correntes, comprometidos com o socialismo proletário (socialização dos meios de produção, dissolução do aparelho burocrático burguês e supressão da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual) podem conquistar posições no aparelho de Estado e nas organizações de base. Reabsorção de uma parcela crescente de tarefas administrativas e militares por organizações de base dos trabalhadores manuais, não estatais e implantadas no lugar de produção ou de moradia.<sup>218</sup>

A relação do conceito com a teoria das elites é problematizada por diversos autores. Estes teóricos questionam a idéia de soberania popular caracterizando-a como inatingível. Sempre uma minoria de pessoas, a classe política, detém o poder efetivo. Bobbio destaca o pensamento de Schumpeter, um dos principais defensores desta perspectiva: “Segundo Schumpeter, existe Democracia onde há vários grupos em concorrência pela conquista do poder através de uma luta que tem por objetivo o voto popular”.<sup>219</sup> Esta definição, por si só, leva a uma redução do conceito de democracia, na medida em que restringe os objetivos do jogo democrático ao voto popular.

<sup>216</sup> BOBBIO, Norberto. Op. cit., p. 325

<sup>217</sup> *Ibidem*, p. 325.

<sup>218</sup> SAES, Décio. Op. cit., p. 88

<sup>219</sup> BOBBIO, Norberto. Op. cit., p. 326.

Destacamos também a questão do significado formal de democracia. A utilização do conceito por diferentes vertentes político-ideológicas faz com que a interpretação acerca do conceito tenha uma nuance formal, como Bobbio destaca:

[...] Democracia se foi entendendo um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja, das decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia. A Democracia é compatível, de um lado, com doutrinas de diverso conteúdo ideológico, e por outro lado, com uma teoria que em algumas das suas expressões e certamente em sua motivação inicial teve um conteúdo nitidamente antidemocrático, precisamente porque veio sempre assumindo um significado essencialmente comportamental e não substancial.<sup>220</sup>

Para fins de análise, optamos por utilizar a conceituação de Décio Saes, diferenciando democracia como forma de Estado e democracia como regime político, na medida em que se encaixam nas categorias de análise até então escolhidas. Porém, devemos levar em conta a percepção liberal na medida em que nos auxilia a compreender a forma como tais pensadores desenvolvem sua lógica própria de interpretação.

### 3.3 - O anticomunismo no Brasil

Determinar uma data para o surgimento do anticomunismo no Brasil é tarefa complicada. Apesar do desenvolvimento da classe operária brasileira ter sido tardio e do movimento comunista nacional iniciar efetivamente seu desenvolvimento mais atuante somente na década de 1920, incluindo nesta dinâmica a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, podemos perceber a existência de tendências anticomunistas antes disso.

Por volta da passagem do século começamos a detectar nos representantes intelectuais das nossas elites a presença de uma argumentação que via no socialismo uma coisa negativa e que devia ser combatido. Sobre o socialismo assim se manifestava Rui Barbosa em 1884: “Socialistas são os que pretendem trocar em moldes arbitrários, obras da imaginação, ou da metafísica, esses moldes eternos.”<sup>221</sup>

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 326.

<sup>221</sup> FERREIRA, José Roberto Martins. *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista no Exército brasileiro*. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 1986. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1986.

Porém, podemos considerar a Revolução Russa de 1917, evidentemente, como marco na construção de todo um ideário e perspectiva anticomunistas. A conjuntura internacional do momento alertou os setores mais conservadores, o que possibilitou um aumento nas tendências anticomunistas através de manifestações diversas. O comunismo passa a ser uma alternativa política real e o anticomunismo passa a ser desenvolver mais apressadamente.

Desta maneira, consideramos que o anticomunismo no Brasil possui suas origens ainda nos oitocentos. Recuperar o debate historiográfico acerca desta temática torna-se um desafio, na medida em que a historiografia brasileira não possui trabalhos sobre a questão, precisando ainda ser bastante explorado.

Apesar de algumas divergências, temos como base de análise o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta, que desenvolve um amplo e rico estudo acerca da questão do anticomunismo no país. Segundo Motta, o Brasil passou por duas “ondas” anticomunistas com três fases de anticomunismo agudo. As duas maiores “ondas” seriam os períodos 1935-1937 e 1961-1964, tendo as três fases a inclusão do período do início da Guerra Fria – entre 1946 e 1950. Para nossa análise, consideramos mais importante destacar os argumentos em torno das duas últimas fases (1946-1950 e 1961-1964).

A primeira “onda”, que se inicia em 1935 com a pejorativamente chamada Intentona Comunista, é considerada por Motta como a maior responsável pela consolidação e disseminação do anticomunismo no país.

O crescimento do movimento grevista em 1934 e a militância do PCB – que no momento representava a união de setores de esquerda, com socialistas moderados, anarquistas e trotskistas em suas bases – na luta antifascista permitiram o aumento da visibilidade política dos movimentos de esquerda no período. Ao mesmo tempo, a Ação Integralista Brasileira (AIB) tirou proveito do anticomunismo para ampliar suas bases de atuação. Segundo Motta, o crescimento de um grupo possibilitou o fortalecimento do outro.

A criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no início de 1935, reunindo esquerdistas e comunistas de diversos matizes, possibilitou o desdobramento das ações antifascistas e recrudescer ainda mais a dinâmica político-ideológica do período, resultando na Lei de Segurança Nacional (LSN), editada em abril do mesmo ano, com dispositivos que previam a repressão dos movimentos em voga no momento.

O crescimento da ANL, que possuía como principais fundamentos ideológicos o antifascismo, o antiimperialismo e a crítica ao latifúndio, levou com que esta fosse, em pouquíssimo tempo de funcionamento, considerada ilegal. Sua considerável aceitação na sociedade civil, principalmente entre militares, estudantes, intelectuais e trabalhadores,

preocupava seus opositores, que propagavam a periculosidade da frente. “A propaganda conservadora certamente exagerou no tom anticomunista, apresentando a frente apenas como mero apêndice do PCB e omitindo o papel dos militantes de orientação ideológica diversa.”<sup>222</sup>

Após o fechamento da ALN há uma baixa na propaganda anticomunista, que seria intensamente retomada após o advento do levante de 1935.<sup>223</sup> Tal movimento muitas vezes é compreendido de maneira diminuída. Consideramos que, embora representasse efetivamente uma força político-ideológica organizada e com objetivos pré-determinados, sua realização ocorreu de maneira desorganizada, tanto em termos de liderança quanto de execução. O fato de que os comunistas estavam na liderança do movimento não nos leva a crer, porém, que o mesmo possa ser considerado como essencialmente comunista. Apesar da presença de grandes lideranças do PCB, como Luis Carlos Prestes, e da Internacional Comunista, preferimos caracterizar o levante como um movimento decorrente de uma organização que concatenava diferentes frações da esquerda nacional no momento.<sup>224</sup>

O levante foi reprimido, e as consequências geradas pela movimentação do ano de 1935 foram bastante relevantes no que diz respeito à compreensão do anticomunismo no país. Após a repressão ao movimento, a “onda” anticomunista ganhou força através da ferrenha propaganda e de manobras legais implementadas pelos poderes da República como instrumentos de repressão aos militantes e participantes das ações reprimidas.

Porém, como em outros momentos observaremos, a propaganda anticomunista teve características evidentemente exacerbadas.

Considerando os fatos, não se pode interpretar como fantasiosas as versões conservadoras que qualificaram (e denunciaram) o episódio de 1935 como tentativa comunista de assalto ao poder. O que se pode questionar é o conteúdo das representações anticomunistas construídas sobre o evento, elaboradas no intuito de transformá-lo em “mácula sangrenta”.<sup>225</sup>

<sup>222</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p. 234.

<sup>223</sup> Não pretendemos desenvolver os meandros do movimento. Nosso objetivo é indicar os momentos onde o anticomunismo atuou mais diretamente no Brasil. Para descrição dos acontecimentos ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit.

<sup>224</sup> Neste ponto discordamos de Motta, pois este considera que o movimento de 1935 pode ser chamado de “levante comunista”. “[...] não pode ser considerado inapropriado qualificar a “Revolução de 1935” como comunista.” MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p. 240. Entendemos que ela tinha elementos e caráter comunista, mas não se reduzia a isto. Para análises sobre a Aliança Nacional Libertadora ver PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis: Vozes, 1997, e SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

<sup>225</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p. 241.

Quanto às manobras institucionais observamos a aprovação do Estado de sítio, ampliando os poderes do Executivo e de Getúlio Vargas, tendo este sido renovado até 1937, e a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) para julgar, em instância específica, os revoltosos de 1935, retirando da justiça comum o foro de decisões. O TSN se manterá até o ano de 1945 e passará, durante o Estado Novo, a ser o foro de julgamento de quaisquer indivíduos que atuassem em movimentos considerados subversivos.

Em suma, poucos meses após a insurreição de 1935, um vagalhão anticomunista havia se formado, trazendo em seu bojo dois desdobramentos principais. De um lado, as forças conservadoras articularam uma reforma institucional que armou o Estado com um formidável dispositivo de repressão, num processo correlato de fortalecimento do poder central. De outro, o pavor aos “vermelhos” deu origem a uma formidável campanha anticomunista, responsável por consolidar, em pouco tempo, um imaginário que associava o comunismo ao “mal” (demônio, doença, violência, imoralidade e etc.).<sup>226</sup>

Neste contexto, podemos considerar que o período entre os anos de 1935 e 1937 foi caracterizado por uma luta ideológica e propagandística que ganhou fôlego diante dos acontecimentos. Com o golpe de 1937,<sup>227</sup> as forças conservadoras viram seus interesses representados e respaldados pelo aparato repressivo instaurado pela ditadura varguista. Excetuando o movimento integralista e setores católicos que permaneceram com suas campanhas anticomunistas, o período do Estado Novo (1937-1945) foi um momento de baixa no discurso anticomunista, ocasionado pela elevação do anticomunismo como doutrina oficial do Estado, assim como Motta coloca: “A implantação da ditadura varguista alçou o anticomunismo à condição de doutrina oficial do Estado.”<sup>228</sup>

Consideramos que o período entre os anos de 1945 e 1964 foi característico na formação de um ideário proveniente da conjuntura internacional da Guerra Fria. Entre os anos de 1945 e 1950<sup>229</sup> observamos uma sistematização da política internacional contra o comunismo.

Se a Revolução Russa de 1917 significou um marco na construção do discurso anticomunista, a emergência da URSS à potência mundial, econômica e politicamente forte, com influência evidente em diversos movimentos de esquerda – tanto nacionais quanto internacionais – pode ser considerado como mais um marco influente nesse discurso.

<sup>226</sup> *Ibidem*, p. 269.

<sup>227</sup> Não entraremos neste tema, visto que o desenvolvimento do processo de instauração do Estado Novo ficaria muito extenso para esta dissertação. Para maiores detalhes, ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 285

<sup>229</sup> Utilizando a periodização proposta por MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit.

A possibilidade da implementação do comunismo real através de revoluções localizadas em países sob a ótica capitalista proporcionou, sem dúvida, o aumento de discursos e propaganda anticomunistas. No Brasil, mesmo com o fim do Estado Novo e do estabelecimento de uma democracia ainda incipiente, podemos observar, além de acontecimentos antidemocráticos, respostas evidentemente anticomunistas. Apesar de não caracterizarem uma movimentação tão ampla quanto as “ondas” anticomunistas previamente determinadas, o período entre os anos de 1945 e 1961 passa por uma forte influência internacional principalmente devido à conjuntura da Guerra Fria.

### 3.4 - O sistema político brasileiro: democracia e anticomunismo

A verdadeira Democracia procura conciliar a Igualdade e a Liberdade, evitando os extremismos da direita e da esquerda, o totalitarismo que põe o Estado acima do Homem.<sup>230</sup>

A definição acima mostra, resumidamente, o pensamento desenvolvido nos anos da Guerra Fria e que influenciaram fortemente as bases da democracia proposta pelo grupo do capital multinacional e associado em seu projeto hegemônico de sociedade. O trecho foi retirado do livro *Guerra Revolucionária Comunista*, escrito por Francisco Ruas Santos, publicado em 1964 pela Editora Record na coleção *Livros para a Juventude*. Militar e ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), Santos foi instrutor de História Militar da Academia das Agulhas Negras no Rio de Janeiro entre os anos de 1958 e 1963, tendo sido promovido a Coronel no ano de 1964.<sup>231</sup> Além deste título escreveu *As Forças Armadas do Brasil*, da mesma coleção. O livro *Guerra Revolucionária Comunista* pretendia denunciar a existência de uma efetiva guerra psicológica por parte do governo João Goulart e de seus aliados. Escrito no início de 1964 por ocasião do comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964, nos mostra o posicionamento do setor militar que apoiou a derrubada de Goulart no mesmo ano.<sup>232</sup>

A questão da democracia como forma de regime político no Brasil teve suas peculiaridades. Desde o início da República, em 1889, o país passou por conturbados

<sup>230</sup> SANTOS, Francisco Ruas. *As Forças Armadas do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1964. p. 80.

<sup>231</sup> Cf. BLAJBERG, Israel. “Cel. Francisco Ruas Santos”. In: *A nossa vitoriosa Força Expedicionária Brasileira*. Disponível em: <[http://www.anvfeb.com.br/francisco\\_ruas\\_santos.htm](http://www.anvfeb.com.br/francisco_ruas_santos.htm)>. Acesso em: 18 de março de 2010.

<sup>232</sup> Aprofundaremos a questão da guerra revolucionária comunista no capítulo 4.

momentos na configuração de seu sistema político. A opção pelo federalismo baseado nas percepções norte-americanas<sup>233</sup> da democracia liberal tornou-se influente e possibilitou o desenvolvimento de um sistema representativo manipulado pelo bloco de poder dominante. A partir de 1891, ano em que o regime político democrático foi instituído no país, até 1964, com o golpe civil-militar, podemos identificar dois interregnos onde Estado e regime político democrático se encaixam. O primeiro deles compreende os anos 1891-1930 e o segundo os anos 1945-1964.<sup>234</sup> A democracia existente nestes períodos teve um caráter limitado na medida em que “[...] a forma de Estado e o regime político não se revestiram, nestes dois períodos, de *todos* os atributos que podemos detectar nas instituições políticas dos países capitalistas centrais habitualmente qualificadas como 'democráticas'.”<sup>235</sup>

Até 1930 o Estado brasileiro foi liderado por uma oligarquia agrocomercial que, segundo Dreifuss

[...] formou um bloco de poder de interesses agrários, agroexportadores e interesses comerciais importadores dentro de um contexto neocolonial, bloco este que foi marcado pelas deformidades de uma classe que era ao mesmo tempo “cliente-dominante”.<sup>236</sup>

A consolidação, na década de 1920, de novos centros econômicos regionais foi determinante para o surgimento de novas figuras políticas, advindas dos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, entre as quais Getúlio Vargas. O enfraquecimento do bloco de poder oligárquico e a formação de um bloco burguês dominado pela fração industrial que se encontrava em franco crescimento, junto ao aprofundamento da

<sup>233</sup> Os moldes da democracia liberal moderna podem ser atreladas ao desenvolvimento da democracia representativa norte-americana, onde a multidão de trabalhadores deve buscar em seus superiores sociais sua representação política. Um de seus componentes passa a ser a renúncia ao poder político transferindo-o para outros, ocasionando uma alienação do poder político. O federalismo e a democracia representativa norte-americana mudaram o foco da política da localidade para o centro federal alienando os trabalhadores de seu poder político, resultando em uma definição de democracia onde a transferência do poder para os representantes do povo passa a constituir a própria essência do conceito em si. Apesar de não terem “inventado” a representação, os norte-americanos são responsáveis pela identificação da democracia moderna com a alienação do poder. “A ‘democracia representativa’, tal como uma das misturas de Aristóteles, é a democracia civilizada com um toque de oligarquia.” WOOD, Ellen. Op. Cit., p. 177-188. Acreditamos que esta definição da democracia e do federalismo norte-americanos vale para as interpretações acerca da construção do sistema político brasileiro, baseado em tais preceitos.

<sup>234</sup> Não abordaremos, de maneira aprofundada, as diferenças entre tais experiências. Porém, pontuamos que estas são evidentes. Cada período citado deve ser analisado a partir da compreensão de que ocorreram em fases distintas da evolução da formação social brasileira. Para maiores considerações, ver SAES, Décio. “Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas”. In: *República do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

<sup>235</sup> SAES, Décio. Op.cit., p. 108. Grifo do autor.

<sup>236</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 29. A expressão cliente-dominante é desenvolvida por IANNI, Octavio et. al. “Processo político e desenvolvimento econômico”. In: *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. p. 16-17.

crise da economia oligárquica após a crise capitalista de 1929, permitiu que este bloco burguês assumisse a direção do Estado brasileiro.

O advento da Revolução de 1930 e a inauguração do período populista liderado por Getúlio Vargas manteve grande parte dos valores tradicionais da elite rural.<sup>237</sup>

O importante é que a burguesia industrial conseguiu identidade política face ao bloco oligárquico e, ao mesmo tempo, estabeleceu um novo “compromisso de classe” no poder com os interesses agrários, particularmente com os setores agroexportadores.<sup>238</sup>

Esta burguesia industrial conseguiu obter identidade política. Porém, foram incapazes de estabelecer uma hegemonia em 1930. Estabeleceu-se, assim, um “estado de compromisso”, que foi remodelado a partir de 1937.

O Estado Novo surgiu porque a burguesia industrial se mostrou incapaz de liderar componentes oligárquicos do “estado de compromisso” ou para impor-se à nação através de meios consensuais, de maneira a criar uma infra-estrutura socioeconômica para o desenvolvimento industrial.<sup>239</sup>

Após o final da Segunda Guerra Mundial e em consequência do alinhamento com os países Aliados,<sup>240</sup> a situação do governo ditatorial de Getúlio Vargas fica insustentável. Não era mais possível manter um regime com características ditatoriais e apoiar as maiores democracias liberais do planeta. A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial também é utilizada pelo discurso anticomunista e para a defesa da democracia. As citações seguintes foram retiradas de Francisco Ruas Santos, em seu livro *As Forças Armadas do Brasil*, no capítulo *Liberdade e democracia*:

**Tanto pelos sentimentos democráticos guardados nos corações dos brasileiros**, tanto pelos perigos que ameaçavam a integridade, a soberania e a unidade do Brasil, a maior parte do nosso povo aspirava pela vitória das

<sup>237</sup> DREIFUSS, René Armand. Op.cit., p. 30.

<sup>238</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>239</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>240</sup> A ida para a Itália dos militares da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a fim combater os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), se deu com o rompimento de relações diplomáticas com estes em janeiro de 1942, após o ataque japonês a Pearl Harbor. A entrada efetiva do Brasil na guerra ocorreu após uma série de torpedeamentos de navios mercantes brasileiros que navegavam na costa do país. A operação vitoriosa em Monte Castelo, na Itália, e a volta dos combatentes, precipitou a queda de Vargas. O regime do Estado Novo torna-se insustentável. A defesa do grupo de países Aliados (Inglaterra, França, União Soviética, Estados Unidos e China), partidários de regimes democráticos, impossibilitou a manutenção do regime, levando-o ao fim. O resultado disso foi o alinhamento do Brasil à nova potência mundial, os Estados Unidos. ABREU, Alzira Alves. “Força Expedicionária Brasileira (FEB)”. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 5v. Vol. III, p. 2.284-2.289.

causas das *Nações Unidas*, lideradas pelos Estados Unidos e pela Inglaterra.<sup>241</sup>

Pois deram o seu sangue também pela vitória da **verdadeira Democracia**, da causa do governo do povo, pelo povo e para o povo, **sem a eliminação da liberdade, sem a escravização do Homem ao Estado**. [...] Eis aí uma prova a mais de que os militares brasileiros são, na paz como na guerra, **soldados da Liberdade e da Democracia**.<sup>242</sup>

Com a saída de Vargas do poder e a conseqüente eleição do seu antigo ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra, inaugura-se o que alguns autores chamam de “período democrático”. Consideramos que o período compreendido entre os anos de 1945 e 1964 foi responsável por uma nova forma de organização, fundando um novo regime político, caracterizado por uma democracia restrita. Porém, temos que ter em mente que o quadro político-partidário formado na época e as relações de força da convergência de classe populista se mantiveram ao longo do período.

A passagem do Estado Novo para uma forma populista de domínio e articulação de interesses foi atenuada pelo fato de que a mesma elite política e econômica que havia comandado o regime deposto permaneceu no poder após a destituição de Getúlio Vargas de seu cargo, e foi sob a direção dessa elite que as primeiras eleições nacionais foram promovidas.<sup>243</sup>

Compreender este regime implementado após 1945 como essencialmente democrático tem seus problemas na medida em que muitas características presentes no Estado Novo se mantiveram. O pluripartidarismo, representado por três principais legendas – Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN) – pode nos induzir ao erro de que neste período foi instaurado no país um regime político democrático nos moldes dos países capitalistas centrais.

Ocorre entretanto – e já aqui surge uma limitação – que o sistema pluripartidário de 1945-1964 ocupa, no *processo decisório estatal* (ou seja: na implementação da política de Estado), um lugar menos importante que aquele detido pelos sistemas pluripartidários dos países capitalistas centrais. Quando se estabelecem “correias de transmissão” entre os partidos políticos da classe dominante e a burocracia de Estado, não obstante a ascendência crônica, no seio do Estado capitalista, da burocracia estatal sobre o lugar institucional preferencialmente votado à ação partidária: o Parlamento. Ora,

<sup>241</sup> SANTOS, Francisco Ruas. Op. cit., p. 81-82. Grifos meus. É interessante observar como a União Soviética foi sumariamente excluída do grupo dos Aliados.

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 83. Grifo meu.

<sup>243</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 36.

na democracia brasileira de 1945-1964, o sistema partidário se mantém *aquém* desse papel.<sup>244</sup>

O crescimento dos movimentos de esquerda e o conseqüente aumento da força do Partido Comunista levaram a mais uma atitude antidemocrática. A declaração da ilegalidade do referido partido, a dissolução, por Eurico Gaspar Dutra, da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), a intervenção em sindicatos e os expurgos empreendidos no funcionalismo público revelam as nuances de um tipo de democracia restrito, onde a agitação e a organização das classes trabalhadoras surgiam como uma ameaça a ser combatida. Consideramos que a “[...] inexistência do pluralismo ideológico-partidário no pré-64 se constituía, assim, numa séria deformação da democracia política no país”.<sup>245</sup>

Este tipo de postura e atuação política tem como relação conjuntural o momento onde a Guerra Fria se estabelecia como determinante em termos de política internacional. A elevação dos Estados Unidos à condição de grande potência mundial após a Segunda Guerra Mundial e a aparição da União Soviética como seu principal concorrente e “inimigo” influenciou diretamente a política nacional.

Durante a presidência de Harry Truman (1945-1953) a política externa estadunidense tinha como objetivo preservar e disseminar o que o próprio governo intitulou de *American way of life*.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os políticos norte-americanos viram com satisfação o status predominante de sua nação. Eles esperavam construir uma ordem mundial baseada na superioridade financeira, militar e política dos Estados Unidos e resolveram proteger o *american way of life* das vicissitudes e dos perigos do mundo pós-guerra.<sup>246</sup>

A formação do sistema de informações a partir da lei de segurança nacional de 1947 resultou na criação de um Estado-maior conjunto (que unificou as Forças Armadas), do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Agência Central de Inteligência (CIA) que junto aos planos econômicos e político-ideológicos de ajuda externa – Plano Marshall<sup>247</sup> e Doutrina

<sup>244</sup> SAES, Décio. Op. cit., p. 118. Grifo do autor.

<sup>245</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 13-28, 2004. p. 21.

<sup>246</sup> Tradução minha. No original: “As world war II ended, U.S. policymakers relished their nation’s predominant status. They expected to build a world order based upon the financial, military, and political superiority of the United States and resolved to protect the 'American way of life' from the vicissitudes and dangers of the postwar world.” BELMONTE, Laura A. *Selling the american way*. Philadelphia: University of Pensilvânia Press, 2008. p. 9.

<sup>247</sup> “Uma nação com poder militar e dinheiro pode conquistar os países mais fracos, ou ajudá-los. A América sempre se deu pressa em ajudar os povos em dificuldade. Como nunca antes, os americanos puseram-se agora a trabalhar para ajudar os homens, mulheres e crianças que sofriam em conseqüência da guerra.” MEADOWCROFT, Enid de La Monte. Op. cit., p. 88. Esta citação elucida bastante a visão norte-americana de

Truman<sup>248</sup> – forneceram as bases para a construção de um ideário promovido pelos Estados Unidos a fim de envolver países sob sua égide, possibilitando uma maior unidade de planejamento e ação à sua política externa. Com a deterioração das relações com a União Soviética, os Estados Unidos iniciaram o seu programa de informações como uma defesa ao comunismo. A oposição entre o mundo capitalista e o mundo comunista se torna uma política de Estado promovendo o alinhamento de um grupo de países que pudesse “lutar” contra a expansão da URSS e de seu regime político comunista.

A partir deste momento o país se compromete com uma visão de mundo onde capitalismo passa a significar democracia, e comunismo passa a ser compreendido como totalitarismo. A Doutrina Truman, oficialmente instituída em 12 de março de 1947, tinha como objetivo o desenvolvimento da política externa dos Estados Unidos em relação aos países do bloco capitalista. Em discurso, Truman enuncia e estabelece a luta contra o comunismo internacional:

Uma forma de vida baseia-se na vontade da maioria e distingue-se pelas instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias da liberdade individual, a liberdade de expressão e de religião, o fim da opressão política. A segunda forma de vida baseia-se na minoria imposta pela força à maioria. Ela depende do terror e da opressão, de uma imprensa e comunicações controladas, de eleições fixas, e da supressão das liberdades pessoais.<sup>249</sup>

Este trecho do discurso de Truman nos fornece um material excelente para perceber o modo de vida que os Estados Unidos pretendiam levar aos países aliados. Instituições e eleições livres, governo representativo, garantias de liberdade individual, de expressão, religião e política caracterizam o tipo de democracia, de regime político, que os países alinhados deveriam seguir. A contraposição com o regime comunista, caracterizado como terrorista, opressor, com ausência de liberdade, foi a base da política externa estadunidense ao longo de todo o período da Guerra Fria. A justaposição entre democracia e comunismo foi institucionalmente e formalmente definida através da Doutrina Truman. Nos livros analisados encontramos algumas interessantes caracterizações no mesmo sentido:

---

divulgação de sua “benevolência”, mesmo após ter sido uma das principais responsáveis pela destruição dos países europeus.

<sup>248</sup> Ambos serão desenvolvidos mais à frente.

<sup>249</sup> Tradução minha. No original: “One way of life is based upon the Will of the majority, and is distinguished by free institutions, representative government, free elections, guarantees of individual liberty, freedom of speech and religion, end freedom from political oppression. The second way of life is based upon the minority forcibly imposed upon the majority. It relies upon terror and oppression, a controlled press and radio, fixed elections, and the suppression of personal freedoms.” BELMONTE, Laura. Op. cit., p. 24.

Você tem liberdade de expressão e de reunião; liberdade de culto; liberdade de imprensa. Você tem o direito de ser proprietário, de entrar em um negócio, de trabalhar em qualquer emprego que escolher; de seguir uma carreira, um ofício. Você tem o direito de petição e tem direito a julgamento, se for acusado de qualquer coisa. Ninguém poderá incriminá-lo se você for declarado inocente, se a sua culpa não ficar provada. Então vem a grande liberdade: o direito de voto, o direito de votar secretamente no candidato que você achar melhor; o direito de discutir qualquer questão, em qualquer lugar, sem medo de coisa alguma. Essas são as suas jóias preciosas, as jóias preciosas da democracia em que você vive. Guarde-as bem, cuide bem delas.<sup>250</sup>

Estamos acostumados a pensar em dois centros de poder político – a administração e os partidos. Um partido apóia a administração, outro a combate, mas nenhum partido é administração, que é o governo. [...] O sistema russo nos parece exatamente o oposto da democracia; trata-se do velho sistema da aristocracia, que já foi proscrito na maioria dos países.<sup>251</sup>

Descobrimos que uma palavra como democracia, por exemplo, significa uma coisa quando um presidente democrata a usa, e uma coisa bem diferente quando é usada por um ditador russo. Assim, quando um russo afirma que acredita na democracia, é natural que passemos a considerá-lo um mentiroso.<sup>252</sup>

Porém, como veremos mais à frente, a atenção da política externa estadunidense à América Latina começa a ser mais sistemática durante a década de 1960, principalmente após a Revolução Cubana. A maior preocupação neste momento era barrar a expansão comunista na Europa.

A idéia de que o combate à influência soviética passa principalmente pelo fortalecimento econômico dos países com dificuldades financeiras se aplica também ao mundo "em desenvolvimento". Só que, nesse caso, a parte substancial da ajuda econômica não vem de fundos públicos dos Estados Unidos. Nas palavras do secretário de Estado George Marshall, em discurso na IX Conferência dos Estados Americanos em Bogotá, no ano de 1948: Supera a capacidade do governo dos Estados Unidos financiar mais do que uma pequena porção do vasto desenvolvimento requerido. O capital de que se necessita ano a ano deve provir de fontes privadas, tanto internas como externas. Como demonstra a experiência dos Estados Unidos, o progresso pode lograr-se pelo esforço individual e uso de recursos privados.<sup>253</sup>

Em relação à América Latina, podemos indicar que a preocupação norte-americana estava na direção nacionalista de alguns governos da região e na disponibilidade dos recursos

<sup>250</sup> GORDON, Dorothy. Op. cit., p. 39.

<sup>251</sup> JOHNSON, Gerald W. *O comunismo visto por um democrata*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1965, p. 22.

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>253</sup> AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 77.

naturais em caso de guerra com a URSS. Ayerbe destaca este fator em relatório da CIA de 1º de novembro de 1947:

Julga-se que a organização não-política comunista na América Latina (isto é, a organização que serve outros propósitos que não os de partidos políticos) já prosseguiu tanto e tão eficientemente que, em caso de guerra com os EUA, a URSS poderia: a) receber um fluxo extenso de informações razoavelmente precisas da América Latina, b) alistar agentes de sabotagem e c) por mero comando de ordens necessárias, paralisar as economias de dois países (Chile e Cuba), os quais são importantes fornecedores regulares dos EUA. Desse modo, a URSS poderia negar aos EUA, pelo menos nos cruciais primeiros meses da guerra, os militarmente importantes cobre e açúcar, com os quais esses dois países contribuíram para o esforço de guerra dos EUA. Julga-se também que, no restante dos países da América Latina (excetuando-se somente a Argentina, o México, o Paraguai, a República Dominicana, Honduras e El Salvador), a penetração secreta comunista em esferas estratégicas das várias economias já é tal que pode permitir que a URSS, apenas dando as ordens necessárias, a) impeça que os EUA, por um período de tempo limitado, pelo menos conserve seu fluxo normal de matérias-primas estratégicas da América Latina, b) precipite, em vários países latino-americanos, crises econômicas que obrigariam os EUA a escolherem, por um lado, entre programas de auxílio de emergência fiscalmente caros, e, por outro, o passo também politicamente caro de negar tal auxílio. Especificamente, a URSS poderia interromper hoje o fluxo dos fornecimentos latino-americanos de estanho, cristal de quartzo, borracha natural, quinino e petróleo para os EUA. (CIA, 1982, rolo I, doc. 0006)<sup>254</sup>

A política externa do governo Dutra caracterizou-se pelo alinhamento brasileiro à política norte-americana. A atuação do Ministério das Relações Exteriores “teve um tom de tal forma conservador e subserviente, seguindo fielmente as ordens e decisões norte-americanas sem questionamento, deixando de lado interesses brasileiros que muitas vezes eram contrários à política de Washington.”<sup>255</sup> O posicionamento do ministro das relações exteriores Raul Fernandes ia de encontro aos interesses da diplomacia brasileira, representada na Organização das Nações Unidas (ONU) por Oswaldo Aranha, que defendia um posicionamento mais independente da política externa brasileira, contestando o incondicional alinhamento do país aos Estados Unidos.

Nas obras analisadas encontramos interessante caracterização da ONU, elevando-a ao patamar de um objeto totêmico:

O Secretariado é o mais alto dos edifícios, elevando-se a quase 170 metros de altura o belo perfil do arranha-céu de alumínio, mármore e vidro azulado.

<sup>254</sup> *Ibidem*, p. 81-82.

<sup>255</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores no Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 20.

Sob o sol, o Secretariado brilha intensamente, despedindo uma verdadeira chuva de centelhas ofuscantes, como se fosse uma gigantesca fonte **de luz sagrada e eterna.**<sup>256</sup>

A citação acima foi retirada do livro *A luta pela paz*, publicado em 1964 pela Editora Record dentro da coleção *Livros para juventude*. Escrito por Eleanor Roosevelt, esposa de Franklin Delano Roosevelt, diplomata, ativista dos direitos humanos e embaixadora dos Estados Unidos na ONU entre 1945 e 1952,<sup>257</sup> o livro nos fornece uma análise sobre o papel das Nações Unidas e sua influência nos tratados de paz. Possui uma série de interessantes ilustrações e definições de paz.

Mesmo sabendo que a política externa norte-americana estava voltada para a reconstrução da Europa e para o aumento de sua influência nas regiões mais conflitantes entre as duas potências da Guerra Fria, o Brasil adotou uma política conservadora e anticomunista. Este posicionamento decorre muito da influência da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1948, que teve como base de fundação o National War College dos Estados Unidos e tendo o binômio segurança e desenvolvimento como base de suas concepções. Em outubro de 1947, rompeu o Brasil relações diplomáticas com a União Soviética, devido a um incidente sem muita importância.<sup>258</sup>

Na verdade, essa ruptura fazia parte de uma política mais ampla, e fora longamente preparada pelo governo. O medo de revoltas sociais desencadeadas pelo exemplo soviético levou o presidente Dutra a adotar uma política anticomunista dentro e fora do país, caçando os grupos socialistas ou qualquer outro que apresentasse simpatia pela causa soviética e apoiando iniciativas anticomunistas nos países latino-americanos. [...] Nesse contexto, o PCB foi ilegalizado no mesmo ano, e seus deputados cassados, paralelamente a uma significativa repressão ao movimento operário. Essa política anticomunista de Dutra não se devia apenas às concepções ideológicas e bases sociais do governo. Seu caráter um tanto exagerado vinculava-se à necessidade de evidenciar perante os EUA o engajamento do país na luta contra a subversão.<sup>259</sup>

Ainda em 1947 ocorreu em Petrópolis a Conferência Internacional Interamericana sobre Defesa do Continente com a presença de Marshall e Truman, onde os debates em torno

<sup>256</sup> TOR, Regina e ROOSEVELT, Eleanor. *A luta pela paz*. Trad. Lúcia Benedetti. Rio de Janeiro: Record, 1964. p. 85. Grifo meu.

<sup>257</sup> Informações biográficas obtidas em <<http://www.firstladies.org/biographies/firstladies.aspx?biography=33>>. Acesso em: 19 de março de 2010.

<sup>258</sup> Incidente ocorrido em Moscou em dezembro de 1947 envolvendo o diplomata brasileiro Soares de Pina com forças policiais para conter atos de violência e vandalismo do referido diplomata no saguão do Hotel Nacional. CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *As relações oficiais russo-soviéticas com o Brasil (1808-1961)*. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/UNB/ípr/rel/rbpi/1993/126.pdf>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2010.

<sup>259</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. cit., p. 23-24.

das relações entre Estados Unidos e América Latina resultaram na criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar).

O Tiar era um acordo militar pelo qual os Estados Unidos e os países latino-americanos comprometiam-se a apoiar qualquer um dos signatários em caso de ameaça armada externa. O tratado também possibilitava a adoção de medidas contra “outras formas de agressão” à Zona de Segurança, a qual incluía, além dos EUA e América Latina, o Canadá, as colônias européias do Caribe, a Groenlândia e vastas áreas do Pacífico e do Atlântico.<sup>260</sup>

Em 1948, junto ao Tiar, veio a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), estabelecendo vínculos políticos entre os países ligados pelo Tiar. Um dos objetivos da OEA, descrito em sua Carta nos diz bastante sobre o domínio norte-americano e da divulgação do seu *American way of life*: “[...] nenhum dos Estados-membros poderia afastar-se do **“modelo político democrático”** vigente no Ocidente e no continente.”<sup>261</sup> O Brasil intermediou negociações entre os Estados Unidos e os demais países seguindo assim as determinações e influências norte-americanas, tanto externa quanto internamente.

Em contraposição a estes acordos foi criada, no âmbito da ONU, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) que, devido ao posicionamento contrário aos Estados Unidos, teve sua atuação reduzida à produção de estudos que defendiam o desenvolvimento dos países latino-americanos em detrimento da política liberal norte-americana. A CEPAL foi bastante importante na formação de intelectuais que atuaram diretamente na política brasileira.

A política externa brasileira, a partir do governo Getúlio Vargas (1951-1954), sofrerá algumas modificações. Ao invés do alinhamento estrito aos Estados Unidos, observamos a busca por certa independência em termos de política internacional. É neste momento que se fundam as bases da Política Externa Independente (PEI) de 1961, com a qual trabalharemos mais à frente. Porém, devemos ter em mente que esta política não renegou, de forma alguma, a influência norte-americana no país. A entrada de capital estrangeiro, em grande parte proveniente dos Estados Unidos, foi realidade constituída dos anos 50, assim como o alinhamento político-ideológico da fração de classe dominante no período.

Encontramos, desta forma, na conjuntura internacional, os elementos que compunham as relações de força internas no Brasil, na medida em que observamos o crescimento de

---

<sup>260</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>261</sup> *Ibidem*, p. 27. Grifo meu.

movimentos de esquerda refletidos em uma maior representação no Congresso e na organização das bases sindicais.

Ao longo deste período podemos perceber a instabilidade do sistema político brasileiro. Uma série de crises institucionais, econômicas, políticas, além das tentativas mal-sucedidas de golpes de estado, traduzem a fragilidade da “democracia” brasileira no período. Destacamos a crise do suicídio de Vargas e a crise da renúncia de Jânio Quadros, que levou ao golpe branco do parlamentarismo em 1961.

Esta instabilidade, unida ao crescimento dos movimentos organizados da classe trabalhadora, fez com que a classe dominante, a partir da década de 1960, iniciasse a campanha a favor de uma democracia restrita. Tal democracia deveria barrar os movimentos nacionalistas mais extremos, podar o movimento organizado da classe trabalhadora e do movimento sindical e combater a indisciplina militar. Todas estas características negativas deveriam ser excluídas do projeto “democrático” proposto. Segundo Florestan Fernandes, o Brasil passava por um momento de ampliação da democracia, que teria sido barrado pelo advento do golpe em 1964:

O que se procurava impedir era a transição de uma *democracia restrita* para uma *democracia de participação ampliada*, que prometia não uma “democracia populista” ou uma “democracia de massas” (como muitos apregoam), mas que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (e mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político.<sup>262</sup>

Tal projeto democrático visava combater, além do característico inimigo comunista, o crescimento das bases políticas e econômicas da classe trabalhadora. A união dos elementos nacionais e internacionais muniu o bloco de poder representado pelo capital multinacional e associado de elementos para desenvolver a ação ideológica difundida através da proposição de um projeto hegemônico de sociedade. Tratando-se especificamente da questão democrática, podemos considerar que:

Mais apropriado seria considerar que o golpe de 1964 significou um golpe *contra* a incipiente democracia política brasileira; um movimento *contra* as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva *contra* a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.<sup>263</sup>

<sup>262</sup> FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980. p. 113. Grifos do autor.

<sup>263</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. Op. cit. p. 15. Grifos do autor.

Em contraposição às interpretações em favor do potencial democrático brasileiro no período temos o posicionamento ipesiano. Em seu projeto hegemônico de sociedade, o IPES propunha – retomando aqui as proposições de Wood – uma democracia moldada pelo capitalismo e pelo liberalismo. A partir da década de 1960, a propaganda ipesiana passa a girar em torno da divulgação de uma democracia nos termos apresentados por Wood, onde a defesa da propriedade privada, dos direitos individuais e a superioridade dos interesses econômicos frente às questões políticas serão defendidos. O discurso anticomunista era divulgado como discurso democrático pelo IPES. Pâmella Passos Deusdará nos fornece uma ótima definição da democracia ipesiana:

O que antes era alvo de ataque de elites passa então a ser uma de suas principais bandeiras: a democracia. Uma democracia em que o homem seja livre para investir, lucrar. Em suma, uma democracia aliada ao capitalismo e, em última instância, ao liberalismo. Essa era a democracia defendida pelos membros do Ipes em suas produções. Tal compreensão de democracia em muito se distinguia daquela que vislumbrava em uma maior participação da população brasileira na vida política um caminho para sua ampliação e consolidação. [...] Logo, ser democrata significava opor-se às reformas de base, lutar contra as convicções não cristãs, enfrentar as organizações sindicais trabalhistas de esquerda e, assim, proteger a nação e assegurar a democracia.<sup>264</sup>

Sendo assim, o IPES utilizava o conceito de democracia como combate ao comunismo, dentro e fora do país. Para fechar este ponto, destacamos mais uma definição de Deusdará, que resume bem a questão:

Disputar o poder na conjuntura de início dos anos 60 significou, sobretudo, disputar o imaginário social sobre a idéia de democracia. Convencer a população brasileira de que uma invasão comunista estava em curso no país e que, conseqüentemente, a democracia não estava assegurada, passava por produzir uma determinada compreensão de democracia.<sup>265</sup>

A partir dos elementos apresentados, podemos iniciar a discussão mais específica acerca das questões que envolvem o tipo de democracia existente no Brasil na década de 1960 e o tipo de democracia proposto pelo grupo do capital multinacional e associado. Demonstraremos estas concepções através de trechos retirados dos livros selecionados.

<sup>264</sup> DEUSDARÁ, Pâmella Passos. *Vozes a favor do golpe! O discurso anticomunista do IPES como materialidade de um projeto de classe*. 2008. 180 f. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2008, p. 128-129.

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 134.

### **3.5 - Considerações finais**

Vimos que democracia e anticomunismo são conceitos amplos e possuidores de diferentes acepções. Desta maneira, buscamos relacionar tais conceitos com a realidade brasileira antes dos anos 1960, contextualizando o anticomunismo e o processo democrático nacionalmente. No capítulo seguinte trabalharemos com nossas fontes buscando elucidar a compreensão, indicada ao final deste capítulo, que o grupo do capital multinacional e associado possuía sobre vários acontecimentos e questionamentos ocorridos ao longo da primeira metade da década de 1960, para enfim compreendermos os elementos constitutivos do projeto de sociedade proposto por este grupo.

#### **Capítulo 4 – Os projéteis são as palavras: democracia e anticomunismo através dos livros difundidos pelo IPES**

Em nossa análise pretendemos dar conta de questões mais gerais de difusão ideológica, porém utilizando fontes ainda não trabalhadas. Ao longo dos capítulos anteriores, pudemos observar que a crise dos anos 60 no Brasil resultou de uma conjunção de crises menores que, por sua vez, resultaram numa crise orgânica do regime político populista. Analisamos, então, como a dinâmica da crise dos anos 60 no Brasil pôde influenciar e ser influenciada pela edição de livros. O projeto hegemônico de sociedade proposto pelo grupo do capital multinacional e associado, representado pelo IPES, defendia, como apontamos, dois principais objetivos: construir uma democracia específica e combater o comunismo. Tal grupo desenvolveu ampla campanha e patrocinou a publicação de vários livros.

Neste capítulo, pretendemos ilustrar a discussão apresentada através de exemplos retirados dos livros selecionados. Isso será feito de maneira temática, unificando as discussões encontradas. Assim, buscamos demonstrar os elementos fundamentais para a construção e divulgação do projeto hegemônico de classe proposto. Para isso, desenvolveremos o capítulo partindo das questões ligadas à Guerra Fria e suas consequências internas, dando maior atenção às questões frequentemente abordadas nos livros. A maioria dos títulos analisados discute questões ligadas à conjuntura político-econômica internacional. São poucas as obras que tratam de questões eminentemente nacionais. Os exemplos do que deve ou não ser seguido justificam a existência deste tipo de temática, passando a compor as bases do projeto hegemônico de classe do grupo do capital multinacional e associado, que pretendia fazer do Brasil um país baseado no *modus vivendi* do que eles chamam de “mundo livre”. Para que isso fosse obtido, era necessário mostrar os males dos países comunistas e construir uma visão amena e desejada do bloco capitalista.

O tema liberdade *versus* comunismo serve como eixo central de nossa análise. Neste caso, encontramos algumas variações e sinônimos que explicaremos conforme fomos trabalhando. Outro tema bastante interessante ficou definido como juventude e comunismo. Muitos livros comparam os jovens de países capitalistas e comunistas e buscam demonstrar a importância de seu posicionamento frente às questões da época. Também encontramos diferentes definições de comunismo, acusações de expansionismo soviético, características que se pretendiam democráticas e definições de democracia – estas, já utilizadas em parte no capítulo anterior. Além disso, destacamos as análises sobre países comunistas, tais como a China, a URSS e Cuba, e as consequências e influências de seus regimes políticos na América

Latina. A atuação dos Partidos Comunistas como agentes da URSS é bastante frequente e merece atenção, assim como as temáticas envolvendo a Guerra Fria – também utilizadas em parte no capítulo anterior. Nosso objetivo é tentar reunir ao máximo estes temas, relacionando-os à conjuntura histórica em que o livro é escrito e às temáticas de que ele trata.

#### 4.1 - A Guerra Fria e as mudanças no plano político internacional

Ao longo de toda a década de 1950 percebemos mudanças no quadro nacional e internacional. No Brasil, após o suicídio de Vargas, vemos a presença de Juscelino Kubitschek, empreendendo uma perspectiva desenvolvimentista, e abrindo o mercado nacional para entrada maciça de capital estrangeiro. Internacionalmente o momento é de mudanças nas características da Guerra Fria, cujo período mais “quente” é aquele em que as duas potências, logo após o final da Segunda Guerra, disputavam a liderança no cenário mundial mostrando ao mundo suas armas nucleares, e preocupando a todos com a possibilidade de uma guerra atômica. Este é substituído pelo período chamado coexistência pacífica, compreendido entre os anos de 1955 e 1968, no qual estes países passam a buscar uma convivência ao menos tolerável.

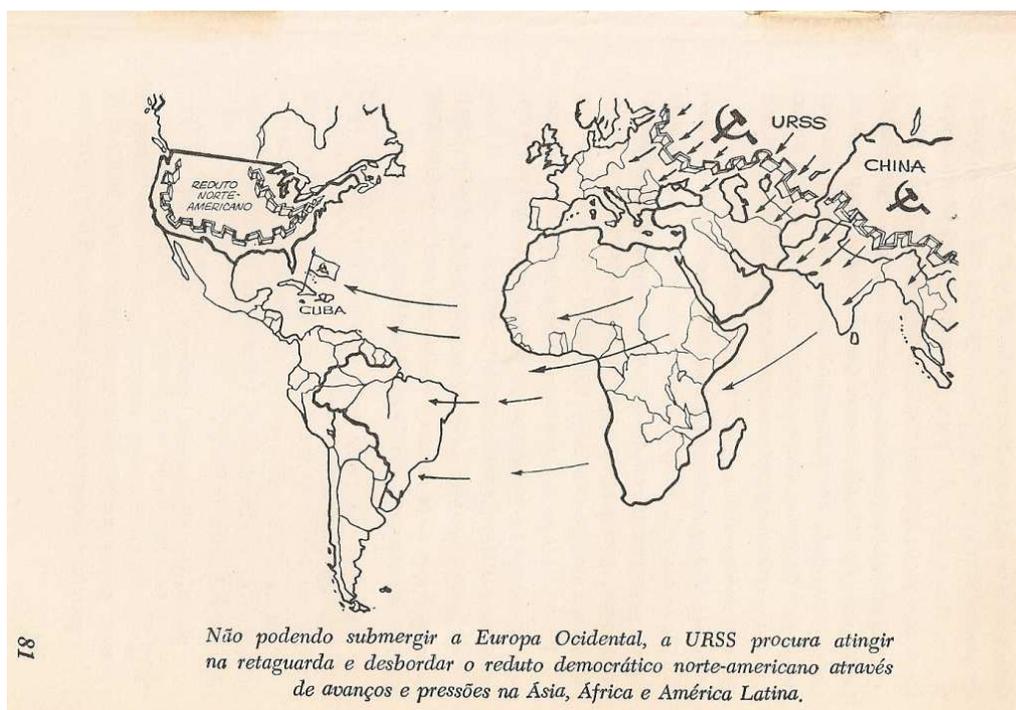


FIG. 2: Mapa do avanço comunista. Fonte: SANTOS, Francisco Ruas. *A guerra revolucionária comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1964. p. 81.

Alguns elementos são responsáveis por essa mudança. A recuperação da Europa, a mudança na política externa com a saída do presidente Harry Truman e a entrada de Dwight D. Eisenhower, em janeiro de 1953, além da morte de Joseph Stalin, em março do mesmo ano, são alguns dos elementos que levaram ao desarmamento dos espíritos norte-americanos e soviéticos.

Conforme as notícias do estado de saúde de Joseph Stalin eram filtradas da URSS, Eisenhower e seus conselheiros de segurança contemplavam o futuro do bloco soviético e da política comunista. Eles reconheceram este momento como uma oportunidade única para promover a paz e a liberdade. Sempre conscientes da lavra da Guerra Fria, mas também com a esperança de que uma crise de sucessão levaria o Estado soviético à desordem.<sup>266</sup>

No livro *Cartilha de comunismo*, de Moshe Decter<sup>267</sup>, observamos uma interessante periodização, explicada ponto a ponto, da história da União Soviética a partir da Revolução Russa. Decter define oito períodos principais. O oitavo período de “táticas comunistas” – nomenclatura escolhida pelo autor – inicia-se com a morte de Stalin e segue até o momento em que o livro foi escrito. Destacamos a visão da disputa pelo poder após a morte do líder soviético:

Vejamos: pouco depois da morte de Stalin, em 5 de março de 1953, enquanto a luta por sua sucessão se desenrolava atrás dos bastidores, uma série de crises abalou o mundo soviético. Morto o **tirano sangrento**, trabalhadores, camponeses, intelectuais e muitos outros segmentos da população começaram a ter esperança de que algumas das piores características de **sua tirania em todo o império soviético seriam eliminadas**. Espontaneamente, o povo começou a fazer demonstrações visando melhores condições econômicas e um afrouxamento das rédeas **totalitárias**. Presumivelmente, muitas pessoas sentiram que a desordem nas fileiras da liderança comunista propiciaria uma brecha para tais melhoramentos. [...] Na frente doméstica, um novo rumo de ação foi tomado, o qual modificou, substancialmente, as políticas repressivas existentes. Isso foi essencialmente verdadeiro em países satélites, **onde o povo ainda se lembrava de condições democráticas**.<sup>268</sup>

<sup>266</sup> BELMONTE, Laura A. *Selling the american way*. Philadelphia: University of Pensilvânia Press, 2008, p. 55. Tradução minha. No original: “As news of Joseph Stalin’s declining health filtered out of the USSR, Eisenhower and his security advisors contemplated the future of the soviet bloc and Communist politics. They recognized a unique opportunity to advance peace and freedom. But ever mindful of the raging Cold War, they also hoped that a succession crisis would propel the Soviet state into disarray.”

<sup>267</sup> Para maiores informações sobre este livro, ver o capítulo 3 desta dissertação.

<sup>268</sup> DECTER, Moshe. *Cartilha de comunismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964, p. 66-67. Grifos meus.

Este trecho demonstra exatamente o pensamento norte-americano e dos países aliados, na medida em que se aproxima bastante do discurso sobre a sucessão, trazido por Belmonte na citação anterior. A esperança de que a crise da sucessão fosse levar o estado soviético à desordem era desejo do bloco capitalista, que reproduzia este discurso ao seu público leitor.

A vitória de Nikita Krushev<sup>269</sup> na disputa com Georgii Malenkov – este último visto como possível causador de um caos político pelos Estados Unidos<sup>270</sup> – na sucessão soviética e suas tendências liberalizantes permitiram uma maior flexibilização com Washington, possibilitando a desestalinização da economia e da política soviéticas. A propaganda norte-americana utilizou a morte de Stalin em busca de uma desestabilização da União Soviética.

Após a morte de Stalin, em 5 de março, Dulles ordenou a seus subordinados a **“semear a dúvida, a confusão, [e] a incerteza sobre novo [regime].”** Mas, consciente de que as tentativas americanas de fomentar a discórdia no seio das nações satélite poderia desencadear uma guerra geral, Dulles ordenou que os funcionários norte-americanos procurassem “conter e moderar qualquer esperança excessiva do colapso da União Soviética e **imediate libertação**”.<sup>271</sup>

Porém, na visão dos autores analisados, a subida de Krushev levou ao poder novamente a linha-dura do Kremlin:

Ao chegar ao seu apogeu a luta pela supremacia no Kremlin, a linha mudou novamente: a partida para a mudança de linha foram as alianças feitas por Nikita Kruschov em sua ascensão ao poder. Seguiu a velha prescrição Stalin-Rakosiana de “táticas de salame” ao destruir toda a oposição efetiva ao subir ao poder. [...] O período de táticas conciliatórias domésticas e internacionais coincidiu com a fase de Malenkov como premier. Mas, então, Kruschov aliou-se à ala “dura” do Kremlin, visando a eliminação de Malenkov. Isso foi alcançado em fevereiro de 1955, quando o aliado de Kruschov, Bulganin, tornou-se premier. A ala dura passou a encontrar as rédeas novamente.<sup>272</sup>

Após afirmar a subida da linha dura novamente ao poder, Decter muda um pouco seu discurso para introduzir a posição de Krushev na política internacional. Diz que após se

<sup>269</sup> Encontramos o nome do primeiro ministro da União Soviética com diferentes grafias. Optamos por utilizar a grafia mais recorrente, Nikita Krushev. Nas citações retiradas de livros mantivemos a grafia utilizada, transcrevendo fielmente os trechos. Desta maneira, o nome pode aparecer com diferentes grafias (por exemplo: Nikita Kruschov; Nikita Kruchev).

<sup>270</sup> BELMONTE, Laura A.. Op. cit., p. 56.

<sup>271</sup> BELMONTE, Laura A. Op. cit., p. 55. Tradução minha. Grifos meus. No original: “After Stalin’s death on March 5, Dulles ordered his subordinates to ‘sow doubt, confusion, [and] uncertainty about [the] new regime.’ But, cognizant that American attempts to foster dissension in the satellite nations could precipitate general war, Dulles ordered U.S. officials ‘to restrain and moderate any excessive hopes of immediate Soviet collapse and liberation’.”

<sup>272</sup> DECTER, Moshe. Op. cit., p. 67-68.

sentir forte, Krushev passou a jogar contra seus aliados da ala dura. Isso teria refletido na política interna e externa.

Esse avanço contra seus aliados “duros” refletiu-se tanto na política doméstica como na exterior. Na primeira, por exemplo, conquanto a ênfase na indústria pesada e de armamentos continuou intensa, Krushev começou a concitar um aumento concomitante de bens de consumo. Na política exterior, o Kremlin tornou-se, também, mais conciliatório.<sup>273</sup>

É interessante observar que o aumento de bens de consumo caracteriza uma atitude conciliatória de Krushev em sua política interna. Isso demonstra uma crítica fundamentalmente capitalista a um sistema de governo comunista, que não se baseia na produção de bens de consumo como mote de sua economia e muito menos como objetivo conciliador.

A indicação conciliatória da política externa soviética é reconhecida. Neste período, observamos uma consolidação política e diplomática do campo socialista, mais especificamente da União Soviética e do Leste Europeu, despertando o interesse de países do “terceiro mundo” e até mesmo de alguns países capitalistas avançados.

Além das mudanças no bloco socialista, temos a recuperação da Europa Ocidental e do Japão, pontos que levaram a uma revitalização “[d]os antagonismos entre os centros hegemônicos do capitalismo, ampliando as possibilidades de barganha dos países do Terceiro Mundo.”<sup>274</sup>

Ainda dentro destes elementos, destacamos a ruptura chinesa com a União Soviética e a descolonização dos povos e nações afro-asiáticas, que permitiram uma reconfiguração no campo político internacional ao multiplicar o número de Estados com soberania formal. Isso modificou o quadro dos organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), permitindo uma maior politização dos mesmos, e favorecendo o desenvolvimento de políticas externas independentes em alguns países, como o Brasil, bem como a articulação própria de alguns países mais industrializados da América Latina no seu modelo de inserção internacional no início da década de 1960.

A relação sino-soviética é bastante interessante. Desde a revolução liderada por Mao Tsé Tung, em 1949, que fundou a República Popular da China, o país buscava uma independência em relação à política soviética, que visava trazer a China para a esfera de seus satélites. O pensamento de Mao não é reflexo do pensamento soviético. Ele defende a

---

<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 68.

socialização progressiva, mantendo sua posição autônoma, não se fazendo nunca representar no Kominform<sup>275</sup>. O Partido Comunista Chinês (PCC) não estava atrelado ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e ao Kominform. A própria origem da revolução comunista na China indica essas diferenças.

[...] Lênin venceu a revolução com um partido já organizado e em funcionamento, e após a vitória desse partido organizou o Exército Vermelho. Mao Tsé Tung venceu a revolução com um Exército organizado, e depois da vitória formou os quadros do partido. Assim, enquanto o Exército russo foi organizado pelo Partido Bolchevista, o Partido Comunista Chinês foi organizado pelo Exército. Lênin movimentou as massas através das greves e dos movimentos de rua, enquanto Mao se utilizou de guerrilheiros e de unidades regulares do Exército revolucionário.<sup>276</sup>

A principal diferença entre as posições de cada país também podem ser resumidas, principalmente no que diz respeito ao posicionamento de cada país frente a política de coexistência pacífica:

1 – Os soviéticos querem coexistir pacificamente com o Ocidente, mas não renunciam à revolução proletária e à emancipação das nações oprimidas que uma vez vitoriosos no mundo estabelecerão definitivamente a paz. 2 – Os chineses querem, antes de tudo a revolução proletária e a emancipação das nações oprimidas e para tanto, julgam conveniente a adoção de uma política de coexistência pacífica como método de luta.<sup>277</sup>

O conflito sino-soviético que levou a ruptura de relações diplomáticas entre os países em 1962 teve origem na questão fronteiriça. Na medida em que a China buscava avançar sobre antigos territórios sob sua esfera, que entrava, inclusive, no território soviético, os conflitos do campo ideológico e político tornaram-se problemas de soberania nacional e invasão de territórios. A ruptura, consequência da política autônoma chinesa e dos questionamentos de Mao sobre as posições soviéticas, teve seu estopim em 1962, quando o PCC acusou Krushev e o PCUS de revisionistas das teses marxistas e pelo recuo soviético diante da crise dos mísseis em Cuba<sup>278</sup>.

<sup>274</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores no Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 129.

<sup>275</sup> O Kominform era o *bureau* de informações dos partidos comunistas e operários e buscava coordenar as ações dos partidos comunistas sob orientação soviética. Suas atividades se desenvolveram entre os anos de 1947 e 1956.

<sup>276</sup> LACOMBE, Américo L. Masset. *O conflito sino-soviético: em face do marxismo-leninismo, em face da formação histórica dos dois povos, em face das condições políticas atuais*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1965. p. 129.

<sup>277</sup> *Ibidem*, p. 146-147.

<sup>278</sup> Falaremos sobre a crise dos mísseis em Cuba, ocorrida no ano de 1962, mais à frente.

Sobre a China encontramos diversas análises pontuais nos livros selecionados, porém achamos um título que trabalha especificamente com o país. Publicado no Brasil em 1963 pela Edições GRD, traduzido por Waldemir Nogueira Araújo, o livro *A China comunista em perspectiva*, cujo título original era *Communist China in perspective*, publicado em 1962 em Nova York, escrito por A. Doak Barnett, busca fazer um resumo da história chinesa. O autor escreveu mais de 20 livros sobre o assunto e ficou conhecido por trabalhar nos bastidores do Congresso e do Executivo norte-americanos com o objetivo de melhorar as relações entre o país e a China<sup>279</sup>. Resultado de três conferências proferidas na Universidade de Washington em dezembro de 1961, o livro de Barnett se propõe a explicar as origens e consequências da Revolução Chinesa.

O autor analisa a estrutura de governo chinês, apontando a existência de diferenças entre o sistema de governo de Mao e o sistema de governo soviético, chamando-o de “nova ideologia marxista-leninista-estalinista-maoísta”<sup>280</sup>:

Os últimos anos vieram contudo demonstrar que muitos desses novos processos e instituições se achavam destinados a sofrer expressivas alterações dentro do ambiente chinês. **A influência dos moldes soviéticos permanece no entanto vigorosa**, e as novas instituições chinesas com base naqueles padrões representam uma grande inovação na organização governamental na China.<sup>281</sup>

Destacamos outra passagem interessante:

No âmbito internacional Pequim e Moscou coordenaram estreitamente sua linha política em relação ao mundo não-comunista, e ideologicamente a Rússia e a China davam impressão de verem o mundo através de perspectivas idênticas. Sob a superfície, mesmo naqueles dias, havia no entanto tensões, provocadas pelos métodos arbitrários de Stalin. **Porém a aliança sino-soviética permanecia firme e os dois sócios apresentavam, em suas relações com as nações não-comunistas, uma fachada de “amizade inquebrantável” e de “unidade monolítica”**.<sup>282</sup>

Especificamente neste livro, vemos uma análise mais realista da relação sino-soviética. O autor dá indicações da existência de um conflito ideológico. O objetivo do livro é esclarecer a opinião pública quanto à força da China, e indica a existência de uma “revolução democrática mundial” em detrimento da “revolução comunista mundial”:

<sup>279</sup> Informações biográficas obtidas em <<http://www.nytimes.com/1999/03/19/world/a-doak-barnett-dies-china-scholar-77.html?pagewanted=1>>. Acesso em: 23 de março de 2010.

<sup>280</sup> BARNETT, A. Doak. *A China comunista em perspectiva*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p. 49.

<sup>281</sup> *Ibidem*, p. 53. Grifo meu.

Nós, ocidentais, temos por hábito, e não poderia ser de outra forma, tecer longos comentários a respeito da revolução comunista mundial. Não obstante, conhecemos muito mal, e somente de forma bastante limitada, algo que nós próprios criamos e ainda estamos criando, e que se poderia chamar de **revolução democrática mundial**. De uma certa forma tal fato não é surpreendente. Nosso impacto revolucionário sobre os demais povos da terra não foi quase em sua totalidade, nem planejado nem dirigido, nem mesmo consciente. [...] **Há pouca dúvida de que tenhamos contribuído, através de todo o mundo não ocidental, para o revigoramento de um intenso nacionalismo, bem como para o surgimento de novas metas democráticas e de crescentes aspirações econômicas.**<sup>283</sup>

Esta citação unifica a discussão do livro sobre a China com os demais, na medida em que se posiciona a favor de uma “revolução democrática mundial”, em que o mundo não ocidental seria alvo de ações diretas dos “homens do ocidente” que iriam revigorar o nacionalismo, melhorar a “democracia” e atuar em suas aspirações econômicas.

Quanto ao conflito sino-soviético, encontramos uma explicação em Decter, apontando a disposição revolucionária da China comunista:

Qual o estado das relações sino-soviéticas? É extremamente difícil aferir essas relações com acuidade, pois ambos os regimes não são dados a permitirem uma inspeção aberta de suas políticas. **O que parece claro é que os comunistas chineses estão com uma disposição consideravelmente mais “revolucionária” e intransigente que a liderança da URSS**, que os chineses livremente concedem a primazia do Kremlin no movimento internacional, mas que se consideram os primeiros entre os associados menores. [...] Que tenha havido conflitos entre as duas hierarquias dirigentes é fora de dúvida. [...] Toda a evidência indica um período prolongado de sólida falange **contra o resto do mundo.**<sup>284</sup>

A nova conjuntura internacional após a Segunda Guerra Mundial proporcionou mudanças no interior da ONU, que passa a ser cenário de posicionamentos e questionamentos entre os países, tendo importância cada vez maior na dinâmica da Guerra Fria. Em relação à posição soviética na ONU e frente às nações asiáticas, temos uma passagem extremamente elucidativa do pensamento do grupo que estamos tratando, escrita por Decter:

**A União Soviética tem sabotado a obra das Nações Unidas** desde o início de suas atividades. Sua arma principal tem sido o veto, que, em junho de 1961, foi usado 82 vezes. [...] **têm usado as Nações Unidas como veículo de sua propaganda**, abusando do prestígio da organização mundial para seus próprios propósitos. Por meio de ataques aos Estados Unidos, à Inglaterra e à França como forças imperialistas, e pelo patrocínio da China Comunista como participante do Conselho de Segurança, têm tentado criar

<sup>282</sup> *Ibidem*, p. 95. Grifo meu.

<sup>283</sup> *Ibidem*, p. 35-36. Grifos meus.

<sup>284</sup> DECTER, Moshe. Op. Cit., p. 158-159. Grifos meus.

a impressão de serem os protetores das nações fracas da Ásia. Contudo, a propaganda comunista na ONU e **as agressões comunistas** na Coreia, no Tibet e na Indochina têm tornado as nações livres da Ásia mais conscientes do **perigo do comunismo** do que nunca antes. Em nítido contraste com as promessas ilusórias do partido comunista estão os **genuínos avanços realizados pelos verdadeiros governos democráticos do mundo. São esses governos democráticos os únicos responsáveis pelo progresso social que melhorou a fortuna do homem médio. E os Estados Unidos em particular, dentro de uma moldura constitucional de sua democracia americana, tem alcançado significativos avanços sociais, juntamente com o mais alto padrão de vida do mundo.**<sup>285</sup>

Este trecho merece especial atenção. Primeiramente vemos a acusação de sabotagem da ONU pela União Soviética, quantificando o número de vetos soviéticos. Essa acusação é complicada na medida em que todos os países que compõem o Conselho de Segurança da ONU possuem direitos iguais de vetar qualquer questão levada à votação. Utilizar como sinônimo de sabotagem o uso de um direito adquirido é bastante grave. Em seguida, Decter acusa novamente os soviéticos de utilização das Nações Unidas como veículo de propaganda. Sem dúvida a janela da ONU faz com que os países representados busquem mostrar ao mundo as características positivas de seus regimes. Se a União Soviética utilizou a ONU como veículo de propaganda o mesmo foi feito pelas outras nações que a compõem. Em seguida o autor chama de “agressões comunistas” as questões que envolveram a Coreia, o Tibet e a Indochina. A isenção de culpa do bloco capitalista fica evidente a partir da acusação de que somente os comunistas eram responsáveis pelos conflitos armados – como no caso da Guerra da Coreia – dizendo o autor que, por conta disso, as “nações livres da Ásia” se conscientizaram do tal “perigo comunista”. Para fechar o trecho destacado Decter resume a sua defesa do bloco capitalista contrastando-o com as “promessas ilusórias do partido comunista”. Encontramos, ao final, as características e o modelo de democracia que será defendido pelo grupo do capital multinacional e associado em seu projeto de classe: para que haja progresso social e melhora da “fortuna do homem médio” – um dos setores de maior atuação deste grupo foi a classe média – era necessária uma democracia constitucional tal como a norte-americana. O objetivo final era chegar ao patamar de uma democracia constitucional caracterizada pelos avanços sociais e pelo alto padrão de vida. Vemos, desta maneira, que a lógica capitalista está imbricada à defesa da democracia e que esta serve como propaganda contra o “perigo do comunismo”. É exatamente esse o discurso reproduzido no Brasil pelo grupo composto por empresários e políticos financiados pelo capital estrangeiro e

---

<sup>285</sup> *Ibidem*, p. 99-100. Grifos meus.

multinacional. A divulgação de tais idéias aprofundava cada vez mais a crise da década de 1960. Estes são os pontos que servirão de base para o seguimento de nossa análise.

Outra questão interessante encontrada nos livros é a definição de que todos os partidos comunistas do mundo eram meras agências do governo soviético. Como vimos, ao menos o Partido Comunista Chinês não participava do Kominform e não estava atrelado diretamente ao PCUS. O próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB), apesar de participar das reuniões da Internacional Comunista<sup>286</sup>, possui suas particularidades. Decter resume a atuação e a existência de partidos comunistas à subserviência das conquistas pretendidas pela União Soviética:

Os partidos comunistas são independentes e autônomos? Não. São dirigidos e controlados pela hierarquia dominante do Partido Comunista Soviético em Moscou. [...] Os Partidos Comunistas são, realmente, agências do governo soviético? Sim. Os partidos comunistas falam sempre em nome de objetivos idealistas e do bem-estar da classe trabalhadora e da nação na qual funcionam, mas seu propósito principal e dever supremo, na paz e na guerra, é servir aos interesses do governo da URSS.<sup>287</sup>

#### **4.2 - A coexistência pacífica e a Política Externa Independente (PEI) brasileira**

A atuação brasileira diante desta conjuntura internacional foi bastante modificada pela Política Externa Independente (PEI). A nova política externa aumentou a importância das relações internacionais no país, ampliando as perspectivas nacionais, elevando-as a nível mundial em detrimento da política regional valorizada pelos governos anteriores. A PEI pode ser dividida em três fases: a primeira durante o governo Jânio Quadros; a segunda entre agosto de 1961 e fins de 1962; e a terceira entre 1963 e o primeiro semestre de 1964 – as duas últimas sob o conturbado governo João Goulart. Para Vizontini: “A existência destas fases, com suas perspectivas diversas, não afeta o fato essencial da PEI constituir uma totalidade histórica, a qual, inclusive, naquele momento eleva a política externa em um nível nunca antes atingido.”<sup>288</sup>

Iniciada efetivamente no governo Jânio Quadros, a PEI é um aprofundamento de algumas políticas implementadas inicialmente por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, dando continuidade e aprofundando a barganha nacionalista, além de trabalhar a política externa como direção no apoio ao desenvolvimento industrial.

<sup>286</sup> A Internacional Comunista ou Komintern, foi fundada por Lênin e pelo PCUS em março de 1919 e tinha como objetivo reunir países comunistas de diferentes países; foi extinta em 1943.

<sup>287</sup> *Ibidem*, p. 52-55.

Diante da conjuntura nacional e internacional temos as bases internas da PEI:

Assim, uma das bases internas da PEI encontra-se na emergência destas massas e na sua articulação, através do nacionalismo, a um projeto de desenvolvimento comum que relativizava a crise. A segunda refere-se às necessidades externas do desenvolvimento industrial que geravam o estrangulamento e como superá-las: obtenção de divisas para importação de bens de capital, exportação de produtos primários de limitado escoamento, a sustentação de seus preços, a obtenção de investimentos e tecnologias estrangeiras.<sup>289</sup>

No plano político, a PEI defendia a paz, o desarmamento e a coexistência pacífica, revelando o amadurecimento e a mundialização da diplomacia brasileira. O posicionamento e a atuação do Brasil frente à Guerra Fria na década de 1960 pode ser considerado como um dos elementos da crise interna em 1964, como veremos adiante. Internacionalmente, a corrida armamentista, característica do período anterior, encontrou uma redução gradual das armas nucleares e de sua influência na disputa pelo poder internacional. O medo generalizado de uma guerra nuclear era refletido na opinião pública mundial. Frente a estas questões, iniciou-se o período da coexistência pacífica, resultante da reacomodação das forças políticas internacionais, tornando o período determinado entre os anos de 1953 e 1968 menos tensos no que diz respeito a uma guerra atômica internacional.

Toda esta política internacional é assunto dos livros analisados. Em um deles, intitulado *A prova da coexistência*, escrito por Willy Brandt, político alemão, prefeito de Berlim entre os anos de 1957 e 1966, personalidade influente na Alemanha Ocidental – Brandt foi chanceler da República Federal da Alemanha entre os anos de 1969 e 1974 –, encontramos a visão conservadora deste momento. Escrito em 1963 sob o título original *The ordeal of coexistence*, foi publicado pela Harvard University Press. No Brasil, a tradução de Donaldson Garschagen teve sua publicação no ano de 1964 pelas Edições GRD. O livro é dividido em apenas três capítulos, respectivamente: *Dois significados de coexistência*, *Nossa resposta ao desafio* e *Caminhos da coexistência na Alemanha* que resultam de palestras proferidas na Universidade de Harvard nos dias 2 e 3 de outubro de 1962, com algumas modificações, incluindo a crise dos mísseis cubana<sup>290</sup>, ocorrida após a data da palestra. Observamos os mesmos elementos encontrados em outros livros. A sempre presente oposição

<sup>288</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. cit., p. 134.

<sup>289</sup> *Ibidem*, p. 126.

<sup>290</sup> A crise dos mísseis ocorreu entre 14 de outubro de 1962 e 20 de novembro de 1962. Falaremos especificamente sobre o caso cubano mais à frente.

entre a União Soviética e o mundo livre democrático e a defesa de uma democracia restrita aparecem dentro da temática da coexistência pacífica, tema central de discussão do livro.

**O conceito de coexistência tornou-se corrente como expressão de propaganda e política comunista, constantemente usada e abusada pelos soviéticos.** Teve aceitação, até mesmo beneplácito, em todo o mundo, especialmente nos países não comprometidos – que têm hoje em dia uma importância enorme.<sup>291</sup>

Este trecho, que inicia o primeiro capítulo, mostra o objetivo principal: levar a discussão colocando em xeque as intenções soviéticas em busca de uma política de paz. É interessante observar ao final a relevância dada aos países não comprometidos. Estes são os países recém-descolonizados e aqueles cuja política externa tornou-se independente, como o Brasil e outras nações da América Latina. A preocupação expressa diante da aceitação dos argumentos soviéticos por este grupo de países é evidente. Desta maneira, este livro tem como objetivo atingir também o grupo dos “não comprometidos”, mostrando a postura e a percepção ideológica das nações alinhadas aos Estados Unidos e à Europa Ocidental. O posicionamento indignado frente a uma possível apreensão do termo coexistência pelos soviéticos leva à seguinte reação:

Coexistência não é nem invenção dos soviéticos, nem monopólio deles. Pelo contrário, **a coexistência é, na realidade, uma das idéias básicas da democracia;** pertence logicamente aos **princípios democráticos** de dignidade humana, tolerância, direito de autodeterminação e independência nacional.<sup>292</sup>

O primado da democracia como regime político a ser seguido aparece no trecho destacado. Em seguida, o autor chega à conclusão de que a coexistência, na configuração mundial daquele momento, passou a significar a existência da humanidade. A aparente concordância frente à necessidade de apaziguamento na corrida armamentista e na ameaça de guerra atômica é desconstruída quando a oposição entre o bloco comunista e o bloco capitalista precisa ser elucidada. O perigo e a ameaça representados por um bloco comunista que se encontra, de certa maneira, estabelecido política e economicamente permanecem como inimigos a serem combatidos, independentemente da questão da coexistência. As armas podem ser outras, porém o combate da Guerra Fria durante a década de 1960 permanece.

---

<sup>291</sup> BRANDT, Willy. *A prova da coexistência*. Trad. de Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964, p. 11. Grifos meus.

<sup>292</sup> *Ibidem*, p. 11-12. Grifos meus.

Para exemplificar a coexistência pacífica, Brandt destaca a condição de Berlim, cidade por ele governada no período em que o livro foi escrito e publicado. Representante do “lado ocidental”, o autor destaca que até 13 de agosto de 1961<sup>293</sup>, “[...] em Berlim, qualquer pessoa podia ter uma impressão de primeira mão dos dois sistemas, e **o nosso era considerado superior.**”<sup>294</sup> Em seguida, discute a questão da construção do muro, colocando na conta do lado oriental toda a culpa pela divisão de Berlim, que ele pretensiosamente chama de “minha Berlim”. Brandt defende a Alemanha Ocidental dizendo que, mesmo com a construção do “muro da vergonha”, a “[...] economia continua a florescer e a moral da população foi conservada elevada porque sabemos que o bem-estar da cidade supera todas as outras considerações – mesmo o nosso ódio ao Muro.”<sup>295</sup> O alinhamento com os Estados Unidos é evidenciado: “Estamos cômicos de que os Estados Unidos ligaram o seu destino ao de Berlim Ocidental.”<sup>296</sup>

Ainda nas considerações sobre a questão da coexistência pacífica, destacamos trechos de Decter. Com questionamentos sobre o que é materialismo histórico, marxismo, luta de classes e muitos outros conceitos marxistas, o livro tem como objetivo ser efetivamente um manual anticomunista. Para se ter uma idéia do quão reducionista são as suas análises, os conceitos de materialismo histórico, materialismo dialético, teoria da mais-valia e da luta de classes são explicados, todos, em apenas 45 linhas<sup>297</sup>. Dentre as questões trabalhadas encontramos considerações acerca da coexistência pacífica, assunto deste tópico. A pergunta que deve ser respondida é: *A coexistência pacífica pressagia uma trégua ideológica?* Segue a resposta:

Não. [...] “A coexistência pacífica de povos de diferentes sistemas sociais não significa conciliação das ideologias socialista e burguesa. Pelo contrário, implica na intensificação da luta da classe trabalhadora, de todos os partidos comunistas, pelo triunfo das idéias socialistas.” Não se poderia pedir uma declaração de guerra ideológica e política mais aberta e direta.<sup>298</sup>

Realmente, a coexistência pacífica – como o próprio nome indica – não pressupõe uma trégua ideológica, mas sim uma trégua no ataque direto e frontal entre os blocos socialista e capitalista, a fim de evitar a consecução de uma guerra atômica extremamente destrutiva. A

<sup>293</sup> Data da construção do muro de Berlim. Não entraremos na discussão específica do caso alemão.

<sup>294</sup> BRANDT, Willy. Op. cit., p. 14. Grifos meus.

<sup>295</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>296</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>297</sup> DECTER, Moshe. Op. cit., p. 18-19.

<sup>298</sup> *Ibidem*, p. 38. O autor não informa a fonte de onde retirou a citação entre aspas. Isso é recorrente em seu livro.

acusação do autor de que havia uma verdadeira declaração de guerra política e ideológica aberta procede. Porém a forma como ele dá sequência à análise demonstra o conteúdo ideológico e o posicionamento alinhado com o pensamento capitalista. Como em todos os tópicos, a explicação parte de uma pergunta:

*A coexistência pacífica impede a violência contra as democracias? Não. [...] Em outras palavras, nenhuma resistência democrática a um levante comunista é legítima. Quando o partido estiver pronto para optar por um golpe, qualquer violência contra as instituições democráticas é legítima.*<sup>299</sup>

O autor, com esta afirmação, resume o que os comunistas responderiam. Para eles, a resistência democrática – entenda-se burguesa – seria ilegítima justamente por ser burguesa e contra o socialismo (ou seja, contra os trabalhadores).

Na sequência, para fechar as considerações acerca da questão da coexistência pacífica, Decter responde a seguinte questão: “*Quem é o principal inimigo nesta luta? Declaração do novo manifesto comunista: ‘O imperialismo norte-americano é a principal força de agressão e de guerra. Sua política encarna a ideologia da reação militante’.*”<sup>300</sup> É desta forma, com frases retiradas do contexto e sem referência bibliográfica nas citações, que o autor pretende caracterizar o inimigo comunista. Seu objetivo é desconstruir o lado positivo pretendido pela União Soviética na coexistência pacífica, contrapondo sempre o mundo livre democrático e o mundo socialista totalitário.

Dentro da conjuntura de apaziguamento do conflito atômico, o alinhamento automático às duas potências passou a ser questionado a partir da busca por um terceiro caminho, o dos países não-alinhados. Em 1961 em Belgrado, na Iugoslávia, reuniu-se a I Conferência de Países Não-Alinhados, em busca de uma posição neutralista. Dentre os participantes encontramos 25 membros da ONU, dentre eles Cuba, Iugoslávia e Chipre, tendo o Brasil como observador.

Os Não-Alinhados manifestaram-se contra o domínio das grandes potências, destacaram a necessidade de uma nova ordem política e econômica mundial, defenderam o desenvolvimento da periferia e, sobretudo na conjuntura da época, a completa descolonização do Terceiro Mundo. Tito, Nasser, Sukharno e Nheru foram as figuras-chave na estruturação do não-alinhamento. Assim, a emergência de dezenas de novos Estados no cenário mundial alterou não apenas as relações internacionais e

<sup>299</sup> *Ibidem*, p. 38. Grifos meus.

<sup>300</sup> *Ibidem*, p. 39.

o próprio perfil da ONU, como materializou o Terceiro Mundo como realidade influente na grande diplomacia.<sup>301</sup>

Essa política de não-alinhamento é vista com cautela pelos autores estudados. Podemos observar a preocupação destes com a possível influência soviética, principalmente sobre os países recém emancipados. Ainda no livro de Moshe Decter, a seguinte pergunta é feita:

*Qual o papel dos movimentos de libertação nacional no esquema comunista?* A luta pela independência nacional, que ocorre em todas as partes menos desenvolvidas do mundo, é um dos dois principais fenômenos internacionais (ao lado do desejo universal de paz) **que os comunistas procuram subverter, controlar e manipular como arma contra o Ocidente.**<sup>302</sup>

Quanto à descolonização dos povos afro-asiáticos, encontramos sempre uma acusação de que os comunistas buscavam única e exclusivamente expandir seu território para as novas nações, como apontado no texto *De Marx a Kruchev*, de Walter Kolarz. Neste ponto observamos a negação do imperialismo do bloco capitalista e uma afirmação do expansionismo do bloco comunista.

Mas a maior **traição do Comunismo** ainda não atingiu seu clímax – a **traição** dos povos da Ásia e da África. Para todos que conhecem o funcionamento da mente comunista, essa **traição** é inevitável. [...] Na realidade os comunistas não lutam pela emancipação nacional como tal. Para eles, ela representa apenas uma pedra de toque para a implantação do domínio comunista sobre outro território asiático.<sup>303</sup>

Além de acusar os comunistas de tentar subverter os movimentos de emancipação, destacam que os mesmos não dão o crédito da “libertação” aos países imperialistas, mostrando bem sua posição quanto à questão do colonialismo da União Soviética e da China comunista e isentando os países capitalistas de sua parcela imperialista:

Naturalmente, em nenhum ponto esses documentos mostram que foram precisamente países “capitalistas” e “imperialistas” como **a Inglaterra e a França que deram liberdade às suas colônias na Ásia e na África** – e que, nos dias que correm, **as únicas potências colonialistas** de importância são a **URSS e a China Comunista**, que mantêm centenas de milhões de

<sup>301</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. cit., p. 132.

<sup>302</sup> DECTER, Moshe. Op. cit., p. 36. Grifo meu em negrito. Grifo do autor em itálico.

<sup>303</sup> KOLARZ, Walter. Op. cit., p. 17-18. Grifos meus. Para maiores detalhes sobre o livro citado, ver o capítulo 3 desta dissertação.

peças em seus satélites asiáticos e da Europa Oriental sujeitos à sua tirania.<sup>304</sup>

No livro *Teorias do Colonialismo*, publicado pelas Edições GRD em 1964, traduzido por Waldemir Nogueira Araujo e com título original *Studies on the soviet union: an issue on Soviet colonialism in theory and practice*, publicado em 1961 pelo Instituto para o estudo da URSS de Munich, na Alemanha, encontramos análises sobre a questão do neutralismo. Em primeiro lugar, é interessante observar a disparidade entre o título original e a tradução, que resume um estudo sobre a União Soviética a *Teorias do colonialismo*, retirando, como dito acima, o caráter imperialista e colonialista dos países capitalistas. O livro é escrito por diversos autores, porém nos interessa apenas o segundo capítulo da Parte IV, escrito por Suzanne Labin. Intelectual francesa anticomunista, Labin é a autora que conseguimos identificar diretamente com o projeto editorial do IPES, que distribuiu seus livros e a trouxe da França. No Brasil, proferiu conferências sobre as “Táticas de infiltração comunista” e a “Guerra política” para as mais variadas platéias, em tão diversificados lugares do Rio de Janeiro e de São Paulo, como a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Escola Superior de Guerra (ESG), Centro de Indústrias do Rio de Janeiro, Sindicato dos Armadores, Colégio Santo Inácio, Teatro Municipal, Instituto de Educação do próprio IPES, Automóvel Clube, e o Colégio Mackenzie. Houve conferências e reuniões em outras cidades, como Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba.<sup>305</sup> Sua passagem pelo Brasil no ano de 1963 ficou registrada em sua fotografia com Carlos Lacerda, que consta na contracapa do livro *Em cima da hora: a conquista sem guerra*<sup>306</sup>, publicado pela Editora Record no mesmo ano, com tradução do então governador da Guanabara. Além deste livro e do capítulo analisado em seguida, encontramos um folheto intitulado *A guerra política: arma do comunismo internacional*, cujo exemplar por nós obtido possui o carimbo do IPES do Rio Grande do Sul. Labin militou em países da América Latina e serviu de inspiração para pelo menos um dos autores nacionais que analisamos. Francisco Ruas Santos, em seu *A Guerra Revolucionária Comunista*, destaca o livro de Labin como a mais importante referência a ser lida pelos que defendem a “democracia”.

No capítulo escrito por ela, sob o título *As atividades da União Soviética nos países subdesenvolvidos*, encontramos a análise da influência da conjuntura internacional nos países desenvolvidos, buscando sempre demonstrar o “perigo comunista”, e fazendo críticas

<sup>304</sup> DECTER, Moshe. Op. cit., p. 37. Grifos meus.

<sup>305</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 272.

<sup>306</sup> LABIN, Suzanne. *Em cima da hora: a conquista sem Guerra*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963.

contundentes à política neutralista de alguns países, acusando-os de alinhamento com a União Soviética:

É difícil de compreender como uma série de países que sistematicamente apóiam o bloco soviético contra o Ocidente podem realmente se considerar “neutralistas”. Continua-se a não se perceber que o comunismo esta inaugurando um novo sistema, através do qual os pactos de lealdade são firmados, não em função do direito internacional, mas sim organicamente, por intermédio de um controle político interno; e que hoje em dia as relações formais entre os países seja de natureza diplomática, seja militar, dispõem de um significado bem menor do que as afinidades ideológicas e o emprego de temas idênticos de propaganda e demagogia.<sup>307</sup>

A mesma autora fala especificamente do Brasil, criticando a postura de Jânio Quadros:

O último e mais sério declínio na posição pró-ocidental ocorreu recentemente no Brasil, onde a versão americana de um líder neutralista surgiu repentinamente na pessoa do novo presidente, Quadros, não obstante o fato de que o Brasil já recebeu 540 milhões de dólares em auxílio americano, contra 5 milhões da URSS.<sup>308</sup>

Diante desta conjuntura internacional podemos nos voltar para a PEI e para os acontecimentos nacionais. A construção das bases desta política nacional, como indicamos acima, foram iniciadas nos governos Vargas e Kubitschek. Porém, diferente da PEI, suas perspectivas eram pautadas pelas mudanças no hemisfério e no alinhamento aos Estados Unidos, valorizando pouco a realidade internacional. Importante para as discussões posteriores foi a formação da Operação Pan-americana (OPA) por Juscelino Kubitschek, em 1958, que buscava enaltecer a necessidade da união latino-americana e a importância do desenvolvimento para a estabilidade regional. Sua criação demonstra maior preocupação com as questões hemisféricas e teve sua importância ao avaliar corretamente a inserção estratégica da América Latina no jogo político internacional. A busca por um maior apoio dos Estados Unidos aos países da América Latina caracterizou uma política de barganha frente ao jogo político internacional. Diante do quadro de conflito da Guerra Fria e da disputa entre Estados Unidos e União Soviética pelos mercados da região, o Brasil passa a utilizar a OPA como instrumento de pressão adicional contra os Estados Unidos, ameaçando um incremento das relações com o bloco comunista.

Porém, a recepção norte-americana, não é muito boa. Em visita ao Brasil, o secretário de estado John Foster Dulles praticamente ignora a OPA. O secretário acaba aceitando alguns

<sup>307</sup> *Idem*. “As atividades da União Soviética nos países subdesenvolvidos”. In: *Teorias do colonialismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964. p. 230.

pontos, reduzindo as propostas à criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Dulles, todavia, apresenta ao presidente brasileiro a minuta de uma declaração conjunta que praticamente ignora a OPA e enfatiza unicamente o combate ao comunismo, desejando maior repressão à subversão esquerdista, coordenação dos serviços de inteligência, recusando a concessão de financiamentos à Petrobrás. JK rechaçou a minuta e, frente ao completo fracasso do encontro, Dulles vê-se na obrigação de ceder: os princípios da OPA são reconhecidos pelos EUA, que aceitam a criação de uma entidade financeira continental (o Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID).<sup>309</sup>

A história diplomática brasileira também é assunto de nossas fontes. No livro chamado *De Tordesilhas à OPA*, de autoria de Sérgio Diogo Teixeira de Macedo e colaboração de P. A. do Nascimento<sup>310</sup>, publicado em 1963 pela Editora Record (o livro faz parte da coleção *Livros para a juventude*), encontramos um resumo da história diplomática brasileira. O livro é dividido em doze capítulos e trata desde os primórdios de nossas relações internacionais. Nosso interesse está no capítulo onze, intitulado *O Brasil e o ideal de união continental de Bolívar – OEA e OPA*, no qual o autor trata especificamente da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da OPA, buscando enaltecer e supervalorizar a criação de organismos regionais e defender o alinhamento à política norte-americana:

**Instaurada em Washington a presidência Kennedy, o governo dos Estados Unidos, país do qual, em grande parte, o bom ou mau êxito desse vasto e grandioso empreendimento, deu-lhe todo o apoio, através da Aliança para o Progresso, pedra de toque da política norte-americana para a América Latina. Muito mais, porém, do que um simples movimento de cooperação internacional, a Operação Pan-americana é uma tomada de consciência dos povos americanos do papel que lhes cabe representar no concerto universal e a compreensão de que somente a mobilização total contra o subdesenvolvimento econômico e social, num esforço tenaz, paciente e sobretudo harmonioso, permitir-lhe-á lograr plenamente a consecução daqueles objetivos.**<sup>311</sup>

Apesar de ter avaliado acertadamente o aumento do peso político da América Latina no cenário internacional, Kubitschek não conseguiu encaminhar corretamente a política proposta, acreditando no Brasil como aliado privilegiado dos Estados Unidos e trabalhando dentro de uma noção de política hemisférica. A PEI buscará a inserção estratégica do país

<sup>308</sup> *Ibidem*, p. 216.

<sup>309</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. cit., p. 107.

<sup>310</sup> Não conseguimos maiores informações sobre os autores.

<sup>311</sup> MACEDO, Sérgio D. T. *De Tordesilhas à OPA*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963, p. 85. Grifos meus.

mundialmente, sem deixar de lado os parâmetros hemisféricos fundados pela OPA. “Será um Brasil já inserido na diplomacia mundial que tentará redefinir junto aos EUA os termos da dependência. As relações hemisféricas, portanto, envolverão uma continuidade da OPA que suplanta os parâmetros da política exterior de JK.”<sup>312</sup>

O núcleo ideológico da PEI inclui elementos econômicos, como a ampliação do mercado externo para produtos primários e a intensificação das relações comerciais com todas as nações, incluindo os países socialistas. Dentre as questões políticas, destacamos a concordância com a manutenção da paz por meio da coexistência pacífica, o desarmamento, a autodeterminação dos povos e a emancipação dos territórios não autônomos.

Apesar do acentuado conservadorismo interno nos planos político e econômico, a política externa de Jânio Quadros e Afonso Arinos, então ministro das Relações Exteriores, revolucionou a diplomacia brasileira. Dentre as principais características do período, destacamos a modernização da estrutura do Itamaraty, dando maior funcionalidade ao órgão diplomático, e a busca pelo reatamento de relações comerciais e diplomáticas com países socialistas do Leste Europeu, a República Popular da China e a URSS, fato que proporcionou uma reação conservadora por parte dos Estados Unidos, da Igreja Católica e de setores nacionais como a UDN.

A reaproximação do Leste Europeu se deu em março de 1961, quando foram restabelecidas as relações diplomáticas com a Hungria e com a Romênia e iniciadas as relações com a Bulgária e a Albânia. As relações esporádicas com a Alemanha Oriental se intensificaram, e ficou estabelecida uma cooperação estável com a Polônia e a Tchecoslováquia, onde foram assinados novos tratados comerciais, acarretando no aumento das exportações brasileiras para o Leste Europeu. Ainda em 1961, Jânio enviou uma Missão Especial a alguns países, buscando cooperação cultural, científica e comercial com a Bulgária, Tchecoslováquia, Polônia e Albânia e inaugurou as relações econômicas com a Alemanha Oriental.

O caso da URSS era mais complicado. Além de se tratar da grande potência socialista, o Brasil possuía uma questão diplomática a ser resolvida após o rompimento das relações em outubro de 1947<sup>313</sup>. Desta maneira, Jânio enviou, em maio de 1961, uma delegação a Moscou, que resultou na assinatura de acordos comerciais e no estabelecimento de delegações comerciais permanentes, em Moscou e no Rio de Janeiro. Em julho do mesmo ano o Brasil recebeu a visita da Missão Soviética de Boa Vontade, composta por políticos, cientistas e

---

<sup>312</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. cit., p. 133.

<sup>313</sup> Para informações sobre o rompimento de relações do Brasil com a União Soviética, ver o capítulo 3.

acadêmicos, incluindo Iuri Gagarin, primeiro homem a viajar num foguete espacial. Todos os membros da missão foram condecorados pelo presidente. Além da visita, Quadros escreveu a Krushev, reiterando sua posição. O reatamento das relações diplomáticas foi solicitado pelo presidente ao seu ministro Afonso Arinos em julho de 1961. Porém, até a data de sua renúncia, 25 agosto de 1961, o fato não havia sido consumado. Toda esta atuação e engajamento de Quadros na retomada da relação com a União Soviética gerou amplos protestos da direita.

Quadros argumentava que o comércio era necessário para o Brasil, que a economia soviética possuía melhores potencialidades para a cooperação a longo prazo que outras regiões, além do fato de que outros países, inclusive os EUA, possuíam relações com a URSS. Tratava-se, ainda, da aplicação dos princípios da coexistência pacífica e do desarmamento.<sup>314</sup>

A República Popular da China também teve atenção de Quadros, que enviou uma missão comercial ao país sob a liderança do vice-presidente João Goulart, composta por políticos, diplomatas e elementos ligados ao meio econômico. A missão visitou regiões importantes e estabeleceu acordos comerciais com autoridades chinesas. Goulart teve que antecipar seu retorno devido à renúncia de Quadros<sup>315</sup>, porém a missão se manteve até cumprir os objetivos previamente determinados.

A Revolução Cubana<sup>316</sup>, ocorrida em 1959, possui grande importância no jogo político internacional no início da década de 1960. Alguns países da América Latina, dentre eles o Brasil, utilizaram a mudança do regime cubano como argumento para estabelecer uma política de barganha com os Estados Unidos, que entraram em estado de alerta após a chegada do grupo de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara ao poder. A fim de minar a economia cubana, os norte-americanos adotam uma série de medidas restritivas ao seu comércio, influenciando a restrição da venda de petróleo para o país, e obrigando os cubanos a buscar abastecimento na União Soviética. Em contrapartida, e seguindo os rumos propostos pelo governo da revolução, Cuba nacionaliza empresas estrangeiras e suas propriedades rurais para, em seguida, nacionalizar as empresas privadas nacionais. Em julho de 1960 os Estados Unidos restringem a cota de importação do açúcar cubano em 95% e, em 3 de janeiro de 1961, rompem relações diplomáticas com Cuba. O país então estabelece um acordo comercial com a União Soviética para a compra de seu açúcar e importação de petróleo, garantindo a sustentação de sua

---

<sup>314</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. cit., p. 154-155.

<sup>315</sup> Para maiores informações sobre a crise da renúncia de Jânio Quadros, ver o capítulo 1 desta dissertação.

<sup>316</sup> Não entraremos especificamente nos termos gerais do processo revolucionário cubano. Nosso interesse está exclusivamente na aproximação do país com o bloco socialista.

economia. Em 15 de abril, aviões norte-americanos bombardeiam quartéis e aeroportos cubanos a fim de destruir seus aviões. No dia seguinte, Fidel Castro declara o caráter socialista da revolução, se aproximando cada vez mais do bloco socialista<sup>317</sup>. A União Soviética demora quase um ano para reconhecer Cuba como país socialista, fato ocorrido em 11 de abril de 1962.

A Revolução Cubana é vista pelos autores analisados como de caráter inicialmente democrático, como observa Decter:

*Qual é o significado da Revolução Cubana?* A revolução dirigida por Fidel Castro contra a sangrenta tirania de Fulgêncio Batista não começou como um movimento comunista. Foi apoiada de coração pela massa do povo cubano, que já estava farto da ditadura. Foi uma revolução conduzida em nome dos direitos democráticos e da justiça social, e no exército revolucionário não havia só comunistas, como um grande número de representantes de forças democráticas.<sup>318</sup>

Em represália à aproximação de Cuba ao bloco socialista, o presidente norte-americano John Kennedy autoriza a invasão da Baía dos Porcos (17 a 19 de abril de 1961) por exilados cubanos, com apoio e treinamento da Central Intelligence Agency (CIA). A empreitada, herdada em seu planejamento do governo Eisenhower, foi um fracasso ao ser reprimida pelas forças de Fidel Castro e pela mobilização popular.

No Brasil, a invasão de Cuba pelos Estados Unidos já vinha sendo alvo de debates em jornais e no Congresso Nacional. Após o fracasso da operação norte-americana, manifestações populares no país apoiavam Cuba:

Ocorrida a invasão, a Frente Parlamentar Nacionalista, a Confederação Geral dos Trabalhadores, as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o PTB, setores intelectuais, estudantes e operários protestaram contra a ação norte-americana por meio de diversos comícios, manifestos e passeatas.<sup>319</sup>

Em artigo do jornal *O Globo*, de 18 de abril de 1961, Carlos Lacerda declara:

Saúdo a invasão de Cuba como começo da liberdade de um povo que foi traído pelo revolucionário transformado em tirano. Ao abrir as portas das Américas à infiltração comunista e à ocupação por elementos de vanguarda do imperialismo russo, Fidel Castro não somente traiu o povo cubano, como

<sup>317</sup> AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 62-63.

<sup>318</sup> DECTER, Moshe. Op. cit., p. 83. Grifos do autor.

<sup>319</sup> QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte: UFMG, 1988., p. 46-47.

se constituiu uma ameaça à paz e à liberdade das nações deste continente, inclusive o Brasil [...].<sup>320</sup>

Este discurso é exatamente o que encontramos no livro *A Revolução de Fidel Castro: mitos e realidades*, escrito por Theodore Draper, historiador e escritor político da Academia Americana de Artes e Ciências, defensor do Partido Comunista Americano na década de 1930, que mudou de lado passando a escrever livros de caráter anticomunista ao longo da Guerra Fria<sup>321</sup>. Seu livro sobre Fidel Castro foi publicado em 1962 pela Edições GRD no Brasil com tradução de Romeu Crusoé. Publicado originalmente nos Estados Unidos sob o título *Castro's Revolution: myths and realities* no mesmo ano, teve seus direitos cedidos pelo Congresso pela Liberdade da Cultura.<sup>322</sup> Este foi escrito justamente por conta da invasão de abril de 1961 e pela declaração do caráter socialista da revolução feito logo em seguida. A perspectiva de traição da revolução é um dos principais assuntos do livro.

Foi precisamente a natureza das promessas feitas por Castro que lhe permitiu obter apoio maciço da classe média e das demais classes cubanas. [...] Por isso, o menos que se pode dizer é que Castro prometeu um tipo de revolução e fez outro. **Foi traída a revolução que Castro prometera.**<sup>323</sup>

Mais de um meio haverá para explicar porque **Fidel traiu a revolução democrática** e um deles é culpar os Estados Unidos; mas nem por isso a **traição deixa de ser traição**. [...] Só os ingênuos podem ainda acreditar que Fidel caiu numa armadilha comunista, ou que renunciasse à democracia porque os Estados Unidos não lhe deram apoio suficiente nos primeiros meses no poder. Os comunistas e Fidel foram ao encontro um do outro, ambos de olhos abertos, conscientemente, completando-se. A “versão da armadilha” atribuiu a Fidel uma ingenuidade que ele, na realidade, não tem.<sup>324</sup>

Draper acusa Fidel diretamente, debatendo a origem do comunismo castrista:

<sup>320</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>321</sup> Informações biográficas obtidas em <http://www.nytimes.com/2006/02/22/national/22DRAPER.html> Acesso em: 25 de abril de 2010.

<sup>322</sup> Fundado em 1950 nos Estados Unidos, O Congresso pela Liberdade da Cultura reuniu cerca de 120 intelectuais de diversos países. Foi a organização central da política cultural norte-americana, buscando aproximar as áreas da cultura ao American Way of Life. Atuou como frente anticomunista, antineutralista e crítica às posições chamadas de totalitárias – leia-se comunistas – possibilitando que o governo norte-americano financiasse intercâmbios e eventos culturais em diversos países. CATTAL, Júlio Barnez Pignata. *As vozes do Correio: um projeto de nação para o Brasil*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/eventos/epog/textos/Julio%20Barnez%20Pignata%20Cattai.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2010.

<sup>323</sup> DRAPER, Theodore. *A Revolução de Fidel Castro: mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1962. p. 29. Grifo meu.

<sup>324</sup> *Ibidem*, p. 124.

Contudo, fosse o caso do partido novo ou velho, restou sempre a sutil transformação de Fidel Castro em comunista. Afinal de contas, ele havia protestado, durante anos, não ser comunista. [...] Teria sido sempre, como muitos de seus inimigos o acusavam, um cripto-comunista? Ou seria um convertido mais ou menos recente? De fato, ele se defrontava com a alternativa de ter sido uma fraude política ou, como ele próprio quase o disse, um tolo político.<sup>325</sup>

Decter também defende a mesma tese da traição:

Desse modo, as promessas e os ideais de democracia e de justiça econômica e social, em nome dos quais a revolução fora feita e apoiada pela massa do povo, foram traídos. Cuba hoje é um satélite comunista caracterizado – o único, de fato, que chegou a essa posição sem a presença ou ameaça soviética externa.<sup>326</sup>

A expressa identificação de Cuba com o socialismo levou a este tipo de análise. A traição da revolução será utilizada como propaganda política pelo grupo do capital multinacional e associado em seu projeto hegemônico de sociedade como alerta à população brasileira. Apesar de polêmico, Carlos Lacerda defende a mesma tese de traição. Isso demonstra a visão da direita. Tal grupo pretendia, com isso, evidenciar ainda mais o perigo que a Cuba socialista representava no continente. Decter aponta isso em seu *Cartilha de comunismo*:

É um campo armado que constitui uma ameaça militar, política e ideológica aos Estados Unidos e ao resto da América Latina. Cuba serve de base militante para a exportação de virulento antiamericanismo, ideologia comunista e propaganda, e para a violenta exploração dos legítimos sofrimentos e descontentamento das massas oprimidas e despojadas da América Latina.<sup>327</sup>

A comparação dos regimes socialistas com o totalitarismo, tal como apontamos no capítulo anterior, aparece no livro de Draper claramente: “As manifestações castristas são tão 'democráticas' como eram as concentrações hitleristas em Nuremberg e os discursos de Mussolini no balcão da Praça de Veneza.”<sup>328</sup>

Após a declaração do caráter socialista da Revolução Cubana, as relações hemisféricas entre a América Latina e os Estados Unidos passaram por momentos tensos, em que o posicionamento brasileiro gerou críticas e virou alvo da oposição ao governo Quadros, e a sua

<sup>325</sup> *Ibidem*, p. 142-143.

<sup>326</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>327</sup> *Ibidem*, p. 84.

política externa independente. Esta oposição se acirra ainda mais após sua renúncia. Com a chegada de Goulart e o conseqüente aprofundamento da crise orgânica brasileira, a PEI é posta em xeque.

### **4.3 - Brasil, Cuba e Estados Unidos: a Aliança para o progresso e as relações hemisféricas**

O ano de 1961 representa também o início da mudança da política externa norte-americana em relação à América Latina. A eleição de John Kennedy inaugura sua política reformista, proporcionando novos horizontes para a política latino-americana. O lançamento da Aliança para o Progresso (Alpro) – apresentada pelo presidente Kennedy aos diplomatas latino-americanos em março de 1961 – previa um investimento de 20 bilhões de dólares para financiar programas de desenvolvimento e reforma social. O plano teria sido elaborado a fim de fazer frente à Revolução Cubana<sup>329</sup>.

A Alpro obtinha apoio do IPES, que divulgou e disseminou pelo país suas idéias. O grupo representado pelo Instituto, caracteristicamente anticomunista, era contra a PEI de Quadros, e apoiava o alinhamento automático aos Estados Unidos. Encontramos, nas listas de publicações analisadas, o folheto da Alpro com distribuição de cerca de 9 mil exemplares pelo IPES<sup>330</sup>. O maior divulgador da Alpro no Brasil foi Lincoln Gordon, nomeado embaixador dos Estados Unidos no país, dois meses após a reunião de Punta Del Este. A posição dos países latino-americanos frente à medida proporcionou debates.

A reação dos países latino-americanos resultou na Conferência de Punta Del Este (5 a 17 de agosto de 1961), convocada pela OEA e realizada durante a reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), para apreciar os termos da Aliança. A delegação brasileira foi chefiada por Clemente Mariani, ministro da Fazenda de Jânio Quadros, e a cubana pelo seu ministro da Indústria, Ernesto Che Guevara. O encontro resultou na Carta de Punta Del Este, que estabeleceu a Aliança para o Progresso dentro da OPA. Em seu preâmbulo, os países signatários proclamam sua decisão de associar-se em esforço comum e definir um programa de ação para iniciar e levar adiante a Aliança para o Progresso, previsto para ser desenvolvido ao longo de uma década.

---

<sup>328</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>329</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. cit.

A Aliança para o Progresso tem como objetivo unir todas as energias dos povos e governos das Repúblicas americanas, a fim de desenvolver um magno esforço cooperativo que acelere o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos participantes, para que consigam alcançar o máximo grau de bem-estar com iguais oportunidades para todos, **em sociedades democráticas** adaptadas aos seus próprios desejos e necessidades.<sup>331</sup>

Dentre os objetivos traçados para uma década encontramos o seguinte: crescimento da renda per capita; diminuição das diferenças do nível de renda entre os países latino-americanos; recomendação de manutenção da taxa de crescimento econômico de qualquer país em no mínimo 2,5% anuais per capita; distribuição de renda; diversificação equilibrada das estruturas econômicas nacionais; aceleração do processo de industrialização racional, com atenção especial ao estabelecimento e à expansão das indústrias produtoras de bens de capital; aumento da produtividade e da produção agrícola; impulso aos programas de reforma agrária integral encaminhada à efetiva transformação; eliminação do analfabetismo entre os adultos e garantia de seis anos de escolaridade primária para toda criança em idade escolar; modernização do ensino; aumento da esperança de vida ao nascer (incluindo neste ponto questões como saneamento básico, serviços básicos de saúde, redução de mortalidade, erradicação de doenças e investimentos em pesquisas científicas); aumento das moradias econômicas para famílias de baixo nível de renda; manutenção de níveis estáveis de preços, evitando inflação e deflação; fortalecimento dos acordos de integração econômica, buscando criar um mercado-comum latino-americano; promoção de programas cooperativos e medidas para facilitar o acesso às exportações latino-americanas aos mercados internacionais<sup>332</sup>.

Como é possível observar, as metas são amplas e bastante gerais. Na carta, cada um destes pontos é justificado. Dentro das questões apontadas é interessante observar, já no objetivo acima citado, uma preocupação com a manutenção de um regime político “democrático”, indicando mais uma vez o posicionamento ideológico presente neste tipo de discurso. No mesmo documento, encontramos uma primeira justificativa geral, que prevê justamente o limite “democrático” para a execução dos objetivos propostos: “Que se levem a cabo, **de acordo com os princípios democráticos**, amplos e concebidos programas nacionais de desenvolvimento econômico e social, visando à obtenção de um crescimento auto-

---

<sup>330</sup> Ver quadro 3 do capítulo 2 desta dissertação.

<sup>331</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Aliança para o Progresso. Rio de Janeiro: OEA, 1961., p. 10. Grifo meu.

<sup>332</sup> *Ibidem*, p. 10-11.

suficiente.”<sup>333</sup> A carta foi assinada pelos seguintes países: Honduras, Panamá, Haiti, Costa Rica, Estados Unidos, Uruguai, El Salvador, Chile, Nicarágua e Brasil. O representante de Cuba, Ernesto Che Guevara, se recusou a assinar.

A proposta da Aliança para o Progresso gerou discussões e críticas tanto das forças de esquerda quanto do lado mais conservador no Brasil. De acordo com Vizentini:

Desde a sua formulação a Alpro levantou mais críticas e causou mais decepções, na América Latina, do que recebeu manifestações de júbilo, pois havia uma expectativa exagerada quanto à questão. As forças de esquerda e nacionalistas viam na Alpro um instrumento de contra-revolução continental e um eficaz instrumento de intromissão norte-americana nos negócios internos da América Latina. Mas também a direita, ligada aos meios econômicos, ficou frustrada com a sua ajuda. Roberto Campos, embaixador do Brasil nos EUA, declarou num discurso naquele país que as perdas brasileiras com a deterioração dos preços dos produtos primários exportados pela América Latina aos EUA superava largamente o volume da ajuda recebida.<sup>334</sup>

A postura brasileira frente à realidade cubana é bastante interessante. Baseado nos preceitos da PEI de autodeterminação e não-intervenção, Jânio Quadros passou a defender a soberania cubana. Adolfo Berle Jr., representante de Kennedy, visitou o Brasil em fevereiro de 1961 a fim de obter apoio contra Cuba, chegando a oferecer 300 milhões de dólares em troca do apoio brasileiro para uma ação armada contra o país.<sup>335</sup> Recebido por Afonso Arinos, o representante americano ouviu a recusa do então ministro das Relações Exteriores.

Da longa conversação mantida com Berle ficou-me a impressão não de que o governo norte-americano queria apresentar cruamente como barganha a concessão de auxílio econômico contra o apoio a sua política em face a Cuba, mas, sim, que situa nitidamente em segundo plano os problemas que, para nós, estão em primeiro, isto é, relativos ao apoio econômico e financeiro, e que dá prioridade à questão cubana.<sup>336</sup>

Em encontro com Quadros, Berle sugere uma ação combinada entre países da América Latina contra Cuba, ponto recusado pelo presidente, que colocou sua posição de defesa da soberania do país, defendida também em artigo na *Foreign Affairs*:

<sup>333</sup> *Ibidem*, p. 12. Grifo meu.

<sup>334</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. cit., p. 161.

<sup>335</sup> QUINTANEIRO, Tânia. Op. cit., p. 41.

<sup>336</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 83. *apud* QUINTANEIRO, Tânia. Op. cit., p. 42.

[...] a questão de Cuba, ainda dramaticamente presente, nos convenceu, de uma vez por todas, da crise continental. Ao defender com intransigência a soberania de Cuba contra interpretações de um fato histórico que não pode ser controlado *a posteriori*, acreditamos ajudar a despertar o continente para a verdadeira noção de suas responsabilidades. Defendemos nossa posição de respeito a Cuba, com todas as suas implicações. A atitude do Brasil foi, sem dúvida, compreendida por outros governos.<sup>337</sup>

Na volta do encontro de Punta Del Este, Ernesto Che Guevara visitou o Brasil e foi condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul por Jânio Quadros. A repercussão deste ato foi bastante negativa, na medida em que setores militares e conservadores da sociedade civil brasileira manifestaram seu desacordo com a política do presidente, agravando a situação crítica em que se encontrava o governo federal.

O ato foi contestado em dois níveis: em relação à sua legalidade e à sua legitimidade política. O almirante Sílvio Heck, ministro da Marinha, considerou sem efeito a condecoração, já que ela não fora aprovada pelos ministros militares que se encontravam no Rio de Janeiro. Em nível político, o gesto foi considerado pela oposição como de uma cordialidade ostensiva e foi exaustivamente explorado pelos que tomavam a política externa independente como principal alvo de ataque ao governo.<sup>338</sup>

O acirramento das questões internas é potencializado pela PEI. A adoção de uma política externa mais liberal, afastada do alinhamento automático com os Estados Unidos, a busca pelo reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e o estabelecimento de acordos e tratados comerciais com o bloco socialista, bem como a defesa da soberania cubana e atos simbólicos como a condecoração do herói de sua revolução, contribuíram imensamente para a crise do governo Quadros. Com sua inesperada renúncia, a crise ganha contornos mais graves, e João Goulart, seu vice-presidente, em missão à República Popular da China, passa por maus bocados em sua volta ao país.<sup>339</sup>

Esta conjuntura é refletida na intensificação e criação de diversos movimentos anticomunistas organizados pela sociedade civil. Vemos o aprofundamento das ações de grupos consolidados, tais como a Cruzada Anticomunista Brasileira, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade (TFP) e a Liga da Defesa Nacional (LDN). Ainda no bojo do combate à PEI e ao comunismo observamos o surgimento de grupos organizados anticomunistas. Encontramos diversos eixos de atuação e representação. Dentre os muitos movimentos fundados no período destacamos a Liga Feminina Anticomunista – o movimento

<sup>337</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. cit., p. 158.

<sup>338</sup> QUINTANEIRO, Tânia. Op. cit., p. 56.

<sup>339</sup> Para a renúncia de Quadros e seus desdobramentos, ver o capítulo 1.

feminista ganhou muito espaço neste período, defendendo a ordem tradicional da moral e dos bons costumes -, a Liga Cristã contra o Comunismo, a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDETRAL), fundada em reunião no Maracanãzinho, contando com a presença de Carlos Lacerda e Dom Hélder Câmara, além do Movimento Sindical Democrático, representando o embate ideológico do meio sindical, como veremos adiante. A movimentação contou também com organizações internacionais como o Rearmamento Moral (RM) cujas adesões foram centradas na alta oficialidade militar.<sup>340</sup>

O grupo do capital multinacional e associado, que via na eleição de Quadros sua chance institucional de definir a política e a economia nacional, vê na subida de João Goulart um perigo iminente, inclusive no que diz respeito à condução da PEI. Podemos pensar que a publicação de livros com as temáticas internacionais tinham direta relação com a reação deste mesmo grupo à política janista de aproximação ao bloco socialista. A existência de uma literatura patrocinada por este grupo com tais temas tinha como objetivo construir um ideário através de minuciosas explicações da estrutura dos países socialistas. Grande parte destes livros foi publicada após o ano de 1961, possibilitando a produção de livros com as polêmicas questões que envolveram o ano estudado, buscando demonstrar como os brasileiros e futuros dirigentes do país deveriam compreender a dinâmica do período, a fim de não “repetir os mesmos erros”.

Com a saída de Jânio Quadros e a subida de João Goulart à presidência com poderes limitados pelo parlamentarismo, a PEI ganha novos contornos. O sistema parlamentarista complica a execução da política externa. O primeiro gabinete chefiado por Tancredo Neves tinha como ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, e como ministro da Fazenda Walter Moreira Salles. Com o enfraquecimento do poder presidencial o Itamaraty e o chanceler se fortalecem, exceto nas questões mais complicadas, como no desenrolar das relações com os Estados Unidos.

O programa de governo de Goulart defende a continuação da PEI: “No programa de governo, sustentava que ‘a definição de um programa de política exterior no governo parlamentarista deve responder simultaneamente a uma preocupação de continuidade e uma formulação de objetivos imediatos’.”<sup>341</sup> A execução da PEI após a posse de Goulart sofre uma modificação, na medida em que passa de uma “diplomacia esquerdista” governada por

---

<sup>340</sup> Para maiores informações sobre a atuação destes grupos ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

<sup>341</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. cit., p. 174.

uma coalizão apoiada por setores conservadores para um governo nacional-reformista, nascido sob o signo de suspeição ideológica.

Um dos primeiros atos da PEI de Dantas e Goulart foi o efetivo restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética através de ato formal assinado dia 23 de novembro de 1961. Em discurso, Dantas justifica a retomada das relações com o país socialista, enaltecendo a paz e a coexistência pacífica bem como a diplomacia de envergadura mundial. Conforme Vizentini: “O longo discurso transformou-se num áspero debate, onde o brilhantismo, a complexidade e a profundidade da argumentação de Dantas tiveram de rebater pontos de vista basicamente apoiados num anticomunismo arcaico e obscurantista, cujo primarismo deixa o leitor perplexo.”<sup>342</sup>

O ato foi visto pelos setores militares como uma afronta, visto que ocorreu nas vésperas da comemoração da “Intentona Comunista”, como ressalta Motta:

O ato enfureceu ainda mais a opinião anticomunista por ter sido anunciado às vésperas da comemoração da “Intentona”, o que foi interpretado como uma provocação dos comunistas. [...] A escolha do momento pode não ter obedecido a intenções provocativas, mas foi sem dúvida demonstração de falta de habilidade política. Os anticomunistas sentiram-se afrontados, o que facilitou a mobilização. [...] A crise conferiu à celebração de 27 de novembro um brilho que há muitos anos não se via.<sup>343</sup>

Devido a sua diplomacia autônoma, o Brasil buscava uma posição de liderança no hemisfério, esperando uma valorização de sua posição, e buscando o reconhecimento dos Estados Unidos, que era um aliado indispensável. O neutralismo era visto como uma forma de inserção em escala mundial para o Brasil. Porém, o caso cubano e a preocupação norte-americana com suas consequências desviaram a atenção do problema hemisférico do período. Cuba representava uma nova opção de política econômica e social.

O fracasso da invasão da Baía dos Porcos colocou o presidente Kennedy em complicada situação, na medida em que a popularidade de Fidel e de seus companheiros aumentou consideravelmente. A tentativa de invasão apoiada pelo serviço secreto norte-americano resultou na declaração do caráter socialista da Revolução Cubana e a consequente aproximação com a União Soviética.

Na VIII Reunião de Consulta aos Chanceleres das Repúblicas Americanas em Punta Del Este, entre os dias 22 e 31 de janeiro de 1962, os Estados Unidos propõem a expulsão de

---

<sup>342</sup> *Ibidem*, p. 177.

Cuba da OEA. Partindo dos conceitos de autodeterminação e não intervenção e baseado na Defesa do Direito Internacional, o Brasil se abstém quanto à expulsão de Cuba, assim como outros países de importância no cenário latino-americano, como Argentina, Bolívia, México, Chile e Equador.

O Brasil aprovou, no conjunto das Resoluções: 1) a consideração da existência de uma ofensiva comunista no Ocidente; 2) a criação de um Conselho Consultivo Especial de Segurança (a Bolívia se absteve); 3) os princípios de não-intervenção, autodeterminação e realização de eleições livres; 4) os objetivos da “Aliança para o Progresso”; 5) a exclusão de Cuba da Junta Interamericana de Defesa; e 6) a revisão dos estatutos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (o Uruguai se absteve). O chanceler brasileiro absteve-se de votar a suspensão do comércio com Cuba (assim como o Chile, Equador e México) e de excluir o “atual governo cubano do sistema interamericano.”<sup>344</sup>

Mesmo com a abstenção de países importantes, os Estados Unidos conseguem a aprovação da expulsão do país de Fidel da OEA e da Junta Interamericana de Defesa através do apoio de países menores. Além da expulsão, aprova a condenação do marxismo-leninismo como regime para países do continente e a suspensão do comércio e tráfico de armas para a ilha.<sup>345</sup> Os principais países da América Latina não concordaram com a atitude norte-americana.

A postura brasileira recebeu apoio de movimentos nacionalistas e de esquerda que apoiavam o regime cubano, gerando inclusive manifestações públicas a favor de Cuba, como um comício promovido pelo Partido Operário Revolucionário (trotskista) e pelo Partido Socialista Brasileiro. A oposição conservadora era, no entanto, bastante grande, com as manifestações refletidas imediatamente na mídia impressa, gerando inclusive debates acalorados no Congresso Nacional.<sup>346</sup>

A fim de apaziguar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, João Goulart visita o país e emite comunicado conjunto com o presidente Kennedy, no qual se comprometem a lutar pelo continente e pela paz através da manutenção de um regime democrático independente nacionalmente, garantindo a autodeterminação e a liberdade dos indivíduos. O objetivo da visita de Goulart era o de acalmar os investidores estrangeiros, buscando uma reaproximação – e não um alinhamento automático – ao país.

---

<sup>343</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p. 295.

<sup>344</sup> QUINTANEIRO, Tania. Op. Cit., p. 75.

<sup>345</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. cit., p. 188

<sup>346</sup> Para maiores informações sobre a repercussão da posição brasileira, ver QUINTANEIRO, Tânia. Op. Cit., p. 76-81.

A configuração das relações no hemisfério passa também pela aproximação brasileira aos mais importantes países da América Latina, como o México, a Argentina e o Chile, que tinham em comum a manutenção de uma política externa independente. Esta aproximação é observada na reunião da ONU sobre desarmamento ocorrida em Genebra, em maio de 1962, na qual Brasil e México foram designados representantes da América Latina. Nesta reunião, Brasil e México declararam abertamente seu posicionamento não-alinhado junto a países como Birmânia, Etiópia, Índia, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia. A posição contrária deste bloco às explosões nucleares e a designação do Brasil como país ocidental não-alinhado a nenhum bloco político-militar ia de encontro à opinião dos Estados Unidos.

#### **4.4 - Movimento sindical: sindicalismo “democrático” versus sindicalismo “soviético”**

No plano interno, o acirramento das questões políticas aprofundava cada vez mais a crise do conturbado governo Goulart. O crescimento das Ligas Camponesas e a organização sindical ganhavam cada vez mais espaço no debate interno. O desenvolvimento do movimento sindical e de seu poder de mobilização possui grande influência dentro da crise dos anos 1960. A questão do sindicalismo e sua tendência esquerdizante foram tratadas pelos livros analisados em diversas nuances, e são temas de extrema importância para a compreensão do projeto hegemônico de classe com o qual estamos trabalhando.

A década de 1960 vivenciou o aumento da atividade sindical no Brasil. Em decorrência da ampliação da economia nacional associada ao capital estrangeiro empreendida pelo governo de Kubitschek, observamos o aumento do número de trabalhadores da indústria. Desde o fim do governo Dutra que, como vimos no capítulo anterior, reprimiu sindicatos e movimentos de trabalhadores e tornou o Partido Comunista do Brasil (PCB) ilegal, a base dos movimentos e organizações grevistas se ampliaram.

Partindo inicialmente da greve dos 300 mil em São Paulo, no ano de 1953<sup>347</sup>, como marco da retomada das mobilizações operárias, devemos indicar que o movimento sindical do período buscava, fora da estrutura formal do sindicalismo de base estadonovista de cunho

---

<sup>347</sup> Esta greve resultou na criação da entidade intersindical Pacto de Unidade, mais tarde chamada de Pacto da Unidade Intersindical (PUI), que chegou a congrega 100 entidades sindicais. Junto com a Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (Ciscai) serão os embriões do Pacto de Unidade e Ação (PUA), fundado em 1960.

ministerial, novas formas de organização. Após o suicídio de Vargas, observamos uma mudança ainda maior:

No campo sindical, a aproximação de comunistas e trabalhistas de esquerda para a conquista das direções de sindicatos e órgãos de cúpula da estrutura oficial, bem como o clima de relativa liberdade democrática que marcaria o governo JK, abririam espaço para a fase de mais ampla mobilização sindical conhecida até então.<sup>348</sup>

O crescimento do número de trabalhadores industriais passa, entre os anos de 1920 e 1962, de 275 mil para três milhões, representando 13% da população economicamente ativa. Além do aumento expressivo do número de trabalhadores, merece destaque a formação de entidades intersindicais extremamente importantes para a condução do movimento. Destacamos aqui o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), respectivamente. No ano de 1960, após a greve nacional dos trabalhadores em transportes, foi fundado o PUA, que congregava trabalhadores em transportes marítimos, ferroviários, portuários e aéreos e, em 1962, durante o IV Encontro Sindical Nacional, foi fundado o CGT que empreendeu enorme esforço na defesa e aceleração da execução das reformas de base<sup>349</sup> de João Goulart.

A eclosão de greves ao longo da década de 1960 é bastante considerável, decorrente do poder de mobilização das organizações sindicais pautadas, inclusive, pelo debate político da época. Dentre as principais paralisações do período, destacamos algumas de cunho político, como a greve de julho 1962 contra a posse de Auro de Andrade como primeiro-ministro e a de setembro do mesmo ano, pela antecipação do plebiscito de retorno ao presidencialismo. Dentre as greves de massa, ou seja, aquelas que incluem mais de uma categoria, podemos destacar a de 700 mil operários em São Paulo, no ano de 1963. Além destas, temos paralisações por categorias e por empresas, organizadas por local de trabalho.

Porém, ao analisar o sindicalismo nacional no período, devemos elucidar os diferentes agrupamentos de dirigentes sindicais:

<sup>348</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 36-37.

<sup>349</sup> Podemos resumir as reformas de base da seguinte forma: “Propostas de mudanças consideradas necessárias à renovação das instituições socioeconômicas e político-jurídicas brasileiras que tinham como objetivo remover os obstáculos à marcha do processo de desenvolvimento do país. Essas propostas foram a base do programa de governo do presidente João Goulart (1961-1964), assumindo o caráter de bandeira política durante a fase presidencialista daquela gestão. As reformas consideradas prioritárias eram a agrária, a administrativa, a constitucional, a eleitoral, a bancária, a tributária (ou fiscal) e a universitária (ou educacional).” MENANDRO, Heloísa. Reformas de base. IN: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. [www.fgv.br/cpd/doc](http://www.fgv.br/cpd/doc) Acesso em: 20 de abril de 2010.

Mapeando as tendências dominantes naquela fase, é possível localizar ao menos quatro agrupamentos de dirigentes sindicais: a) os católicos, reunidos nos círculos operários; b) os autodenominados “renovadores”, em geral de esquerda; c) os dirigentes que se identificavam como “nacionalistas”, que agrupavam, grosso modo, os comunistas e trabalhistas de esquerda; e d) os que se proclamavam sindicalistas “democráticos”, que se identificavam pelo anterior controle dos órgãos de cúpula da estrutura sindical.<sup>350</sup>

A conjuntura política de greves e crescimento do sindicalismo predominantemente de esquerda – os sindicalistas “democráticos” perderam espaço durante a década de 1960, principalmente após a perda de liderança da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) em 1961, principal confederação de trabalhadores do momento –, o fortalecimento das organizações paralelas, o aumento de suas bases no Congresso Nacional após as eleições de 1962, a proximidade do presidente João Goulart às lideranças sindicais do PTB e a abertura de espaço para as discussões das propostas do sindicalismo – sem se deixar levar pelas pressões do movimento em favor da aceleração das reformas de base – fizeram com que os elementos conservadores atuassem contra esse contexto.

Assim como em outros momentos, o projeto de sociedade do IPES pretendia eliminar esta base sindical, acusando as entidades paralelas de ilegítimas, e apoiando a movimentação dos sindicalistas “democráticos”. Para isso, recorreu, no caso dos livros analisados, a diferentes exemplos, em grande parte comparativos, para mostrar o quão importante é o movimento sindical – já que não pode simplesmente erradicar as discussões trabalhistas – de caráter restrito, defendendo a negociação entre patrão e empregado ao invés da greve, e comparando o modelo de sindicato “democrático” com o de sindicato “soviético”.

A questão da greve é interessante. Da mesma maneira que criticam o sindicalismo “soviético” por proibir manifestações grevistas, a defesa das soluções conciliatórias em detrimento da aceitação de movimentos grevistas é defendida. Vemos estas considerações no livro de José R. Alvarez Diaz, *As condições de trabalho em Cuba*, traduzido por Heloísa de Carvalho Tavares, e publicado no ano de 1964 pela Edições GRD, tendo sido originalmente publicado com o título *Labor conditions in communist Cuba* pela University of Miami, em 1963, dentro do Cuban Economic Research Project.

Como resultado dos laços ideológicos e políticos existentes entre os sindicatos e o Estado, as metas dos sindicatos são subvertidas e a defesa dos interesses da classe trabalhadora é subordinada ao programa de destruição do capitalismo. Consequentemente, quando isto é alcançado, os sindicatos são convertidos em instrumentos de cooperação do Estado para preencher e

---

<sup>350</sup> *Ibidem*, p. 40-41.

proteger seus interesses. [...] Os objetivos dos sindicatos no mundo comunista são radicalmente diferentes dos das nações livres.<sup>351</sup>

Sobre a questão da greve destaca: “Do ponto de vista prático, a greve tornou-se absolutamente impossível, porque os sindicatos que podiam provocá-la constituem agora uma entidade estatal e os empregados evitam tal ação porque estão ameaçados de demissão e outras sanções mais drásticas.”<sup>352</sup>

No livro *O sindicato no mundo moderno*, de Frank Tannebaum, publicado no Brasil em 1963, com tradução de Guido Coaracy pelas Edições GRD, encontramos inúmeros exemplos de temáticas envolvendo a questão dos sindicatos. Tannebaum foi um historiador norte-americano especialista em América Latina. Na década de 1930 foi conselheiro do presidente mexicano Lázaro Cárdenas.<sup>353</sup> Publicado originalmente com o título *A philosophy of labor* em Nova York, tal obra nos fornece interessantes elementos para discussão. Logo no primeiro parágrafo do primeiro capítulo, intitulado *A tendência contemporânea*, encontramos a identificação com as características liberais e o repúdio ao marxismo:

**A sindicalização do trabalho é o movimento conservador contemporâneo. Nela reside a contra-revolução.** Sem o fazer deliberadamente, voltou as costas à maioria das idéias políticas e econômicas alimentadas pela Europa Ocidental e nos Estados Unidos nos últimos dois séculos. Na prática, se bem que de modo não expresso, nega a herança que flui da Revolução Francesa e do Liberalismo Inglês. Por outro lado, é o repúdio total ao Marxismo. Esse desafio tão profundo aos tempos que correm, tem passado geralmente despercebido porque **a preocupação constante dos sindicatos, dirigida aos atritos miúdos, oriundos das relações entre o trabalhador e o emprego que ele exerce, não parecia implicar programa de grandes linhas.**<sup>354</sup>

Mais adiante Tannebaum retoma a idéia: “O trabalho sindicalizado é também repúdio do marxismo, por isso que seus fins antes são de ordem moral do que econômicos. Constitui um sistema ético e social, não simplesmente econômico. Ocupa-se do homem todo. ‘Seus fins são a vida com dignidade’.”<sup>355</sup>

Assumidamente conservador, o comentário acima demonstra o reconhecimento da importância do movimento da classe trabalhadora por este setor. Definir a sindicalização

<sup>351</sup> DIAZ, José R. Alvarez. *As condições de trabalho em Cuba*. Trad. de Heloísa de Carvalho Tavares. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964, p. 143-144.

<sup>352</sup> *Ibidem*, p. 172.

<sup>353</sup> Informações obtidas em <http://www.encyclopedia.com/doc/1E1-Tannenba.html> Acesso em: 20 de abril de 2010.

<sup>354</sup> TANNEBAUM, Frank. *O sindicato no mundo moderno*. Trad. de Guido Coaracy. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p. 9. Grifos meus.

como movimento contra-revolucionário, ou seja, como movimento organizado conservador de combate ao avanço comunista, é determinante na conjuntura aqui analisada. O próprio IPES, ao financiar sindicatos conservadores contra o movimento sindical baseado em entidades intersindicais paralelas em eleições setoriais, demonstra a busca pelo controle efetivo da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, relega a segundo plano as discussões que chama de “miúdas”, defendendo a definição de uma estratégia maior. Isso demonstra, inclusive, o caráter político empreendido por estes. Porém, a defesa de um sindicato sem ideologia é o que parece ser propagado:

O movimento sindical pode perfeitamente perdurar de geração em geração, malgrado seus muitos fracassos, mediante acomodação gradativa às transformações do meio industrial. Pode fazê-lo sem afrontar as idéias políticas e morais dominantes em cada época, amoldando, entretentes, com vagar, novas instituições, novos hábitos e a conversão a novos postulados.<sup>356</sup>

Este livro apresenta elementos bastante interessantes, na medida em que busca a temática sindical para colocar seus preceitos ideológicos. Quanto à categoria marxista de classe social, vale destacar seu pensamento, atribuído a uma nota de rodapé: “O conceito inteiro de classe já por si só é um estorvo para a análise social.”<sup>357</sup>

A espontaneidade da organização sindical e a crítica ao trabalho como mercadoria, desenvolvido pela teoria marxista, são assuntos do livro:

O processo se deu em tantos lugares e por um período tão extenso, que não poderá deixar de ser visto como um **fenômeno orgânico**, resultante da expansão da indústria moderna. **O sindicato é o agrupamento espontâneo dos trabalhadores individuais. [...] ter assumido a forma do sindicato é simples acidente histórico**, determinado pelo tipo de associação imposto pela máquina. A teoria de ser o trabalho mercadoria como qualquer outra, tornou a ação coletiva o único meio de afirmar a condição moral do indivíduo. **Tornou-se o sindicato demonstração visível de que o homem não é mercadoria e nem se basta a si próprio.**<sup>358</sup>

Reduzir a formação dos sindicatos à espontaneidade do processo social busca diminuir a importância política da atuação e organização da classe trabalhadora. Vai contra a teoria das três fases da organização de uma classe apontada por Gramsci<sup>359</sup>, segundo a qual os interesses

---

<sup>355</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>356</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>357</sup> *Ibidem*, p. 11, nota 1.

<sup>358</sup> *Ibidem*, p. 60. Grifos meus.

<sup>359</sup> Para discussão sobre Gramsci ver o capítulo 1 desta dissertação.

corporativos de uma classe fazem com que essa se una inicialmente e, depois, em sua fase mais política, desenvolva uma consciência de classe reivindicando, além dos interesses ligados a questões corporativas, representação política e maior participação no dia a dia, enfatizando os meandros da luta de classes. Esta passagem é a negação da teoria marxista como um todo, na medida em que anula a questão do trabalho como mercadoria e da organização de classes sociais.

A explicação fornecida para que os conservadores aceitem a organização sindical também aparece: “Não foi fácil evoluir da crença de serem as organizações dos trabalhadores empecilho e perturbação, para a idéia de serem força benéfica e construtiva no processo econômico.”<sup>360</sup> E resume sua visão sobre os sindicatos:

O sindicato não é um movimento de reforma; não é partido político; não nutre intenções revolucionárias; não é atividade legislativa. Poderá, em certas ocasiões, contribuir para cada uma dessas cousas mas não é nenhuma delas. É, sim, a expressão formal do agrupamento socialmente inevitável dos indivíduos na indústria moderna, do mesmo modo que as grandes companhias e a “holding companies” constituem a maneira moderna de organização dos capitais das indústrias. O sindicato é o reverso da medalha. Onde tivermos indústria sob a forma de grande sociedade anônima, aí teremos um moderno sindicato nacional. Enquanto a indústria e o comércio foram diminutos, sendo conduzidos por seus proprietários, a própria natureza do sindicato foi outra.<sup>361</sup>

Encontramos outras considerações em nossas fontes. No livro *Anatomia do Comunismo*, mais especificamente no capítulo escrito por Margaret Dewar, intitulado *O Estado dos trabalhadores*, observamos o quadro comparativo entre mundo livre e comunismo. A pergunta da qual a autora parte suas considerações é a seguinte: “Por que, então, existem sindicatos na União Soviética, e qual o propósito a que servem?”<sup>362</sup>

A autora pretende compreender como um Estado dos trabalhadores pode ter sindicatos, estabelecendo comparações entre os sindicatos do mundo livre e os sindicatos soviéticos: “A elevação do bem-estar material e cultural dos trabalhadores – reivindicação básica do **sindicalismo democrático** do Mundo Livre – foi apenas mencionada no fim de extensa lista que enumeram os vários objetivos dos sindicatos soviéticos.”<sup>363</sup> De início podemos prever que as considerações da autora giram em torno do *modus vivendi* capitalista, na medida em que supervaloriza a “elevação do bem-estar material e cultural” em detrimento

<sup>360</sup> TANNEBAUM, Frank. Op. cit., p. 90.

<sup>361</sup> *Ibidem*, p. 98-99.

<sup>362</sup> DEWAR, Margaret et. al.. *Anatomia do comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p. 20.

<sup>363</sup> *Ibidem*, p. 20-21. Grifos meus.

de questões eminentemente importantes no que diz respeito ao dia a dia dos trabalhadores e suas reivindicações.

Dewar define que os sindicatos soviéticos têm como tarefa primordial assegurar a execução dos planos do Estado. Quanto ao direito de greve, a autora se mostra ativamente contra, defendendo sempre soluções conciliatórias, tal como os conservadores brasileiros se posicionavam frente a onda grevista da década de 1960.

Os chamados acordos coletivos concluídos entre a administração e representantes sindicais de cada empresa não têm, portanto, semelhança com os acordos coletivos concluídos entre sindicatos e empregadores nas democracias livres, onde as duas partes contratantes constituem organismos independentes e autônomos, e seus acordos, portanto, o resultado de verdadeiro ajuste coletivo.<sup>364</sup>

Dewar critica o posicionamento soviético dizendo que sua legislação trabalhista não pode “compelir um gerente a honrar seus compromissos assumidos nos termos dos acordos coletivos.”<sup>365</sup>

No livro *Você e a democracia*, Dorothy Gordon<sup>366</sup> defende, de forma direta e simples, o acordo e a conciliação em lugar das greves, e identifica diretamente o caráter conciliatório com a democracia:

Às vezes, os trabalhadores fazem greves para obter o que reivindicam. Param de trabalhar e passam a discutir um aumento de salário ou outras condições de trabalho. A gente lê notícias a respeito dessas greves. **Mas sabe, também, da existência de outras fábricas onde dirigentes e operários discutem os seus problemas, lado a lado, em mesas redondas, buscando soluções adequadas. Isso é democracia.**<sup>367</sup>

As maiores críticas ao Estado soviético vêm da ligação entre o sindicato e o Estado. Kolarz, em seu texto *De Marx a Krushev*, aponta: “Uma vez no poder, os comunistas privaram a classe trabalhadora dos direitos, salvaguardas e instituições que desfrutava, e em particular do direito de greve e do direito de constituir sindicatos livres e independentes.”<sup>368</sup>

No livro de Decter encontramos uma crítica aberta e uma acusação complicada de escravização de trabalhadores:

---

<sup>364</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>365</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>366</sup> Para maiores informações sobre este livro, ver capítulo 3.

<sup>367</sup> GORDON, Dorothy. *Você e a democracia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963, p. 55. Grifo meu.

<sup>368</sup> KOLARZ, Walter. “De Marx a Krushev”. In: DEWAR, Margaret. et. al. *Anatomia do comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p. 14.

Os sindicatos no mundo soviético são dirigidos pelo partido comunista. Todas as posições de destaque são detidas por comunistas, e unidades do partido comunista funcionam em todos os órgãos sindicais. **Os sindicatos no mundo soviético são instrumentos do estado para a escravização dos trabalhadores.**<sup>369</sup>

Vemos, portanto, que as críticas em torno da questão sindical são evidenciadas em diferentes livros escolhidos. O sindicalismo deve ser um movimento orgânico da classe trabalhadora. Os conflitos devem ser resolvidos através de decisões conciliatórias que, como sabemos, muitas vezes acabam favorecendo o grande capital em detrimento dos direitos trabalhistas. Enfatizam a liberdade de organização em detrimento do controle dos sindicatos pelo Estado, como na União Soviética.

No caso do Brasil, não podemos esquecer que a estrutura sindical do Estado Novo permanecia e que, não fosse a conscientização da classe trabalhadora e sua organização em entidades intersindicais fundadas diante das necessidades de reivindicações, estaria subjugada a um sistema de controle próximo ao que denunciam os livros. O sindicalismo “democrático” era defendido pelo IPES, que atuou em entidades com estas características, visando fazer frente ao movimento sindical organizado que vinha ganhando força e expressividade do cenário nacional da década de 1960.

#### **4.5 - A PEI, a Crise dos Mísseis e o impasse interno: contornos de uma crise**

Em face da configuração de crise do governo João Goulart, com o crescimento do sindicalismo como um dos elementos da crise orgânica da década de 1960, continuamos a trabalhar com as questões levadas pela PEI e suas consequências internas e externas.

Em julho de 1962, o gabinete de Tancredo Neves é substituído pelo gabinete Brochado da Rocha, que nomeou Afonso Arinos de Melo Franco como ministro das Relações Exteriores. Este manteve a linha da PEI, atuando em um momento extremamente delicado internamente. “A política externa torna-se não apenas um pivô do impasse político doméstico, como a evolução interna do país passa a constituir um dado decisivo para a formulação da diplomacia brasileira e para o posicionamento dos EUA com relação a esta.”<sup>370</sup> Como característica do período de crise, o gabinete de Brochado da Rocha foi substituído pelo de

<sup>369</sup> DECTER, Moshe. Op. cit., p. 149. Grifo meu.

<sup>370</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. cit., p. 198.

Hermes Lima, que assumiu as atribuições de ministro das Relações Exteriores. No mesmo período, Afonso Arinos passa a ser embaixador da ONU.

No âmbito internacional, o ano de 1962 passa por uma das crises mais complicadas da Guerra Fria. O reconhecimento de Cuba como país socialista pela União Soviética permitiu que o país passasse a utilizar a ilha como base de suas operações no continente americano. A instalação de mísseis soviéticos em uma base militar cubana gerou violenta reação dos Estados Unidos, culminando no episódio conhecido como Crise dos Mísseis. O embate se estendeu por mais de um mês (entre 14 de outubro e 20 de novembro de 1962). O medo mundial frente ao embate das duas potências à beira de um conflito armado fez com que a negociação culminasse na aceitação, por parte da União Soviética, da retirada dos mísseis, com a contrapartida de os Estados Unidos reconhecerem o regime cubano socialista.

A posição brasileira diante deste acontecimento fez com que sua resposta se afastasse do princípio de não-intervenção da PEI. Frente à iminência de um conflito militar efetivo, o Brasil se posiciona a favor do bloqueio naval de Cuba, porém se mantém contra a autorização de intervenções armadas no país.

Um dia depois [da determinação do bloqueio naval a Cuba pelos Estados Unidos ocorrido dia 22 de outubro de 1962], Goulart declarava, após reunir-se com o embaixador Lincoln Gordon, o qual lhe trouxera uma carta de Kennedy, que o Brasil apoiaria os EUA caso Cuba fosse às últimas conseqüências. O presidente brasileiro dissera-se impressionado com a existência de armas nucleares na ilha, e afirmou “que desta vez o Brasil não tomaria nenhuma iniciativa no sentido da defesa de Cuba, preferindo aguardar o desenrolar dos acontecimentos, atento aos compromissos com a comunidade americana.” Esta declaração, obtida sob forte pressão, não alterava a percepção americana da posição brasileira como pró-cubana.<sup>371</sup>

O episódio da crise dos mísseis prejudicou imensamente a diplomacia brasileira. A posição neutralista começava a ficar cada vez mais complicada. O aumento da agressividade dos Estados Unidos, unido aos elementos de crise interna, iniciaram a queda da política externa desenvolvida desde o governo Jânio Quadros.

Internamente, o agravamento da crise gerou diferentes reações. Se, por um lado, observamos o crescimento do movimento sindical e da base de apoio a João Goulart e às suas reformas de base, por outro encontramos acusações graves contra o presidente. Uma das mais relevantes manifestações de oposição partiu de membros da União Democrática Nacional, mais especificamente da ala chamada Banda de Música, composta por nomes como Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro, que empreenderam uma verdadeira caçada a João Goulart e a seus

aliados. A divulgação da Doutrina da Guerra Revolucionária por Bilac Pinto no Congresso Nacional em 1962 e a acusação de que João Goulart e Leonel Brizola estavam desenvolvendo, já em fase avançada, o processo de tomada do poder através de um golpe, aprofundaram ainda mais a crise do regime populista.

#### 4.6 - A doutrina de Guerra Revolucionária

Compreendemos a doutrina de Guerra Revolucionária como uma doutrina internacional capaz de se opor às teorias marxistas-leninistas. Partimos da noção de que esta doutrina pode ser tomada como uma doutrina única, de origem francesa, que teve grande repercussão no Brasil ao longo da década de 1960<sup>372</sup>.

As discussões sobre a doutrina de Guerra Revolucionária no Brasil têm sua origem na Escola Superior de Guerra (ESG). Esta foi fundada em 1948, logo após a campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, a ESG, subordinada à presidência da República através do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), proporcionou um espaço de discussão, cursos e produção ideológica dentro das Forças Armadas no Brasil, sendo subordinada à presidência da República através do EMFA. A ESG recebeu apoio e assistência norte-americana, tendo como molde os *war colleges*<sup>373</sup> dos Estados Unidos, contou com a presença física de um oficial de ligação deste país até meados dos anos 1970, e ofereceu quatro cursos regulares ao longo de sua história, sendo eles o curso superior de guerra, o curso de comando e Estado-Maior, o curso de mobilização e o curso de informações. No curso superior de guerra era permitida a presença de elementos civis, ampliando o foro de discussão sobre questões originárias dos meios militares. Os alunos eram indicados pelo EMFA e chamados de estagiários. Os professores compunham o corpo permanente. Havia um intenso intercâmbio entre os estudos da ESG e universidades brasileiras que enviavam conferencistas para ministrar palestras, aproximando ainda mais a ESG do meio civil. Seus textos e estudos são arquivados, porém o acesso a eles depende muitas vezes de permissões especiais. Dentre

---

<sup>371</sup> *Ibidem*, p. 201-202.

<sup>372</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964* (apresentado no Congresso “The cultures of dictatorship”, na University of Maryland, Estados Unidos). P. 10. Disponível em: <http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc>. Acesso em: 20 de abril de 2010.

<sup>373</sup> Para mais informações sobre os *war colleges*, ver BARROS, Alexandre. Escola Superior de Guerra. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, 5 v., pp.2018-2020.

os inúmeros temas abordados por cursos e conferências estavam as definições sobre os tipos de guerra moderna.

De acordo com Arruda,<sup>374</sup> nos primeiros anos de seu funcionamento a ESG deu ênfase aos assuntos militares em geral e aos problemas da guerra em particular. Inicialmente a produção maior recaiu na Guerra Total, decorrente do último conflito mundial. Nos primeiros textos, procurou-se conceituar guerra num sentido mais amplo. Discutia-se a concepção marxista-leninista da guerra, guerra total e guerra global e, mais especificamente, guerra revolucionária.

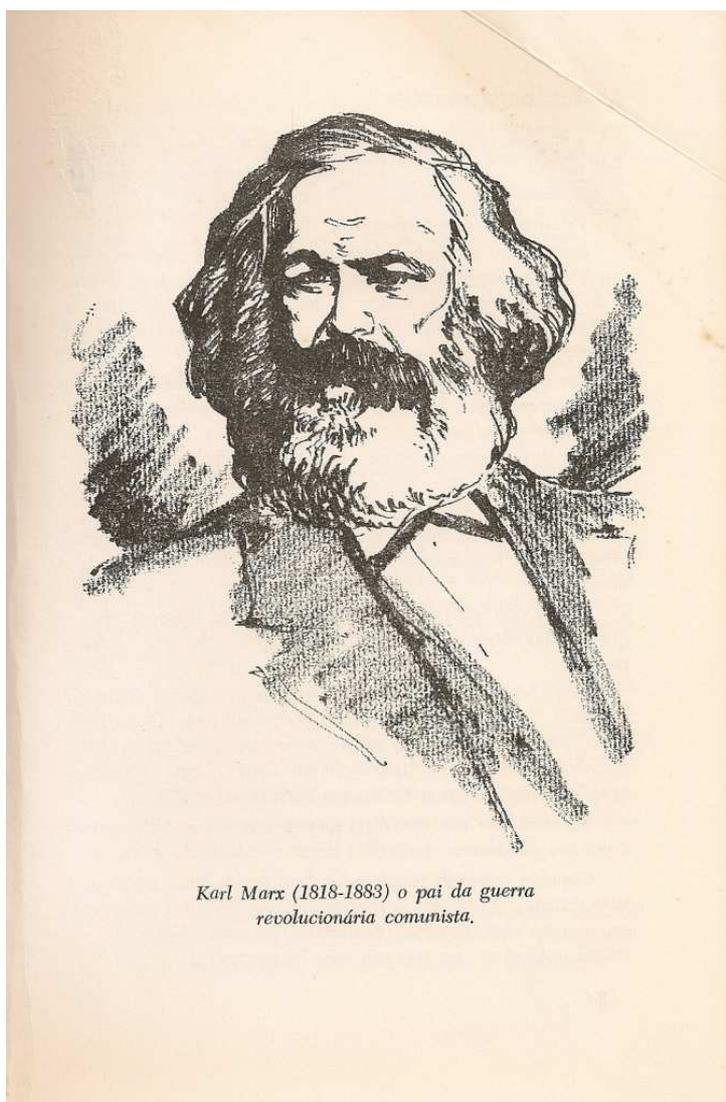


FIG. 3: Karl Marx considerado o “pai da guerra revolucionária comunista”. FONTE: SANTOS, Op. Cit., p. 23.

É preciso destacar que existe uma discussão historiográfica acerca da relação entre a doutrina de “guerra revolucionária” e a ESG, envolvendo principalmente a questão da origem

deste tipo de pensamento militar. João Roberto Martins Filho<sup>375</sup> discute a matriz da doutrina de “guerra revolucionária” desenvolvida, segundo ele, a partir do ano de 1959 pelas Forças Armadas brasileiras. Este marco cronológico é justificado pela conferência do então coronel Augusto Fragoso na ESG, intitulada *Introdução à Guerra Revolucionária*, que teria incitado os debates acerca do tema. Ao longo de seu artigo, Martins Filho<sup>376</sup> defende que a matriz deste pensamento se encontra nas teorias desenvolvidas pelas Forças Armadas francesas sobre o tema. Vai de encontro à idéia, desenvolvida por alguns teóricos<sup>377</sup>, de que a grande influência do pensamento militar brasileiro nas décadas de cinquenta e sessenta está apenas nas concepções sobre segurança nacional desenvolvidas pelas Forças Armadas norte-americanas.

Com isso, pretendemos demonstrar a rede de ligações civil-militar através de uma convergência de interesses, expressa em parte pela concordância com os estudos sobre a Doutrina de Guerra Revolucionária no Brasil que possuía dentro da ESG um evidente espaço ao longo de muitos anos. Encontramos exemplos desta permanência no *Manual de Cursos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG)*, de 1975, no qual havia um curso intitulado *Guerra Revolucionária Comunista*. No sumário encontramos temas como caracterização e conceituação, exemplos históricos e visão antiguerra revolucionária. No *Manual Básico* da ESG de 1977-1978 encontramos, dentro do tópico *Segurança Nacional*, uma seção intitulada *Guerra Revolucionária Comunista*.

A nossa proposta, além de caracterizar e destacar os princípios da Doutrina de Guerra Revolucionária provenientes da ESG, é a de evidenciar a discussão desta doutrina no meio civil, visando demonstrar a influência das idéias militares no âmbito político-ideológico brasileiro nas décadas de 1950 e 1960.

Num estudo escrito em 1966, Mario Pedrosa<sup>378</sup> discute as origens e definições da guerra revolucionária no mundo e no Brasil, tentando demonstrar as distorções e adaptações

<sup>374</sup> ARRUDA, Antonio de. *ESG: história de sua doutrina*. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1980.

<sup>375</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964* (apresentado no Congresso “The cultures of dictatorship”, na University of Maryland, Estados Unidos).

<sup>376</sup> Martins Filho enfatiza a ausência de estudos sobre as origens da Guerra Revolucionária no pensamento acadêmico que se baseiam na perspectiva norte-americana. Para maiores informações, ver *Ibidem*, pp. 2-3.

<sup>377</sup> Como COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional. O poder militar na América Latina*. 3ª ED. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

<sup>378</sup> Mario Pedrosa era jornalista e militante de esquerda. Ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1926. Em viagem à Alemanha, militou junto ao Partido Comunista local, ficando na Europa entre os anos de 1927 e 1928. Participou do movimento dissidente do PCB, o Grupo Bolchevique Lênin, que fundou o jornal *A Luta de Classe* em 1930. Foi um dos fundadores da Liga Comunista Internacional (LCI) e da editora *Unitas*, criada para editar textos marxistas. Após o Levante Comunista em 1935, passou à clandestinidade. Fundou em 1936 o Partido Operário Leninista (POL). Após o golpe do Estado Novo, seguiu para o exílio na Europa, participando do movimento comunista internacional. Tentou voltar clandestinamente ao Brasil em 1941, sendo

do discurso político-ideológico que envolve tais perspectivas. Martins Filho destaca a coincidência entre o nome e o assunto da doutrina: “Trata-se, assim, de uma doutrina que extrai seu nome do fenômeno que visa combater – a *guerra revolucionária* [...]. Esse efeito de espelho é uma das características mais particulares da doutrina francesa.”<sup>379</sup>

Tratando da guerra revolucionária comunista chinesa, liderada por Mao Tsé-Tung, Pedrosa relata que esta, para ser vitoriosa, tem de ser nacional, sendo:

[...] um movimento separado de um grupo de guerrilheiros e partidários desesperados, revoltados, desarmados, ou que se armam com o que podem, foice ou facão – armas de homens que vivem na terra – movimento que cresce porque seus participantes são protegidos pelo povo que os cerca, os alimenta, os abriga.<sup>380</sup>

Para ele, Mao Tsé-Tung venceu a guerra revolucionária na China devido às estratégias nacionais por ele acertadas, e não através da influência direta de Moscou ou de algum manual sobre a guerra revolucionária. Pedrosa defende que “O comunismo chinês é um produto autêntico, organicamente chinês: ninguém o inventou e muito menos as cartilhas redigidas em Moscou ou em algum outro centro secreto dos donos do comunismo. Foi produto da revolução chinesa.”<sup>381</sup>

Partindo das idéias desenvolvidas por Mario Pedrosa, podemos perceber uma concepção de guerra revolucionária e o desenvolvimento etapista proposto por seus analistas partindo de países eminentemente anticomunistas. A construção de uma Doutrina de Guerra Revolucionária tal como foi estudada na França e no Brasil não partiu dos países onde este tipo de guerra efetivamente aconteceu – como no caso da China. Como Pedrosa destaca, não havia um manual que doutrinasse os movimentos comunistas a agir tal como propõem os estudos franceses e brasileiros sobre o tema.

A origem destas concepções possui um teor altamente contra-revolucionário, demonstrado principalmente pela necessidade de atrelar este tipo de guerra a uma concepção eminentemente ideológica, a fim de proporcionar um embasamento teórico para o combate ao

---

preso imediatamente e voltando para o exílio, agora nos Estados Unidos. Voltou definitivamente em 1945, participando da criação da União Socialista Popular (USP), que se aproximou da União Democrática Nacional (UDN), partido fundado de maneira bastante heterogênea. Continuou no jornalismo e iniciou carreira acadêmica nas artes plásticas. Em 1964 começou a elaborar os livros *A opção imperialista* e *A opção brasileira*, publicados em 1966. Exilou-se em 1970 no Chile por ser acusado de difamação contra o governo militar. Voltou ao país em 1977 com autorização das autoridades militares e foi absolvido em seu processo. Trabalhou na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Faleceu em novembro de 1981. ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 5v. p. 4.484-4.488.

<sup>379</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit., p.10.

<sup>380</sup> PEDROSA, Mario. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.79

<sup>381</sup> *Ibidem*, p. 82. A defesa de Mario Pedrosa condiz com as nossas considerações acerca do caso chinês.

comunismo, independente de sua real existência como grupo organizado. A doutrina desenvolvida na França devido ao advento da guerra na Argélia é uma tentativa de explicar o fracasso do Exército francês, construindo uma doutrina de guerra revolucionária e, em sequência, as maneiras pela qual esta deve ser combatida. É nessa linha que os estudos da Escola Superior de Guerra brasileira e as acusações ao governo de João Goulart são conduzidos, com o objetivo de combater a guerra revolucionária que estaria em curso no país.

A definição da Doutrina de Guerra Revolucionária sofreu algumas modificações ao longo dos anos nos estudos esguianos. As conferências do General Fragozo foram as primeiras a fornecer definições. Até 1971, a ESG não tinha um conceito próprio para a guerra revolucionária. O conceito proposto pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) que a ESG adotou nos anos seguintes, transcritos pela conferência que estudou os *Aspectos Gerais da Guerra*, em 1963, nos interessa em maior grau devido à situação imediatamente anterior ao golpe de 1964, e à adoção de sua concepção no meio civil, sendo ela:

Guerra Revolucionária é a **guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos** que – apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior – visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subvertida.<sup>382</sup>

Esta guerra revolucionária proposta pelo meio militar seria dividida em cinco fases. O primeiro a propor esta divisão foi o general Fragozo, adaptando as concepções desenvolvidas pelo coronel J. Hogard, do Exército francês. Resumidamente são elas: “I. Entrada em ação de uma infraestrutura clandestina; II. Ampliação desta organização; III. Utilização da violência sistemática; IV. Criação de zonas liberadas; V. Ofensiva Geral.”<sup>383</sup>

Segundo as acusações da direita, o país se encontrava na terceira fase da guerra revolucionária. O maior representante deste grupo no meio civil foi Bilac Pinto<sup>384</sup>. Opositor ferrenho de João Goulart, transformou-se num porta-voz da elite orgânica no Congresso Nacional, ao divulgar as teses de guerra revolucionária as quais vinha estudando há muitos anos. Bilac Pinto divulgava as posições públicas dos generais franceses na Argélia durante a

<sup>382</sup> ARRUDA, Antonio de. Op. cit., p. 248. Grifo meu.

<sup>383</sup> *Ibidem*.

<sup>384</sup> Bilac Pinto foi eleito deputado federal em 1962. Passou a ser líder da União Democrática Nacional (UDN) em dezembro de 1962 na Câmara dos Deputados e em abril de 1963 foi eleito presidente nacional da UDN.

guerra com a França que resultou na doutrina de Guerra Revolucionária como viemos estudando.

Iniciou uma ação ideológica efetiva ao declarar “guerra” aberta aos comunistas, enfatizando constantemente o perigo da ameaça “vermelha” que estaria em curso no país. Assim, podemos afirmar que Bilac Pinto é um intelectual orgânico desta classe dominante, que se uniu em prol de um projeto de tomada de poder. Esta “congruência orgânica”, produzida nos anos de 1963 e 1964, tem como um dos elementos a união em torno de um objetivo comum: o combate ao comunismo através de um denunciamento muitas vezes forjado, para justificar a oposição ao governo nacional-reformista de João Goulart. Bilac Pinto foi um dos primeiros civis a denunciar publicamente a existência de um processo revolucionário de cunho comunista no país e a propor soluções contra-revolucionárias.

O encampamento das teses de guerra revolucionária por meios civis tem merecido pouca consideração dos estudos sobre o período. Compreendemos a utilização de tais teses por elementos civis como um dos principais elos entre as perspectivas produzidas por militares, principalmente aqueles provenientes da ESG.

A ausência de interpretações acerca da absorção das teses sobre a Guerra Revolucionária no âmbito civil e a falta de documentação sobre Bilac Pinto nos impedem de afirmar desde que momento dedicou-se aos estudos sobre tais teses<sup>385</sup>. Por isso, iremos utilizar como norteadores seus discursos proferidos na Câmara dos Deputados e as entrevistas dadas a jornais, todos publicados no livro *Guerra Revolucionária*<sup>386</sup>, publicado em julho de 1964, portanto, após o golpe.

Partindo inicialmente da enumeração dos capítulos compilados no livro, podemos perceber o caráter público e notório que as denúncias de uma guerra revolucionária em curso no país tomaram, sendo Bilac Pinto seu principal porta-voz. Uma observação interessante é a de que o jornal que mais divulgou suas idéias presentes no livro citado foi *O Estado de São Paulo*. Dirigido por Júlio de Mesquita Filho, este periódico caracterizava-se como um dos principais canais de oposição ao governo João Goulart, convocando em seus editoriais as Forças Armadas para sanear o país, e divulgando o ideário do IPES. Este jornal é considerado por muitos autores como representante da extrema-direita<sup>387</sup> do país, fato que justifica a divulgação de idéias anticomunistas e contra-revolucionárias como as teses sobre guerra

<sup>385</sup> Para maiores informações sobre Bilac Pinto e as teses de guerra revolucionária, ver GONÇALVES, Martina Spohr. *A relação civil-militar no golpe de 1964: o caso de Aliomar Baleeiro*. Monografia em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006.

<sup>386</sup> PINTO, Bilac. *Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Forense, 1964.

revolucionária. As considerações acerca de tais teses saíram dos muros da ESG e ganharam publicidade evidente.

Os discursos e entrevistas de Bilac Pinto sobre a repulsa ao governo nacional-reformista de João Goulart e sobre guerra revolucionária são entendidos, em nossa análise, como uma estratégia contra-revolucionária desenvolvida pela elite orgânica, para justificar a conquista do Estado através de um golpe de classe. Em torno de um inimigo comum – o comunismo – justificavam as denúncias contra João Goulart e seu governo, focalizando principalmente no combate a Brizola e a seus “grupos dos onze”<sup>388</sup>.

O primeiro discurso de Bilac Pinto na Câmara dos Deputados deu a tônica do denunciamento oposicionista com o objetivo de desestabilizar o governo, facilitando a chegada do bloco histórico da classe dominante ao poder. Ele inicia seu discurso falando da crise política brasileira: “Como método de análise da crise política brasileira, começaremos por fixar suas três componentes principais: a) a crise de autoridade; b) a crise de moralidade; c) a crise administrativa”.<sup>389</sup>

Após enumerar os três componentes da crise, Bilac Pinto inicia sua interpretação acerca da natureza da tipologia que determina. Falando da crise de autoridade, ele faz uma análise sobre a representação de autoridades em épocas modernas, com um breve histórico sobre o assunto. O autor enfatiza a diferenciação sobre individualização e personalização do poder, dizendo ser o primeiro característico de ditaduras fascistas de chefes absolutos, que se opõe diretamente ao poder institucionalizado. O segundo é caracterizado num sentido institucional, no qual o chefe de Estado que detém o poder se coloca nos quadros constitucionais, emergindo das instituições. Bilac defende a manutenção das instituições e liderança democrática da personalização do poder; partindo para a conjuntura brasileira, ele destaca que “[...] a causa imediata da crise de autoridade de que está padecendo o Sr. João Goulart decorre de sua pretensão de inovar o sistema institucional e a teoria política no que concerne à liderança unívoca e indelegável que deve ser exercida pelo presidente da República.”<sup>390</sup> Em seguida, ele acusa o presidente de dividir a liderança do poder:

<sup>387</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p.391. Em trecho o autor destaca a ligação de Júlio de Mesquita Filho aos militares extremistas de direita.

<sup>388</sup> Grupo dos Onze: “Movimento também conhecido como Grupos dos Onze Companheiros, criado em fins de outubro de 1963 pelo então deputado federal Leonel Brizola, com o objetivo de lutar pela implantação das chamadas reformas de base (agrária, urbana, educacional, bancária etc.) preconizadas pelo presidente João Goulart, e pela “libertação do Brasil da espoliação internacional”. Foi desarticulado após o movimento político-militar de 31 de março de 1964.” LAMARÃO, Sérgio. Grupo dos onze. IN: In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). Op. cit. Disponível em: [www.fgv.br/cpdoc](http://www.fgv.br/cpdoc) Acesso em: 20 de abril de 2010.

[...] com um membro do próprio partido, a ele ligado por laços de família, criando, assim, uma personalização binária do poder em que duas figuras humanas – que denominaríamos de *ego* e *alter ego* – passaram a falar linguagens diferentes: o primeiro, em tom moderadamente progressista, e o segundo, em jargão marxista e revolucionário.<sup>391</sup>

Bilac não cita nomes, mas sem dúvida está falando de Brizola, cunhado de João Goulart, a quem designa como seu *alter ego*. A acusação da elite orgânica atacava Brizola frequentemente, e Bilac o considera como principal agitador e inspirador da guerra revolucionária. É interessante observar a caracterização de João Goulart como alguém que estava sendo manipulado por elementos de esquerda, a quem Bilac chama de progressista e não de comunista. Diante da liderança binária por ele destacada, o autor diz que a posição do presidente alienou a possibilidade de realizar a personalização do poder, desencadeando a destruição de sua própria autoridade e prestígio, dizendo inclusive que a liderança de Brizola seria mais forte.

Em relação às Forças Armadas, Bilac acusa Jango de favorecer movimentos de indisciplina como a Revolta dos Sargentos<sup>392</sup>. Nesse momento podemos perceber a intenção de Bilac em defender a instituição, visando contribuir para o apoio dos militares às suas concepções sobre a vida política nacional. Em mais um trecho ele diz: “Desejamos que as corporações militares do país se mantenham dentro do espírito de disciplina e dos princípios de hierarquia, obedecendo ao comando dos ministros militares para defender a pátria, garantir os poderes constitucionais, a ordem e a lei”.<sup>393</sup>

Há uma tradição em identificar as Forças Armadas brasileiras como uma via de manutenção da ordem no país<sup>394</sup>. O discurso de Bilac representa, de certa forma, a concepção desenvolvida pela elite orgânica de que havia a necessidade de uma intervenção militar para acabar com o caos e a desordem promovidos por Goulart, Brizola e seus partidários. Em

---

<sup>389</sup> PINTO, Bilac. Op.cit., p.12.

<sup>390</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>391</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>392</sup> A Revolta dos Sargentos foi uma rebelião promovida por cabos, sargentos e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha, em 12 de setembro de 1963, motivada pela decisão do Supremo Tribunal Federal de manter a inegibilidade dos sargentos para órgãos do poder Legislativo. Para maiores informações, ver: LAMARÃO, Sérgio. “Revolta dos Sargentos”. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). Op. cit., pp. 4992-4993.

<sup>393</sup> PINTO, Bilac. Op. cit., p.28.

<sup>394</sup> Este discurso, em que os militares são reclamados como responsáveis pela manutenção da ordem, é bastante analisado por Alfred Stepan. Segundo o autor, as Forças Armadas, ao longo do processo político brasileiro, sempre cumpriram o papel moderador em crises políticas, atuando em prol da manutenção da ordem. Para ele, até 1964, a intervenção das Forças Armadas foi conjuntural, sendo o poder restituído aos civis. Na crise do governo Jango, a instituição teria rompido esse padrão moderador, assumindo o controle do Executivo. Para maiores informações, ver STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Trad.: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

seguida, o autor discorre sobre a crise de moralidade, acusando o presidente de enriquecimento ilícito e omissão diante de rumores de corrupção. Sobre a crise administrativa, denuncia a pouca atenção do presidente às questões desta natureza. Critica ainda a posição do presidente frente ao movimento sindical, e conclui que Jango não tem capacidade para o exercício da função.

É da seguinte forma que Bilac Pinto resume sua acusação contra Jango:

Feito o plebiscito e restaurado o sistema presidencial, iniciou-se novo ciclo da luta política contra o poder Legislativo. As reformas de base passaram a ser o tema das novas pressões articuladas pelo Governo contra o Congresso Nacional. Iniciou-se, paralelamente, propaganda de processos revolucionários para a solução das reformas que estão pendentes de decisão parlamentar. O objetivo visado continua sendo o mesmo: golpe de Estado, mediante fechamento do Congresso Nacional.<sup>395</sup>

Este trecho final mostra bem a acusação de que o presidente pretendia um golpe de Estado, apoiado pelas forças de esquerda. Este tipo de articulação possibilitou à elite orgânica desenvolver um trabalho ideológico, feito através de organismos como o IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD),<sup>396</sup> visando conter a onda revolucionária que estaria assolando o país. Para isso, delinearam a crise política brasileira e propuseram uma ação contra-revolucionária.

Sobre esta temática encontramos o livro *A Guerra Revolucionária Comunista*, de Francisco Ruas Santos. Obra que inaugurou a idéia do presente trabalho, traz uma explicação bastante próxima da doutrinação esguiana apresentada. Com características evidentemente anticomunistas, tal obra atrela à guerra revolucionária a defesa da democracia em sua epígrafe: “**A democracia ocidental** bem compreendida e melhor praticada é o **mais eficaz antídoto contra a guerra revolucionária comunista**. Pois tem, e já o demonstrou na prática, soluções para todos os problemas sociais, econômicos e políticos, sem o **sacrifício do bem supremo da liberdade**.”<sup>397</sup>

Comprendemos que este título, por ser elucidativo e exemplo do que viemos buscando ao longo da dissertação, merece atenção especial. A divulgação da doutrina de guerra revolucionária leva o autor a destacar as oposições que estamos demonstrando desde o

<sup>395</sup> PINTO, Bilac. Op.cit., p.38.

<sup>396</sup> Para informações detalhadas sobre a doutrinação promovida pela elite orgânica, ver capítulo VI em DREIFUSS, René Armand. Op. cit..

início da dissertação. O anticomunismo explícito e a defesa ferrenha da democracia como garantia de liberdade reúnem todas as considerações por nós tratadas. Além disso, sua importância está na definição de um plano de ação ponto a ponto, visando o combate ao comunismo e aos “perigos” que ele poderia trazer para o país. Escrito, conforme o próprio autor destaca, no calor dos acontecimentos que antecederam o golpe, expressam claramente a posição defendida pelo grupo do capital multinacional, e associado em seu projeto hegemônico de sociedade. Além disso, Santos destaca a ligação com a Editora Record, justificando ainda nossa proposta de análise do projeto editorial do IPES como determinante para difundir a ideologia proposta.

Este livrinho foi escrito de uma assentada **sob motivação do famigerado comício do dia 13 de março [de 1964] na Central do Brasil**. A poucos passos de uma transformação política que transformaria o Brasil num Estado semelhante aos que gravitam na órbita soviética, sua publicação pareceu-me, então, mais do que urgente. Hoje, vitoriosa em 31 de março a **Revolução Democrática Brasileira**, sinto ainda urgente e atual sua publicação. De fato, a magnitude da infiltração comunista e comunizante na vida nacional, revelada a cada passo, está a exigir dos **democratas** um conhecimento também mais amplo da multiforme ação comunista. **Daí o propósito da Distribuidora Record de dar a este trabalho maior divulgação do que inicialmente planejara.**<sup>398</sup>

Dividido em seis capítulos, o livro inicia sua discussão a partir de uma explicação sobre o que é o comunismo e sobre o marxismo-leninismo, para então entrar na explicação acerca da guerra revolucionária comunista. Santos esboça uma tipologia do socialismo, dividindo-o em “socialismo em sentido amplo” (ideal), “socialismo em sentido restrito” (vigente na União Soviética, China e outros), “comunismo em sentido estrito” (depois da fase socialista) e “comunismo em sentido amplo” (URSS, China e outros), mas frisa que isso só tem interesse puramente acadêmico, porque o que devia ser entendido como comunismo, para fins práticos seria:

[...] unicamente, a **coisa soviética**, a matéria de uma ditadura maquiavélica que visa ao domínio do mundo por conta de seus ditadores. E, assim, chegamos ao conceito de comunismo que todo **verdadeiro democrata** precisa ter em mente para não mais perder tempo com discussões em torno dessa coisa soviética: “**sistema de poder totalitário** no qual uma casta burocrática e privilegiada, reunindo pela primeira vez no mundo moderno todos os instrumentos do poder nas mesmas mãos, possui ao mesmo tempo

<sup>397</sup> SANTOS, Francisco Ruas. *A guerra revolucionária comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1964, p. 9. Grifos meus.

<sup>398</sup> *Ibidem*, p. 11. Grifos meus.

os meios de produção e de troca e todos os meios de enquadramento político e cultural, dos quais se serve ditatorialmente”.<sup>399</sup>

E define o objetivo do livro:

**Tendo este livrinho por finalidade levar os jovens** a meditar no caso atual brasileiro, poderão ver que, sem haver neste pensado, aqueles autores dão-nos uma roupagem que se ajusta perfeitamente ao modelo nacional. E isso acontece, porque, no fundo, a guerra revolucionária comunista é uma só, apesar das variações táticas, de superfície ou oportunidade.<sup>400</sup>

Santos critica também o marxismo, atribuindo às idéias de Marx certo tipo de anacronismo e inaplicabilidade de seus preceitos à realidade da década de 1960. O autor segue a mesma linha dos livros analisados até aqui, acusando a União Soviética de imperialista, e isentando os Estados Unidos e seus aliados desta parcela de “culpa”, atribuindo a eles sempre características como liberdade e democracia, em detrimento do totalitarismo e escravidão, chegando a definir dois sistemas de vida: “[...] o democrático e o marxista-leninista, vulgarmente chamado de leninista, vulgarmente chamado comunista. Ou, em última análise, de duas idéias: Liberdade e Escravidão.”<sup>401</sup>

A ação psicológica contra a guerra revolucionária comunista, que para o autor é tarefa dos democratas<sup>402</sup>, deve ser orientada pela vasta bibliografia existente sobre o assunto. Santos recomenda, assim, os livros *Em cima da hora*, de Suzanne Labin, *A guerra revolucionária*, do tenente-coronel português Hermes de Araújo Oliveira, e *As guerras insurrecionais e revolucionárias*, do coronel francês Gabriel Bonnet. O autor defende que o mais importante é o estudo da democracia, seu aperfeiçoamento e da conduta democrática de cada cidadão: “A guerra revolucionária terá pelo menos isso de bom: fazer com que os democratas conheçam e pratiquem melhor a Democracia, e prezem e defendam mais a Liberdade. E isso, mercê de Deus, já está acontecendo em nossa terra.”<sup>403</sup> Além destes pontos, Santos defende a preservação e o fortalecimento da “tradição histórica da nacionalidade: ‘Ela nos aponta que a nação brasileira é infensa aos regimes de força, aos totalitarismos de qualquer cor, às soluções de violência e, também, às soluções que, sem violência aparente, conduzem a um regime de

<sup>399</sup> *Ibidem*, p. 19-20. Grifos meus.

<sup>400</sup> *Ibidem*, p. 58. Grifos meus.

<sup>401</sup> *Ibidem*, p. 32-33.

<sup>402</sup> *Ibidem*, p. 70.

<sup>403</sup> *Ibidem*, p. 71.

violência.”. <sup>404</sup> O caráter conciliatório atribuído ao Brasil e características de um nacionalismo extremado aparecem neste trecho.

Após estas explicações gerais, Santos trata das teorias sobre guerra revolucionária comunista. Para isso, define concepções de guerra que confluem com as idéias apresentadas pela ESG, analisando a guerra a partir de pontos de vista psicossocial, político econômico e militar.

Para este autor, a guerra revolucionária comunista é a guerra marxista ocorrida entre massas proletárias e forças capitalistas. A compreensão sobre o capitalismo e sobre as forças capitalistas aparecem totalmente naturalizadas, não existindo explicação para os conceitos que envolvem esta compreensão, como podemos observar no caso das definições de comunismo e seus congêneres. Compara Lênin a Alexandre, César, Napoleão e Hitler, dizendo que todos eles estudaram e praticaram a guerra, caracterizando a posição de Lênin da seguinte forma: “Em vez de apenas *acreditar* na luta revolucionária do Proletariado e *criticar* a Burguesia, como fizeram Marx e Engels, Lenine *odeia* os burgueses e *elabora* uma *estratégia da revolta* do Proletariado.” <sup>405</sup>

A partir disso, define que a guerra revolucionária é o único tipo de guerra ilegal e caracteriza: “A arma principal nessa nova forma de guerra é a *psicológica*, os projéteis são as *palavras*, os instrumentos são os do *terror*, como, por exemplo, os consubstanciados na ameaça do emprego de armas nucleares.” <sup>406</sup> Quando trabalha o conceito militar brasileiro de guerra revolucionária vemos a repetição do discurso do EMFA e do Exército como um todo.

É a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que – apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior – visam à **conquista do poder através do controle progressivo físico e espiritual** da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicos particulares e da parcela da população assim subvertida. <sup>407</sup>

Embora definida como um elemento “tático”, na verdade a questão estratégica, segundo o resumo do EMFA, é a “subversão”, entendida como “guerra subversiva”, em um sentido mais amplo do que a tomada imediata do poder, pois está voltada para a substituição de valores ideológicos:

---

<sup>404</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>405</sup> *Ibidem*, p. 48, Grifos do autor.

<sup>406</sup> *Ibidem*, p. 51. Grifos do autor.

<sup>407</sup> *Ibidem*, p. 53. Grifo meu.

É [a subversão] o conjunto de ações, de âmbito local, de cunho tático e de caráter predominantemente psicológico, que buscam – de maneira lenta, progressiva e, pelo menos inicialmente, clandestina e sem violência – a conquista física e espiritual da população sobre a qual são desencadeadas, através da destruição das bases fundamentais da comunidade que integra, da decadência e da perda da consciência moral, da falta de fé em seus dirigentes e do desprezo às instituições vigentes, levando-a a aspirar uma forma de comunidade totalmente diferente, pela qual se dispõe ao sacrifício.<sup>408</sup>

Temos assim as características da “subversão” ou “guerra subversiva”, que corresponde ao “estágio pré-revolucionário da guerra revolucionária” e – o que o autor não diz –, à ação conspiratória do complexo IPES-IBAD-ESG no período 1961-1964:

[...] infiltração na administração, nos meios intelectuais, nas elites, nos órgãos de difusão e de informações e de orientação da opinião pública, nas organizações sindicais, nas agremiações estudantis, nas forças armadas, nas ordens religiosas etc., de elementos subversivos; organização de células e organizações de base; difusão de slogans; difusão sub-reptícia das *idéias-força*, explorando o nacionalismo, o analfabetismo, a fome, os anseios de paz etc.<sup>409</sup>

Santos parte então para a análise dos mecanismos da Guerra Revolucionária. O primeiro estágio da guerra revolucionária era composto pelos seguintes elementos: lavagem de cérebros (destruição) e uma criação de reflexos revolucionários (construção).

Ao tratar das fases ou etapas da guerra revolucionária, o autor destaca que um de seus objetivos era a conquista de corpos e almas, além de “[...] difundir a IDÉIA, envenenar a CONTRADIÇÃO e fazer oposição às medidas prudentes do poder legal.”<sup>410</sup> A implantação da mesma passa pela naturalização das relações sociais, cuja primeira fase seria “A ação parlamentar e a imprensa beneficiam-se das **liberdades e da Democracia** para debilitá-la e combatê-la.”<sup>411</sup> Ao final resume as idéias contidas nas fases ou etapas da guerra revolucionária: “Em resumo, é o *golpe branco* no qual tudo se faz aparentemente dentro da *legalidade!*”<sup>412</sup> Esta consideração é interessante, visto que a acusação feita nos leva diretamente a uma contradição, pois quem havia empreendido um golpe branco aparentemente legal foram os grupos que apoiaram o parlamentarismo como solução da crise de sucessão do presidente Jânio Quadros.

<sup>408</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>409</sup> *Ibidem*, p. 54. Grifo do autor. O grifo do autor foi feito certamente para enfatizar a questão psicológica, intelectual da dominação. É clara a relação direta entre os caminhos da luta hegemônica entre esquerda e direita.

<sup>410</sup> *Ibidem*, p. 64

<sup>411</sup> *Ibidem*, p. 66. Grifo meu.

No capítulo sobre a luta contra a guerra revolucionária – ou revolução totalitária contra o comunismo, segundo o autor –, propõe as táticas e a forma de ação, divididas em uma defesa e um ataque. Em relação à defesa, destaca:

Urge formar cidadãos com elevados sentimentos cívicos e morais. [...] À audácia comunista, é preciso opor a coragem cívica. Aceitar os desafios que os comunistas lançam à liberdade. [...] Ter orgulho de ser ‘reacionário’ da *reação na luta por preservar a Liberdade*. De ser *reacionário*, se o for *contra o reacionarismo comunista*.<sup>413</sup>

Observamos que a manutenção da liberdade e de uma democracia restrita – que ele não define em seu livro, mas as indicações dadas ao longo de nossa análise nos permitem afirmar tal caráter – são os principais condutores da luta contra o inimigo comunista.

A resposta, ou seja, o ataque é definido da seguinte forma:

Os preparativos da “resposta” são essencialmente um serviço de informações, voltado para as atividades revolucionárias, e a organização interna do território. [...] Generalizando-o [o pensamento de Rui Barbosa] diríamos que a “legalidade e a liberdade” são as tábuas de salvação do povo nessa luta pela preservação de seu futuro. O melhor procedimento de “resposta” é o da *autodefesa da população*, sempre baseado na *mobilização moral* desta.<sup>414</sup>

A preparação e a mobilização moral devem ser feita da seguinte maneira:

Em cada localidade devem existir monitores de ação psicológica democrática, na base de um por grupo social anticomunista (igreja, sindicato, ginásio, colégio, faculdade, quarteirão, etc.). Havendo mais de um monitor, um deles será o dirigente local. O papel principal desse dirigente será o de coordenar as ações de endoutrinamento em sua área. Cada monitor preparará um grupo de novos monitores através da aplicação de um manual anticomunista. Os novos monitores assim formados formarão novos grupos e, desse modo, sucessivamente, até esgotar as possibilidades do endoutrinamento de preparação. Todas as atividades devem ser realizadas, em princípio, como entretenimento, tipo tertúlia, competição, maratona, etc.<sup>415</sup>

Santos fecha sua análise elucidando, claramente, o objetivo de seus escritos naquele momento:

---

<sup>412</sup> *Ibidem*, p. 69. Grifos do autor.

<sup>413</sup> *Ibidem*, p. 76. Grifos do autor

<sup>414</sup> *Ibidem*, p. 76-77. Grifos do autor.

<sup>415</sup> *Ibidem*, p. 77.

Este livrinho poderá servir, na falta de outro, de manual anticomunista. Que os jovens façam logo o que é preciso, procurando conhecer mais do que aquilo que afloramos páginas atrás. Então, sua generosidade e seu sentimento de justiça não de se pronunciar fatalmente a favor da Liberdade e da verdadeira Democracia, reforçando as forças que se opõem à subversão e ao domínio comunistas.<sup>416</sup>

#### **4.7 - Volta ao presidencialismo: rumo ao golpe de 1964**

Com a volta ao presidencialismo após o plebiscito de 1963, Goulart indica o nome de Hermes Lima para o ministério das Relações Exteriores.

Desta maneira, como podemos ver a PEI dentro das conjunturas nacionais e internacionais? Goulart responde que a posição internacional do Brasil decorre de sua inserção nos valores do Ocidente, com a preservação e o fortalecimento do regime democrático representativo e do desenvolvimento econômico, empenhando-se pela paz internacional e a convivência pacífica, objetivando em primeiro lugar a obtenção dos meios e recursos necessários ao desenvolvimento.<sup>417</sup> Podemos observar que as referências ao neutralismo são cada vez mais relegadas a segundo plano, passando a explicitar mais claramente um posicionamento próximo aos Estados Unidos.

Em junho de 1963, Goulart troca novamente o ministro das Relações Exteriores, indicando o nome de Evandro Lins e Silva para a pasta. Este fica somente dois meses à frente desta e não executa mudanças relevantes. A mudança mais expressiva vem com o seu sucessor, Araújo Castro, que assume o ministério em agosto de 1963. Araújo Castro modificará a PEI, abandonando a política neutralista, e enfatizando a pauta econômica, porém declara que o Brasil não pertence a nenhum bloco, somente ao sistema interamericano. Em discurso na XVIII Assembléia Geral da ONU ele declara:

O mundo de 1963 não é o mundo pré-atômico de 1945, [pois] se assiste uma relativa obsolescência da polarização do mundo em duas grandes fatias ideológicas. Nem tudo é Leste ou Oeste nas Nações Unidas de 1963. O neutralismo ou o não-alinhamento vão perdendo sua solidez e sua consistência à medida que se tornam menos rígidos os pólos que os sustentavam. Não podemos perder de vista que o mundo mudou do último

---

<sup>416</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>417</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. cit., p. 206-207.

outubro pra cá, e não podemos deixar de explorar ao máximo as possibilidades de negociação que se abriram com a assinatura do recente Tratado Parcial sobre experiências nucleares. [...] Meu país nunca aceitou a designação de neutralismo para a sua PEI. O Brasil não pertence a blocos, mas integra um sistema, o sistema interamericano.<sup>418</sup>

Quanto aos países socialistas, o discurso se restringe exclusivamente às relações econômicas, sem entrar na questão política. A política norte-americana passa a ser mais agressiva, buscando restaurar seu domínio na OEA, aumentando as ações anticomunistas e a pressão aos países latino-americanos com tendências nacionalistas. Para Vizentini: “Entretanto, o que certos governos, como o de Goulart, não viam ou procuravam não ver, é que essa estratégia constituía o primeiro passo de uma nova contra-revolução de Washington contra o nacionalismo populista e a esquerda militante do continente.”<sup>419</sup>

A partir de 1963, as relações Brasil-Estados Unidos foram marcadas pela vigilância norte-americana com a implementação das “ilhas de sanidade administrativa”, beneficiando exclusivamente as administrações estaduais e municipais de oposição em detrimento do governo federal.

O secretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Thomas C. Mann, descreveu em 1964 as bases que inspiravam essa política: estando os EUA convencidos de que em nível federal a administração de Goulart achava-se penetrada por elementos comunistas, não mais forneceriam qualquer ajuda financeira que viesse beneficiá-la; em contrapartida passariam a distribuir recursos apenas para os governadores considerados “eficientes” – por estarem agindo de acordo com os preceitos da “Aliança para o Progresso”. [...] A “Aliança” forneceu ao estado da Guanabara, por exemplo, 71 milhões de dólares, enquanto todo o Nordeste, no mesmo período, recebeu 113 milhões.<sup>420</sup>

Os Estados Unidos começam a agir mais diretamente nos países latino-americanos que, com sua posição tendente ao neutralismo, deixavam de apoiar duas de suas políticas para o continente: o “isolamento de Cuba e o fortalecimento da OEA como organismo multilateral, no qual os EUA obtinham com facilidade o apoio da maioria dos países.”<sup>421</sup>

---

<sup>418</sup> *Ibidem*, p. 215.

<sup>419</sup> *Ibidem*, p. 223.

<sup>420</sup> QUINTANEIRO, Tânia. Op. Cit., p. 89.

<sup>421</sup> *Ibidem*, p. 90.

#### **4.8 – Considerações finais**

Como vimos analisando, o processo de tomada do poder iniciou-se antes mesmo da subida de João Goulart. A preparação para ação, liderada pelos IPES, estabeleceu franca oposição à posição brasileira na política externa. Após o golpe a política externa brasileira se volta para o alinhamento com os Estados Unidos e para o rompimento de tratados comerciais com países comunistas como Cuba. Vimos também que a difusão ideológica anticomunista tornou-se algo crescente ao longo da primeira metade da década de 1960 e influenciou diretamente o processo histórico brasileiro.

Diante das fontes analisadas podemos concluir que o projeto editorial do IPES fez parte, efetivamente, do projeto hegemônico de classe pretendido pelo grupo do capital multinacional e associado. A conjuntura internacional ao longo da década de 1960 forneceu as bases para a construção do ideário difundido pelo IPES. Caracterizado pela defesa da democracia e pela ampla utilização do anticomunismo, os livros analisados demonstram as nuances do projeto pretendido por este grupo. A oposição à PEI de Jânio Quadros e de João Goulart aparece aprofundada na literatura analisada.

## Conclusão

O desenvolvimento de análises históricas acerca da década de 1960 no Brasil e no mundo é necessário na medida em que a historiografia do senso comum nos apresenta resultados complicados. Com este trabalho pretendemos estudar o movimento golpista de 1964 através de novas fontes, empreendendo uma análise aprofundada das perspectivas e ideologias do grupo liderado pelos empresários representantes do capital multinacional e associado no Brasil.

Para compreender o caráter contra-revolucionário preventivo do golpe buscamos nos anos imediatamente anteriores ao movimento (1961-1964) seus motivos e os atos que os levaram a consecução de seus objetivos. Após uma leitura sobre o contexto pré-1964, incluindo a análise sobre a crise dos anos 1960 e do mercado editorial brasileiro no mesmo período, e empreendendo a análise do conteúdo dos títulos encontrados nas listas de publicações vinculadas ao IPES, concluímos que o Instituto atuou como um dos principais órgãos na busca pelo convencimento da sociedade civil, conquistando o poder e modificando o regime de governo, porém sem obter a hegemonia no sentido gramsciano do termo.

Desta maneira, pudemos confirmar que os empreendimentos culturais em questão, principalmente a edição de livros, disseminaram os valores ideológicos congruentes com a visão do grupo do capital multinacional e associado que, em consonância com as concepções militares da Doutrina de Segurança Nacional, contribuíram para a tomada do poder em 1964, terminando por impor, ainda que parcialmente, seu projeto hegemônico de sociedade.

Com isso, acreditamos ter conseguido cumprir nossos objetivos iniciais, demonstrando a disseminação dos valores ideológicos do grupo em questão através da edição de livros. Isso pôde ser feito após a pesquisa nos papéis do IPES que possibilitaram a identificação efetiva de um projeto editorial que visava promover e patrocinar a edição de livros com uma literatura “democrática” e combater, dentro do mercado editorial, a existência da edição de livros esquerdizantes. A justificativa para a importância da edição de livros tinha algumas características: a defesa da empresa privada, da livre iniciativa, da democracia como melhor forma de governo, a promoção de um sindicalismo “democrático” e a promoção do capitalismo liberal em todas as empresas. Estas características, identificadas inicialmente, foram assunto constante dos livros que analisamos.

O projeto editorial do IPES distribuiu, entre 1961 e 1963, cerca de 2.246.000 livros e folhetos, injetando no mercado editorial sua literatura “democrática”, sua literatura de ação,

caracterizando a combatividade da edição de livros. Vimos como o processo social influenciou a composição da dinâmica cultural do período e vice-versa.

Quanto ao mercado editorial brasileiro, contribuímos com a construção de um panorama da edição de livros no Brasil ao longo da década de 1960, assunto bastante escasso na produção historiográfica. Fizemos isso com dois objetivos, quais sejam: avaliar o crescimento do mercado editorial da época e constatar a existência efetiva de um embate ideológico na edição de livros do período. Fizemos isso a fim de elucidar o peso político da produção editorial brasileira do período.

Conseguimos mostrar que o objetivo deste projeto era o de colaborar para a transformação do regime político vigente no país. Além disso, chegamos às definições de democracia e anticomunismo defendidas pelo grupo do capital multinacional e associado e publicadas nas páginas golpistas. Tais páginas traziam e divulgavam concepções anticomunistas e de uma democracia isenta de características consideradas negativas como a agitação sindical, o nacionalismo extremado e a indisciplina militar. Partimos de diferentes perspectivas e traçamos um panorama historiográfico da democracia e do anticomunismo no Brasil a partir do início do século XX. Retiramos do conceito de anticomunismo o caráter de antítese ao comunismo entendendo-o como um conceito independente e heterogêneo. O conceito de democracia foi interpretado a partir de dois sentidos: como forma de Estado e como regime político, compreendendo esta como conseqüência do estabelecimento de um Estado burguês. Chegamos à conclusão de que o discurso anticomunista do IPES era divulgado como discurso democrático. Partindo desta linha analisamos os livros selecionados demonstrando a expressividade do projeto editorial do IPES que nos revelou a existência de uma perspectiva estratégica de formação das gerações futuras através, principalmente, da coleção Livros para a Juventude.

Desta maneira, entendemos que o golpe civil-militar de 1964 no Brasil foi resultado de uma conjuntura de fatores que contribuíram para a crise orgânica do regime político populista, levando a derrubada de João Goulart e instaurando um novo regime político no país, caracterizado pelo domínio da coerção sobre o consenso. Compreendemos este movimento como a conquista de uma fração de classe que desenvolveu uma campanha de convencimento pautada por um projeto hegemônico de classe, com o objetivo de solucionar uma crise de hegemonia, buscando a preservação da ordem ameaçada. A conquista não estabeleceu uma hegemonia plena, pois o consenso entre as classes e intraclasses dominante não pode ser obtido. Justificamos esta consideração ao percebermos que o uso da coerção ao longo de todo o regime ditatorial inaugurado em 1964 foi a maneira encontrada para o estabelecimento da

ordem pretendida. O movimento de 1964 significa o silenciamento de uma parcela da classe dominante e o estabelecimento de uma violência entre as classes.

Desta maneira, buscamos delinear esta guerra de convencimento desenvolvida através de um projeto hegemônico de sociedade, do qual fazia parte o projeto editorial do IPES. Podemos indicar, para fins de reflexão, que este ideal de estado hegemônico proposto por Gramsci só pode ser obtido no espaço de uma geração. Tal hegemonia, ou a solução da crise de hegemonia brasileira iniciada na década de 1930, pode estar acontecendo atualmente. Mas isso são somente reflexões. Neste espaço pretendemos mostrar o trabalho realizado pela liderança do IPES, que possuía um alto grau de consciência política, e que conseguiu, apoiada em setores da sociedade civil, militares e parcelas da sociedade política derrubar o regime populista a fim de buscar a manutenção da ordem capitalista, através de uma democracia limitada e caracterizada pelo domínio da coerção.

O projeto editorial do IPES e os livros escolhidos para a presente análise tinham como objetivo divulgar o ideário de uma parcela da classe dominante que via no governo nacional-reformista de João Goulart uma ameaça aos seus interesses. Mais do que isso, a campanha empreendida abordou temáticas diversas, buscando, de maneira intensamente militante, combater os perigos do comunismo internacional, buscando sempre o reforço de um modelo específico de democracia. A direita se encontrava em uma situação extremamente delicada na década de 1960, em âmbito nacional e internacional.

O crescimento da classe trabalhadora industrial e o apoio de João Goulart a medidas consideradas comunizantes pelo bloco conservador refletidas em suas reformas de base bem como na política internacional do governo brasileiro em relação aos Estados Unidos e ao mundo socialista desenhavam um quadro cada vez mais “perigoso” pela direita. Eles estavam na defensiva, o comunismo era uma ameaça real. A intensificação de sua militância anticomunista, observada na década de 1960, era justificada por essa conjuntura. Porém, devemos matizar estas considerações. Como vimos no conteúdo dos livros analisados, as teses divulgadas eram exageradas e o que era um perigo real é pontencializado, objetivando a construção de um inimigo muito maior do que propriamente existia.

A difusão ideológica empreendida pelo grupo estudado visava atingir diferentes parcelas da sociedade civil brasileira, angariando apoio e buscando legitimidade para suas ações. O anticomunismo era a linha de frente de todas as perspectivas presentes nos títulos analisados e serviu como eixo para a exposição de situações envolvendo as mais diferentes questões. Com isso, encontramos considerações sobre diferentes países comunistas, como a China, a União Soviética e, principalmente, Cuba, que tinha em sua proximidade territorial

um excelente propósito para o acirramento da divulgação de teses anticomunistas. Tais teses aparecem mescladas a defesa de uma democracia capitalista, representada frequentemente pelo modelo norte-americano e chamada de Mundo Livre. A questão sindical e a divulgação das teses sobre guerra revolucionária aplicadas à realidade nacional buscavam maximizar o “perigo vermelho” e “alertar” a sociedade civil para a possibilidade da instauração do comunismo. A difusão ideológica do projeto hegemônico de sociedade proposto atuou diretamente na sociedade civil. As nuances do mercado editorial e o embate apresentado em forma de literatura constitui a originalidade das fontes trabalhadas.

Dentro do espaço desta pesquisa e por questões meramente metodológicas e de viabilização do trabalho, tivemos que restringir as fontes a um grupo de livros. Longe de esgotadas, as fontes analisadas ainda permitem a ampliação desta e de mais pesquisas. Com os títulos escolhidos pudemos compor o quadro político-ideológico de um projeto hegemônico de sociedade, porém não pudemos esgotar todas as formas, maneiras e nuances do projeto editorial do IPES e do alcance que o mesmo teve na sociedade civil. Podemos destacar a necessidade de aprofundar os estudos acerca do Grupo de Publicações/Editorial do IPES procurando identificar os nomes responsáveis pela edição dos livros em questão. Além disso, a expressividade desta literatura dentro de um conjunto maior pode ser feita através de pesquisa em fontes como listas de mais vendidos e depósito legal, visando aprofundar as nuances do mercado editorial, assunto com fontes bastante escassas.

Apesar de trabalharmos com os livros em grupo devemos destacar a singularidade e a peculiaridade de cada um dos títulos. Cabe ainda, dentro das fontes, uma análise dos desdobramentos que estas idéias puderam ter no âmbito da sociedade política e da sociedade civil brasileiras após a tomada do poder em 1964. Podemos indicar que muitas das idéias e percepções apresentadas na literatura estudada tiveram espaço na condução política, ideológica, econômica e social durante os anos de regime ditatorial, com continuidades até os dias atuais.

Além disso, desdobramentos mais específicos como o aprofundamento dos estudos sobre doutrina de guerra revolucionária, sua origem francesa e a influência disso no Brasil, a busca por uma definição mais completa da democracia pretendida e um estudo especificamente centrado na questão do anticomunismo e de suas doutrinas são alguns dos temas que podem emergir deste trabalho. Podemos pensar também em temáticas nacionais como análises sobre o sindicalismo brasileiro, sobre as reformas de base de Goulart, sobre o contraditório Jânio Quadros e sua política externa independente que podem ser encontradas em nossas fontes.

Desta maneira, podemos concluir que o projeto editorial do IPES atuou de maneira militante trazendo para o âmbito político-ideológico a edição de livros e o mercado editorial. Os títulos analisados estavam longe de ser um conjunto de idéias panfletárias, embora propagandísticas. Seus autores buscaram nos discursos, nas personalidades, nos exemplos históricos material de divulgação anticomunista. As palavras foram utilizadas como projéteis através das páginas golpistas desta literatura e contribuíram para que seus líderes conquistassem o poder em 31 de março de 1964.

## Referências Bibliográficas

### 1. Processo Político Brasileiro

ARÊAS, João Braga. *Conservadores em ação: a UDN entre 1961-1965*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2005.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *UDN e udenismo*, A. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CATTAL, Júlio Barnez Pignata. *As vozes do Correio: um projeto de nação para o Brasil*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/eventos/epog/textos/Julio%20Barnez%20Pignata%20Cattai.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2010.

DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

DEUSDARÁ, Pâmella Passos. *Vozes a favor do golpe! O discurso anticomunista do IPES como materialidade de um projeto de classe*. 2008. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2008.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

DULCI, Otávio. *UDN e o anti-populismo no Brasil*, A. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Monteiro Lobato. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Op. cit.*, Vol. III, p. 3.249-3.251.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

IANNI, Octavio. et. al. “Processo político e desenvolvimento econômico”. In: *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

LAMARÃO, Sérgio. Ação Democrática Parlamentar. IN: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 5v. Vol. I. p. 24-25.

\_\_\_\_\_. Grupo dos onze. IN: In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Disponível em: [www.fgv.br/cpdoc](http://www.fgv.br/cpdoc) Acesso em: 20 de abril de 2010.

LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, nº. 5, p. 287-313, set. 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. O sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica da década de 1960*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MONTALVÃO, Sérgio. Caio Prado Junior. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). Op. cit., Vol. IV, p. 4.764-4.766.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NEVES, Lúcia M. W.; LIMA, Julio C. F. (org.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

PEDROSA, Mario. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PINTO, Bilac. *Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Forense, 1964.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre-RS: Mercado Aberto, 1986.

SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 47.

\_\_\_\_\_. *O governo Goulart e o Golpe de 1964*. 18ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TRINDADE, Hélgio. “O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista”. In: D´ARAÚJO, Maria Celina (org.). *21 anos de regime militar*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

## 2. Mercado Editorial

GALUCIO, Andrea Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. 2009. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005.

PACHECO, Alexandre. *O poder da imprensa na construção da imagem do escritor no Brasil contemporâneo: jornalistas e críticos na transformação de um ex-líder ipesiano em autor símbolo das liberdades democráticas*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, São Paulo, 2006.

PEREIRA, Aline Andrade. *O verdadeiro Mandrake: Rubem Fonseca e sua onipresença invisível (1962-1989)*. Universidade Federal Fluminense. Tese de doutorado (2009).

REIMÃO, Sandra. *O Mercado editorial brasileiro*. São Paulo: ComArte, 1996.

SALGADO, Gilberto Barbosa. *O imaginário em movimento: crescimento e expansão da indústria editorial no Brasil (1960-1994)*. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

### 3. Militares e Política

ABREU, Alzira Alves. “Força Expedicionária Brasileira (FEB)”. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 5v. Vol. III, p. 2.284-2.289.

ARRUDA, Antonio de. *ESG: história de sua doutrina*. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1980.

BARROS, Alexandre. “Escola Superior de Guerra”. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 5v.

BLAJBERG, Israel. “Cel. Francisco Rua Santos”. In: *A nossa vitoriosa Força Expedicionária Brasileira*. Disponível em: <[http://www.anvfeb.com.br/francisco\\_ruas\\_santos.htm](http://www.anvfeb.com.br/francisco_ruas_santos.htm)>. Acesso em: 18 de março de 2010.

CARDOSO, Rachel Motta. *Depois, o golpe: as eleições de 1962 no Clube Militar*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, José Roberto Martins. *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista no Exército brasileiro*. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1986.

GONÇALVES, Martina Spohr. *A relação civil-militar no golpe de 1964: o caso de Aliomar Baleeiro*. Monografia em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006.

LAMARÃO, Sérgio. “Revolta dos Sargentos”. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). Op. cit., pp. 4992-4993.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964* (apresentado no Congresso “The cultures of dictatorship”, na University of Maryland, Estados Unidos).

ROUQUIÉ, Alain. *Partidos militares no Brasil, Os*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Trad.: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

#### 4. Relações Exteriores

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002.

BELMONTE, Laura A. *Selling the american way*. Philadelphia: University of Pensilvânia Press, 2008.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *As relações oficiais russo-soviéticas com o Brasil (1808-1961)*. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1993/126.pdf>>. Acesso em: 19/01/2010.

JENKS, John. *British propaganda and news media in the cold war (International Communications)*. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd., 2006.

LACOMBE, Américo L. Masset. *O conflito sino-soviético: em face do marxismo-leninismo, em face da formação histórica dos dois povos, em face das condições políticas atuais*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1965.

MARTINS, Carlos Estevam. *Brasil-Estados Unidos dos anos 60 aos 70*. São Paulo: CEBRAP, 1972.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Aliança para o Progresso*. Rio de Janeiro: OEA, 1961

QUINTANEIRO, Tania. *Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores no Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.

## 5. Teoria e metodologia

BIANCHI, Álvaro. “Crise, política e economia no pensamento gramsciano”. In: *Novos Rumos*, nº 36, 2002.

BOBBIO, Norberto. “Democracia”. BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de política*. 12ª ed. Brasília: Editora UnB, 2004. 2 v. v.1, p. 326.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de política*. 12ª ed. Brasília: Editora UnB, 2004. 2 v. v.1.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1994.

FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil”. In: *Reflexões Impertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

\_\_\_\_\_. “A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980”. In: NEVES, Lúcia M. W.; LIMA, Julio C. F. (org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 6.

MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

MAYER, Arno. *Dinâmica da contra-revolução na Europa. (1870-1956)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SAES, Décio. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. “Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas”. In: *República do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

STOPPINO, Mario. “Totalitarismo”. IN: BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, vol. II.

TROTSKY, Leon. *Aonde vai a França?*. São Paulo: Desafio, 1994.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

## 6. Obras de Referência

ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 5v.

BOBBIO, Norberto et. al.. *Dicionário de política*. 12ª ed. Brasília: Editora UnB, 2004. 2 v.

## 7. Obras analisadas

BARNETT, A. Doak. *A China comunista em perspectiva*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

BRANDT, Willy. *A prova da coexistência*. Trad. de Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

DECTER, Moshe. *Cartilha de comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

DEWAR, Margaret. et. al. *Anatomia do comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

DIAZ, José Alvarez R. *As condições de trabalho em Cuba*. Tradução de Heloísa de Carvalho Tavares. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

DRAPER, Theodore. *A revolução de Fidel Castro*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1962

FEDENKO, Panas. et al. *Teorias do colonialismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

GORDON, Dorothy. *Você e a democracia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963.

JOHNSON, Gerald W. *O comunismo visto por um democrata*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1965.

\_\_\_\_\_. *Franklin D. Roosevelt: portrait of a great man*. New York: W. Morrow, 1967.

KOLARZ, Walter. “De Marx a Kruchev”. In: DEWAR, Margaret. et. al. *Anatomia do comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

LABIN, Suzanne. “As atividades da União Soviética nos países subdesenvolvidos”. In: *Teorias do colonialismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

\_\_\_\_\_. *Em cima da hora: a conquista sem Guerra*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963.

MACEDO, Sérgio D. T. *De Tordesilhas à OPA*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963.

MEADOWCROFT, Enid La Monte. *Terra de homens livres*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1963.

SANTOS, Francisco Ruas. *As Forças Armadas do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1964.

\_\_\_\_\_. *A guerra revolucionária comunista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1964.

TANNEBAUM, Frank. *O sindicato no mundo moderno*. Tradução de Guido Coaracy. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

TOR, Regina e ROOSEVELT, Eleanor. *A luta pela paz*. Trad. Lúcia Benedetti. Rio de Janeiro: Record, 1964.

ZAUBERMAN, Alfred. "Traição ao campesinato". In: DEWAR, Margaret et. al. *Anatomia do comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963

#### 8. Arquivos e publicações complementares

Arquivo IPES. Arquivo Nacional (RJ).

Arquivo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL)

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, v. 9, n.1, jan-fev. 1961.

## **Apêndice A – Informações sobre as obras analisadas**

**Títulos publicados pela Edições GRD:**

**1) Título:** Anatomia do Comunismo.

**Editora:** Edições GRD.

**Ano de publicação:** 1963

**Título original:** The anatomy of communism.

**Editora original:** Index Limited.

**Ano de publicação original:**

**Autor(es):** DEWAR, Margaret et. al..

**Biografia do(s) autor(es):**

**Tradutor:** Rocha Tôrres.

**Origem do livro:** Londres, Inglaterra.

**Breve resumo:** Coletânea de artigos de vários autores, contrapondo o comunismo soviético e a democracia.

**Palavras chave:** Comunismo; democracia.

**2) Título:** Anatomia do Comunismo.

**Editora:** Edições GRD.

**Ano de publicação:** 1963

**Título original:** The anatomy of communism.

**Editora original:** Index Limited.

**Ano de publicação original:**

**Título do capítulo analisado:** De Marx a Kruchev.

**Autor(es) do livro:** DEWAR, Margaret et. al..

**Autor(es) do capítulo analisado:** KOLARZ, Walter.

**Biografia do(s) autor(es) do capítulo analisado:** Refugiado tcheco, escritor e jornalista da British Broadcasting Corporation (BBC), escreveu pelo menos seis livros sobre o comunismo e a União Soviética entre os anos 1950 e 1960.

**Tradutor:** Rocha Tôrres.

**Origem do livro:** Londres, Inglaterra

**Breve resumo:** Artigo incluído na coletânea “Anatomia do Comunismo”, publicada no Brasil em 1963 e voltada à análise e à propaganda anticomunista pela via da comparação entre comunismo e liberdade.

**Palavras chave:** Comunismo; liberdade; democracia.

**3) Título:** Anatomia do Comunismo.

**Editora:** Edições GRD.

**Ano de publicação:** 1963

**Título original:** The anatomy of communism.

**Editora original:** Índex Limited.

**Ano de publicação original:**

**Título do capítulo analisado:** Traição ao campesinato.

**Autor(es) do livro:** DEWAR, Margaret et. al..

**Autor(es) do capítulo analisado:** ZAUBERMAN, Alfred.

**Biografia do(s) autor(es) do capítulo analisado:** Economista polonês radicado na Inglaterra.

**Tradutor:** Rocha Tôrres.

**Origem do livro:** Londres, Inglaterra.

**Breve resumo:** A partir da comparação e caracterização das Revoluções Russa e Chinesa, o autor sugere que as mesmas foram realizadas por revolucionários profissionais que, em seguida, traíram o campesinato que havia apoiado o movimento.

**Palavras chave:** Revolução Russa; Revolução Chinesa; campesinato.

**4) Título:** Cartilha de Comunismo: Teoria e prática.

**Editora:** Edições GRD.

**Ano de publicação:** 1964

**Título original:** The profile of communism: a fact-by-fact Primer.

**Editora original:** Collier Book Edition.

**Ano de publicação original:** 1961

**Autor(es):** DECTER, Mosche.

**Biografia do autor:** Especialista em publicações e temáticas judias, empreendeu uma campanha em prol dos judeus soviéticos, considerados perseguidos pelo regime da União Soviética. Foi editor político do programa radiofônico Voice of America no início dos anos 50. Entre 1958 e 1960, foi editor-chefe da *The New Leader*, publicação com tendências nacionalistas, porém anticomunista. Fundou a Jewish Minorities Research, tornando-se seu

diretor, sendo ainda secretário-executivo da Conference of the Status of Soviet Jews e diretor da American Jewish Congress.

**Tradutor:** Donaldson Garschagen.

**Origem do livro:** Nova York, Estados Unidos.

**Breve resumo:** Escrito sob os auspícios do movimento The Anti-Defamation League of B'nai B'rith, de combate ao anti-semitismo, buscava elucidar ponto a ponto, através de perguntas e respostas voltadas ao público jovem, questões relativas à doutrina, aos países e aos acontecimentos históricos envolvendo temáticas comunistas.

**Palavras chave:** Comunismo; democracia.

**5) Título:** A China Comunista em Perspectiva.

**Editora:** Edições GRD.

**Ano de publicação:** 1963

**Título original:** Communist China in perspective.

**Editora original:**

**Ano de publicação original:** 1962

**Autor(es):** BARNETT, A. Doak.

**Biografia do autor:** Escreveu mais de 20 livros sobre a história chinesa e ficou conhecido por trabalhar nos bastidores do Congresso e do Executivo norte-americanos com o objetivo de melhorar as relações entre os EUA e a China.

**Tradutor:** Waldemir Nogueira Araújo.

**Origem do livro:** Nova York, Estados Unidos.

**Breve resumo:** Resultado de três conferências proferidas na Universidade de Washington em dezembro de 1961, o livro de Barnett se propõe a explicar as origens e consequências da Revolução Chinesa.

**Palavras chave:** China; História; Comunismo.

**6) Título:** As condições de trabalho em Cuba.

**Editora:** Edições GRD.

**Ano de publicação:** 1964

**Título original:** Labor conditions in communist Cuba.

**Editora original:** University of Miami.

**Ano de publicação original:** 1963

**Autor(es):** DIAZ, José R. Alvarez.

**Biografia do(s) autor(es):**

**Tradutor:** Heloísa de Carvalho Tavares.

**Origem do livro:** Miami, Estados Unidos

**Breve resumo:** Obra destinada aos trabalhadores brasileiros, professores de direito e advogados trabalhistas. Analisa o sistema de trabalho em Cuba, comparando-o, pela redução de direitos e de liberdade, ao escravagismo. Escrito nos Estados Unidos sob os auspícios do *Cuban Economic Research Project*, da Universidade de Miami.

**Palavras chave:** Comunismo; democracia; Cuba; trabalho.

**7) Título:** A Prova da Coexistência

**Editora:** Edições GRD.

**Ano de publicação:** 1964

**Título original:** The ordeal of coexistence.

**Editora original:** Harvard University Press.

**Ano de publicação original:** 1963

**Autor(es):** BRANDT, Willy.

**Biografia do autor:** Político alemão, prefeito de Berlim entre os anos de 1957 e 1966, personalidade influente na Alemanha Ocidental – foi chanceler da República Federal da Alemanha entre os anos de 1969 e 1974.

**Tradutor:** Donaldson Garschagen.

**Origem do livro:** Massachusetts, Estados Unidos.

**Breve resumo:** Análise do período de coexistência pacífica que, nos anos de 1953 e 1968, sucedeu a corrida armamentista que dividiu o planeta entre os blocos comunista e capitalista. O autor baseia seu estudo na oposição entre o regime comunista da então União Soviética e o mundo livre democrático.

**Palavras chave:** Coexistência pacífica; Corrida armamentista; União Soviética; comunismo; democracia.

**8) Título:** A revolução de Fidel Castro: mitos e realidades.

**Editora:** Edições GRD.

**Ano de publicação:** 1962

**Título original:** Castro's Revolution: myths and realities.

**Editora original:**

**Ano de publicação original:** 1962

**Autor(es):** DRAPER, Theodore.

**Biografia do(s) autor(es):** historiador e escritor político da Academia Americana de Artes e Ciências, defensor do Partido Comunista Americano na década de 1930, que mudou de lado passando a escrever livros de caráter anticomunista ao longo da Guerra Fria.

**Tradutor:** Romeu Crusoé.

**Origem do livro:** Estados Unidos.

**Breve resumo:** Obra escrita por conta da invasão de Cuba pelos EUA em abril de 1961 e pela declaração do caráter socialista da Revolução cubana feito logo em seguida. A perspectiva de traição da revolução é um dos principais assuntos do livro.

**Palavras chave:** Comunismo; democracia; Cuba; revolução.

**9) Título:** O sindicato no mundo moderno.

**Editora:** Edições GRD.

**Ano de publicação:** 1963

**Título original:** A philosophy of labor.

**Editora original:** Alfred A. Knof, publisher

**Ano de publicação original:**

**Autor(es):** TANNEBAUM, Frank.

**Biografia do(s) autor(es):** historiador norte-americano especialista em América Latina. Na década de 1930 foi conselheiro do presidente mexicano Lázaro Cárdenas.

**Tradutor:** Guido Coaracy.

**Origem do livro:** Nova York, Estados Unidos.

**Breve resumo:** Através da comparação entre o sindicalismo utilizado na União Soviética e o sindicalismo utilizado no mundo capitalista, o livro, publicado no Brasil em 1963, defende a utilização de soluções conciliatórias em detrimento da aceitação de movimentos grevistas.

**Palavras chave:** Movimento sindical; greve.

**10) Título:** Teorias do colonialismo.

**Editora:** Edições GRD.

**Ano de publicação:** 1964

**Título original:** Studies on the soviet union: an issue on Soviet colonialism in theory and practice.

**Editora original:** Instituto para o estudo da URSS.

**Ano de publicação original:** 1961

**Autor(es):** FEDENKO, Panas et. al..

**Biografia do(s) autor(es):**

**Tradutor:** Waldemir Nogueira Araujo

**Origem do livro:** Munich, Alemanha.

**Breve resumo:** Coletânea de artigos de vários autores publicada em 1961, analisando o conceito de colonialismo, tal qual é definido na teoria soviética e praticado tanto no interior da URSS como além de suas fronteiras.

**Palavras chave:** Comunismo; democracia; colonialismo; União Soviética.

**11) Título:** Teorias do Colonialismo

**Editora:** Edições GRD.

**Ano de publicação:** 1964

**Título original:** Studies on the soviet union: an issue on Soviet colonialism in theory and practice.

**Editora original:** Instituto para o estudo da URSS.

**Ano de publicação original:** 1961

**Título do capítulo analisado:** As atividades da União Soviética nos países subdesenvolvidos.

**Autor(es) do livro:** FEDENKO, Panas et. al..

**Autor(es) do capítulo analisado:** LABIN, Suzanne.

**Biografia do(s) autor(es) do capítulo analisado:** Intelectual francesa anticomunista, militou na América Latina e proferiu conferências no Brasil sobre as Táticas de infiltração comunista e Guerra política para as mais variadas platéias.

**Tradutor:** Waldemir Nogueira Araujo

**Origem do livro:** Munich, Alemanha.

**Breve resumo:** O artigo analisa a influência da conjuntura internacional nos países desenvolvidos, buscando demonstrar o “perigo comunista” e fazendo críticas contundentes à

política neutralista de alguns países, incluindo o Brasil governado por Jânio Quadros, acusando-os de alinhamento com a União Soviética.

**Palavras chave:** Comunismo; democracia; neutralismo.

### **Títulos publicados pela Editora Record (Coleção Livros para a Juventude):**

**1) Título:** O comunismo visto por um democrata.

**Editora:** Editora Record.

**Ano de publicação:** 1965

**Título original:** Communism an American's View

**Editora original:**

**Ano de publicação original:** 1964

**Autor(es):** JOHNSON, Gerald W..

**Biografia do(s) autor(es):** Escreveu mais de 40 livros e era opositor de Joseph McCarthy, fato que o levou a perder o programa que tinha na rede de televisão ABC, onde era comentarista político. Na década de 1960 apoiou a eleição de John Kennedy. Foi biógrafo do ex-presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, político por ele admirado.

**Tradutor:** Ronaldo Sérgio de Biasi

**Origem do livro:** Estados Unidos

**Ilustrações:** Leonard Everett Fisher

**Capa:** Mário Pacheco

**Breve resumo:** Publicado no Brasil em 1965 e escrito em linguagem objetiva e simplificada, alerta para o risco que correm os grupos religiosos em regimes comunistas, caracterizados não apenas como ateístas, mas como portadores de verdadeiro ódio às religiões.

**Palavras chave:** Comunismo; perseguição religiosa.

**2) Título:** De Tordesilhas à OPA.

**Editora:** Editora Record.

**Ano de publicação:** 1963

**Autor(es):** MACEDO, Sérgio Diogo Teixeira de. Com colaboração de NASCIMENTO, P. A. do.

**Biografia do(s) autor(es):** Não conseguimos maiores informações sobre os autores.

**Origem do livro:** Brasil.

**Ilustrações:** Armando Pacheco Alves

**Breve resumo:** Publicado no Brasil em 1963, narra a história diplomática brasileira desde os primórdios das relações internacionais do país. Destaca a criação de organismos regionais, defendendo o alinhamento à política norte-americana.

**Palavras chave:** Diplomacia brasileira; relações internacionais; Brasil.

**3) Título:** As Forças Armadas do Brasil.

**Editora:** Editora Record.

**Ano de publicação:** 1964

**Autor(es):** SANTOS, Francisco Ruas.

**Biografia do(s) autor(es):** Militar e ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), foi instrutor de História Militar da Academia das Agulhas Negras no Rio de Janeiro entre os anos de 1958 e 1963, tendo sido promovido a Coronel no ano de 1964.

**Origem do livro:** Brasil.

**Ilustrações:** Armando Pacheco

**Capa:** Armando Pacheco

**Breve resumo sobre o livro:** O livro analisa diversos momentos das Forças Armadas brasileiras entre os séculos XVIII e XX, através de uma linguagem simples. Busca retratar esta história através das principais efemérides nacionais.

**Palavras chave:** Brasil; Forças Armadas.

**4) Título:** A guerra revolucionária comunista.

**Editora:** Editora Record.

**Ano de publicação:** 1964

**Autor(es):** SANTOS, Francisco Ruas.

**Biografia do(s) autor(es):** Militar e ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), foi instrutor de História Militar da Academia das Agulhas Negras no Rio de Janeiro entre os anos de 1958 e 1963, tendo sido promovido a Coronel no ano de 1964.

**Origem do livro:** Brasil.

**Ilustrações:** Mário Pacheco

**Capa:** Mário Pacheco

**Breve resumo sobre o livro:** Escrito no início de 1964 por ocasião do comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964, o livro mostra o posicionamento do setor militar que apoiou a derrubada do presidente João Goulart no mesmo ano, procurando denunciar a existência de uma efetiva guerra psicológica por parte do governo e de seus aliados.

**Palavras chave:** Brasil; Forças Armadas.

**5) Título:** A luta pela paz.

**Editora:** Editora Record.

**Ano de publicação:** 1964

**Título original:**

**Editora original:**

**Autor(es):** ROOSEVELT, Eleanor.

**Biografia do(s) autor(es):** Esposa do ex-presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, foi diplomata, ativista dos direitos humanos e embaixadora dos Estados Unidos na ONU entre 1945 e 1952.

**Tradutor:** Lúcia Benedetti.

**Origem do livro:** Estados Unidos.

**Breve resumo sobre o livro:** Publicado no Brasil em 1964, o livro analisa o papel das Nações Unidas e sua influência nos tratados de paz.

**Palavras chave:** ONU; Nações Unidas; tratados de paz.

**6) Título:** Terra de homens livres.

**Editora:** Editora Record.

**Ano de publicação:** 1963

**Título original:** Land of the Free.

**Editora original:**

**Ano de publicação original:** 1961

**Autor(es):** MEADOWCROFT, Enid La Monte.

**Biografia do(s) autor(es):** Não conseguimos obter maiores informações sobre a autora

**Tradutor:** P. A. do Nascimento Silva.

**Origem do livro:** Estados Unidos.

**Ilustrações:** Lee James

**Breve resumo:** História da formação dos Estados Unidos, narrado de forma enaltecedora e destacando momentos como a Guerra da Independência e as guerras para “salvaguardar a liberdade no mundo”.

**Palavras chave:** Estados Unidos; história.

**7) Título:** Você e a democracia.

**Editora:** Editora Record.

**Ano de publicação:** 1963

**Título original:** You and democracy

**Editora original:**

**Ano de publicação original:** 1951

**Autor(es):** GORDON, Dorothy.

**Biografia do(s) autor(es):** Mãe do embaixador dos EUA Lincoln Gordon (1961-1966), atuou politicamente nos Estados Unidos. Manteve um programa de rádio chamado Fórum da Juventude, cuja importância o levou a ser transmitido pela televisão em 1952, ficando no ar por dezessete anos. Com linguagem destinada a crianças e adolescentes, o programa recebeu convidados ilustres como Dwight D. Eisenhower e Golda Meir.

**Tradutor:** F. da Silva Ramos.

**Origem do livro:** Estados Unidos.

**Ilustrações:** Lois Fisher e Karl Murr; adaptadas por Guttemberg

**Breve resumo sobre o livro:** Publicada no Brasil em 1963, a obra utiliza uma linguagem simples, direta e repleta de metáforas para exemplificar a visão de democracia norte-americana adotada pelo grupo do capital multinacional e associado em seu projeto hegemônico de sociedade.

**Palavras chave:** Democracia; Estado liberal; liberdade; direitos fundamentais; regime representativo.

**Anexo A – Imagens das capas dos livros analisados (Edições GRD)**

MOSHE DECTER

# CARTILHA DE COMUNISMO

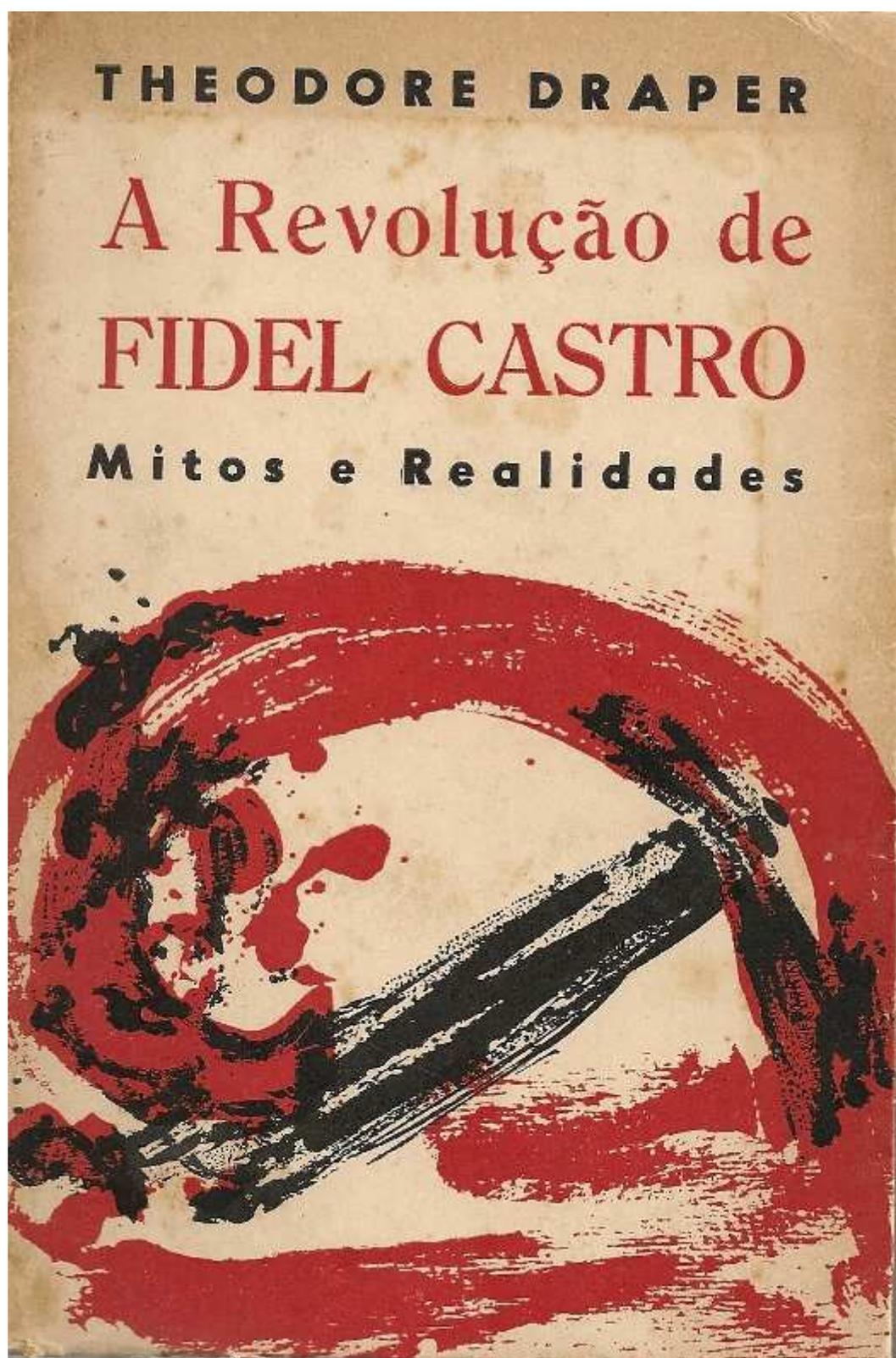
*TEORIA E PRÁTICA*



WALTER KOLARZ, MARGARET DEWAR, ALFRED  
ZAUERMAN, DOUGLAS HYDE, HUGH LUNGI, HUGH  
WATSON, DAVID FLOYD, WILLIAM PICKLES

# ANATOMIA DO COMUNISMO





**WILLY BRANDT**

**A PROVA**  
**DA**  
**COEXISTÊNCIA**



**A. DOAK BARNETT**

**A CHINA**

**COMUNISTA**

**EM PERSPECTIVA**



FRANK TANNEBAUM

O SINDICATO  
NO MUNDO  
MODERNO

  
EDIÇÕES

**JOSÉ R. ALVAREZ DÍAZ**

**AS CONDIÇÕES  
DE TRABALHO  
EM CUBA**

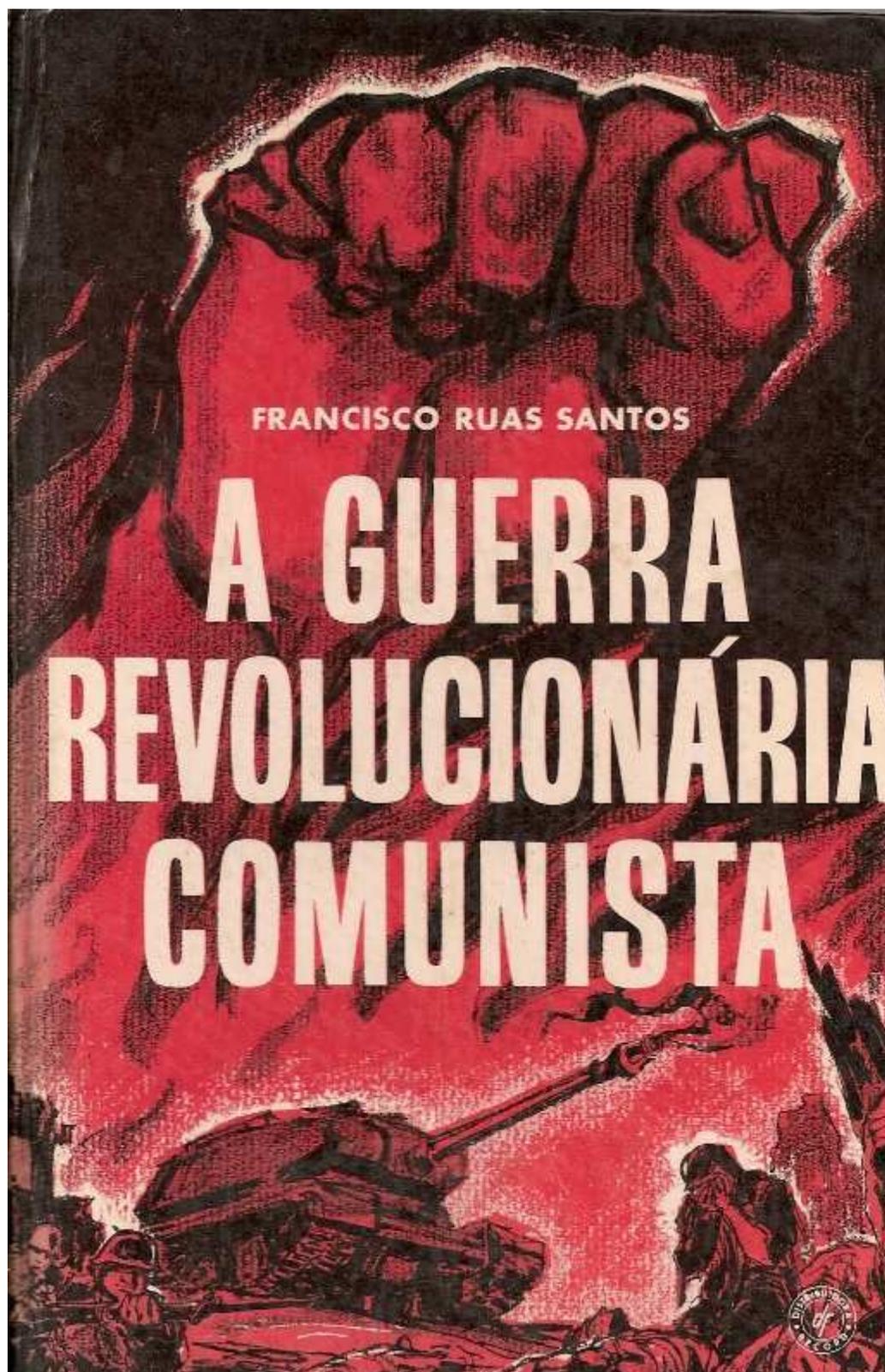
  
EDIÇÕES

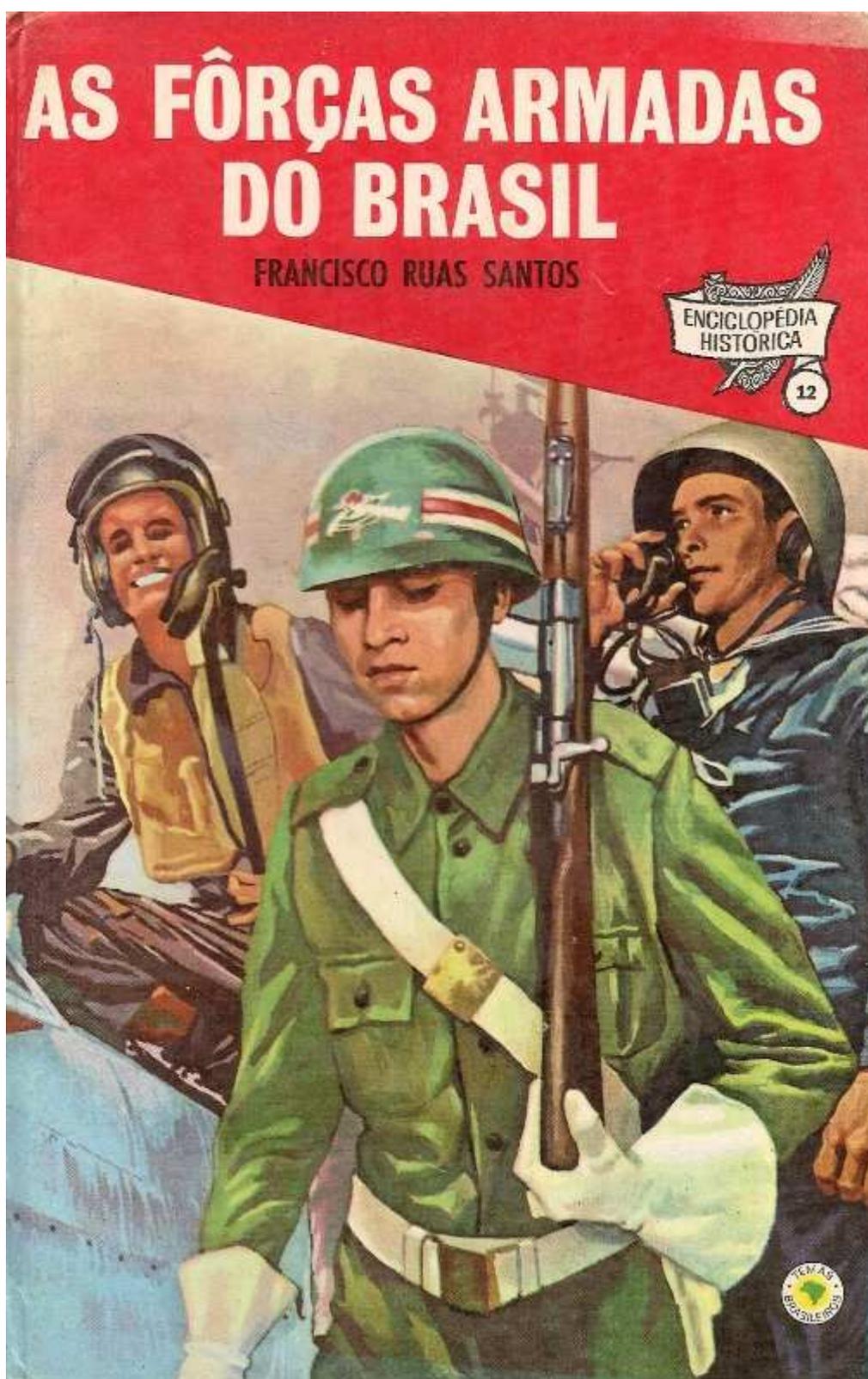
**Fedenko, Steiger, Mackiewicz, Bilinsky,  
Kuusk, Adamovitch, Hayit, Braeker,  
Stolle, Ballis, Labin, Glovinsky**

**TEORIAS  
DO  
COLONIALISMO**

  
EDIÇÕES

**Anexo B – Imagens das capas dos livros analisados (Editora Record – Coleção Livros para a Juventude)**





Gerald W. Johnson



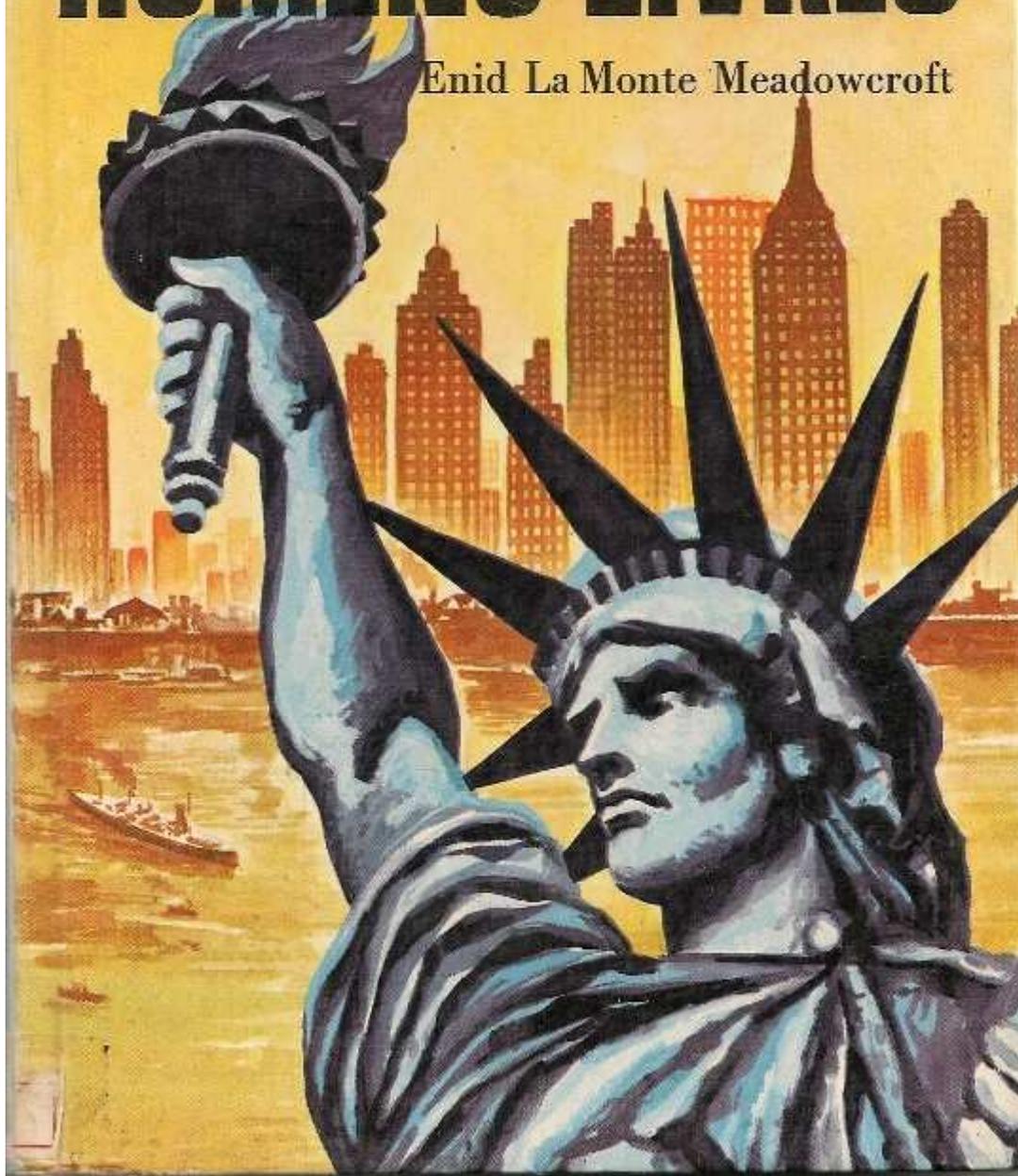
**O**  
**COMUNISMO**

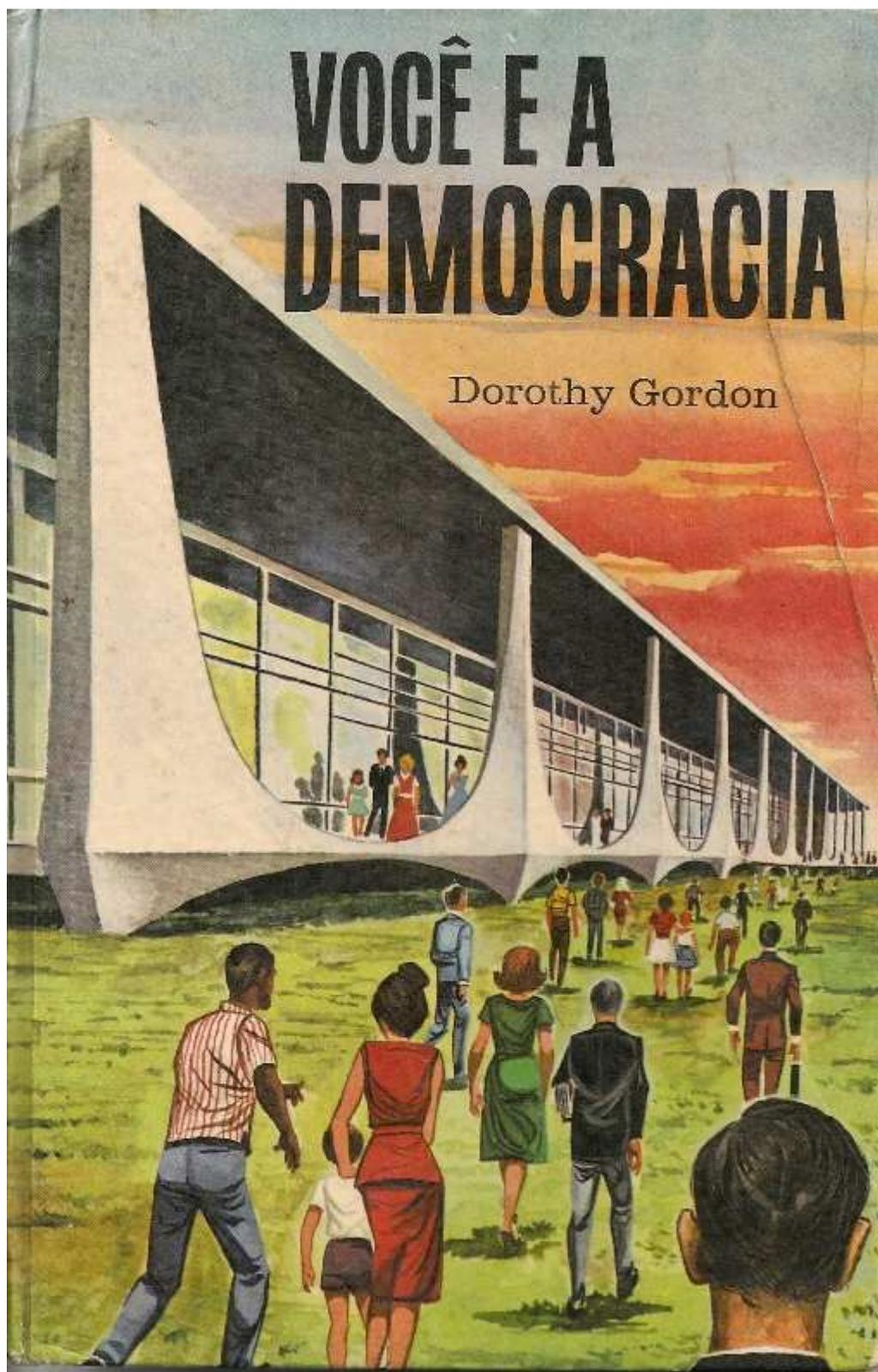
**VISTO POR UM**  
**DEMOCRATA**

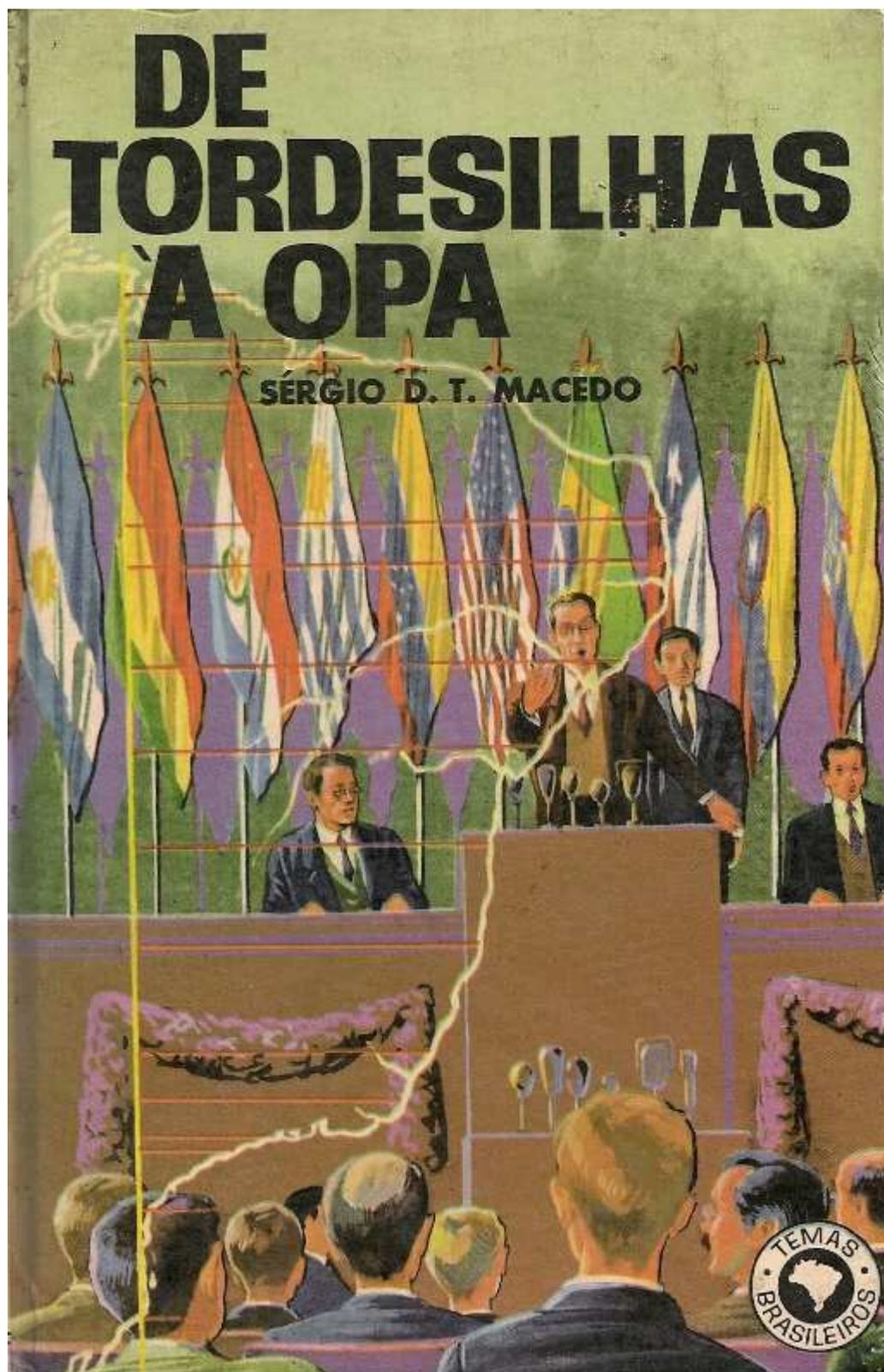


# TERRA DE HOMENS LIVRES

Enid La Monte Meadowcroft







**Anexo C – Documentos do Arquivo IPES**

**IPÊS - INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS**  
AV. RIO BRANCO, 156 - 27.º ANDAR - Grs. 2701/2706 e 2734/2739 — FONE: 42-2252

Nome da Firma: Gumercindo Rocha Dórea  
Enderêço: Rua Humaitá, 261, ap. 803  
Contribuição anual: Cr\$ 10.000,00

Forma de pagamento: mensal  trim.   
semestr.  anual

Local de pagamento: enderêço acima

Apresentado por: \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1963  
Gumercindo Rocha Dórea  
(Responsável)

Ficha de cadastro de Gumercindo Rocha Dórea

**IPÊS - INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS**  
 AV. RIO BRANCO, 156 - 27.º ANDAR - Gr. 2737 - C. P. - 2742 - CZ - 00 - TEL.: 22-9925

Nome ~~XXXXXX~~: CÂNDIDO GUINLE DE PAULA MACHADO  
 Endereço: AV. RIO BRANCO, 135 - 4.º ANDAR TEL: 52.4454  
 Contribuição anual: Cr\$ 12.000 = 30,00  
 Forma de pagamento: mensal  trim.   
 semestr.  anual   
 Local de pagamento: supracitado.

~~XXXXXXXXXX~~: DD. VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO ORIENTADOR  
 Rio de Janeiro, 16/II/65  
 Candido Guinle de Paula Machado  
 (Responsável)

Ficha de cadastro de Cândido Guinle de Paula Machado

**IPÊS - INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS**  
AV. RIO BRANCO, 156 - 27.º ANDAR - Grs. 2701/2706 e 2734/2739 — FONE: 42-2252

Nome da Firma: DECIO DE ABREU  
Enderêço: AV. ERASMO BRAGA, 255-8º  
Contribuição anual: Cr\$ 240.000,00

Forma de pagamento: mensal  trim.   
semestr.  anual

Local de pagamento: em casa

Apresentado por: \_\_\_\_\_  
Rio de Janeiro, 17 de abril 1963  
Decio de Abreu  
(Responsável)

Ficha de cadastro de Décio de Abreu

Livros publicados ou distribuídos pelo IPES

- 1) - Nossos Males e seus remédios - André Gama
- 2) - Aguarda Política - Susanna Labin
- 3) - O presidencialismo que nos convém - G. Inocêncio e Carlos Henrique Froes
- 4) - O grande despertar - John Stachey
- 5) - A China Comunista em perspectiva - A. Doak Barnett
- 6) - Anatomia do Comunismo - Walter Kolarz, Margaret Darvar etc.
- 7) - Cuba - Nação Independente ou Satélite? Michel Aubry
- 8) - URSS - Instrumento de Subversão - Sônia Segnifredo
- 9) Mater et Magistra
- 10) - Democracia e Comunismo (Coletânea de artigos da Defesa Nacional)
- 11) - Reforma Tributária - Mirio Henrique Simonsen
- 12) - A inflação suas causas e consequências - Glaucio Carneiro
- 13) - Democratização do Capital - Konrad Aleksander Kowalewski
- 14) - Reforma Constitucional - Carlos J. de Assis Ribeiro
- 15) - Cosega e julgamento - Abram Tertz
- 16) - O assalto ao Parlamento - Jan Kozak
- 17) - Kruchoy e a Cultura
- 18) - A sétima questão - Robert E. A. Lee
- 19) - A rebelião da juventude na URSS (Um grupo de autores)
- 20) - Armas Democracia e Algemas - Theóphilo de Andrade
- 21) - A Reforma Agrária - Afrânio de Carvalho
- 22) - As vésperas da 5ª. República - Thomas Leonardos
- 23) - Você e a Democracia - Folheto
- 24) - Um engenheiro brasileiro na Rússia - João B. Cotrin
- 25) - A crise da Previdência Social - A.C. Costa
- 26) - Reformas de Base - Posição do IPES
- 27) - O discurso secreto de Kruchoy - Texto e comentários

28) - Aliança para o Progresso (OEPA)

29) - O Nome Secreto - Kim Yutang

• EM FALTA

~~30) Uma Engenharia Mantida no Truque - Cotrin~~

30) A Agricultura sob o comunismo.

44) A Reforma Agrária

Problemas - bases - soluções

Autor: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPES/9B

PUBLICAÇÕES EDITADAS PELO IPÉS

- A Inflação, Suas Causas e Consequências, de Claudio M. Carneiro
- Democratização do Capital, de Konrad Aleksander Kowalewski
- A Crise da Previdência Social, de A. G. Costa
- Reforma Constitucional, de C. J. de Assis Ribeiro
- Reforma Tributária (considerações sobre), de Mário H. Simonsen
- A Experiência Inflacionária no Brasil, de Mário Henrique Simonsen
- Reformas de Base, Posição do Ipés
- A Reforma Agrária, problemas - bases - solução
- O Presidencialismo que nos Convém, Gabriel Lacerda e Carlos H. Prões
- Declaração de Princípios - IPÉS
- Estatutos do IPÉS
- Métodos de Trabalho do IPÉS
- O que é o IPÉS
- Centro de Biblioteca - folheto

RELAÇÃO DE LIVROS EM ESTOQUE:

A Rebelião da Juventude	250 livros
A Inflação Suas Causas e Consequências	250 "
Reformas de Base ( bolso )	3.800 "
Reformas de Base ( grande )	300 "
Reforma Tributária	220 "
Reforma Constitucional	172 "
O Presidencialismo Que Nos Convém	4.000 "
Anatomia do Comunismo	17 "
A Crise da Previdência Social	1.500 "
Duas Vidas	6.600 "
<i>Nossos males e s/remédios</i>	85 "
Kruschev e a Cultura	138 "
Às Vésperas da Quinta República	70 "
Mater Et Magistra	5 "
Une - Instrumento de Subversão	780 "
A Guerra Política	1.260 "

**Lista de publicações III**

Reforma Tributária -	52
Previdência Social -	31
Democratização do Capital -	22
Kr ushev e a Cultura -	26
Países sub-desenvolvidos -	27
Agricultura e comunismo -	33
Reformas de Base -	22
Engenheiro Brasileiro na Rússia -	22
Rebelião da Juventude -	25
Ideologia e poder na Política Social -	26
Condições de trabalho em Cuba -	23
Presidencialismo que nos convém -	23
China Comunista em perspectiva -	34
Sindicato no mundo moderno -	31
Une - Instrumento de sub-versão -	30
Inflação -	36
Reforma Constitucional -	38
Às Vésperas da quinta República -	33
Boletins nº 18 -	1687
Boletins nº 19 e 20 -	1673

#### Lista de publicações IV

- 1) Anatomia do Pelagismo -  $400+20 = 422$   
 O grande despertar - 21  
 Cuba -  $51+5 = 56$   
 A Rebelião da Juventude -  $15+101+10 = 126$   
 Kruchev e a Cultura -  $29+10 = 39$   
 Reforma Tributária - 30  
 Engenheiro Brasileiro -  $3+51+3 = 57$   
 2) Nossos ~~seus~~ resíduos -  $6+202+8 = 216$   
 Boletim Ipecul - 100  
 Os países sub-desenvolvidos -  $3+6 = 9$   
 Anatomia do Comunismo -  $8+52+10 = 70$   
 3) A Guerra Política -  $15+455+602+20 = 1092$   
 Reforma Agrária -  $3+4+1 = 8$   
 Cadernos Brasileiros - 3  
 Inflação - 15  
 O que você deve saber sobre Comunismo - 201

- 
- 4) Boletim nº 14 - 2.439  
 5) Boletim nº 15 - 2.439  
 Inflação - 1227  
 Reforma Tributária - 2131  
 Crise da Previdência Social - 1205  
 Reforma de Base - 12  
 Reforma Constitucional - 104  
 Democratização de Capital - 55  
 6) Presidencialismo que nos convém - 2.002  
 Une -  $202+6$   
 União Deportiva Cuba Libre - 5  
 Desporte sem liberdade não é desporte - 3  
 A realidade era outra - 1  
 Armas, democracia e algemas - 4  
 A verdade sobre Capuava - 10

### Lista de publicações V

<u>PUBLICAÇÕES QUE O IPES DISTRIBUIU</u>		<u>QUANTIDADE</u>
O Nome Secreto	-----	
O Que Você Deve Saber Sobre o Comunismo	2.000 exemplares	
Relatório Sobre o Comunismo	5.000 "	
O Retrato	1.500 "	
Revista Síntese	1.500 "	
1964	1.000 "	
Anatomia do Comunismo	5.000 "	
Aliança para o Progresso	9.000 "	
Notas em Função do Referendum	500 "	
A Rebelião da Juventude na Urss	1.000 "	
Um Engenheiro Brasileiro na Rússia	5.500 "	
Às Vésperas da Quinta República	-----	
Um Instrumento de Subversão	-----	
A Donk Hamett	500 exemplares	
Comunismo (de Karl Marx ao Muro de Berlin)	1.000 "	
O Discurso Secreto de Khrushchev	2.000 "	
O Assalto ao Parlamento	3.000 "	
Mater Et Magistra	500 "	
A Rússia de Stalin	44 "	
A Realidade Era Outra	120 "	
Ameaça Vermelha	500 "	
Guia do Eleitor	5.000 "	
Cuba, Nação Independente ou Satélite ?	5.000 "	
O Grande Dispartar	-----	
Você e a Democracia	-----	
Cadernos Brasileiros	-----	
Armas Democracia & Algemas	-----	
Assistência Social e A Alegria de Viver	-----	
Discurso do Ministro Roberto Campos	-----	
O Sindicato No Mundo Moderno	-----	
Ideologia e Poder Na Política Soviética	-----	
As Condições de Trabalho Em Cuba	-----	

Lista de publicações VI

**PREVISÃO DOS CONTRIBUINTES DO CENTRO DE BIBLIOTECARIA  
PARA O EXERCÍCIO DE 1967.**

Nº	Nomes	Mensal Trimest. Anual	
1	Ao Livro Técnico . . . . .	100.000	1.200.000
2	José Olimpio Editora . . . . .	100.000	1.200.000
3	AGIR - Livraria Editora . . . . .	100.000	1.200.000
4	Distribuidora Record . . . . .	100.000	1.200.000
5	Artes Gráficas Gomes de Souza . . . . .	100.000	1.200.000
6	Cia. Nacional de Papel . . . . .	50.000	600.000
7	Editora Delta S. A. . . . .	100.000	1.200.000
8	Editora Monterrey . . . . .	25.000	300.000
9	Editora Globo . . . . .	100.000	1.200.000
10		x	x
11	Seleções Reader's Digest . . . . .	50.000	600.000
12	Cia. Importadora Gráfica Artur Sievers . . . . .	20.000	240.000
13	Livraria Editora Guanabara - Koogan . . . . .	100.000	1.200.000
14	Livraria Freitas Bastos . . . . .	100.000	1.200.000
15	Casa Editora Vecchi Ltda. . . . .	50.000	600.000
16	Editora Pundo de Cultura . . . . .	50.000	600.000
17	Cia. Brasileira de Publicações . . . . .	25.000	300.000
18	Editora Paulo de Azevedo . . . . .	50.000	600.000
19	Livraria Kosmos Editora . . . . .	25.000	300.000
20	Dungraf - Impert. Material Gráfico Ltda . . . . .	15.000	50.000
21	Editorial Bruquera . . . . .	10.000	120.000
22	Linatipo Brasil . . . . .	25.000	300.000
23	Cia. Sarnano de Papel e Celulose . . . . .	30.000	360.000
24	Indústria de Papel Leon Peffer . . . . .	20.000	240.000
25	Editora Tradição . . . . .	20.000	240.000
26	Livraria Ancora . . . . .	8.000	100.000
27	Editora Brasil América . . . . .	100.000	1.200.000
28	Encyclopaedia Britannica Editora . . . . .	50.000	600.000
29	Livraria "El Ateneu" do Brasil . . . . .	25.000	300.000
30	Livraria Sulina . . . . .	16.000	200.000
		<b>1.514.000</b>	<b>18.200.000</b>

*Rio, 12-1-67*  
*Jr.*

EP/

**Lista de contribuintes do Centro de Bibliotecnia criado em 1965**